

IDÉIAS

Ano 5 n° 1 janeiro/junho 1998



IDÉIAS

Ano 5 nº 1 janeiro/junho 1998

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas



UNICAMP

IDÉIAS

Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

ISSN 0104-7876

Diretor: Paulo Miceli

Diretor Associado: Rubem Murilo Leão Rêgo

Comissão Editorial: Ciro Flamarion S. Cardoso – Décio Saes – Eduardo Viola – Jacynto Lins Brandão – João José Reis – José Cavalcanti de Souza – José Vicente Tavares dos Santos – Lia Osório Machado – Marilena Chauí – Marisa Lajolo – Octavio Ianni – Pedro Jacobi – Roberto Cardoso de Oliveira – Ubirajara Rebouças – Vilmar Faria

Editor: Élide Rugai Bastos

Comissão de Redação: João Quartim de Moraes – Jorge Coli – Márcio Ferreira da Silva – Oswaldo Giacóia Jr. – Pedro Paulo A. Funari – Renato Ortiz – Sebastião C. Velasco e Cruz

Setor de Publicações: Magali Mendes – Maria das Graças Almeida – Marilza A. Silva

Editoração: Marilza A. Silva

Revisão: Miriam Paula Manini

Projeto da capa: Vlademir José de Camargo

Capa: Otto Dix – *Der Krieg* (A Guerra) – 1914

Impressão: Gráfica do IFCH – Unicamp

SUMÁRIO

DOSSIÊ REVOLUÇÃO PRAIEIRA

- 7 Apresentação
Élide Rugai Bastos
- 9 O sentido social da Revolução Praieira
Amaro Quintas
- 63 Caio Prado Júnior e a “Revolução” Praieira
Rubem Murilo Leão Rêgo
- 75 Política e memória: a Revolução Praieira e suas fontes
Izabel Andrade Marson
- 131 Economia, civilização e progresso
Denis A. de M. Bernardes

ARTIGOS

- 155 Vida e obra de Tom Bottomore
William Outhwaite

- 173 Uma exibição científica dos Pampas
Irina Podgorny
- 217 Lukács: historicidade e revolução
Sérgio Lessa

RESENHAS

- 235 Iram Jácome Rodrigues. *Sindicalismo e política. A trajetória da CUT.*
(*Josué Pereira da Silva*)
- 239 José Roberto do Amaral Lapa. *A cidade. Os cantos e os antros – Campinas 1850-1900.*
(*Ema Elisabete Rodrigues Camillo*)
- 249 Ricardo A. Antunes. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*
(*Gustavo Luís Gutierrez*)
- 251 Anders Andrén. *Between artifacts and texts.*
(*Pedro Paulo A. Funari*)
- 255 Esclarecimentos necessários. *A propósito da resenha sobre tendências e centrais sindicais*
(*Silvio Costa*)

DOSSIÊ REVOLUÇÃO PRAIEIRA

APRESENTAÇÃO

Relembrar a *Revolução Praieira*, guerra civil ocorrida há cento e cinquenta anos, na qual se enfrentaram conservadores e liberais, significa abrir possibilidades de avaliar as dimensões dos movimentos populares no Brasil do século XIX e suas potencialidades transformadoras. Mais do que isso, detectar os alcances e limites da organização política do Império, marcada pela exclusão cada vez maior das camadas populares da nova ordem que se delineia após a emancipação. Processo que marcou fortemente os arranjos políticos que se seguem e que alcançam o século XX.

Buscando contribuir para o debate das questões envolvidas nas reformas políticas, tema central do movimento praieiro, que naquele momento pretendia organizá-las segundo *as luzes do século*, IDÉIAS apresenta neste número um dossiê reunindo ensaios que discutem esses acontecimentos. Os textos aqui publicados procuram recuperar os debates em torno da mobilização. Apresentamos, assim, reflexões sobre as interpretações de Joaquim Nabuco, Caio Prado Junior, um texto de Amaro Quintas e uma avaliação sobre a revista *O Progresso*. Os artigos falam por si e, com certeza, abrirão algumas polêmicas que não se referem apenas ao passado mas que dizem respeito ao momento presente e às mudanças que ocorrem no país.

Élide Rugai Bastos

O SENTIDO SOCIAL DA REVOLUÇÃO PRAIEIRA ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO*

Amaro Quintas

À memória do pernambucano Joaquim Nunes Machado, trucidado no Recife, no dia 2 de Fevereiro de 1849, em defesa da democracia.

À memória do pernambucano Demócrito de Souza Filho, trucidado no Recife, no dia 3 de Março de 1945, em defesa da democracia.

A Província de Pernambuco mantinha ainda a tradição dos movimentos nativistas e republicanos dos princípios do século XIX. Persistia o fermento revolucionário que provocara as revoluções de 1817 e 1824, e que desabrochava, talvez, na Guerra dos Mascates no alvorecer do século XVIII.

A “ardência natural dos pernambucanos” de que nos fala o padre Dias Martins (*Mártires pernambucanos*, p. 259) ou “o ma-

* Publicado originalmente em Quintas, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Recife, Editora Massangana (Série Estudos e Pesquisas, 25), 1982. Agradecemos a Fátima Quintas e à Editora Massangana a oportunidade de reeditarmos o texto.

ligno vapor Pernambucano” do anônimo autor das *Revoluções do Brasil (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, n. 29) não morreram de todo. A agitação do período regencial repercutira de modo intenso em Pernambuco. Idéias separatistas fervilhavam, almejando separar o Norte do Sul, formando-se um novo império no Setentrião (ver Alberto Rangel, *Textos e pretextos e No rolar do tempo...*). O projeto da regência da princesa D. Januária num trono nordestino perdurara por muito tempo. Em pleno 1841, depois do golpe da maioria, a imprensa ainda debatia essa grave e momentosa questão. O *Correio do Norte* (Coleção *Biblioteca Pública do Estado*) na defesa dessa idéia, entra em choque com *O Nicolau* (*Biblioteca do Estado*) e, principalmente, com *A Ordem* (*Biblioteca do Estado*) que, em artigo no n. 3, de 30.10.1841, sob o título *O Clube da Rua do Hospício*, diz: “Consta-nos que sob a Presidência do Snr. Peixoto de Brito se installara em a caza do Snr. Coronel José de Barros Falcão de Lacerda huma sociedade secreta que tem por fim dividir o Imperio do Brazil em dois: o do Sul e Norte competindo o Sceptro do 2º à Serenissima Princeza Imperial a Senhora D. Januária”. E no n. 8, de 04.12.1841, cita os nomes dos cabeças do movimento: “(...) Os seos Costinhas, Peixoto de Brito, o Jezuíta, José Ignacio de Macedo, Roma e outros”. O fermento republicano transparece nesses projetos separatistas, muito embora enfeitado com roupagens monárquicas. Basta acen-tuar a figura de Antônio Borges da Fonseca, redator principal do *Correio do Norte*, o velho *Repúblico*, o intransigente defensor do sistema republicano. Num cenário agitado e inquieto, instável e turbulento como era o de Pernambuco, na primeira metade do século XIX, onde as idéias mais díspares se entrecrocavam, fácil se tornava explodir uma revolução. O terreno era fértil. As mudanças políticas iam ser o pretexto para o desabrochar de movimentos impelidos por causas mais profundas.

A eterna rivalidade dos dois partidos, que viviam digladiando-se no Império, seria a aparente causa da rebelião da Praia.

Em verdade, porém, a luta tinha raízes mais solidamente fixadas.

Desde 19.9.1837, com o gabinete chefiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, imperava no panorama político nacional o reacionarismo mais completo. As forças da reação, que vinham dominando desde tempos longínquos, apresentavam-se, agora, com toda a sua potencialidade. Em Pernambuco, começa o domínio da família Cavalcanti, representado pela ascensão de Francisco do Rêgo Barros, o barão da Boa-Vista.

Era a oligarquia Rêgo Barros-Cavalcanti a iniciar um poderio dos mais absorventes e dominadores que o Brasil tem conhecido. O “gótico castelo” a que se refere o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu *7 de Setembro*, ia firmar-se com solidez na província, até que a Praieira viesse solapar-lhe os alicerces. Como disse Gilberto Freyre, era uma “espécie de Bastilha que foi preciso a Revolta Praieira para demolir” (*Memórias de um Cavalcanti*, p. 16). Essa oligarquia, entretanto, não era um fato esporádico na nossa vida político-social; antes resultava da nossa defeituosa organização econômica e social. Se Pernambuco, em geral, e o Recife, em particular, se diferenciavam algum tanto da época de Koster ou de Tollenare, de Watterton ou de Maria Graham, entretanto, nota-se muito do velho sistema patriarcal, eivado de aristocratismos, como que se transferindo da Casa-Grande para o Sobrado (ver Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*), baseado na posse da terra. Uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-econômico.

Quer em Gardner (*Viagens no Brasil*), quer em Kidder (*Reminiscência de viagens e permanência no Brasil – Província do Norte*), quer em Hadfield (*El Brasil, el Río de la Plata y el Paraguay*), quer em Mansfield (*Impressões de Pernambuco*, extraído do livro *Paraguay, Brazil and the Plate*) – viajantes que nos visitaram nos meados do século XIX – nota-se o caráter patriarcal da nossa vida social, dominada, ainda, pelos *terratenientes* dos nossos engenhos. Disse Antônio Pedro de Figueiredo em *O Progresso* (tomo II, p. 158 e 159): “Hoje mais de 3/4 da população da nossa província se acha concentrada à beira do mar e numa profundeza

de 10 a 15 leguas; mas lá, quasi com poucas excepções todas as terras pertencem a um pequeno número de grandes proprietários que delas mal cultivam uma mínima parte e recusam vender o resto. Daí vem que 200 ou 300.000 dos nossos concidadãos, mais porventura, vivem em terras de que podem ser despedidos dentro de poucas horas; humildes vassallos do proprietário, cujos ódios, partido político, & C., são obrigados a esposar”.

“Neste facto da grande propriedade territorial, nesses novos *Lati-fundia*; deparamos nós a base desta feudalidade que mantém directamente, sob jugo terrível, metade da população da província, e oprime a outra metade por meio de immenso poder que lhe dá esta massa de vassallos obedientes.

Reconhecemos que à existência desta feudalidade era que se devia attribuir a impunidade dos crimes, os escandalos das eleições, assim como o vagar com que caminha a nossa província na senda de toda a espécie de progresso.

Reconhecemos que era ella que pela opressão em que mantem as populações do interior, as obrigava a refluir para a capital da província, e abandonar a agricultura, para augmentar o numero dos improduttivos e solicitadores de emprego.

Reconhecemos, numa palavra, que a divisão do nosso solo em grandes propriedades era a fonte da maior parte dos nossos males.”

E ainda acrescenta:

“(…) A nossa província se acha agora naturalmente dividida em 3 regiões. A 1ª, occupada pelo fabrico do açúcar, estende-se da beira-mar até 15 ou 18 leguas para o interior. A 2ª, estende-se até os extremos limites das bacias do Capibaribe, do Ipojuca e do Una. A 3ª, enfim, comprehende os afluentes do S. Francisco. A falta absoluta de estradas colloca esta ultima região inteiramente fora do movimento de produção e de exportação da província. A região central, arruinada pela destruição das mattas, e pela seca ocasionada por ella, não pode dar lugar a uma produção certa, e além disso está mui distante do nosso centro de commercio, e de troca, o Recife. Resta, pois, a região do litoral, em que estão aglomerados os 3/4 da população da província, e é a unica capaz, no estado actual, de produzir com abundancia, e achar compradores para os seus productos. Ora, esta região, afora algumas porções arenosas da beira-mar, insalubres, improprias para a maior parte das culturas, se acha

dividida em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias. Desde o rio Abiay até o rio Persenunga, se não possuídes bastante riqueza com que comprar ou arrendar um engenho, ou outra grande propriedade, não achareis uma polegada de terra cultivavel a comprar ou arrendar; e assim mesmo, os 9/10 das terras se acham incultos. Offerecer-vos-hão terras para cultivardes, mas sem garantia alguma, reservando-se o direito de vos despejar no outro dia, se assim convier. Aonde o homem não tem certeza de gozar dos fructos do seu trabalho; elle não trabalha, por isso o morador do engenho mal planta alguma roça em roda do seu mucambo, e, receiando a cada instante ser despejado, vive de almocevar os açucares do dono da terra” (mesmo tomo, p. 241).

A existência dessa “feudalidade”, tão combatida pelos praieiros, contribuía imenso para toda essa situação de desajustamento, que existia na província, refletindo-se na insatisfação das massas, traduzida por uma surda hostilidade à aristocracia rural, e manifestando-se, no meio urbano, pela repulsa mais completa ao elemento estrangeiro, principalmente ao português que, tal como a nobreza campesina, exercia nas cidades um domínio asfíxiante e absoluto. A situação do pernambucano desprovido de riqueza era das mais angustiosas possível. Impossibilitado de voltar-se para a agricultura, porque esta se encontrava na mão dos grandes senhores de terras – no gótico castelo Rêgo Barros-Cavalcanti – encontrava a mesma dificuldade, se pretendia dedicar-se ao comércio, quase todo ele em poder dos estrangeiros, ou para alguma atividade industrial, também monopolizada pelo elemento alienígena. Referindo-se à zona da mata, diz o arguto observador de *O Progresso* (mesmo tomo, p. 217):

“Esta região que se estende sobre todo o litoral da nossa província até uma profundidade de 10, 12 e às vezes 15 e 18 leguas para o interior, se acha, como se sabe, dividida em engenhos ou propriedades cuja dimensão varia desde um quarto de legua quadrada até 2 e 3, e até 4 e 5 leguas quadradas. Como a cultura da cana exige uma qualidade de terras particular, que se não encontra por toda a parte, segue-se dahi, que, afóra as terras de cana, as matas que lhe são necessárias e as terras de que carece para os seus bois e a plantação da mandioca, indispensável ao alimento dos escravos, a mor parte dos engenhos possui vastas exten-

sões de terrenos incultos, terrenos que seriam eminentemente próprios para a pequena cultura, e que, se fossem cultivados, bastariam para fornecer com abundância farinha, feijão, milho, etc. a toda a população da província e das províncias vizinhas e até para a exportação. Ora os proprietários se recusam a vender estes terrenos, e até a arrendá-los. Se possuídes 30 ou 40 contos de réis, então podereis comprar um engenho; mas se sois pobre, e quiserdes comprar ou arrendar algumas geiras de terra, não achareis! É isso o que faz que a população improdutiva das cidades, a classe dos solicitadores de empregos publicos se augmente todos os dias, que os crimes contra a propriedade se tornem mais frequentes e o paiz se empobreça de dia em dia, em consequencia do augmento do numero dos consumidores, no entanto que o dos produtores permanece estacionario; ou ao menos não cresce senão em proporção muito mais lenta. (...) O poder dos grandes proprietários do interior (e este poder é grande) tem por base o numero desses vassallos obediētes que elles mantem nas suas terras.”

A Praieira foi mais uma resultante desse estado de desequilíbrio econômico-social, dessa insatisfação existente no meio da massa, do que mesmo um movimento provocado por causas meramente políticas. Nabuco sentiu bem este aspecto da revolta. Diz-nos em *Um estadista do império* (v. I, p. 75): “Mais que um movimento político, era assim um movimento social”, repetindo o que, antes, afirmara o velho Nabuco de Araújo: “Não se trata ali somente de questões políticas; a estas questões políticas estão associadas questões sociais, e as questões sociais são de grande alcance, são de grande perigo”.

Havia no ambiente intelectual da província um clima favorabilíssimo à expansão de idéias de reforma social. À agitação popular, correspondia a existência de uma elite intelectual propensa à compreensão de princípios socialistas. A figura de Vauthier, o engenheiro socialista contratado pelo governo provincial, merece realce particular pelo muito que influiu para o conhecimento das novas tendências do socialismo militante na Europa. No seu *Diário íntimo* (prefaciado e anotado pelo Prof. Gilberto Freyre) vê-se pela relação dos livros adquiridos e pelas revistas assinadas e propagadas entre nós, como o técnico francês foi um elemento de difusão das preocupações reformadoras dos idealistas da primeira metade

do século XIX. Há na sua lista de assinantes pernambucanos da *Democratie*, do *Socialiste* e da *Phalange*, vultos de projeção cultural e política da espécie de Soares de Azevedo, Antônio Pedro de Figueiredo, Paula Batista e Antônio Borges da Fonseca. Merece-nos, também, atenção a lista de livros à venda na casa de Manuel Figueiroa de Farias e na de Coutinho (ver *Diário íntimo*, p. 200 e 201): *Almanack phaansterient. Les enfants du palanstère, Notions de la science sociale, Petit cours de Polilique et d'Économie sociale, Vie de Charles Fourier, Examen et defense du système de Fourier, Exposition abregée du système de Fourier, Defense du fourierisme, Débâcle de la Politique*. Há também no *Diário Novo*, n. 163 de 29.7.1848, uma relação de livros à venda na loja de livros do Pateo do Collegio n. 2, merecedora de referência: Rossi, *Curso de Economia Política*, I v. *Catecismo de Economia Política* por J. B. Say, *Espírito da Economia Política*, por Ivan Galovine, Blanqui, *História da Economia Política*, edição de 1845, 2 v. Vê-se, por aí, como as preocupações dominantes no tempo se voltavam para os estudos econômicos e para as idéias de reforma social. Fourier, Proudhon, Owen, Saint-Simon e Louis Blane, isto é, todo o chamado socialismo utópico, vicejante na Europa de 48, o socialismo utópico que fez a revolução de fevereiro, na França, eram familiares aos nossos intelectuais, especialmente depois da chegada de Vauthier que, além de técnico hábil, interessado na solução de problemas importantes de engenharia, necessários ao progresso da Província, foi, sobretudo, um preocupado com as grandes questões de sentido social que nos assediavam. O Sr. Gilberto Freyre, em *Um engenheiro francês no Brasil*, mostra-nos a sagacidade, a atuação de Vauthier, pelejando, com um alto interesse humano, pela sorte dos oprimidos e dos espoliados. Cita-nos o ilustre sociólogo pernambucano a reclamação dirigida pelo engenheiro gaulês ao desembargador Domingos Nunes Ramos, chefe de polícia interino, contra a deficiente alimentação fornecida aos calcetas, o que vem comprovar ter sido Vauthier uma espécie daqueles técnicos de idéias gerais, de que nos fala o seu patricio Liautey, com uma visão mais humana e social dos problemas, do que outros técnicos de

sua época. Diz-nos o Prof. Arbousse Bastide: “*L'ingénieur a deviné, dès 1840, que le problème fondamental du Brésil était d'ordre social*”. Relações de amizade ligaram-no a Antônio Pedro de Figueiredo, “um dos primeiros socialistas brasileiros”, e a sua colaboração na revista *O Progresso*, encarregando-se da parte científica, revela-nos todos os seus anseios de ordem social e as suas preocupações de soluções práticas das nossas questões. Diz-nos o Prof. Gilberto Freyre: “O socialista já com tendências ao socialismo científico – que o outro, o simplesmente ideológico, ou parafilosófico não podia satisfazer uma inteligência crítica como a sua, nem um senso de realidade da agudeza do seu – chocou-se, no Brasil escravocrata e monocultor, às vezes de maneira violenta, com as condições ainda patriarcais de predominância econômica e política dos particulares ricos, dos donos, às vezes ignorantes, de terras e de negros, sobre os demais elementos da população ou da organização social” (*Um engenheiro francês no Brasil*, p. 212).

A par de Vauthier, dois socialistas quase científicos se sobressaem pelo modo como encaram a situação dos nossos problemas fundamentais, em função do socialismo dominante no tempo: Antônio Pedro de Figueiredo, o *Cousin-Fusco* e Abreu e Lima, o *General das Massas*. Os Profs. Gilberto Freyre (Nordeste, *Um engenheiro francês no Brasil*) e Olívio Montenegro (*Memórias do Ginásio Pernambucano*) salientam a grande importância do primeiro como crítico social e revolucionário e acentuam a necessidade de um estudo mais acurado sobre a sua interessante figura, que foi, nos meados do século passado, um dos mais lídimos representantes do ideal de reforma social, conjugado com o pensamento objetivo. O Sr. Oliveira Viana o classificaria, talvez, como “um idealista orgânico”. Diz o autor de *Casa-grande & senzala*: “Não se compreende que continue tão na sombra, tão no escuro, tão dentro da alcunha que lhe deram os conterrâneos (sempre tão apedrejadores dos profetas) – a alcunha de “*Cousin-Fusco*” – esse mulato que decerto não foi menos significativo, como revolucionário intelectual do meio escravocrata do Nordeste, e como crítico da organização patriarcal então predominante, do que outros mulatos

mais festejados: Natividade Saldanha, nos princípios do século XIX, Tobias Barreto nos fins” (*Nordeste*, p. 151). E, ainda, acrescenta: “Essa figura sugestiva de mulato intelectual da primeira metade do século XIX pede um estudo à parte” (mesmo livro, p. 155). Afirma-nos, por sua vez, a autor de *O romance brasileiro*: “Foi Antônio Pedro de Figueiredo dos primeiros em Pernambuco, se não o primeiro, a discutir e levar para um plano de rigorosa observação, e para um plano de idéias, problemas que antes dele eram ordinariamente uma diversão da Retórica, e pretexto para demagogia, como os relacionados com a literatura e com o sistema social e político do Brasil” (Obra citada, p. 83).

Nascido em Igarassu de “paes desherdados de bens de fortuna”, no dizer de Pereira da Costa (*Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, p. 145) transferiu-se cedo para o Recife, onde, no meio de inúmeras dificuldades, conseguiu adquirir, para a época, apreciável ilustração. Com 21 anos, traduzia o *Curso de História da Filosofia*, de Cousin, ficando, desde então, conhecido pelos adversários, em alusão à sua qualidade de mestiço, pela alcunha de *Cousin-Fusco* que, segundo o Prof. Olívio Montenegro (Obra citada, p. 82), devia doer-lhe menos que “a indisciplina de gosto e de cultura que via em volta dele, retardando da vida intelectual da sua terra uma expressão de sentido nacional e humano”. Professor adjunto do então Liceu, foi demitido em virtude de sua oposição aos praieiros, por Chichorro da Gama, em 1846, em pleno domínio da Praia, e, finalmente, feito professor efetivo em 1849. Celebrizou-se pela sua revista mensal *O Progresso*, publicada regularmente de julho de 1846 até setembro de 1848, até, pois, às vésperas da Praieira (ver Alfredo de Carvalho, *Anais da imprensa periódica pernambucana*, p. 199) e depois pela publicação semanal intitulada *A carteira*, no *Diário de Pernambuco* (ver referido jornal de 1848-1858), com o pseudônimo de Abdalah-el-Kratif.

Incompreendido por muitos e atacado, pelo facciosismo político, por vários, Antônio Pedro viu-se hostilizado e ridicularizado até quanto à sua capacidade intelectual. Vivendo numa época em

que as paixões políticas fervilhavam e onde os pasquins e os jornalecos desenvolviam uma intensa campanha, apaixonada e virulenta de enaltecimento de uns e desmoralização de outros, o *Cousin-Fusco* sentiu, ele que encarava as pugnas políticas dentro de um sentido mais digno e mais elevado, ele que fazia jornalismo com um critério de doutrinação, de pregação de idéias, sem retaliações pessoais, nem disputas de aldeia, todo o travor da incompreensão dos seus contemporâneos. Enquanto os jornais baronistas o exaltavam, não por espírito e justiça, e sim por solidariedade política, as folhas da Praia atacavam-no rudemente. *O Postilhão*, n. 13 de 24.8.1846, procurando destacar-lhe o valor cultural, diz: “Foi demitido hum professor do Lycêo, o Figueiredo, e entrou em seu lugar huma sapiência prairieira ambulante, que graças a Deos, já não era de contrabando por ser Bahiano; e que succedeo, depois desta baldroca chichorratica? Esteve por muitos dias sem lente a aula de inglez, porque estava impedido não sei quem e não havia quem o substituísse, em outro tempo esse Figueiredo substituiu muitas cadeiras estranhas à que elle professava no Lycêo”. O mesmo vemos em *O Saquarema*, n. 8 de 21.7.1846: “O Sr. Antonio Pedro de Figueiredo, o traductor da interessantíssima *História da Filosofia* por Mr. Cousin, jovem de muitas esperanças e applicação, e que regia satisfatoriamente como substituto a cadeira de Geometria, também foi demetido, sem o menor erro de officio, sem a menor falta no referido dia 4 do corrente”. Já *O Volcão* acremente o hostiliza: “(...) Aquelle tostado que vem a seu lado é o ridiculo *Cusin fusco*, filho do pardo Basilio la de Iguarassú, onde sempre viveo de limpar a estribaria do *Pai*, e de pescar os seus ciriz e bodiões; mas em aqui chegando, quiz estudar, e indo fazer exame de geometria na Academia de Olinda, foi ali reprovado, o primo *Xico Barão* que sempre gostou, e teve muitas sympathias pela estupidez, o despachou para substituto do Lycêo desta Cidade na mesma faculdade, onde elle havia sido reprovado; é um mentiroso, e o maior caloteiro: não quer ser pardo, e chama a todos nós de canalha; é tão safado, que vindo aqui um seu irmão, disse a todos, que era seu *creado*

quando só elle é o creado de boléa do primo *Xico Barão*” (n. 5 de 30.8.1847). E mais adiante, acusando-o de ignorante acrescenta: “(...) *O Progresso* que é escrito por J. S. e de que elle *Cusin* é apenas miseravel testa de ferro”. Em *O Proletario* n. 3 de 28.8.1847, há também uns versinhos satiricamente maldosos, procurando historiar-lhe a vida e distinguindo-lhe a preocupação de ocultar as suas origens humildes. *A Tempestade* (n. 5 de 19.9.1847), por sua vez, explora-lhe os requintes de vaidade de mulato janota, num artigo intitulado *Desprezo a um Literato*: “Consta-nos que o jovem *Cousin-Fusco* das mãos finas chegara-se a um correligionário e lhe dicera que precisava de algum dinheiro, e que este foi ter com a Commissão, afim de ver se podia dar algum taco de toucinho a esse ratinho; mas coitado! tal foi a sua infelicidade que a Commissão respondeo, que não havia quatro para sustentar o luxo de um pelintra, que gasta dous contos de reis no seo tola lette. Que ingratição! Pois o homem não ha de escrever entre frascos de agoa de colonia, e da rainha de Ungria, para avivar-lhe a imaginação (...) Isto é que se chama menosprezo a um literato”. Fala-nos, ainda, no recender dos “belos e suavissimos perfumes que tanto embalsamam o ar que se respira no *toilette* do nunca assás louvado *Cousin-Fusco*, desse *fashionable didon brasileiro*” (n. 4 de 14.9.1847).

Não são, todavia, os elogios dos seus partidários ou os ataques dos seus adversários – frutos todos eles das paixões violentas da época – que irão servir para caracterizar a essência da obra do *Cousin-Fusco*, ela própria acusada de não lhe pertencer e sim a um outro, indicado pelas iniciais J.S., talvez, quem sabe, as de José Soares de Azevedo, colaborador d'*O Progresso*, grande professor e não menos notável crítico literário (ver, sobre Soares de Azevedo, o Prof. Olívio Montenegro, *Obra citada*, p. 61). A grandeza de sua obra encontra-se na sua atitude diante dos nossos problemas. Numa época em que predominava uma visão puramente utópica, impregnada de retórica e de divagações estereis, é de admirar o modo como Figueiredo, nas páginas d'*O Progresso*, soube tão bem fazer crítica social, percebendo o verdadeiro itinerário a seguir na

solução das nossas questões. Vivendo a agitação política de seu tempo, fez, entretanto, jornalismo de idéias, pairando assim *au dessus de la mêlée*. Mesmo as violências que atingiram a sua dignidade de homem ou a sua situação financeira, encontravam, de sua parte, uma reação muito reduzida e serena. A sua demissão, em 1846, de professor do Liceu, não o afastou da velha trilha do comentário sóbrio e desapassionado (ver *O Progresso*, agosto de 1846). Mas ninguém percebeu tão bem, naquela fase de paixões destemperadas, com tanta clareza e tanta argúcia, os verdadeiros males que pairavam sobre a nossa estrutura político-econômica. Discípulo dos socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, soube, todavia, dar um cunho pessoal às idéias e, nas páginas d'*O Progresso*, deixa toda uma concepção que se encontra adiantada de um século. Diz-nos Alfredo de Carvalho (*Estudos pernambucanos*, p. 72): “E na ocasião abraçava com entusiasmo as doutrinas de Theodoro Jouffroy, às quais soubera dar um cunho individual, modificando-as em parte ao influxo das teorias econômicas de Saint Simon, Orwen e Fourier, criando assim uma orientação própria e original, fruto notabilíssimo da evolução dum espírito naquela época e no nosso acanhado meio provinciano”. Admirador entusiasta de Fourier, a ponto de chamar-lhe “o maior gênio do século” (*O Progresso*, tomo III, p. 6), foi-lhe, entretanto, mais além, chegando mesmo a sentir a separação e o antagonismo das classes: “O sofrimento social, proveniente da incoherencia das relações que ora existem entre os homens, como productores, distribuidores e consumidores, continua a manifestar-se claramente, nas partes mais ricas e civilizadas da Europa, por uma divisão cada vez mais profunda, entre as classes que gozam ociosas e as que trabalham quebrantadas pelas misérias” (tomo I, p. 146).

Não ficou adstrito aos socialistas franceses; nas páginas de sua revista, sente-se como o mulato socialista era conhecedor do desenvolvimento do socialismo nos outros lugares, sobretudo entre os povos de origem saxônica (norte-americanos, ingleses e alemães). Cita-nos o simbolismo de uma das questões agitadas pelos comunistas alemães nos seus clubes na Suíça: “Que nos resta a fazer?

Esperar melhores tempos. – Quais são êstes tempos? Aquelles em que as nossas rosas florescem. – Que rosas, brancas? Não; vermelhas”. Para ele os fenômenos da supra-estrutura tinham uma importância muito reduzida. Pergunta: “Que são as reformas políticas sem as reformas sociais? Uma máscara e nada mais”.

Causa-nos admiração como, numa época tão estreitamente ligada aos princípios do liberalismo da Revolução Francesa, tivesse o *Cousin-Fusco* avançado tão prodigiosamente no pensamento político-social, a ponto de podermos situá-lo como um verdadeiro precursor da democracia social dos nossos dias de democracia planificada. Eis como ele encara a atitude do Estado, em frente aos fenômenos econômicos: “Nós também pretendemos é que o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos phenomenos da produção, distribuição e consumo, para regulá-los e substituir pouco e pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana” (*O Progresso*, tomo III, p. 86). E, mais adiante, o seu brado de revolta: “De feito, que papel podem representar a *Igualdade*, a *Fraternidade* e a *Liberdade* nas nossas sociedades modernas? Que he a Igualdade onde pequeno numero de privilegiados gasta na ociosidade o produto do trabalho de muitos milhares de seus irmãos? Que he a Fraternidade num gremio social que deificou o egoismo sob todas as formas, e escreveu na sua bandeira esta immoral divisa: *chacun pour soi; chacun chez soi*? Que he que pode significar o vocabulo Liberdade numa sociedade em que as massas dependem de um pequeno numero de homens que, de fato, exercem sobre ellas um direito de vida e de morte, por mercê do capital! Até hoje, a grande formula humanitaria, proclamada pelos legisladores de 1791, não ha sido senão uma mentira odiosa” (tomo III, p. 6 e 7).

A preocupação fundamental do genial mestiço foi o nosso problema social. A visão da nossa sociedade escravocrata e monocultora, firmada na grande propriedade territorial, impressionou-o fortemente. Viu no domínio dos senhores da Casa-Grande, já se

transferindo para os Sobrados, na “feudalidade” da nobreza rural, o maior entrave ao nosso progresso e o maior obstáculo ao desabrochar de uma classe média – pela existência da qual tanto se bateu – capaz de provocar o aparecimento daquilo que, até então, tinha sido um mito: a existência de uma opinião pública. Viu mais longe do que os outros; o mal não estava somente nos Cavalcantis e sim na defeituosa organização social. O despotismo exercido pela aristocracia campesina não advinha unicamente da oligarquia Rêgo Barros-Cavalcanti, mas sim do latifúndio, gerador de um regime arbitrário, de mandões violentos e tirânicos, desrespeitados até das determinações das autoridades: “Este regime arbitrario provem da organização actual da propriedade no interior (tomo II, p. 67) (...) matai o despotismo na pessoa da grande propriedade territorial” (p. 158). E não carrega nas tintas ao pintar o quadro da situação da nossa sociedade, eivada de patriarcalismo: “(...) Entre nós, a autoridade e o individuo se acham em circunstancias totalmente differentes. A maior parte do territorio da nossa provincia está dividido em grandes propriedades, fragmentos das antigas sesmarias, das quaes mui poucos ham sido subdivididos. O proprietário ou rendeiro ocupa uma parte dellas, e abandona, mediante pequena paga, o direito de permanecer n'outra e de cultiva-la, a cem duzentas e algumas vezes a quatrocentas famílias de pardos ou pretos livres, dos quaes elle se torna protetor natural; mas delles também exige obediencia absoluta, e sobre elles exerce o mais completo despotismo. Dahi resulta que as garantias da lei não são para estes malaventurados, que entretanto compõem a maior parte da população da provincia, mas para estes proprietários, dos quaes 3 ou 4, reunidos pelos laços de sangue, da amizade ou da ambição, bastam para aniquilar, numa vasta extensão de terreno, as forças e influencia do governo. Assim, estes novos barões feudais, quando suas propriedades se acham muito distantes da capital da provincia, vivem numa independencia quasi completa” (tomo I, p. 208). E brada, cheio de incontida revolta: “Chora, Pernambuco, chora. Estes senhores de hoje são teus irmãos; mas que te importa que os

que vivem dos teus suores tenham bebido, ao nascer, as águas do Tejo e do Douro, ou as dos rios da terra de Santa Cruz?”

“*O Capital defrauda desapiedadamente o trabalho*” foi um slogan de Figueiredo tão atual que lembra o pensamento de um marxista militante, transplantado para o Recife de 1847. Há um traço bem marcante na sua obra de observação e de crítica sociais: o sentido positivo de sua pregação. Abundam, na sua revista, as soluções concretas, indicativas de um temperamento objetivo, propenso à crítica social realista. Imposto territorial visando a acabar com a grande propriedade, nacionalização do comércio, imposto sobre rendimentos, proteção às terras assoladas pela seca, organização de comissões científicas para o estudo desse fenômeno climático, tendo em vista a sua extinção, criação de um banco popular para destruir a usura, diminuição dos abusos da centralização, tudo isso foi minuciosamente estudado e analisado pelo *O Progresso*, com o intuito de tornar-se um fato concreto a nobre esperança do mulato de Igarassu: “O mundo não será para sempre o patrimônio de alguns privilegiados; ao passo que a imensa maioria se estorce sob as angústias da miséria”. E o seu sonho seria o sonho de todos os socialistas da terra, dos antigos e dos novos, condensado no pensamento que retirou da revista *New York* e que colocou, como manchete, na sua: “*And in a generation all would be freeholders, and the landlord breed extinct, except, perhaps, a stuffed specimen ortwo in the museums*”.

Outro que encheu a nossa vida político-social com idéias reformadoras foi o general Abreu e Lima, cuja tradição remontava ao fuzilamento do padre Roma e às campanhas de Bolívar. Diretor do *Diário Novo* foi, entretanto, nas páginas de *A Barca de São Pedro* que o *General das Massas* teve oportunidade de expandir a sua concepção de um ideal de reforma social, sem falar nos seus vários livros publicados. “Somos na verdade socialistas”, é o seu brado que encontramos em *A Barca de São Pedro*, n. 20. Menos avançado que o *Cousin-Fusco*, preconiza a tese de que “o capital e o trabalho se harmonizem, porque disto e somente disto depende a

ordem, a paz, a permanência, a organização democrática da sociedade” (*A Barca de São Pedro*, n. 19). Todavia, mais adiante, clama pela necessidade de resolver-se “o grande debate entre a Economia oficial, que exclusivamente se ocupa de criação das riquezas e a Economia social, que se entretém de sua distribuição”. Precursor da teoria da luta de classes (ver Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, p. 14, *Nordeste*, p. 156) foi, ainda, um antevisor da influência dos fenômenos da infra-estrutura: “Estes fenomenos economicos não podem ficar no esquecimento sem que os males da sociedade em que vivemos se agravem todos os dias; cumpre portanto prevenil-os com tempo” (mesmo jornal, n. 20).

Espírito também voltado para os assuntos objetivos, dele encontramos, no *Diário Novo* e em *A Barca de São Pedro*, estudos de compreensão de nossos problemas. São inúmeros os seus artigos doutrinários e de crítica: “*A Centralização do Poder* (“Essa centralização no Rio de Janeiro é uma máquina de revoluções” – *A Barca de São Pedro*, n. 2), sobre nacionalização do comércio (idem n. 6 e 7), sobre recrutamento (n. 10), *O triunfo das idéias socialistas* (n. 19), *A colonização que convêm ao Brasil* (n. 16) e até sobre o uso da banana e da batata-doce, como substitutos do pão (n. 16). Embora esse último trabalho venha sem assinatura e seja uma reprodução do *Diário Novo*, conseguimos encontrar no diário de Abreu e Lima (MS existente no *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*) uma referência do *General das Massas*, como sendo de sua autoria o referido artigo. Se em 1835, no seu *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, como acentua o Prof. Gilberto Freyre, já dividia a nossa sociedade em duas classes rivais – “pessoas livres e pessoas escravas”, antecipando-se, assim, à tese defendida por Marx e Engels no seu célebre *Manifesto Comunista*, da existência de uma luta de classes – em 1852 escrevia o primeiro trabalho no Brasil intitulado *O Socialismo*, tratando, naquela época afastada, de um tema não muito familiar mesmo às elites intelectuais. Quanto ao bom sucesso do livro e à acolhida tida no meio pernambucano, encontramos, em

um trecho de uma carta de Abreu e Lima a Zacarias de Gois e Vasconcellos, agradecendo-lhe a remessa de *O Poder Moderador*, deste último, e datada de 15.12.1862, a seguinte declaração: “Igualmente achará V. E. outro exemplar de uma obra minha – O Socialismo – publicada em 1855, de qe. talvez V. E. não tenha a menor noticia pqe. aqui mesmo esgotou-se a edição. He uma obra purame. social, emque. tratei de esboçar o progresso humano desde a queda até o grão de reabilitação em qe. nos achamos” (Da correspondência particular de Abreu e Lima, MS in *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*).

Nesse tempo, que se estende dos pródromos da Praieira até a sua repercussão, encontra-se uma imprensa fértil em tendências reformadoras. Tendências que vão de uma orientação republicana e federativa a imprecisas e confusas manifestações de reivindicações da massa. Borges da Fonseca, com os seus jornais, como *O Nazareno*, *O Tribuno* e depois *A Revolução de Novembro*, além dos inúmeros pasquins que publicou na sua agitada vida de eterno *redresseur des torts*, João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão (*O Grifo da Pátria*, *O Apóstolo do Norte*, *O Brasileiro*) Afonso de Albuquerque Mello (*A Reforma*, *A Mentira*, *A Verdade*, *A Revolução de Novembro*, *A Ordem*) Inácio Bento de Loyola (*A Voz do Brasil*, *O Conciliador*, *O Eco Pernambucano* e o *Jornal do Commercio*) e Romualdo Alves de Oliveira (*O Artista Pernambucano*, *O Brado do Povo*), mostram bem a trepidação de uma fase histórica, em que se sentem os anseios de uma mutação completa nos quadros da sociedade, uma preocupação de revisão de sistema e processos sociais e econômicos.

Idéias de reforma social, umas, inteiramente impregnadas de socialismo utópico, outras, avançadas para o tempo, de verdadeiro socialismo quase científico, se infiltravam no meio pernambucano, deixando um lastro de reivindicações sociais que iria, encontrando pleno apoio nas aspirações, ainda imprecisas, da massa, agitar fortemente a Província.

Desde 1837, como vimos atrás, o reacionarismo tinha-se apossado do poder, continuando uma cadeia, algumas vezes ligeiramente interrompida, mas sempre ressurgindo na nossa História, dirigida para a conquista das posições de mando. Em Pernambuco, o gabinete de 19.9.1837 trouxera o domínio da oligarquia Cavalcanti, que iria, ao lado de empreendimentos notáveis para o desenvolvimento da Província, trazer um monopólio familiar, intensamente prejudicial, sobretudo pela fraqueza do Barão da Boa-Vista, incapaz de coibir os desmandos de seus parentes, vários deles abusando de sua posição para contrabandear africanos, roubar escravos, fazer circular cédulas falsas e até cometer assassinios. Delineava-se o quadro pintado, realisticamente, por Antônio Pedro Figueiredo, em *O Progresso*, do domínio abusivo da aristocracia rural, da nobreza territorial, possuidora de largos tratos de terra e exercendo a sua força de classe dominadora, por intermédio de presidentes de províncias retirados de seu seio ou solidários com ela. O *Cousin-Fusco* já denunciara o mal e falara “na possibilidade de ter (a província) um presidente que gozasse de certa liberdade de ação, e se não visse coagido na nomeação de empregos públicos pela aristocracia” (tomo I, p. 210). E, muito embora a sua aproximação política com Francisco do Rêgo Barros, reconheceria que os barões de Suassuna e Boa-Vista tinham, nas suas gestões, atraído a si “a maior parte dos negociantes e grandes proprietários” (tomo I, p. 206). Paes Barreto, Rêgo Barros, Cavalcanti formavam um grande grupo unificado pelos laços de família e pela solidariedade de classe. Alguém fixara o panorama com rara felicidade:

Quem viver em Pernambuco
Deve estar desenganado,
Que ou há de ser Cavalcanti,
Ou há de ser cavalgado.¹

¹ *O Sete de Setembro* n. 11, de 14 de outubro de 1845, reproduz essa quadrinha sem apresentar-lhe o autor. Pereira da Costa, *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, identifica-o na pessoa do Dr. Jerônimo Vilela Tavares. Clóvis

Rodolfo Garcia, prefaciando as *Denúncias de Pernambuco*, apresenta a seguinte variante: “se chegou a dizer em Pernambuco que quem não era *Cavalcanti era cavalgado*” (p. XVII).

O drama da Província ia, de fato, ser o antagonismo entre Cavalcantis e cavalgados. Entre opressores e oprimidos. Entre possuidores de terras, fazendo e desfazendo nos negócios políticos e econômicos e deserdados dos bens de fortuna, desprovidos de recursos e situados numa completa situação de inferioridade². Espetáculo perfeito da luta de classes que iria explodir, com impetuosidade, na revolta da Praia. O padre-mestre Lopes Gama, com o

Beviláqua, além de dar-lhe a paternidade da espirituosa quadra, ainda o apresenta como autor de uma outra que não teve a mesma divulgação:

“Os leões venezianos
Têm as asas na dorsal
Os leões de Caraúna
Gravidade natural.”

(História da Faculdade de Direito do Recife, v. II, p. 24).

² Nabuco de Araújo nos delinea uma visão admirável desse conflito na zona rural: “Foi tal o terror que se incutiu na população que os moradores dos engenhos – que desde tempos imemoriais têm considerado aos senhores de tais propriedades como seus sustentáculos e protetores, que não sempre têm para com estes um justo respeito reverenciar, como para com aqueles que lhes dão terras para lavrar e caça para comer; que não pagam por isso a retribuição pecuniária, o menor serviço pessoal, a menor prestação em gêneros, nem fazem o menor benefício às terras pela plantação de árvores frutíferas ou de construção –, que esses homens, dizemos nós que se uniam aos senhores de engenho pela força do hábito, pela influência dos costumes antigos, pelos laços da gratidão, antes quisessem votar com a polícia que os aterrava do que com os seus patronos naturais que os sustentavam; e como os senhores de engenho pelo legítimo uso de sua propriedade têm o direito de expelir de suas terras os moradores que lhes não agradam, a polícia atual, vivendo sempre de ilusões e traficâncias, não duvidou propalar por seus agentes que tal direito não existia, e que ela interviria para o fazer cessar e formaria processos aos senhores de engenho que dele lançassem mão para conseguir seus fins e impor sobre a opinião. A polícia destruiu assim a justa relação que existia entre os proprietários dos engenhos e os seus moradores, alterou os costumes, e só produziu males, porque tais homens não podem mais ficar nos engenhos, que atraíam de certo modo” (*As eleições para senhores*, p. IX).

seu senso arguto de observação e seus modos desabusados de panfletário, notara “que muitos sujeitos que nunca ninguém conheceu por parentes della, derão por miserável adulação em assignar-se Cavalcantis: e note-se mais, que entre estes dizem, que há sua considerável diferença; porque uns são Cavalcantis com *i*; e outros Cavalcantes com *e*; que os primeiros são fidalgos de alto cothurno, e os segundos de meia tigella” (*O Sete de Setembro*, mesmo número).

Em *A Tempestade* (n. 5 de 19.9.1847) há uma referência humorística ao prestígio do nome Cavalcanti: “Consta-nos que o Sr. Antônio Joaquim de Mello verificando ser também descendente dos nobres de Florença mudou o nome para Antônio Joaquim de Mello Hollanda Cavalcanti Rêgo Barros de Albuquerque Maranhão”³.

Como já notara Joaquim Nabuco (*Um estadista do império*, tomo I, p. 75) além do aspecto de rebeldia contra a opressão do elemento territorial, havia, também, na Praieira, a repulsa ao estrangeiro, controlador da nossa atividade comercial⁴. O mulato socialista de *O Progresso* acentuara, também, essa situação: “O commercio de grosso-trato exige grandes capitaes e por isso se acha nas mãos dos capitalistas europeus. Quanto ao commercio a retalho, que entre nós tem por base o credito, e poderá offerecer preciosas saídas a grande número de nossos concidadãos, ora re-

³ Maximiano Lopes Machado, no seu *Quadro da Revolta Praieira na Provincia da Paraíba*, p. 48, nota, refere-se, também, a um Delfino Soares, que “por ocasião da influência legítima de Pernambuco crismou-se – Cavalcanti d’Albuquerque –; e posteriormente inculcando-se de – fidalgo, e rico – na Paraíba, tornou-se o epigrama vivo dessa família, por ter em si patentes os atestados da sua *no-breza*”.

⁴ A reação aos dois elementos opressores transparece no coro do Hino Liberal:

“A Liberdade vacila:
Às armas Pernambucanos
Corramos a combater
Guabirus e lusitanos.”

(Coleção da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco)

duzidos ao papel de solicitadores de empregos publicos, está sujeito ao mais exclusivo monopólio de fato dos antigos colonizadores do paiz” (*O Progresso*, tomo II, p. 240). A antipatia ao português, monopolizador do nosso comércio, estendia-se ao estrangeiro, em geral, pois não eram somente os lusos que concorriam com o nativo na profissão mercantil, e essa concorrência foi com o tempo ampliando-se a várias atividades. E, assim, a hostilidade não era só em relação ao lusitano, mas igualmente ao europeu vindo para prejudicar o filho da terra. (Ver Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, p. 37) Um nacionalismo exagerado, uma verdadeira manifestação de xenofobia, surgiu impelida pela ação de jornais como *A Voz do Brasil* e *O Nazareno*. Eis o panorama esboçado por Borges da Fonseca: “Temos sim nossa agricultura acabrunhada per o gravame de orrorozos tributos; temos o comersio vasilante e sem fé, expostos todos ao caprixo do mais forte, e do bancarroteiro; temos as artes, q’iam nasendo mortas ao nasedouro, por esa barbara concurrencia estrangeira, de modo q’ o estrangeiro já nos importta telha tijolo e cal, de modo q’nossos sapateiros, alfaiates, ferreiros & C., já não podem tirar o mesquinho lucro da mão d’obra, porq’o estrangeiro enxe o mercado de sapatos & C., mais barato”⁵. Por sua vez, Inácio Bento de Loyola, pela *Voz do Brasil*, denunciava: “Não menos de seis mil cazas de commercio a retalho se achão em Pernambuco, e todos ellas de estrangeiros: assim – logistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapixeiros, assucareiros, padeiros, cazas de rópa feita, de calçado, funileiros, tanueiros & tudo he estrangeiros. Cada huma dessas cazas tem 3 e 4 caxeiros todos portuguezes; calculemos porem a dois, e teremos doze mil caxeiros, com seis mil patrões, dezoito

⁵ *O Nazareno*, n. 36, de 25.11.1843. Chama atenção nos escritos de Borges da Fonseca a extravagância de sua ortografia. Já no n. 1 de *O Republico*, de 02.10.1830, afirmava ele não seguir a “ortografia filosófica ou da pronunciação” e que “por ora tem desprezado o sedilho”, o que levou o Sr. Hélió Viana a dizer que “realmente pode Borges da Fonseca ser considerado um dos mais arrojados precursores das ortografias confusionistas às vezes propostas entre nós” (*Contribuição à história da imprensa brasileira – 1812-1869*, p. 541).

mil portuguezes que nos excluem do commercio. Os fundos com que elles commerciam são nominaes, que elles todas as compras fazem aos negociantes de grosso trato a prazos. Si pois esse direito fosse excluzivo dos brasileiros, direito que se guarda religiosamente nas outras nações, não estarião acomodados dezoito mil pernambucanos? E notais que até hoje cargeiros são portuguezes”. (n. 13 de 29.01.1848). Em outro número, afirmava: “Existem na rua da Praia para mais de 120 marinheiros no commercio de carne secca, e apenas 3 Brasileiros” (n. 20 de 17.3.1848). A irritação popular transparecia nas quadrinhas agressivas:

Corja vil de vis marotos
Amigo das borracheiras
Darvos-hemos a resposta
Nas pontas das lambedeiras.
(*A Voz do Brasil*, n. 38, de 30.6.1848)

E já em plena revolta Praieira:

Cabra bixo do Brasil
Nascido na casa forte,
Já não teme a luza gente
Pois se leva a xicote.
(*A Voz do Brasil*, n. 76, de 17.11.1848)

No *Maccabeo* encontramos uma análise completa de nossa situação econômico-social:

“É extraordinária a influencia do capital sobre a produção, e a tendencia que tem elle para escravisar as outras forças productivas. É este um facto da sciencia económica que não pode ser posta em duvida porque é um axioma.

Desta guiza a unica classe Brasileira, que toma parte activa na produção, e que tem o seu quinhão na distribuição das riquezas, a classe dos proprietários de terras, tendo precisão de capitaes para desenvolver a industria agricola, e tirar do solo os beneficios que elle pode proporcionar, tem necessidade de dirigir-se aos capitalistas á fim de que por meio do emprestimo dos seus capitaes lhe proporcionem os meios

necessarios ao desenvolvimento d'aquella industria por isso se collocam na dependencia delles. Os Portuguezes por muitas circumstancias; por terem sido os dominadores da terra, por haverem ainda depois da independência conservado a sua antiga posição com o predomínio e quasi exclusiva applicação da industria commercial, são os que se acham possuidores desses capitaes; e por isso exercem uma decidida influencia sobre os proprietarios. Se pois proceder-mos á uma autopsia da Sociedade Brasileira, teremos o seguinte resultado:

1ª importancia, capitalistas – Portuguezes.

importancia secundaria – Propriet. de Terras.

terceira importancia, a industria, maxime a comercial – Portuguezes.

Assalariados – Escravos.

E a massa da nação, o que é? Nada. O que lhe pertence? A miseria!!” (n. 30, de 12.10.1849).

A influência estrangeira no comércio era, incontestavelmente, danosa. *A Folhinha de Algibeira* ou *Diário Eclesiástico e Civil para as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas* para o ano de 1848, apresenta no Recife 23 comerciantes brasileiros para 54 estrangeiros, dos quais 20 ingleses, 3 norte-americanos, 9 franceses, 10 alemães, 1 holandês, 2 suíços, 1 dinamarquês e 8 portugueses. O número de 1841, que se denomina *Folhinha de Almanak*, mostra-nos 22 brasileiros, 7 portugueses, 18 ingleses, 4 norte-americanos, 7 franceses, 4 alemães, 2 holandeses, 1 suíço. Referindo-se aos médicos existentes no Recife, a mesma publicação informa-nos que, em 13 facultativos, 2 são ingleses (Leudon e Mayer), 2 franceses (Theberge e Breton) e 1 italiano (Ulisses Leonesi). Já no *Diário Novo*, n. 108 de 13.12.1842, lê-se um protesto “acerca da existência de Medicos, Cirurgiões, Boticarios e Parteiras estrangeiros, sobre que tantas reclamações temos feito, e cujas providências anciosamente reclama o respeitável publico”. O número de comerciantes portugueses – basta ler *A Voz do Brasil*, *O Nazareno* e o *Diário Novo* – entregues ao comércio a retalho, era incomparavelmente muitíssimo maior que o apresentado na proporção acima, referente ao comércio em grosso. Acresce, ainda mais, que os lusitanos se dedicavam ao sistema de empréstimo a juro, extorquindo dos naturais

20 e até 25% por semana – “80 réis por cada pataca por semana” como diz Figueiredo – o que representava um modo simples de passarem “rapidamente do estado de vendelhões ao de capitalistas, amontoando dest’arte fortunas escandalosas, que com razão acendeu a indignação popular”. Em tempo, o *Cousin-Fusco*, com a sua aguda compreensão dos nossos problemas, alertara: “E como a maior parte desses usurarios é composta de Portuguezes, essas exacções, ainda que autorizadas por lei, todavia concorrem poderosamente para a permanencia desse odio que o nosso povo vota a todos os naturais de Portugal, e são mui nocivas ao paiz, porque pela perspectiva de rapida fortuna concentram nas cidades e praças de commercio os emigrados portuguezes, que com mais vantagem para o paiz se poderiam occupar no interior da provincia, na agricultura ou criação de gado, em vez de exercerem esta profissão improduttiva e representam o papel de sanguisugas” (tomo II, p. 18 e 19). Não tardariam muito, sem nenhuma dúvida, os frutos de semelhante estado de coisas. Se era vexatória a situação na agricultura, o mesmo panorama se projetava quanto ao comércio, e até quanto à indústria nascente motivando o célebre manifesto dos artistas de 1844, onde, entre outras coisas, se protestava contra a importação de técnicos estrangeiros, o que contribuiu para Nunes Machado, em plena campanha eleitoral, pronunciar um discurso sobre a nacionalização do comércio, na oficina de um sapateiro, na Rua Estreita do Rosário, ou, como se chamava, na época, rua do Rosário estreita (ver sobre o assunto *O eleitor pernambucano*, n. 2, de 19.8.1847). As conseqüências – e a campanha de *A Voz do Brasil* prenunciava isso – manifestaram-se na agitação de dezembro de 1847, quando da reunião da sociedade Philo-Terpsichore e da festa do Arco da Conceição (ver *Diario de Pernambuco*, n. 278, de 9.12.1847 e 280 de 11.12.1847 e ainda *O Lidador*, n. 235 de 11.12.1847) e dos graves acontecimentos de 26 e 27 de junho de 1848 (Ver *Diario de Pernambuco*, *O Lidador*, e o *Diário Novo*), sem falar nos distúrbios de 8, 9, 10, de setembro de 1844 e 25 de setembro de 1845 (ver jornais acima citados) e na atitude de indisciplina da guarda-

nacional, relatados pelo *Diario de Pernambuco*, n. 288, de 21.12.1847.

A rebelião Praieira, aparentemente, resultou da substituição do gabinete de 31.5.1848 (liberal) pelo de 29.9.1848 (conservador). A ascensão do partido conservador, afastado que estivera do governo, desde a subida dos liberais em 02.02.1844, é apresentada como a causa única do movimento. Todavia, as suas verdadeiras raízes se encontram na insatisfação reinante na massa pela opressão exercida pela “feudalidade” territorial, aliada ao elemento estrangeiro. Um fator que também influiu, embora seja olvidado pela maioria dos historiadores, foi o exemplo da revolução de 1848, na França, revolução de aspecto mais social do que mesmo político. Diz-nos *O Progresso*: “(...) O movimento europeu sempre ha produzido um grande bem no Brasil porque mostrou a facilidade com que eram derribados os governos que se isolam das respectivas nações, e que, menosprezando os clamores dos povos, só se lembram delles para extorquir-lhes impostos de mais e mais onerosos; e não duvidamos que dentro em pouco a opinião publica seja unanime em reclamar certas modificações na nossa constituição e leis organicas, afim de todos os poderes não serem absorvidos no executivo, e as provincias reduzidas a colonias do Rio de Janeiro” (tomo III, p. 43). E mais adiante: “(...) Eles (os revolucionários franceses) fizeram reconhecer que a sociedade devia ao individuo uma indemnisação dos direitos naturaes, cujo uso ella veda, uma indemnisação da sua herança confiscada; e, como primeiro passo nesta estrada fecunda, o estado reconheceu o direito que todo o homem tem de viver do seu trabalho” (tomo III, p. 59). Por sua vez, *A Reforma* (n. 4, 11.8.1848), espetacularmente, declarava em entusiástico *Aviso*: “*A Reforma* adhere à declaração do direito ao trabalho proclamado pela jovem Republica franceza, e roga a todos os seus collegas da imprensa o favor de adaptarem ou combaterem esta declaração que lhe parece propria para servir de bandeira ao partido progressista e facilitar a classificação das diversas opiniões. Esta declaração está concebida nos termos seguintes: ‘O

Governo deve a todo o cidadão a Instrução gratuita; meios de subsistência e socorros no caso de velhice ou moléstia!” “ Não poderia deixar de ecoar no meio do povo, preparado pela pregação dos jornais e de alguns líderes, a repercussão de certas medidas do governo provisório francês, partidas, especialmente, de Louis Blanc. Medidas como o direito ao trabalho – que, aliás, foi incluído no *Manifesto ao Mundo*, em janeiro de 1849, como reivindicação do movimento da Praia – e as fábricas nacionais repercutiram, certamente, em um povo tão explorado por uma oligarquia de latifundiários e uma burguesia adventícia.

A Praia foi um dos raros movimentos de massa em nossa História política. Geralmente, as nossas revoltas têm sido mais resultantes de impulsos das elites intelectuais do que mesmo impelidas pelo povo. A contribuição popular apresenta-se reduzida ou então tem, antes, provindo da pregação política de bacharéis e frades reunidos em *Areópagos*⁶.

⁶ Encontra-se, como exceção, um movimento nitidamente popular nos motins de fevereiro de 1823, provocados por Pedro Pedroso. Acompanhado de suas tropas de mestiços e de negros, como os *Monta Brechas*, *Bravos da Pátria* e *Intrépidos*, o capitão Pedroso, cuja popularidade era imensa, agitou, por alguns dias, o Recife, com as suas ameaças de governo igualitário e extremadamente democrático, que faziam tremer os burgueses abastados e os ricos proprietários da província. Conta-nos Frei Caneca o seguinte episódio comprovador de sua tendência de líder popular: “No dia da festa da Estância, indo à tarde àquela igreja uns membros do atual governo, Pedroso em uma das palhoças, rodeado de pretos e pardos, comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no seu colo, e vendo aos *provisórios* além de apertar com eles para que tomassem assento, lhes disse entre outras parvoíces: *-sempre estimei esta cor, é a minha gente!*” (O caçador atirando à Arara Pernambucana – *Obras Políticas e Literárias*, v. II, p. 159). E é bem significativa a quadrinha cantada, naquela época, pelos seus soldados:

Marinheiros e caiados
 Todos devem se acabar,
 Porque só pardos e pretos
 O país hão de habitar.

F. P. do Amaral – (*Escavações – Fatos da História de Pernambuco*, p. 232).
 Alfredo de Carvalho, entretanto, encontrou outra variante:

Na Praieira, vemos a força dos movimentos populares levando os líderes, na maioria políticos sem grandes pretensões a reformadores sociais, a adotarem um programa, às vezes, por eles combatido em momentos anteriores e até na mesma ocasião⁷.

E a grande força da Praieira reside, justamente, no seu caráter de explosão de aspirações populares. Os historiadores, em sua

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar
Pois só pretos e mulatos
O país hão de habitar.

(*Estudos pernambucanos*, p. 209)

⁷ Basta citar o *Manifesto ao Mundo*, de 01.01.1849, elaborado por Borges da Fonseca e assinado por todos os chefes militares, onde se encontrava a bandeira de revolta, condensada na convocação de Assembléia Constituinte, que deveria tornar realidade as seguintes reivindicações: “1º O voto livre e universal do Povo Brasileiro. 2º A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa. 3º O trabalho como garantia de vida para o Cidadão Brasileiro. 4º O comércio a retalho só para os Cidadãos Brasileiros. 5º A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos. 6º A extinção do poder moderador, e do direito de agraciar. 7º O elemento federal na nova organização. 8º Completa reforma do poder judicial, em ordem a segurar as garantias dos direitos individuais dos Cidadãos. 9º Extinção da lei do juro convencional. 10º Extinção do atual sistema de recrutamento”. (*Apud* Figueira de Mello, *Crônica da Rebelião Praieira*, p. 194 e 195). A divulgação desse documento causou espanto nos próprios praieiros mais conservadores do Recife, pois muitas idéias colidiam com o princípio monárquico e iam bem mais além das pretensões dos chefes políticos do movimento, tanto que o *Diário Novo* chegou a considerá-lo apócrifo e arma de descrédito lançada pelos guabirus. Todavia, o pensamento vigorante no *Manifesto* não foi uma simples manifestação do espírito irrequieto de Borges da Fonseca, pois não somente consagrava velhas aspirações populares (ver, entre outras provas, a petição levada à Assembléia Provincial, pelos “Srs. Serpa Brandão, juiz municipal de Iguarassu, Francisco Borges Mendes, o creoulo Crilio e outros”, e datada de 27.6.1848, in *O Lidador*, n. 293 de 30.6.1848), como também vemos pela seguinte declaração de Borges da Fonseca, em carta datada de 12.01.1849, de Sibiró de Serra, MS existente no *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*: “Posso assegurar ao publ.º que os inclitos Moraes, Roma, João Paulo, Lucena, Leandro e eu nunca nos separamos, e nem em toda esta campanha havemos tido a menor divergência: pensamos igual, e operamos do mesmo modo”.

quase totalidade, têm mal compreendido o espírito da Praia, confundindo-o com o partido liberal ou *luzia*, do mesmo modo que não têm percebido o aspecto original do partido *guabiru*, que não pode ser confundido com o *saquarema* ou conservador⁸. Os dois

⁸ Assim como não é possível identificar-se, por completo, o partido praieiro com o *luzia*, também não é concebível confundir-se o *guabiru* com o *saquarema* ou o *saqui-havemos* ou *saquemos*, como é costume de *A Voz do Brasil* denominá-lo (n. 75 de 13.11.1848). O termo *guabiru* foi usado para designar o velho partido oligárquico do Barão da Boa-Vista, que vinha desenvolvendo-se desde 1837, data da ascensão da família Rêgo Barros-Cavalcanti ao poder. A princípio, conhecido pelo nome de baronista e de trapicheiro, foi, desde fins de 1844, batizado pelo de *guabiru*. *O Guarda Nacional*, n. 129 de 25.11.1844, artigo intitulado *Nova Denominação dos Baronistas*, diz: “O mato que outrora seguia as pisadas da Praça, e imitava tudo quanto nós aqui fazíamos, já não está assim, e a alguns respeito dá-nos hoje excelentes lições. Desde que apareceu em campo o Honório, e o Barão da Boa-Vista, ambos bem conhecidos por seus feitos, temos aqui chamado ao partido, ou lado *desses heróis de teatro*, reorganizador, baronista, trapicheiro, etc., etc.; mas nenhum desses apelidos significava verdadeiramente e com clareza o que era esse partido: entretanto o Bonito acaba de dar-nos uma bela denominação a essa gente que sustenta os princípios de 19 de setembro, e vem a ser a de – *guabirus*!! São pois os baronistas verdadeiros *guabirus*, porque seguem em tudo e por tudo a condição desses *ratinhos*. O *guabiru* furta, e corre, teme qualquer indivíduo, e ao ver o gato é capaz de precipitar-se nos maiores abismos, o baronista, que é, digam lá o que quiserem, um verdadeiro *guabiru*, furta, e corre, e nega e tem mais medo de um praieiro disposto do que de tudo quanto há. Fique pois adotada a denominação do Bonito e isto posto sejam proclamados os baronistas com aplausos e contentamento – os *guabirus* de Pernambuco. Para provar que tudo quanto digo é verdade farei algumas reflexões, e por elas vejam os leitores se o partido do Barão é ou não *guabiru*. No Bonito o ex-delegado José Joaquim Bezerra de Melo que já foi republicano, regressista, chimango, caramujejo, caramuru, praieiro e agora é baronista, ou por outra agora é Francisco Domingues e Medeiros, teve seus medos de uns gatos que andavam de noite miando nas ruas da Vila; e só por isso reuniu forças e estabeleceu um destacamento com soldo de tropa de linha em campanha”.

Parece que a denominação calou logo na opinião pública, tanto assim que o *Diário Novo*, n. 276, de 17.12.1844, tratando da questão das cédulas falsas, já chama os baronistas de *guabirus*. Por sua vez, o n. 9, de 11.01.1845 do mesmo jornal, diz que “*O Diário Velho* de 9 do corrente vem com um chiado de *guabiru*”.

partidos que se digladiaram em Pernambuco, no período de 1842 a 1850, e mesmo mais além, não representavam, apenas, o velho antagonismo de liberais e conservadores identificados pelas mesmas aspirações de conquistas das posições de governo, os quais partidos mereceram do visconde de Albuquerque, parodiando Disraeli, a alusão ferina de que “não ha nada mais parecido com um luzia do que um saquarema”. A estrutura da Praia diferencia-se das organizações políticas do seu tempo. Afirma o *Maccabeo* (n. 12, de 14.8.1849): “(...) Esse partido da praia, partido generoso, partido formado pela reação necessária contra a imoralidade, o roubo, o assassinato e todos os mais atribuídos da família nobre. Mas em

O Partido baronista – o futuro guabiru – tem um caráter próprio, um aspecto original, representando não tanto as pretensões políticas dos saquaremas, mas sim as aspirações locais da classe opressora – uma oligarquia de senhores de engenho – dominando social e economicamente a província. Comenta o *Diário Novo* (n. 30 de 11.7.1849): “Na facção que hoje se ostenta orgulhosa e soberba existem três grupos diversos e muito distintos – o da família Cavalcanti – Rêgo Barros, vulgarmente chamado guabiru; o da *praia nova*; e finalmente o dos *saquaremas* propriamente ditos. Este grupo (o 1º) não tem princípios, não tem pensamentos: quer o poder, seja corno fôr; seu fito é avassalar o país a seus caprichos e desvarios, seu fim é dominar tudo e tornar-se um grupo de susceranos e para consegui-lo serve a todos os partidos, vive em contínua contradição e inconseqüência, e ora é luzia, ora é retrógrado, ora é republicano, conforme o rumo em que corre o vento.

A praia-nova tem um só princípio, um só pensamento, esse princípio e pensamento é – a eleição de três ou quatro de seus membros.

Resta o 3º e último grupo, o dos *saquaremas* propriamente ditos. Ora, em abono da verdade, há em Pernambuco corcundas bem intencionados, isto é, homens que entendem que os saquaremas são uns anjos do céu, que são monarquistas sinceros, amantes de Deus e do Imperador; e esses homens conquanto queiram o governo absoluto, contudo não apóiam, nem Cavalcantis, nem *praia-novas*”.

Há nesse comentário uma preocupação bem evidente de isolar os guabirus dos saquaremas, dando aos primeiros características que os diferenciam dos conservadores propriamente ditos. E de fato, as pretensões dos baronistas tinham um sentido mais local, mais de acordo com os seus interesses imediatos de grandes senhores de terras. Tanto que não trepidavam em se unir a republicanos declarados, como Borges da Fonseca.

que posição difícil se não encontrou a praia? Era um partido formado com cores locais, era uma liga da província, contra uma parte dela, e a sua situação era a mais falsa possível. A política geral dividida pelo Sul em Saquarema e Santa-Luzia era impotente para a província de Pernambuco. Se dominava a política saquarema, tínhamos o Sr. Barão de Boa-Vista, Sebastião do Rêgo, & C.; se dominava a política Santa-Luzia, lá estava o Sr. Holanda, lucrando sempre a família Rêgo Barros-Cavalcanti, e o generoso partido praieiro sempre em apuros sempre lutando, e só subsistindo pela própria força”⁹. Por sua vez percebeu o sentido do partido *guabiru* “que não tendo bandeira política, se compõe dos fidalgos Rêgo Barros-Cavalcanti, dos ambiciosos e aventureiros ciganos” (n. 17, de 28.8.1849). Tendo o partido praieiro nascido com o *Diário Novo*, foi adquirindo, com o tempo, um sentido tão altamente revolucionário, especialmente na sua ala extremo-esquerda, aliás, a que fez a revolta, que muitos dos seus líderes se alarmaram com o desenrolar dos acontecimentos.

Nabuco foi dos raros a ver longe: “Na verdade como foi reconhecida pelos Cavalcantis mesmo, é que a Praia representa a população de Pernambuco em sua vasta maioria; era a encarnação da alma, do sentimento da aspiração popular (...) Nós não podemos julgar hoje essas épocas de que não sentimos as paixões; é provável, porém, que o movimento de 1849 tenha preenchido uma função útil e fosse uma válvula necessária” (De um discurso publicado em *A Província*, de 02.02.1898).

Afirma-nos o velho Félix Cavalcanti que o nome *Praieiro* foi dado por Sebastião do Rego Barros – o célebre *Bestalhão da Guerra* dos pasquins da época de Chichorro da Gama – “por escárnio”, pelo fato da tipografia do *Diário Novo* ser na Rua da Praia

⁹ “Os Praieiros têm uma história política singular. Eles não eram liberais doutrinários, como foram posteriormente os liberais de Pernambuco (...) O partido praieiro foi um partido sem direção e sem disciplina, porque propriamente não foi senão um movimento de expansão popular” (Nabuco, *Um estadista do império*, tomo I, p. 75).

(*Memórias de um Cavalcanti*, p. 60). O n. 35 do *Diário Novo* de 12.02.1844 diz: “Os jornais da polícia, todas as vezes que nos querem combater, nos denominam oposição praieira, e também a algumas pessoas temos ouvido em particular essa denominação. Se nos chamam oposição da praia, só para nos darem um cognome derivado da situação em que se acha, a tipographia oposicionista, nós o não rejeitamos, uma vez que serve ele de fazer-nos conhecidos”. Já na segunda metade de 1844, o próprio *Diário Novo* aceita o epíteto e deixa de chamar, como fazia antes, à sua organização política de partido nacional para chamá-la de praieiro. O n. 179, de 20.8.1844, traz um artigo intitulado *Triumpho da Praia*. O n. 182, de 23.8.1844, fala no “vitorioso exército da praia”. E assim por diante. Os demais números vão consagrando a denominação. Com o passar do tempo, o partido praieiro foi congregando as aspirações populares, foi tornando-se um partido de massa, um partido dos cavalgados, onde se conjugavam ardentes manifestações subterrâneas de reivindicações, ao lado de preocupações meramente políticas de muitos dos seus corifeus. Alguns deles, fazendo-se de líderes populares, vestindo roupagem de tribunos da massa, com o intuito de arrastar o povo para o seio, esse povo já cansado do domínio opressivo dos Cavalcantis, que já por tanto tempo “cavalgavam política e socialmente a Província” como disse, espirituosamente, o Prof. Gilberto Freyre (Prefácio às *Memórias de um Cavalcanti*, p. 16).

Sente-se, claramente, a preocupação com que os jornais baronistas distinguem a Praia do partido liberal. No n. 9 do *Saquarema* de 31.8.1846, lê-se: “(...) Os *Santa Luzias* já não estão muito de accordo com os praieiros, aos quaes acusão de muito exigentes, vingando-se os segundos em acusá-los de egoistas. Achamos razão nos primeiros, que em verdade defendem principios, que postos que sejam contrarias ás nossas idéias, e os julgemos inteiramente subversivos para a Sociedade Brasileira, nem por isso deixão de ser principios e nós respeitaremos sempre as convicções de todos os homens honestos; mas os praieiros, que não têm ideias, nem principios e nem honestidade, que não passam de miseráveis ganhadores, cuja precaria existencia politica depende absolutamente

da vontade do governo, o qual para reduzi-los á nulidade de que nunca devião ter saído, basta mandar para Pernambuco hum presidente menos faccioso do que o Sr. Chichorro, ou falando precisamente, hum homem que tenha brio e pudor, e que não jogue despejadamente a sua reputação, he cousa que faz rir vê-los acusar os *Santa Luzias*, porque não sacrificão a bem delles, o paiz e a paz do império”. Há, além disso, na Praia, uma ala avançada – a esquerda do partido – que defendeu os mais arrojados princípios de reivindicação popular e que levou o partido praieiro à revolta: – o chamado grupo dos *Cinco Mil*. Um dos seus jornais, *A Voz do Brasil*, chegou a ser estigmatizado pelos praieiros de projeção, como vemos nas orações pronunciadas pelos deputados da Praia na Câmara Geral, quando das discussões a respeito dos incidentes de 26 e 27 de junho de 1848. A origem dos *Cinco Mil* ainda não foi bem esclarecida. Diz Alfredo de Carvalho (*Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, p. 206): “Enumerando as manifestações de regozijo com que foi recebido em Pernambuco o advento do ministério de 2 de Fevereiro de 1844, noticiou o *Diário Novo* uma passeata de cinco mil pessoas, número exagerado que fez os conservadores dizerem que os *praieiros* eram – *cinco mil*”. Aliás, o referido jornal (n. 123, de 07.6.1844) fala em “mais de cinco mil pessoas”. Pereira da Costa dá, entretanto, outra interpretação: “Os cinco-mil representavam o partido que promovia a nacionalização do commercio á retalho; e promovendo o panfletário e agitador Antônio Borges da Fonseca uma representação ao governo sobre o assumpto, e mandando-o assignar por diferentes pontos da provincia, dizia que o numero de subscritores atingia a cinco mil, vindo dahi a denominação dos partidarios da idéia e extensiva depois aos liberais ou praieiros” (*Anais Pernambucanos*, ano de 1847, MS existente na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco). Parece que havia a tendência, na época, de situar tudo dentro desse número, tanto assim que Maximiano Lopes Machado – figura saliente da revolta na provincia da Paraíba – diz no seu *Esboço biográfico do Conselheiro Senador do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama*, Recife, 1887, que o cadáver do tenente Luís da Costa Be-

zerra Bimbert foi acompanhado pelas ruas do Recife “por mais de cinco mil pessoas” (p. 7). Possuíam eles um *Hino dos Cinco Mil* (*O Artista*, n. 8, de 30.9.1847 publicou-o na íntegra), havendo, ainda, um *Hino Nacional dos Cinco Mil* (publicado no n. 5, de *Hum dos Cinco Mil*, de 24.9.1847). Nesse jornal, no seu n. 6 de 02.10.1847, além do *Pelo Signal dos Cinco Mil* – que também saiu em *A Tempestade*, n. 1 – há o *Padre Nosso dos Cinco Mil*. Formando um grupo ativo e exaltado, apresentavam uma certa organização com tendência profundamente de esquerda. Pereira da Costa acentuou que, em 1846, “*O Postilhão* faz referência aos cinco mil, como um centro político mais ou menos organizado” (*Anais Pernambucanos*, ano de 1847). Enfaticamente, eles clamavam no seu Hino:

Se o despotismo atrever-se
A sahir do seu covil
Ferro e fogo encontrará
Nos valentes cinco mil.
(*O Artista*, n. 8)

E até senadores pretendiam ter elementos para fazê-los, como se vê no soneto de A.L.P. de Carvalho em *A Tempestade*, n. 3 de 12.9.1847:

Chichorro! Oh! memoria do Brasil!
Senador has de ser sem violência
Com os votos liberaes dos cinco mil.

Quem sabe das relações dos *Cinco Mil* com a sociedade *Vigilante*, que, como parece, tinha tido, por sua vez, ligação com a *Sociedade Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*, fundada em 1828? Pereira da Costa (*Anais Pernambucanos*, ano de 1843) mostra-nos que a *Sociedade Vigilante* era “de um caráter inteiramente político” embora “sob a forma e fins maçônicos” e que tinha “associados espalhados por todos os municípios da província, valentes propagandistas da bandeira que arvorara, cujos princípios e idéias, porém, ignoramos, sabendo apenas que eram as mais liberais possíveis”. Deu origem, posteriormente, quando de sua extin-

ção, pois “foi muito perseguida”, à *Associação Imperial Pernambucana* que se tornou o órgão do partido praieiro. Quem sabe se *A Vigilante* não manteve contato com os *Cinco-Mil*, irmanados nas mesmas tendências e preocupações? A figura de Borges da Fonseca, na direção d'*A Vigilante*, é um fato que não se pode desprezar. É inconteste que os *Cinco-Mil* representavam a facção extremada da Praia e defendiam idéias avançadas de reivindicações sociais, algumas delas propendendo para manifestações desordenadas e até anárquicas. Mais do que em *Hum dos Cinco Mil*, jornal dirigido pelo padre Capistrano de Mendonça e que parecia ser o órgão do grupo, encontramos em *A Voz do Brasil*, de Inácio Bento de Loyola, o maior veículo de propagação de suas aspirações. E não se venha dizer que a Praia tenha negado qualquer solidariedade e ligação com a atividade desse jornal. Oficialmente pode ser, mas de fato se sente a afinidade entre o pensamento de Inácio Bento de Loyola e os jacobinos do partido praieiro¹⁰. Nos vários distúrbios que sobressaltaram a população do Recife, vemos constantes alusões à interferência dos esquerdistas da Praia. Referindo-se ao incidente de setembro de 1845, afirma *O Lيدador* (n. 55 de 01.10.1845): “Os ardentes, os cinco mil, atraídos pelo signal correm amotinados”. Ao mesmo tempo, o órgão guabirou acentua a origem popular do grupo e as suas tendências avançadas e refor-

¹⁰ É impossível desprezar-se a importância desse jornalista nos acontecimentos que prepararam a Praieira e nos posteriores a ela. Diz *O Lيدador* (n. 294 de 4.7.1848): “(...) Quem é o Sr. Loiola? Praieiro, como tal sempre havido e declarado; oficial da secretaria da assembleia praieira, preso e processado pela parte que tomou nos acontecimentos de 26 e 27”. E era tão intensa a sua atuação revolucionária que, ao iniciar-se o movimento armado, foi logo detido, quando outros continuaram livres. Eis o que diz o chefe de polícia Firmino Antônio de Sousa em ofício ao presidente da Província: “Achando-se preso desde ontem por ordem minha pelo Delegado do 1º Distrito Inácio Bento de Loiola redator da *Voz do Brasil*, como indiciado nos crimes classificados nos Arts. 68 e 85 do Código Penal, manifestados em alguns números do mesmo periódico, e convindo que seja posto a bordo de alguma embarcação de Guerra, rogo a V. Exa. as suas ordens para que se efetue este meu propósito a bem do serviço público. Deus guarde a V. Exa. Secretaria de Polícia de Pernambuco, 4 de janeiro de 1849” (Ms. existente no Arquivo do Estado de Pernambuco).

mistas: “(...) Esses esfarrapados Cinco Mil, que hoje atacão a nos-
sa segurança e ameação a nossa propriedade” (*O Lidador*, n. 236
de 14.12.1847).

A Praieira foi a resultante lógica da pressão desses elementos de massa¹¹. O grupo de orientação puramente política foi arrastado a acompanhá-los, impelido pela força das circunstâncias e pelo impulso dos acontecimentos¹². Para aqueles políticos preocupados unicamente com as mudanças de gabinete, com as oscilações dos partidos, não interessava, no momento, uma luta armada. Talvez fosse fácil a derrubada dos conservadores, tão instáveis na ocasião, tão inseguros ainda, pelos meios puramente pacíficos, sem a necessidade do recurso às armas tão precário e incerto e que poderia, como de fato aconteceu, redundar num longo e penoso ostracismo, sumamente desagradável, para quem via tudo em função da atividade partidária, relacionada com a politicagem de campanário. A revolução não foi almejada pelos grandes líderes praieiros. Numa reunião realizada na Corte, estabeleceram os deputados da Praia a necessidade de evitar-se, a todo o custo, o choque armado. E Nunes Machado, com os seus correligionários já de armas na mão, já se tendo ferido os primeiros *entreveros*, ainda mantinha a esperança de apaziguar os ânimos cuja exaltação ele, afastado no Rio, não podia avaliar. Incapaz de resistir aos inimigos – e o Marques de

¹¹ Nabuco percebera, em verdade, a tendência da revolta: “Não se pode deixar de reconhecer no movimento praieiro a força de um turbilhão popular. Violento, indiferente a leis e a princípios, incapaz de permitir em seu seio o mínimo desacordo, empregando sempre meios muito mais enérgicos do que as resistências exigiam, embriagando-se dos seus excessos de autoridade tudo isso é exato do domínio da Praia, e esses são os característicos próprios da democracia. Mas a verdade é que a Praia era a maioria, era quase o povo pernambucano todo... Muito provavelmente a Praia representava a queixa de uma população adiantada de instintos contra a sua triste condição”. (*Um estadista do império*, tomo I, p. 74 e 75). E afirma, também: “(...) A Praia dispunha da massa popular e tinha sempre prontos, esperando um seu aceno, os elementos precisos para uma revolução” (Obra citada, tomo I, p. 68).

¹² “A política complicava-se com um fermento socialista”, como disse Joaquim Nabuco (Obra citada, tomo I, p. 67).

Paraná acentuava que o grande liberal era homem de todas as coragens, exceto dessa – foi tragado pelo torvelinho que, se em parte atiçara, tudo fizera, quando vira a gravidade da situação, por desfazer. Joaquim Nabuco diz: “A revolta era inevitável, não porque os chefes políticos da Praia a promovessem, mas porque eram impotentes para dominar os seus correligionários” (*Um estadista do império*, tomo I, p. 71).

A participação popular no movimento é grande. Qualquer autor que abrimos, ou qualquer jornal que folheamos, fornecem dados comprobatórios desta tese. A administração de Chichorro da Gama tinha contribuído, grandemente, para o fortalecimento do partido praieiro e para o incentivo às pretensões da massa. A atitude enérgica do presidente da Província, pondo-se, declaradamente, ao lado dos cavalgados, desmoralizando a “feudalidade” territorial, representada nos Cavalcantis e castigando, com a sua polícia, os desmandos e os crimes dos partidários do barão, trouxera-lhe o apoio completo dos elementos populares, dos “membros dos clubes dos mulambos”, na expressão irônica d’*O Lidador*. A divulgação dos crimes de um José do Rêgo, de um Chico Macho, de um José Maria, o conhecimento dos atentados praticados no Arraial, a apreensão de escravos roubados¹³, tudo isso fortalecia, no seio do povo, o prestígio de Chichorro da Gama e aumentava a popularidade do partido praieiro. A vigilância da polícia, intervindo nos engenhos, ousando entrar nos “góticos castelos” dos potentados da terra, ia alentar as aspirações da massa... E na poesia popular vinha a repulsa aos antigos baronistas:

Protegia a ladroeira
Quando havia ocasião:

¹³ “(...) Introduzindo na circulação centenas de contos de réis das bentas cédulas navalhões; já fazendo contrabando d’Africanos e pau-brasil; já roubando sem pejo dezenas de escravos a seus legítimos senhores, e o tesouro público: já assassinando, prostituindo, & C., & C.” (*Um dos Cinco Mil*, n. 5 de 24.9.1847). Ainda fazia ironia o bom do padre Capistrano: “Depois da sinfonia de abertura, principiou a quadrilha, e que quadrilha!? Era um goste vê-la saltar ao som da música do Arraial” (*Um dos Cinco Mil*, n. 3, de 14.9.1847).

Era bom, bem bom na brexa,
 Já se foi El Rei Barão
 Não se pode mais roubar
 Acabou-se seo condão.
 (*A Barca de Vigia*, n. 3, de 28.8.1847)

Razão teve Nabuco quando afirmou que a presidência de Chichorro “assinala o pleno domínio da Praia” (Obra citada, tomo I).

Data daí o grande desenvolvimento da facção praieira e a sua reação quando, com o afastamento de Chichorro¹⁴, ela se viu, mesmo na vigência de gabinetes liberais, em situação de ter de deixar o poder. As aspirações revolucionárias da massa não poderiam ser detidas, facilmente, nem mesmo pelos governantes inteiramente submissos à vontade dos guabirus, como Herculano Pena¹⁵. Só a força das armas conseguiria sustentar o movimento popular e trazer a vitória aos elementos reacionários. Os prenúncios da revolta, condensados nas agitações de dezembro de 47 e junho

¹⁴ É evidente o apoio popular de que gozava Chichorro da Gama. As medidas saneadoras tomadas pelo presidente da Província repercutiram bem na massa, causando, entretanto, ojeriza no meio dos ricos. Nabuco de Araújo, em sua *Justa apreciação do predomínio do Partido Praieiro* ou *História da dominação da Praia*, Pernambuco, 1847, diz-nos que o chefe do governo não contava com a “opinião dos proprietários, negociantes e capitalistas desta província” e que tinha “por si somente os proletários, a gentalha ávida de desordem e novidades, e essa coorte de famélicos e ardentes” (p. 35), que formavam os “proletários e ardentes da praia”, a que se reporta adiante (p. 41).

A dedicação do povo transparece, bem firme, na advertência arrogante de um soldado do *Batalhão do Carneirinho*, feita a um baronista: “Diga ao Sr. F. que a praia ainda não morreu; que o sino do Rosário ainda não dobrou; que o homem ainda não foi demitido; e que o seu corpo ainda é de carne e osso” (*O Postilhão*, n. 3, de 18.5.1846).

¹⁵ Ao presidente Herculano Pena, nomeado pelo gabinete ultra-reacionário de 29.9.1848, devia ter soado de modo bem desagradável a quadrinha que encontramos no *Diário Novo*, n. 250, de 17.11.1848:

Quem fôr para Pernambuco
 Leve contas pra rezar
 Pernambuco é purgatório
 Onde a gente vai penar.

de 48, denotam uma turba exaltada, exacerbada nos seus instintos predatórios e onde o elemento nuclear é representado sempre pelos “valentes cinco-mil”¹⁶. Vindos das baixas camadas da população rural e urbana, os rebeldes demonstraram um grande poder combativo – um grande potencial revolucionário, como diria melhor um marxista – que nem sempre foi aproveitado habilmente pelos chefes. Urbano Sabino diz: “(...) As forças revoltosas achavam geralmente toda a sympathia e apoio, e todo o povo espontaneamente se offercia á acompanha-las; nunca lhe faltavam soldados em parte alguma, e se tivessem sufficientemente armamento, terião posto em campo um exercito formidavel em relação á população pernambucana” (*Apreciação da Revolta Praieira*, p. 14).

No jornal do Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, jornal sério e doutrinário, destoando “pela sua moderação de linguagem dos contemporâneos” (Alfredo de Carvalho, *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, p. 218), há uma apreciação completa da influência do elemento popular na revolta e de seu aspecto social: “Mas essas massas de ordinário são arrastadas pelos homens que dirigem o movimento; todavia cumpre confessar que as massas que aderiram ao movimento de Pernambuco se houveram com tanto heroísmo, tanto valor, tanta dedicação, tanto desinteresse, que é mister que algum sentimento forte tivessem no coração, e não fosse a simples obediência ao aceno de alguns quem os tenha á tal ponto empenhado na luta. Por certo um sentimento forte guiava essas massas, sentimento tanto mais forte, quanto a questão, como dito está, era mais social que política. As massas que acompanharam o movimento revoltoso se compunham de homens do interior, e de homens da capital que haviam deixado suas famílias e cazas para aquele fim (...) é pelo interior que se encontrou uma devotação praieira superior á toda a expressão, como podem informar os Srs. officiais do exercito que por ai passa-

¹⁶ “(...) Era êsse mesmo povo infamemente tratado de canalha, de assassinos, de ladrões e de cabras, de mistura com os pernambucanos livres a quem chamam cinco mil.” (*O Proletário*, n. 9, de 29.9.1847)

ram, e essa devoção praieira não assenta tanto sobre princípios de organização ministerial ou governativa, como no odio entranhavel que se consagra á esses mandões de punhal que assolam o interior da provincia. Quanto às massas da capital, o sentimento que mais as domina é a nacionalidade do commercio, e o odio á alguns estrangeiros que as tem espoliado dos meios de substância” (*O Maccabeo*, n. 13, de 14.8.1849). Não lhe foi, pois, estranho o verdadeiro sentido do movimento, e seu caráter de revolução de massa. Ainda acrescenta, mais adiante: “A questão de Pernambuco é mais social que política”. E, em outro número, declara que as causas da revolta “teem um caracter social muito pronunciado e que todavia não exclue a existência de um caracter político” (n. 17, de 28.8.1849).

Figueira de Mello chega mesmo a traçar com perfeita nitidez o quadro completo da luta de classes, o choque entre “Cavalcantis” e “cavalgados”, como se tivesse em mãos o recém publicado *Manifesto Comunista*: “Como consequencia necessária e infallivel destes manejos, resultou que a Provincia se dividisse em dous partidos; que a um delles estivessem ligados por mutua attração, todos os proprietários, negociantes e capitalistas; todas as classes illustradas; todos os primeiros Empregados da Provincia; e que ao outro, guardadas algumas excepções (quasi sempre effeito da ambição, de interesse, ou da illusão), adherissem as classes inferiores e ignorantes da população que julgando-se desherdadas dos bens sociais ou oprimidas por leis tyrannicas e offensivas dos seus supostos direitos nutriam no coração os sentimentos de odio, de inveja e de vingança contra as classes superiores no mais elevado ponto de exaltação, e inspiravam assim os mais sérios cuidados a quantos ouviam a sua linguagem, observavam suas aspirações, e prescrutavam no futuro as tristes consequências, que resultariam se ellas se realisassem”. (*Chronica da Rebelião Praieira*, p. 4). E ainda acrescentou que os chefes praieiros “prometiam às classes baixas e ignorantes da população, a posse das lojas, tabernas e boticas, que eram possuidas por Portuguezes, como recompensa de

todos os seus trabalhos (Obra citada, p. 7). Por seu lado, *A União* (n. 95, de 03.4.1849) caracteriza esse aspecto da revolta: “Entretanto como a immensa maioria dos proprietários, commerciantes e empregados publicos da provincia prestassem o mais decidido apoio á sabia e patriótica administração daquella epocha, e a opposição não podesse recrutar adherentes nessa parte da nossa população, a praia voltou-se, como era natural, para as classes menos abastadas e esclarecidas, e para conquistar as sympathias populares, arvorou a bandeira democrática, affagou os preconceitos das multidões; fanatizou-as com suppostas e impossiveis acusações que de contínuo barateava aos seus adversários, e com certas promessas menos honrosas ainda que o cynismo com que crão propaladas e desenvolvidas”. A colaboração dos homens de cor à causa praieira é comprovada por Figueira de Mello (Obra citada, p. 162 e 234), e, principalmente, a dos índios, cujo espírito combativo foi bem aproveitado para a luta sendo recrutados nas fileiras (Obra citada, p. 154, 247, 269, 358, 360, Dts – 73), participando de modo ainda mais valioso na última fase da revolta no chamado segundo movimento que vai de outubro de 1849 até março ou abril de 1850¹⁷. A participação do elemento popular e camponês é acentua-

¹⁷ O General Mello Rêgo (*Rebelião Praieira*) considera esse último movimento inteiramente despoído de sentido político, simples manifestação de anarquia. Entretanto, o próprio Honório Hermeto Carneiro Leão, que, inicialmente, tinha essa idéia, retificou-a, por completo, como diz no officio dirigido ao chefe de policia interino, mandando-o proceder à formação da culpa dos implicados (Ver sumário crime instaurado, MS in *Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*). Lançaram os rebeldes um manifesto que foi publicado no jornal *O Século* e há duas cartas de Miguel Afonso Ferreira, uma a Pedro Ivo e outra a João do Rêgo Barros Falcão, onde encontramos referências claras ao caráter político da revolta (ver referidos documentos no acima citado sumário crime). Os depoimentos das testemunhas ouvidas são unânimes na afirmação de que os revoltosos de Pedro Ivo continuavam com a mesma bandeira da Praia: a convocação de uma constituinte. Sendo que a quarta testemunha, João Damasceno Pacheco, afirmou ainda que “sabia por ouvir dizer e ser notório, que os rebeldes queriam era uma Constituinte para reformar a Constituição do Império, e outros a República.” (ver sumário crime).

da no relatório do general Coelho sobre o ataque ao Recife, em 02.02.1849. “Erão pouco mais de cinco horas e meia da manhã, e a cidade apresentava o espetaculo lugubre e ameaçador de uma invasão de barbaros, trapilhos, de camisa e ceroulas, corda e machadinha, ameaçando extirpar a classe civilizada e pacifica afeita a viver do seu honesto trabalho.” (*Apud* Urbano Sabino, *Obra citada*, p. 313). Por sua vez, o general Mello Rêgo, testemunha que foi da revolta, diz, referindo-se aos assaltantes do Recife: “Estes em geral, homens de campo, descalços, *matutos* como lá chamam, não conheciam em sua maioria as ruas da cidade, e alguns até nunca tinham ida á ella.” (*Rebelião Praieira*, p. 227). E, mais além, afirma: “Desordenadamente, mas corajosamente, batiam-se aquelles pobres matutos sem commando e sem guia: morriam matando.” (*Obra citada*, p. 228).

Do outro lado, do lado dos Cavalcantis, encontrava-se a gente do partido da “Ordem”, em contraposição aos “mulambos”¹⁸, desse partido da Ordem que, através da nossa História, tem dominado a nossa vida política e econômica, acumpliciando-se com todos os reacionarismos, com todos os fascismos ostensivos ou velados. Era o partido dos ricos proprietários, dos senhores de engenho, dos negociantes abastados¹⁹ aquele “em cujas fileiras se achavam alistados os filhos dos mais ricos proprietários” (Figueira de Mello, *Obra citada*, p. 127, assim como p. 94, 99, 114, 200, 206, 357 e 372). Facção estruturalmente reacionária foi bem representada por Vieira Tosta, o futuro Muritiba, cujo espírito intensamente conservador é destacado pelo retrato que lhe pintou Nabuco: “Tosta era um conservador dos raros que tinha a religião, a monarquia, a or-

¹⁸ “Estão os praieiros divididos em Cachorristas, Mulambistas e Elefantistas (...) o segundo compõe-se de esfaimados.” (*O Postilhão*, n. 10 de 18.7.1846).

¹⁹ Referindo-se ao tempo em que o partido da Ordem – durante o governo de Chichorro da Gama – esteve no ostracismo, diz *A Carranca*, n. 18, de 10.7.1847: “(...) a oposição de Pernambuco não era causa de família; pois contava em suas fileiras toda a população grada, mais rica e industriosa da província”.

dem pública, a lei, como dogmas indiscutíveis. Intolerante, quando se tratava deles; exclusivista, no sentido de julgar impróprio para as funções do Estado quem os não professava, ele confessadamente o era” (Obra citada, tomo I, p. 70). Quando em 1866 se discutiu, no Conselho de Estado, sobre o projeto emancipacionista de Pimenta Bueno é sintomático ter Vieira Tosta votado contra a sua aprovação, sendo somente acompanhado pelo ultra-reacionário Marquês de Olinda, o chefe do gabinete de 29.9.1848, que debelou a Praieira (ver *Rio Branco, Epheméridas Brasileiras*, p. 69). E, ainda como outro vulto representativo da facção, temos o general José Joaquim Coelho, cuja biografia, traçada pelo *O Constitucional*, de 23.01.1842, nos mostra o português inculto e boçal, que, por uma dessas reviravoltas do destino, explicável somente pelo muito de sabujice e de vilania que lhe ia n'alma, chegou a ser general do exército brasileiro, embora no fundo continuasse o mesmo ignorante de outrora, agravado, agora, pelas atitudes de chefe atrabiliário e prepotente. O bárbaro assassino do coronel Facundo, no Ceará, estava, naturalmente, indicado a ser o braço escolhido para defender a Ordem, a mesma Ordem dos potentados e dos opressores, que queriam continuar, na província de Pernambuco, o seu domínio de latifundiários e de senhores feudais.

O insucesso da revolta é uma resultante da deficiente organização revolucionária da massa. O potencial revolucionário do povo não foi bem aproveitado. Insufiou-se o clemente popular contra a opressão dos Cavalcantis e dos estrangeiros, mas não se soube orientá-lo, quando chegou o momento adequado à conquista do poder. Antes, muitos tiveram até receio das suas manifestações avançadas de reivindicação social. O próprio *Diário Novo* protestou contra o *Manifesto ao Mundo*. Os chefes, quase todos, mal preparados, tecnicamente, para a revolução, dotados de conhecimentos militares insuficientes, exceto um Pedro Ivo, não bem afeitos à tática de luta de ruas ou de guerrilhas não puderam dirigir aquela massa popular que teria provocado, sob a direção de hábeis líderes, a conquista do Recife e da Província, e quem sabe lá que

conseqüências nacionais adviriam daí...²⁰. Mas os seus líderes não conheciam, em sua quase totalidade, os princípios da técnica do golpe de estado. Não estavam a par das lições dos grandes teóricos do marxismo sobre os combates de rua e sobre as atividades de *partisans* (ver *La Lucha de Guerrilla a la luz de los clasicos de Marxismo-Leninismo*, Instituto Marx-Engels-Lenin, Buenos Aires, 1945) ou dos ensinamentos de Curzio Malaparte sobre a tomada do poder (ver *Técnica del Golpe de Estado*). Dois chefes encontramos, capazes de dirigir eficientemente o movimento, um quanto à direção militar, e outro quanto à direção política: Pedro Ivo e Borges da Fonseca. Mas foram anulados pela ação da maioria liderante. Militarmente falando, mostrou Pedro Ivo qualidades apreciáveis. Embora discordando do plano do ataque ao Recife, em virtude da precariedade de meios de que dispunham os revoltosos, ainda assim realizou um notável feito de armas com o seu movimento de flanco, burlando completamente o General Coelho. Eis o que afirma uma testemunha dos fatos e que, por sinal, não é nada simpática aos praieiros, em geral, e a Pedro Ivo, em particular: “Esse movimento de flanco, quando do Rio Formoso já o general Coelho (Barão da Vitória) tinha posto em marcha as suas avançadas para atacar os rebeldes naquelle ponto, foi sem dúvida admirável, pela sua concepção, como pela exactidão) e presteza com que foi executado e bastaria para formar a reputação de um general em

²⁰ Se não tivesse sido o mau sucesso de 2 de fevereiro, com a morte de um dos chefes de maior prestígio, com certeza o movimento se teria propagado, rapidamente, pela Paraíba (ver Lira Tavares, *Estudo sobre a Rebelião Praieira*, p. 63 e 68, e M.L.M., *Quadro da Revolta Praieira na Província de Paraíba*, Pernambuco, 1851). Quanto a Alagoas mesmo depois do mau êxito do ataque ao Recife, ainda perdurava, no seio das autoridades, um certo temor de prováveis agitações. É o que se aquilata do seguinte officio, dirigido ao Presidente da Província de Pernambuco, Manuel Vieira Tosta: “Ilmo. e Exmo. Sr. Tomando-se de urgência para o serviço público que um navio de guerra estacione no porto desta Cidade, rogo a V. Excia. que se digne de ordenar a vinda para este fim de algum dos que se acham nessa Província. Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Governo em Macció, 16 de fevereiro de 1849. O Presidente – Antônio Nunes de Aguiar” (MS in *Arquivo do Estado de Pernambuco*).

qualquer guerra regular” (General Mello Rêgo, *Rebelião Praieira*, p. 37 e 38). E ainda acrescenta: “Só quem conhece a topografia da região atravessada por aquela força, que de mais a mais, para esconder a sua marcha, teve de procurar caminhos desconhecidos, quasi impraticaveis, com voltas e desvios, para não se encontrar com as forças do Governo, sob o sol abrazador de Janeiro, tendo de transpor extensões que naquelle tempo eram pouco menos que deserto, em que até agua para beber faltava, é que pode avaliar o esforço empregado, para vencer as dificuldades que se oppunham a semelhante operação e a perícia com que foi esta executada” (Obra citada, p. 38). A autoria dessa admirável operação é, sem nenhuma dúvida, de Pedro Ivo, como se observa pela própria afirmação do comandante das tropas legais: “A Peixoto de Brito, como general em chefe, deve caber a glória desse feito. Mas o general Coelho dizia que só a Pedro Ivo é que se devia atribui-la” (General Mello Rêgo, Obra citada, p. 38).

O ataque à cidade não foi realizado de acordo com as idéias de Pedro Ivo, que planejou investi-la com uma só coluna, o que teria, certamente, contribuído para um rápido êxito, antes que chegasse o general Coelho, então no Sul da Província. Mas os comandantes preferiam atingi-la com duas colunas, uma por São José e outra pela Soledade, o que redundou num mau sucesso. Faltou ligação entre os dois corpos, faltou unidade de comando, e, enquanto uma conseguia certo resultado satisfatório, a outra, inexplicavelmente, ficou detida na Soledade. O desconhecimento da topografia da cidade pelos combatentes – quase todos do interior, camponeses ignorantes da distribuição das ruas do Recife, perdendo-se no emaranhado delas, desambientados, assim, para sustentar uma luta em ruelas e becos inteiramente desconhecidos para eles (ver General Mello Rêgo, Obra citada, p. 227 e 228) – foi uma das causas da coluna de Pedro Ivo não ter logrado bom sucesso... Mas, muito embora a derrota, admiração nos causa o modo como o grande chefe praieiro conseguiu escapar com vários de seus comandados, não obstante a chegada do futuro Barão da Vitória, e ainda realizar uma hábil retirada sem ser molestado. E a capacidade militar de

Pedro Ivo ainda deve ser salientada quando, ao separar-se da coluna do Norte, seguiu em direção ao Sul da Província, efetuando um habilíssimo movimento, mesmo nas barbas dos governistas, o que foi reputado pelo general Mello Rêgo como “uma operação audaciosa realizada com perícia” (Obra citada, p. 119).

Há, também, a projetar-se no cenário da revolta, uma figura que não foi ainda bem estudada e bem destacada pelos historiadores da Praieira, figura que merece uma apreciação particular e que está exigindo dos investigadores da nossa história política e social um ensaio de interpretação biográfica, situando-a na posição que merecidamente lhe compete dentro da nossa evolução histórica, aliás, de uma das fases mais agitadas e mais brilhantes da nossa evolução histórica. Refiro-me ao tribuno popular e jornalista, ao *condottiere* de idéias republicanas e sociais que foi o paraibano Antônio Borges da Fonseca – o célebre *Repúblico*. Que se manifestem os Gilberto Freyre, os Olívio Montenegro, os Otávio Tarquínio, os Sílvio Rabelo, os Caio Prado, os Pedro Calmon sobre assunto tão palpitante e tão vasto e que não se enquadra nos moldes limitados de uma tese. Há pouco, é verdade, o Sr. Hélio Viana apresentou uma contribuição valiosa ao estudo do vulto de Borges da Fonseca, mas pelo sentido especializado que imprimiu à sua obra, o seu trabalho adstringe-se, unicamente, à figura do jornalista, por sinal, um dos mais férteis e dos mais combativos na história do jornalismo brasileiro (ver Hélio Viana, *Contribuições à História da imprensa brasileira*, Rio de Janeiro, 1945). Continua a impor-se um estudo de maior porte, um ensaio onde os vários aspectos da vida de Borges da Fonseca sejam apreciados nos seus variados pormenores e situados no seu tempo.

A personalidade d'O *Repúblico* é daquelas que não se limitam a um reduzido momento histórico. A sua projeção se manifesta por um vasto período do nosso passado. Os primeiros anos de sua vida não são bem conhecidos. Estudante do Seminário de Olinda (Hélio Viana, Obra citada, p. 536) e do Liceu, onde foi contemporâneo de Paula Batista (Olívio Montenegro, *Memórias do Ginásio Pernam-*

bucano, p. 21), pouco se sabe em relação a essa fase de sua existência. O documento mais importante para o conhecimento de suas aventuras, o seu manifesto Político (Recife, 1867), é pouco minucioso nessa parte. A sua atividade inicia-se com *A Gazeta Parai-bana* e não mais sofre grandes interrupções até a sua morte. Jornalista destemido, tornou-se célebre pelo grande número de jornais que dirigiu, imprimindo em todos a marca de seu temperamento irrequieto e rebelado. As preocupações políticas o assediaram desde o início. Desde o princípio, que o vamos encontrar atuando em sociedades secretas, numa ânsia incontida de melhorar a situação do país. Membro da *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*, quando acesa era a luta contra o absolutismo, abrigado na *Sociedade Coluna do Trono e do Altar*, vemo-lo depois na direção da *Vigilante*, ao lado do padre Luís Inácio de Andrade Lima (ver Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*). E ainda depois na *Popular* (ver Nabuco, *Obra citada*, tomo I, p. 277). O período que vai da Abdicação às últimas manifestações da Praieira é, talvez, o mais agitado da sua agitadíssima vida de tribuno do povo, sempre em luta com os poderosos. Mas não foram somente as preocupações políticas que lhe impressionaram o espírito de eterno rebelado contra as injustiças. Sobretudo as idéias de reivindicações sociais, de reforma de uma sociedade firmada num patriarcalismo de senhores de engenho todo-poderosos, num exclusivismo de famílias dominadoras, aliadas a elementos alienígenas, monopolizadores das fontes econômicas da província, levaram-no a ser, dentro do ambiente social do Império, uma espécie de Quixote a batalhar contra os moinhos de vento do mais completo e opressivo reacionarismo. O sentimento de solidariedade humana desse Rieni brasileiro, a imaginar-se “investido de uma espécie de realza tribunícia” (Joaquim Nabuco, *Obra citada*, tomo I, p. 277), transparece em toda a sua vida. Vemos sempre nele a preocupação pelos que sofrem injustiça, pelos explorados e pelos humildes. Há no *Diário Novo* (n. 175, de 14.8.1844) o seguinte anúncio: “O abaixo assignado se acha estabelecido na rua da Penha casa n. 5, onde

igualmente tem estabelecido a typographia social nazarena; pretende advogar, principalmente no crime; aquelles que se quizerem utilizar de seu préstimo o podem procurar nos dias uteis: offerece-se tambem a todos os miseraveis, e aquelles que soffrerem prepotencias, e não poderem promover seu direito, o que fará gratuitamente. Antonio Borges da Fonseca”. Em permanente luta contra o despotismo, batendo-se em constante defesa dos ideais democráticos, que ele, em plena monarquia, identificara com o sistema republicano²¹, este homem que Nabuco considerou “um revolucionário

²¹ Foi bem intensa a expansão das idéias republicanas e federativas no período preparatório da Praieira. Com jornais entusiastas e combativos ia o grupo republicano encontrando ambiente favorável em uma província tradicionalmente antimonárquica. Os exemplos de 1817 e 1824 estavam bem vivos. E se o movimento da Praia tivesse se prolongado mais tempo teria agido, como agiram os farrapos no Rio Grande, desfraldando, às claras, o estandarte da República. Aliás, essas tendências republicanas ou democráticas, como eram também denominadas, estavam ligadas às mais avançadas manifestações de reforma social. *O Nazareno* era o seu mais ardoroso arauto, tanto que, com o tempo, os seus adeptos ficaram conhecidos pelo nome do jornal. Contra esse pensamento avançado, *A Ratoeira* (n. 1 e único, de 03.9.1847), com todo o seu reacionarismo *bien pensant*, bradava: “Democracia em Pernambuco! democracia no Brasil! Mas com que elementos, com que meios, com que gente se há de estabelecer entre nós esta forma de governo; aliás admirável quando é adotado por um povo ilustrado e de bons costumes? Na verdade só uma cabecinha de camarão, como a de Borges da Fonseca, conceberá a exequibilidade duma democracia no Brasil, país essencialmente aristocrático, composto de classes tão heterogêneas, país onde até os mais pronunciados liberalões traficam em carne humana! Entre nós o branco, ou o que nesta conta se tem quer passar por fidalgo, e julga-se superior ao pardo; o pardo não quer ombrear com o cabra; o cabra olha sobranceiro para o preto; o crioulo não sofre que o ponham a par do africano, o liberto julga-se muito acima do escravo; além disso é quase universal a nossa paixão por títulos, por comendas, por condecorações, por hábitos: e com tal população, como é possível estabelecer governos democráticos?”

E terminava prevenindo os baronistas quanto aos perigos de sua aliança com os *nazarenos*:

Democracia entre nós
Guabirus é forte asncira,
Não vos façais infelizes,
Não caiais na ratoeira.

em disponibilidade” figura “na galeria dos nossos tribunos republicanos como o que mais distintamente possuiu a envergadura revolucionária” (Obra citada, tomo I, p. 272 e 278). Há na sua atividade vislumbres de aspirações de líder socialista: “Quizesse Deos dar-me talento para ao menos imitar o procedimento desses sabios e generosos chefes da *republica vermelha*, fora isto dar-me conhecimento dessas vastas theorias, que em menos de um século vão regenerar a Europa. Um século a datar de 1780” (carta ao padre Joaquim Pinto de Campos in *Diário Novo*, n. 48, de 31.7.1849). O que se sente na alma d'*O Republico* é o desejo sincero de acompanhar as reivindicações populares, sem interessar-lhe o título dos partidos políticos contra Chichorro da Gama por julgar que somente o seu republicanismo exaltado resolveria os problemas do momento. Na ocasião, entretanto, em que a Praia foi verdadeiramente impelida pela eclosão dos impulsos populares e se atirou à revolta, visando a abater a prepotência dos guabirus, Bor-

Um núcleo onde as idéias reformadoras e republicanas encontraram boas possibilidades de repercussão foi na Academia de Direito de Olinda. Os acadêmicos chegaram a lançar um manifesto dirigido aos estudantes republicanos das Universidades da França, da Alemanha e da Itália de adesão aos seus princípios (ver *O Grito da Pátria*, n. 6, de 05.8.1848). Esse mesmo jornal, no seu n. 13, de 18.11.1848, com a revolta já começada e em franco progresso, comenta: “Todos os estudantes das universidades da Europa, e da briosa academia da cidade de Olinda, nossa pátria, tão bela, e idolatrada, têm manifestado o maior entusiasmo pelo triunfo das idéias republicanas; só os estudantes da academia jurídica de S. Paulo vivem abismados nas ilusões, e depravado servilismo da corte”. E parece que, pouco antes de começar o movimento da Praia, houve qualquer agitação nos meios estudantis de Olinda. Pelo menos é o que se percebe do seguinte ofício: “Cumpre-me dizer a V. Exa. que esta capital e a cidade de Olinda permanecem tranqüilas, no-lo devendo recear-se a continuação dos sustos, e de algumas notícias exageradas, e infundadas, que se têm espalhado de perseguição a alguns Acadêmicos, atentas as pesquisas, e informações, que colhi com a minha ida à dita cidade, e depois da qual nenhuma queixa e reclamação tem aparecido da parte dos mesmos Acadêmicos. Deus Guarde a V. Exa., Secretaria da Polícia de Pernambuco, 18 de outubro de 1848. — Ilmo. e Exmo. Sr. Comendador Herculanio Ferreira Pena, Presidente da Província. Firmino Antônio de Sousa, Chefe de Polícia” (MS. in Arquivo Público do Estado de Pernambuco).

ges da Fonseca, fiel ao seu passado de luta, não trepidou em unir-se aos inimigos da véspera. Explica ele a sua atitude, no *Diário Novo*: “Alguém, houve, que me conhecendo, e sabendo perfeitamente qual a minha missão, me procurara para pedir-me de ficar neutro no litígio que estava aberto entre a *praia* e os *guabirus*, pois que era necessário *ensinar* aquella; e apesar de meus desgostos, lembrei a esse, – *que minha missão era chorar com os que chorassem, estar sempre da parte do fraco, ser sempre contra o opressor...* pois que não me faria em tempo algum cúmplice da tyrannia” (de uma carta a Maciel Monteiro, in n. 31, de 12.7.1849). Diria ele hoje, certamente, usando uma linguagem de sabor marxista, que não tinha compromisso senão com o povo, seguindo o pensamento que fixara em *A Mentira* (n. 2, de 24.7.1848): “Praia, guabiru, saquarema, tudo isso he chimerico, só he real o Brasil”. Panfletário terrível foi, sobretudo, nos seus pasquins²² que “o mais fecundo dos nossos jornalistas políticos”, no dizer de Alfredo de Carvalho, maior influência exerceu no agitado período de preparação da Praieira.

Entrando tardiamente no movimento praieiro, pois, até então, estivera afastado do choque entre as duas facções inimigas, fiel aos seus princípios republicanos e às aspirações de reforma social, tornou-se, entretanto, depois, um dos líderes mais salientes, e, quiçá, o único a poder dirigir a revolta armada, com possibilidades de êxito, e com possibilidades de fixar um conteúdo doutrinário sólido. Herculano Pena tentou, temeroso, talvez, de sua capacidade admirável de condutor de massas, obter a sua neutralidade no conflito entre a Praia e os guabirus, mas Borges da Fonseca, o eterno revolucionário em potencial²³, vendo no momento uma oportuni-

²² Foi grande a ação dos pasquins no desenvolvimento de nossa vida política. Nabuco bem lhe acentuou a importância: “O pasquim exerceu considerável influência em nossa política e foi um dos principais instrumentos de sua profunda democratização” (Obra citada, tomo I, p. 277).

²³ “Dotado de alguma inteligência e coragem; acostumado desde a sua mocidade a planear desordens, resistências e revoluções, que pareciam terem-se tornado

dade para a vitória de seus ideais, entrou ardorosamente na revolta, em 15 de novembro²⁴, embora a tivesse considerado “prematura, por nem termos munição de guerra, e nem ao menos o acordo da Parahyba e Alagoas; façamos munição, e escrevamos aos amigos das duas Províncias” (do manifesto de 27.3.1849 in Figueira de Mello, *Obra citada*, p. 386 e Lyra Tavares, *Estudo sobre a Rebelião Praieira*, p. 79). Viu a possibilidade de imprimir a um movimento que sentia ter tendência popular, embora disperso e sem uma diretriz firmada, um programa onde predominassem as suas velhas e avançadas reivindicações. E, em verdade, as linhas mestras fixadas no *Manifesto ao Mundo*, que serviram de bandeira à rebelião, foram de sua autoria. As suas antigas pretensões de velho discípulo do socialismo utópico, dos revolucionários de fevereiro na França²⁵, foram tornar-se o estandarte dos praiheiros, e, ironia do

um elemento de sua irrequieta existência.” (Figueira de Mello, obra citada, p. 394).

²⁴ “Assim estava aberta a luta entre o poder corruptor do Brasil e o povo; e eu entendi dever abandonar minha família, meus cômodos, as vantagens de um advogado, que gozava já de créditos seguros, para tomar parte na luta contra o poder, e em favor do povo, e minha consciência me acusaria, se não procedesse assim, se sem meu comprometimento fosse o povo vencido. Sai, pois, de minha casa na Cidade do Recife no dia 15 de novembro; vim a Iguaçu; reuni 60 paisanos armados; deixei-os em ponto; parti para o Catucá; achamos Moraes e João Paulo, os quais aceitaram o meu convite, e assim se organizou a coluna liberal do Norte, que tanto fez em prol da causa. Fomos sempre perseguidos pelo Governo, a quem só dá cuidado a coluna liberal do Norte” (do manifesto de Borges da Fonseca de 27 de março de 1849, in Figueira de Mello, *Obra citada*, p. 386 e 387 e Lyra Tavares, *Estudo sobre a Rebelião Praieira*, p. 79 e 80).

Antes da revolta, já *A Mentira* (n. 1, de 17.7.1848) acentuava a importância de sua atuação revolucionária: “(...) é aquele a quem mais temem as facções por cuja causa o atrocizam”.

²⁵ Diz Figueira de Mello: “Enfarrinhado nas doutrinas inexequíveis de escritores demagógicos, desde Rousseau até Cabet, que tinha por oráculos; pertinaz sobremodo em sustentá-las pela imprensa, e pela palavra entre as classes baixas da Sociedade, únicas que por sua ignorância podiam recebê-las sem contradição, e a quem falava sempre em estilo rasteiro e apaixonado ao mesmo tempo; tendo extraordinária obstinação em seus planos de proclamar o Governo Re-

destino, defendidas por aqueles mesmos políticos que as tinham atacado anteriormente. Parece mesmo que sentiu a possibilidade de orientar os trabalhos da sonhada Constituinte. Pelo menos, Figueira de Mello refere-se à “inauguração de uma Constituinte presidida e dirigida por Borges da Fonseca”, como um dos alvos dos chefes rebeldes (Obra citada, p. 327).

Com a morte de Nunes Machado, ter-se-ia extinguido, por completo, a revolta, se *O Republico* não a continuasse a dirigir. Foi o guia ardoroso e entusiasta do movimento da Praia, depois do 2 de fevereiro. E, apesar das defecções, mostrou, durante toda a luta, uma fortaleza de ânimo, que não encontramos, exceto, talvez, em Pedro Ivo, em nenhum outro chefe. Os seus companheiros, muitas vezes, desiludidos e quebrantados, não o abandonavam, pelo temor, pelo receio, que lhes inspiravam a sua indomável bravura e a sua firmeza de propósitos. Ouçamos, a respeito, Figueira de Mello: “(...) Era esse caudilho depois da morte do Desembargador Nunes Machado, a cabeça que dirigia a revolta, e o braço que a sustentava. O Chefe enfim que se punha à frente dos combatentes. Os outros Chefes da rebeldia seguiam quasi sempre a sua opinião; tinham tanta confiança nelle, que o fizeram Commandante da columna, que atacou a Cidade pelo Sul; e finalmente temiam tanto os seus excessos, que alguns se quizeram deixar as armas, tiveram necessidade de atraíçal-o. Quanto às massas populares, estas deixavam-se arrastar pela sua energia de mando, ao som das palavras de liberdade, que elle lhes dirigia, e pelos terrores de captiveiro que lhes incutia para affasta-los da causa da ordem e da lei” (Obra citada, p. 394 e 395). As suas qualidades de chefe enérgico, de líder revolucionário previdente e audaz, de autêntico condutor de massas são acentuadas por todos os que se interessaram pela revolta da Praia. O general Mello Rêgo dele nos pinta este retrato: “Figura antipathica, magro, escaveirado, physionomia simiesca,

publicano, a qual parecia aumentar-se pelos trabalhos, que tinha sofrido, desde que entrara na carreira política”. (Obra citada, p. 394).

olucos fixos, ardente até a ferocidade, timbre de voz agudo e aspero, tinha, entretanto, palavra fácil, animada e persuasiva, sobretudo dirigindo-se às classes pouco ilustradas. Sabia incutir-lhes no ânimo o que sentia ou aparentava sentir, pois a sua linguagem amoldava-se sempre às circunstâncias da ocasião” (Obra citada, p. 29. Ver também sobre o assunto p. 79 e 93). Quando aprisionado e conduzido ao Recife, soube portar-se com muita dignidade e estoicismo, não obstante toda a ostentação de que foi cercada a sua entrada, demonstração evidente da importância de sua captura e desafogo das autoridades²⁶. Maximiano Lopes Machado, mostrando-nos o descaso dos revolucionários paraibanos na defesa de Areia, excetua “o cidadão Antônio Borges da Fonseca que com poucos mais tratava de prevenir, bem que tarde fosse, alguma surpresa desastrosa” (*Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*, p. 155), o que evidencia uma vez mais o seu senso arguto de chefe. É pena que o jornalista do *Nazareno* não tivesse, desde o começo, participado da preparação da revolta. Ingresso no movimento já depois de ele iniciado, não teve elementos, embora os seus evidentes méritos de guia do povo, para encaminhar os acontecimentos. O ardente polemista de *O Tribuna*²⁷ não poderia inspirar grande confiança aos seus antigos adversários políticos, não obstante ter sido indicado para um posto de destaque. Mas, depois, quando com o mau sucesso do ataque ao Recife e a morte de Nunes Machado, tudo parecia perdido, foi em Borges da Fonseca que se concentrou todo o ardor, toda a combatividade da rebelião da Praia. Chefiando-a, ele, o líder popular, impetuoso e bravo, prolongou-a, mantendo sempre a esperança de receber auxílio e conquistar a vitória. Se tivesse, em posição de comando, atuado no

²⁶ “Ao lado do capitão Soledade e acompanhado por 80 praças do 8º Batalhão de Caçadores, Borges da Fonseca, calmo e de cabeça erguida (fosse por altivez natural ou pelo hábito que adquirem os que usam de óculos fixos), mirando serenamente a um e outro lado, não parecia um prisioneiro.” (Mello Rêgo, Obra citada, p. 94).

²⁷ *O Eco Pernambucano* (n. 2 de 12.01.1855) chama-o de “decano dos republicanos do Brasil e apóstolo da democracia”.

partido praieiro, antes do apelo às armas, outra teria sido, certamente, a diretriz do movimento.

Bem afirmou Lyra Tavares que já “é tempo de serem rebatidos os conceitos apaixonados e injustos com que procuraram encobrir os méritos inconfundíveis de Borges da Fonseca” (Obra citada, p. 82). E nenhum julgamento sobre a sua gigantesca figura é mais valioso que o do general Mello Rêgo: “Em sua vida pública, que talvez nenhum outro Brasileiro a tenha tido mais movimentada, acham-se actos de verdadeira abnegação, e como que dictados unicamente por patriotismo, bem ou mal orientado. De par com os seus grandes defeitos, com um *quid* subversivo, destruidor, perverso, que em momento dado irrompia do seu animo ardente, como uma lava inflammada, faltavam-lhes forças para conter, tinha qualidades apreciáveis pouco communs” (Obra citada, p. 91). Possuidor de idéias firmadas há anos e cada vez mais consolidadas com o tempo e os reveses, inspirador de um programa doutrinário para um movimento que trazia em si subterrâneas manifestações de impulsos populares, em busca de reivindicações imprecisas, desprezadas, talvez, não obstante inicialmente acalentadas pelos seus incitadores políticos, vê-se em Borges da Fonseca o eterno batalhador em busca de um mundo melhor, o eterno defensor dos fracos e dos oprimidos, e o verdadeiro fixador de um conteúdo de idéias para o programa da Praieira. Disse ele, sintetizando todo o espírito da revolta: “Nossa guerra é social”²⁸. Deve ter sentido como poucos o desejo de tornar uma realidade o pensamento de Chateaubriand, reproduzido em *O Progresso* (tomo III, p. 56 e 69) e lido, certamente, com sofreguidão, por aquela alma entusiasta e arrebatada, voltada sempre para os grandes empreendimentos: “*Un temps viendra où l'on ne concevra pas qu'il fût un ordre social dans lequel un homme comptait un million de revenu, tandis qu'un autre homme n'avait pas de quoi payer son dîner. Un noble mar-*

²⁸ Trecho de uma carta de Borges da Fonseca a Vieira Tosta (Figueira de Mello, Obra citada, Apêndice, p. 133).

quis et un gros propriétaire paraîtront des personnages fabuleux, des êtres de raison"²⁹. *O Republico*, que na sua vida agitada de tribuno do povo, de condutor de homens, abrigara, como nenhum outro, o sentimento de solidariedade humana, não iria perder a oportunidade de impedir um movimento, que nascera aparentemente de competições políticas, para uma tendência de reforma social. E é essa uma das glórias de Borges da Fonseca. Fazer das reivindicações populares dos cavalgados, vítimas de um sistema econômico, alicerçado na mais torpe exploração do homem, exercida por uma minoria de grandes proprietários, o *panache* de uma das mais belas e mais impetuosas explosões de massa na nossa história político-social, que foi a Revolução Praieira.

²⁹ Foi sempre o polemista *d'O Nazareno* um ardoroso combatente das boas causas. Conta-nos o Sr. Hélio Viana que ele não esquecia os feitos e os homens das campanhas liberais: "Assim, a 2 de fevereiro mandava rezar missa pelos mortos na revolta praieira. A 6 de março, evocava a revolução pernambucana de 1817. A 25 do mesmo mês, lamentava a "defunta", isto é, a Constituição de 1824. E assim por diante. Antigos revolucionários, como o Tiradentes, o Coronel José de Barros Falcão de Lacerda Cavalcanti de Albuquerque, da Confederação do Equador, Bento Gonçalves da Silva, Eduardo Francisco Nogueira Angelim, da cabanagem do Pará (seu companheiro de prisão, em Fernando de Noronha, como Francisco Pedro Vinagre, no Recife) – mereciam-lhe necrológios, lembranças ou elogios" (Obra citada, p. 584 e 585).

Adversário tenaz da política imperial no Prata, mostrou-se hostil à guerra contra o Paraguai, chegando mesmo a lembrar um protesto contra a luta "filha do capricho, da injustiça, da iniquidade" (*O Tribuno*, de 20.9.1867). Continuava a defender o "direito à vida material, à vida intelectual e moral, à liberdade, à soberania", achando que o pretensível princípio igualitário oriundo do liberalismo da Revolução Francesa, permanecia como uma doce ilusão, fazendo-se mister uma reforma ampla da sociedade: "A igualdade não existe, onde há uma raça de homens que comande sempre e outras raças de homens que obedecem sempre." (*O Nazareno, Diário da Tarde*, n. 2, de 09.6.1848). Precursor, assim, das mais modernas tendências de democracia social.

CAIO PRADO JR. E A “REVOLUÇÃO” PRAIEIRA

*Rubem Murilo Leão Rêgo**

Introdução: revoluções ou agitações?

O contexto do qual emergem as agitações da minoridade e da primeira década da maioridade era considerado por Caio Prado Júnior¹ como uma situação revolucionária, sendo um período de extremadas tensões entre os interesses brasileiros e os interesses portugueses. Por um lado, lutava-se pela consolidação de um Estado nacional assentado na monarquia constitucional e, por outro, pela reafirmação de uma monarquia absolutista e pela concretização de um movimento recolonizador. A instabilidade política opunha o “neo-absolutismo dos restauradores” aos desejos de afirmação definitiva da autonomia brasileira. Por isso, a dimensão principal das lutas sociais do período inicial da minoridade estava centrada na necessidade de superação das contradições entre interesses nacionais e externos, gestadas pela internalização dos con-

* Professor do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

¹ PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. 1ª edição: 1933. São Paulo, Editora Brasiliense, 1972, 8ª edição.

flitos sociais em torno do processo de reorganização da sociedade e da nacionalidade.

A singularidade do processo de emancipação política brasileira está na não realização de um verdadeiro movimento revolucionário e na forma paradoxal com que a ação do colonizador criou as bases da relativa autonomia nacional. O pano de fundo deste cenário estava constituído pelos interesses europeus na liberdade de comércio, que seria a fonte de acesso aos mercados ex-coloniais por parte da nação hegemônica do sistema mercantil mundial – a Inglaterra.

O fato mais importante é que, para o Brasil, a transferência da Côrte veio “alterar profundamente suas condições políticas e sociais”², e, ao mesmo tempo, veio cancelar a necessidade de um processo de luta aberta e armada para o rompimento com os vínculos coloniais, tal como fora freqüente na América espanhola.

Maiores efeitos revolucionários se verificaram no seio dos interesses já estabelecidos e fixados nas práticas do regime de colônia, gravemente afetados pela reversão da centralidade das iniciativas políticas de governo, então voltadas ou tendo que se manifestar a partir das condições internas à colônia brasileira, representando, para nós, a “supressão de secular parasitismo colonial português”³.

Entretanto, resultou paradoxal que entre os objetivos revolucionários do movimento constitucional do Porto estava justamente a preocupação em restabelecer os mecanismos do regime de colônia, propugnando um real “retorno ao passado”.

E, também no Brasil, os inconformismos afloravam; quer fosse conservadoramente, na camada dos comerciantes que perdiam privilégios e vantagens monopólicas, quer fosse pela surda mas constante situação de revolta produzida pela condição escrava de grande parte da população.

² Idem, *ibidem*, p. 43.

³ Idem, *ibidem*, p. 47.

Sintetiza Caio Prado Júnior:

“A agitação que em consequência da revolução portuguesa se alastrou pelo Brasil, propagando-se de norte a sul do país, assume por efeito da heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam, uma feição complexa e muitas vezes até contraditória. Encontramos nela (...) forças reacionárias que não pensam senão no retorno do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial. Ao lado destas forças alinham-se paradoxalmente outras, em particular as classes superiores da colônia que esperavam, pelo contrário, consolidar, com a revolução e estabelecimento de um regime constitucional, as vantagens, liberdades e autonomia adquiridas pelo Brasil nos anos anteriores de governo quase próprio e que tanto os favorecera. Encontramos, finalmente, as (...) forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na Constituição que lhes era oferecida perspectivas de libertação econômica e social”.⁴

O traço importante deste contexto é que, de um lado, as movimentações sociais das camadas de grandes proprietários rurais e de seus aliados objetivavam a implantação do regime constitucional brasileiro, e, de outro, as mobilizações das camadas populares estavam marcadas pela sua ocorrência descontínua, pela indefinição dos objetivos a alcançar e pelo aprisionamento às relações sociais que não se alteravam em virtude da preservação e mesmo fortalecimento dos contornos fundamentais da estrutura econômica, isto é, da grande exploração agrária escravista. Por estas razões é que “a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política”⁵.

Neste complexo processo é que irão se revelar as dimensões, os alcances e os limites das mobilizações sócio-políticas e dos impulsos de transformação das diferentes classes sociais brasileiras. E por isso a direção do processo só poderia caber, segundo Caio Prado Júnior, aos interesses e objetivos imediatos das camadas dos grandes proprietários territoriais. A classe dominante brasileira –

⁴ Idem, *ibidem*, p. 46.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 47.

os grandes proprietários rurais – logo se transmutou em repressora dos movimentos sociais que emergiram após a crise política iniciada com a abdicação do primeiro imperador.

No bojo da expansão econômica que se verifica no período pós-Independência, tornando a situação brasileira cada vez mais incompatível com a vigência dos estatutos coloniais, o fato social e politicamente relevante foi a intensificação do “processo de diferenciação dos interesses nacionais”. Mesmo que esta diferenciação, enquadrada em contexto marcado pela ausência de rupturas violentas, termine por tornar o processo de emancipação um “arranjo político” entre as classes dominantes da ex-colônia, excluindo, por sua vez, as camadas populares da participação na nova ordem política.

Esta exclusão e sua amplitude já tinham sido delimitadas no processo de discriminação dos direitos políticos proposto pelo primeiro projeto constitucional pós-emancipação política, que restringia apenas aos “cidadãos ativos” – aqueles que possuíam bens de raiz e, portanto, eram enquadráveis no regime do voto censitário – as possibilidades de escolha dos representantes políticos e de acesso ao poder.

A aurora liberal da organização política do Brasil já nascia prenhe de cláusulas restritivas – principalmente de ordem econômica – à participação das camadas populares. Sendo assim, a luta política pelo acesso e controle das instâncias de poder somente poderia ocorrer no âmbito das camadas proprietárias, essencialmente a dos proprietários rurais.

Todo o processo de luta política que se desenvolveu até a consolidação do segundo reinado teve a marca da confirmação/concretização de “todas as aspirações da classe dominante dos proprietários rurais”⁶. Na interpretação caiopradiana, a situação de agitação vivida em todo este período denotava a presença de uma verdadeira “onda revolucionária”, antepondo os interesses recolonizadores a um complexo de objetivos nacionais de variados tons e

⁶ Idem, *ibidem*, p. 52.

oriundos de diferentes camadas sociais: proprietários rurais, classes médias (principalmente urbanas), trabalhadores “livres”, ex-escravos e escravos. Desta forma, a “revolução da independência” não conseguiu revolucionar, ou até mesmo abalar profundamente as bases de dominação vigentes no período colonial. Os acordos ou “arranjos políticos” perpetrados pelas classes dominantes territoriais e comerciais impediu a eliminação ou superação das poderosas formas de coerção econômicas e extra-econômicas, sob as quais vivia grande parte da população, e que continuariam ainda vigentes por longo tempo na sociedade brasileira. Tão logo se esvaiu a ameaça recolonizadora, as demandas mais democrático-radicais de construção, ou mesmo de reconstrução do Estado nacional, viram-se imediatamente subordinadas e reprimidas pela ação das camadas dominantes nativas. De fato, configuravam-se os contextos revolucionários, mas as ações revolucionárias não se concretizavam, fundamentalmente por razões estruturais da própria organização da sociedade brasileira, tais como: a produção monocultora e em larga escala para a exportação, a persistentemente e alta concentração da propriedade fundiária, a extrema dependência e subordinação à dinâmica mercantil do capitalismo internacional, a forte concentração do poder político e do aparato institucional do Estado, e a permanência, e mesmo expansão, da vigência das relações sociais escravistas.

Este quadro produz, do ponto de vista das mobilizações sociais, várias conseqüências. A falta de conexão entre os movimentos sociais reduziram a luta política quase sempre a simples tomada do poder local. A segregação e o isolamento da massa escrava, mesmo representando quase metade da população brasileira, impediam-na de se constituir em “fator de vulto no equilíbrio político nacional” e impossibilitava, já de início, segundo Caio Prado Júnior, a constituição de uma estrutura política democrática e popular. A ausência de coesão política e a disparidade de interesses das camadas livres da população também tornavam ineficiente sua atuação transformadora, a que se somava o localismo dos objetivos das lutas levadas a efeito.

Estes foram os fatores que, na interpretação caiopradiana sobre o período da menoridade, configuravam os limites revolucionários das agitações sociais que ocorreram. O autor sintetiza: "Sem coesão, sem ideologia claramente definida – que dadas suas condições objetivas não podiam ter – mesmo quando alcançam o poder, tornam-se nele completamente estéreis. Em todos os movimentos populares deste período (...) o que mais choca é sua completa desagração logo que passa o primeiro ímpeto da refrega"⁷.

Apesar destes limites, o tom da análise dos conflitos procurou revelar a existência de um amplo clima insurrecional, contendo demandas potencialmente transformadoras para além da simples substituição do domínio dos interesses portugueses pelos interesses corporificados nas classes dominantes brasileiras que, por sua vez, pouco alterariam as estruturas e relações sociais vigentes na emergente nação.

Se, no período que vai de 1831 a 1833, o fulcro das tensões estava localizado no confronto entre os interesses restauradores e os de afirmação da independência nacional, com a derrota política dos primeiros, as classes dominantes nacionais, até à maioria, vivenciavam tensões e conflitos de certa forma contestadores do processo de consolidação do regime monárquico-constitucional. É neste quadro que "a elite proprietária nativa assume a função controladora antes reservada à Metrópole, e acirra-se o antagonismo interno – homem livre *versus* proprietários de terras e escravos –, cuja medida é a posse da propriedade. (...) A elite proprietária tem sobre os ombros a tarefa de consolidar a independência sem interferir nas formas tradicionais de relações sociais herdadas à Colônia: a escravidão, a dependência do homem livre 'despossuído' e o poder e autonomias locais"⁸.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 61.

⁸ Marson, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro – imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Editora Moderna, p. 103, 1980.

Até 1841 emergiram, assim, revoltas com diferentes objetivos, tais como: a dos Cabanos no Pará (1833-1836), a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845), os levantes de escravos na Bahia e Sergipe e a dos Balaios no Maranhão (1838-1841). Os impulsos transformadores contidos nestes movimentos – o republicanismo, o federalismo, a descentralização administrativa e do poder imperial, a organização democrática da sociedade, a supressão da escravidão – submergiram face à incontestável afirmação do domínio da grande propriedade territorial escravocrata.

A “agitação praieira”, na análise de Caio Prado Júnior, emerge neste e deste contexto.

O texto de *Evolução política do Brasil*:

“Na época de que nos ocupamos apresentava a província de Pernambuco sob seu mais característico aspecto as condições anteriormente descritas. Toda a agricultura da província se achava concentrada nas mãos de um grupo insignificante de abastados proprietários rurais. Em nenhum outro ponto do país a grande exploração agrícola monopolizadora da riqueza é tão pronunciada. Cerca de um terço dos engenhos de açúcar da província achava-se nas mãos de uma só família, os Cavalcântis. Os outros dois terços, dividia-os mais um punhado de ricos proprietários; e para cada um deles contavam-se legiões de escravos e agregados que viviam nas suas terras em troca da mais absoluta submissão.

Ao lado destes proprietários, formara-se nas cidades, principalmente na capital, uma burguesia comercial rica e poderosa. Pernambuco era, além de uma das mais importantes províncias do Império, ainda o empório comercial de todo o Nordeste. Era natural portanto que a emigração (e de emigrantes só recebíamos os portugueses) afluísse para ali em grandes proporções. Por isso, mais que em qualquer outro lugar do país – e já vimos os motivos disto – achava-se o comércio de Pernambuco monopolizado pelos naturais do Reino. Não é de se admirar portanto a intensidade da agitação antilusitana, que primou nesta província sobre o resto do Brasil. Compreende-se também porque é de representantes pernambucanos na Assembléia que partem em ge-

ral as iniciativas em favor da nacionalização do comércio, que era então, como já tivemos por várias vezes ocasião de notar, uma das maiores aspirações do povo brasileiro.

Tal situação da província, insustentável para as classes populares, toma uma feição francamente revolucionária depois de 1842. Surge neste ano o núcleo do partido que nela havia de dominar por longo tempo, e que tomou seu nome à Rua da Praia em que se localizava a tipografia do Diário Novo, seu órgão de imprensa. Combatia esse partido sem tréguas, e usando de processos violentos, os grandes proprietários da província, especialmente os Cavalcântis, e o comércio português [Em nota de rodapé CPJ comenta: "as suas proclamações por ocasião da revolta de 1848 dão bem a medida desta oposição. Lemos numa delas: Pernambucanos! O partido absoluto miguelista, que se acha no poder, unido aos portugueses do Rio de Janeiro e daqui, acaba de dar princípio à obra de nossa escravidão, entregando nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos – os portugueses e os intitulados fidalgos Cavalcântis...]. Exigia medidas extremas que dessem por terra com o domínio destes Cavalcântis e arrancassem dos negociantes portugueses o monopólio comercial de fato que exerciam. Emprestamos a um escritor contemporâneo [Figueira de Melo], panegirista da reação, o seguinte quadro da agitação praieira: 'Guerreavam os cidadãos mais respeitáveis pelas suas relações, riquezas, cargos, saber e propriedade; açulavam o ódio dos nacionais contra os estrangeiros, principalmente portugueses; faziam-lhes conceber esperanças de que um dia seriam expelidos do comércio e das profissões mecânicas, e de que, destruída a concorrência dos mesmos estrangeiros, daí lhes resultariam todas quantas venturas eles pudessem imaginar para si ou para a província...'. O mesmo escritor descreve assim o partido da Praia: 'composto das classes inferiores e ignorantes da população, que, julgando-se deserdados dos bens sociais e oprimidos por leis tirânicas e ofensoras de seu direito, nutriam sentimentos de ódio, inveja e vingança contra as classes superiores no mais alto ponto de exaltação'. Desconte-se nestas palavras o que não poderia faltar na bôca de um reacionário consumado – Figueira de Melo foi chefe de política em Pernambuco por ocasião da revolta de 1848 – e ter-se-á um quadro perfeito da Praia. Douro lado, arregimentaram-se na Ordem, como ficou chamado o outro partido, os proprietários, capitalistas, todas as classes abastadas da província. É a luta destes partidos, a luta destas classes que constitui a agitação praieira, e enche a história pernambucana de 1842 a 1849.

A indicação de Chichorro da Gama em 1845 para presidente da província inaugura o domínio da Praia. Naturalmente a limitação legal das atribuições de um simples presidente de província não permitia a Chichorro realizar reformas de vulto. Nem por isso contudo foi muito melhor a situação da Ordem. As autoridades, especialmente a polícia, a serviço do partido dominante, invadiam sob qualquer pretexto os engenhos de açúcar, prendendo e espancando os proprietários. Na capital não era mais segura a situação dos ricos negociantes e capitalistas. Estas represálias chegam a um extremo em 1847. Em dezembro deste ano, foi Recife teatro de atitudes as mais violentas contra negociantes portugueses. Ao grito de mata marinho, como eram chamados, são os portugueses mortos nas ruas da capital, e suas casas invadidas e saqueadas. Em junho do ano seguinte repetem-se estas violências, e no mesmo mês, em enérgica representação à Assembléia Provincial, exigiram os praieiros a expulsão, no prazo de quinze dias, de todos os portugueses solteiros e a convocação imediata de uma assembléia constituinte que procedesse a reformas sociais.

Os presidentes que se seguiram a Chichorro, Vicente Pires da Mota e Antônio da Costa Pinto, apesar das suas 'boas' intenções, não foram capazes de soffrear essas agitações. Os praieiros, que se tinham fartamente preparado no govêrno de Chichorro, opunham-se pela força das armas às ordens das novas autoridades. Os funcionários demitidos por simpatia pelos praieiros recusavam abandonar os cargos e não obedeciam ao govêrno da província.

Enquanto isto, os representantes da Praia na Assembléia Geral se esforçavam por reformas sociais, a começar pela nacionalização do comércio. As tentativas neste terreno vinham de longe. Já em 1838 fôra introduzido no orçamento da receita para o exercício financeiro de 1839-40 (Lei nº 60 de 20 de outubro de 1838) uma imposição especial para as casas de comércio com mais de um caixeiro estrangeiro. Mas, a cobrança deste imposto tinha sido posteriormente suspensa em virtude de intervenções diplomáticas. Renovam-se agora estas tentativas. Na sessão de 10 de junho de 1848 é pelos deputados praieiros apresentado um projeto de lei que exigia pelo menos um caixeiro nacional nas casas de negócio de qualquer gênero. Outro projeto, mais radical, é apresentado logo em seguida. Estabelecia a nacionalização integral do comércio a retalho, que passava a ser privativo dos cidadãos brasileiros. Como era de se esperar, estas tentativas levantam tempestades no país e contra elas logo se manifestam Câmara e Governo. Entre seus opositores, destacou-se o então ministro dos estrangeiros, Souza Franco,

que teve de jogar o difícil jôgo de conduzir a oposição parlamentar aos projetos praieiros, e conservar ao mesmo tempo o apoio dos seus autores, com que contava para se manter no poder. Um trôpego substituto da comissão de comércio da Câmara, provavelmente inspirado pelo Governo, limitou a pretendida nacionalização à simples exigência de um caixeiro nacional nas casas com dois ou mais; e isto mesmo, só nas capitais e cidades do litoral. Este projeto, embora aprovado, não se chegou a converter em lei, morrendo nos arquivos da Câmara.

A queda da situação liberal neste mesmo ano (1848) foi principalmente devida à situação em Pernambuco. O gabinete que caía não estava em condições de reprimir devidamente a agitação daquela província porque embora desaprovasse a política da Praia, contava com ela para se manter no poder. Estes compromissos com a oposição democrática radical, que continuamente ameaçavam a estabilidade da política dominante, deram causa em 1848 à dissolução da Câmara e à formação de um governo fortemente reacionário. E assim se constituiu o gabinete de 29 de setembro de 1848.

Não faltou o novo gabinete às esperanças nele depositadas. O presidente escolhido para Pernambuco, Herculano Ferreira Pena, logo depois da sua posse (19 de outubro), deu começo à mais enérgica das reações. Mas, encontrou pela frente os praieiros, fortemente consolidados nas suas posições pelo longo domínio anterior e que todavia não se resignariam a ceder sem defesa. A luta armada estava portanto iminente. E assim foi. A 7 de novembro levantam-se os praieiros em Olin-da, Igaracu e outros pontos da província, e marcham sobre a capital.

Como programa apresentou a Praia os seguintes pontos:

- 1º. Voto livre e universal do povo brasileiro.*
- 2º. Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa.*
- 3º. Trabalho como garantia de vida para o cidadão brasileiro.*
- 4º. Comércio a retalho para os cidadãos brasileiros.*
- 5º. Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos.*
- 6º. Extinção do poder moderador e do direito de agraciar.*
- 7º. Elemento federal na nova organização.*
- 8º. Completa reforma do poder judicial em ordem a assegurar as garantias individuais dos cidadãos.*
- 9º. Extinção do juro convencional.*
- 10º. Extinção do atual sistema de recrutamento.*

*Era, em suma, um programa democrático avançado para a época. Mas, se não faltou à Praia uma ideologia concreta, o que a singulariza entre os movimentos populares da época, por outro lado fracassou completamente no conteúdo material da insurreição. Mostrou-se incapaz de promover um levante de massas, e sua atividade se reduziu à ação militar de uma coluna que nunca ultrapassou o reduzido número de 2.000 homens. Não lhe era assim possível grande resistência: menos de dois meses depois de iniciada, estava praticamente sufocada. Depois do combate de 3 de fevereiro de 1949, sucumbe, e pode-se dizer que desaparece. Percebe-se por aí como, à medida que avançamos na evolução do Império, vai a agitação democrática e popular perdendo em intensidade. Como as demais revoltas que se seguem à abdicação de D. Pedro I, não passou a revolta da Praia de um impulso dado pela revolução da Independência. Mas, então já era vigorosa a contramarcha. Tinha cessado aquele impulso, e era agora a reação que dominava. Contra ela vinham quebrar-se os ímpetos revolucionários das massas, incapazes de vencer a resistência que solidamente se implantara no país. A agitação praieira, incapaz de realizar seu ciclo completo, incapaz de propagar a centelha revolucionária através de todas as camadas rebeldes das sociedades, ficando apenas na superfície, é bem o estertor de agonia do intenso movimento popular que acompanha a Independência”.*⁹

Uma análise renovadora

Pode-se destacar três dimensões importantes desta interpretação caiopradiana da agitação praieira: primeira, o pioneirismo no entendimento dos movimentos sociais brasileiros sob a ótica da luta de classes, procurando avaliar como se definiam as potencialidades políticas dos diferentes atores sociais; segunda, revelava-se na intenção de inovar a análise histórica no sentido da construção de uma imagem da sociedade brasileira que demonstrasse que sua trajetória não era apenas uma história de continuidades sem conflitos, mas que sua construção baseava-se na enérgica repressão de momentos potencialmente revolucionários, gestados que foram por

⁹ Idem, *ibidem*, p. 73-77.

persistentes e elevados graus de exclusão social e política; e, terceira, a contextualização dos interesses das classes dominantes que, através de medidas legais tomadas entre 1841 e 1846, instauraram as condições de pleno domínio da grande propriedade rural e enquadraram a política nacional e as possibilidades de acesso ao poder em um jogo de "revezamento de forças" fundamentalmente preservadoras do *status quo*.

Se já estavam contidos os impulsos revolucionários anteriores e superadas as tímidas medidas liberais e democratizantes, crescia a importância e particularidade contestadora da agitação praieira "sobretudo pelo fato de não ter um programa só político, mas também social e até avançado, pedindo outra distribuição de terras e a nacionalização do comércio (...)”¹⁰.

Finalmente, a análise caiopradiana, realizada nos anos trinta deste século, foi também inovadora por ter entendido a independência como e enquanto um amplo *processo* de transformação revolucionária da sociedade brasileira, resgatando, como momentos deste processo, a relevância dos papéis políticos desempenhados pelas classes subalternas brasileiras.

¹⁰ Iglesias, Francisco. *Trajatória política do Brasil – 1500-1964*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 163, 1995.

POLÍTICA E MEMÓRIA: A REVOLUÇÃO PRAIEIRA E SUAS FONTES*

Izabel Andrade Marson**

“(...) o tempo humano há de ser sempre rebelde tanto à implacável uniformidade como o seccionamento rígido do tempo do relógio (...)” Marc Bloch.

“(...) Entre a ação e o pensamento não há separação. Não há barreira estanque (...) Em vez de dissertarmos sobre o abstrato e de traçarmos no papel limites bem delineados, coloquemo-lo diante das realidades. E apliquemos o bom método: compliquemos o que parece simples.” Lucien Febvre¹

A ascensão do gabinete Olinda a 29 de setembro de 1848, testemunhando a finalização de um período no qual os liberais haviam

* Texto integrado ao projeto de Pesquisa *Matrizes interpretativas da revolução burguesa no Brasil (século XIX)*, financiado pelo CNPq.

** Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

¹ BLOCH, M. *Introdução à História*. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. 4ª ed. Lisboa, Publicações Europa América, s/d, p. 162. FEBVRE, L. “Combates pela História”, in MOTA, C.G. (org.) *Febvre. História*. Trad. Adalberto Marson, Paulo de S. Oliveira e Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo, Ática, 1978. p. 7-109.

atuado com destaque na Corte; a suspensão dos trabalhos da Câmara dos Deputados a 5 de outubro encerrando as atividades parlamentares daquele ano e indicando uma próxima dissolução; e a designação do político conservador Herculano Ferreira Pena para presidir Pernambuco, foram eventos que sinalizaram uma inversão política no Império em geral e na Província em particular, e a eclosão da guerra civil na qual se hostilizaram conservadores (*guabirus*) e liberais (*praieiros*)². Assentados nos cargos de poder em 1845 e organizados, desde maio de 1848, pela Sociedade Imperial, os praieiros haviam se preparado militarmente nas vilas mais importantes para enfrentar uma revanche conservadora e suas indeclináveis demissões. Nesse sentido, a partir desta data, quando o domínio liberal na Corte começara a declinar e o partido perdera o controle sobre a administração provincial, haviam mobilizado forças policiais (delegados, subdelegados e contingentes de polícia), coronéis da Guarda Nacional e seus batalhões (inclusive rendeiros e moradores de engenhos), acantonando-os nas propriedades de membros importantes do partido, em geral os próprios comandantes das tropas arregimentadas; estocado armas e munição e se preparado para resistir às demissões, impedindo a posse das autoridades recém-nomeadas pela administração provincial. O objetivo imediato deste procedimento era preservar os comandos de polícia e da Guarda Nacional nas vilas, de forma a garantir a vitória nas eleições para vereadores e juizes de paz que se realizariam a 19 de novembro de 1848 e, com ela, o controle sobre o processo de qualificação dos eleitores que escolheriam os deputados nas próximas eleições para a Câmara, cuja dissolução era tida como certa, e também os novos representantes da Província para o Senado.

O desafio praieiro levou o presidente a transferir o esperado escrutínio para 17 de dezembro e a colocar em prática um plano

² *Guabirus* e *praieiros* foram designações que os membros dos partidos conservador e liberal, respectivamente, receberam na disputa político-partidária em Pernambuco. Mais adiante elucidaremos as razões destes termos.

para debelar rápida e vigorosamente as oposições, associando a tropa de linha (requisitada com antecedência nas províncias vizinhas), os efetivos da Guarda Nacional fiéis à nova administração, além de forças particulares, medida que resultou em alguns combates violentos. Acuados, os desafiantes ampliaram seus objetivos e transformaram as resistências isoladas em guerra aberta. No final de novembro, os deputados do Partido hipotecaram publicamente seu apoio aos correligionários; os grupos combatentes se reuniram para formar colunas mais numerosas e organizadas; e o “movimento” divulgou um programa de reformas políticas afinadas com “as luzes do século”, a serem promulgadas por uma Assembléia Constituinte, visando a um alargamento da representação parlamentar, em especial no Senado, assim como às garantias de sua efetivação.

O adiamento *sine die* das eleições provinciais determinado a 9 de dezembro; o crescimento das forças do governo com a chegada de tropas da Bahia e de Alagoas; a vitória dos resistentes ante os efetivos governamentais no combate de Cruangi (a 20 de dezembro) e a queda do presidente Pena (substituído por Manoel Vieira Tosta, defensor de uma repressão mais drástica), cobrou a reorganização das forças praieiras num exército capaz de sustentar uma luta de maiores proporções. Exigiu, também, o envolvimento dos deputados no comando desta guerra, de maneira a conferir “uma direção conveniente a ela”, evitando possíveis radicalizações defendidas por um pequeno contingente de republicanos agregados às tropas do norte, liderados por Borges da Fonseca. As divergências internas aos resistentes se exteriorizaram claramente no final de dezembro, quando dois documentos vieram a público divulgando suas proposições. Enquanto o jornal oficial do partido, o *Diário Novo*, propunha como “Bandeira do Movimento Liberal” reformas para a “regeneração da Província e do Império”, destacando as práticas administrativas descentralizadoras e ampliadoras da representação política, um *Manifesto* da coluna do norte, reivindicava medidas mais contundentes, o “voto universal, a extinção do Poder

moderador e do direito de agraciar”, ou seja, significativa intervenção no regime monárquico, no sentido de sua “republicanização”³.

No início de janeiro 1849, o grosso das tropas praieiras se aglutinou no sul da Província – embora preservasse alguns grupos em outras regiões para despistar as forças do governo –, onde poderia buscar refúgio mais seguro nas matas da região e se organizar como um exército sob um único comando. No final do mês, foi escolhido um *Diretório Liberal*, que reuniu membros de tendência moderada, o deputado Peixoto de Brito e Antônio Afonso Ferreira e os republicanos, Manoel Pereira de Moraes e Antônio Borges da Fonseca. A junção dos combatentes praieiros não passou despercebida ao governo, que, embora desconhecesse as proporções exatas destas forças, decidiu deslocar seus contingentes para aquela área na esperança de cercar e vencer definitivamente o inimigo. Ao mesmo tempo, na capital, a chefia de polícia desenvolvia acurado controle sobre a população para cortar prováveis remessas de munições e suprimentos.

Informado sobre estas determinações, o comando praieiro decidiu, a 26 de janeiro, por uma marcha rápida em direção ao norte para ocupar Recife, quase desguarnecida de tropas, e marcar uma vitória política sobre o governo, obrigando-o a negociar. Um contingente de 1.200 homens atacou a cidade a 2 de fevereiro de 1849, dividido em duas colunas, uma que avançou pelo sul e, com êxito, chegou às portas do Palácio da Presidência e do Arsenal de Guerra; e outra, pelo norte, que, não conseguindo vencer a barreira que se lhe opôs naquela região, frustrou o plano de ocupação da cidade. Sem recursos para preservar sua posição, uma vez que não contou com o apoio da população e não conseguiu vencer as forças que defendiam a capital, os praieiros não puderam enfrentar o

³ A expressão foi utilizada por Teóphilo Ottoni no texto *Circular dedicada aos senhores eleitores de senadores pela província de Minas Gerais*, publicado em 1860, momento em que rememorou os acontecimentos políticos vividos entre 1831 e 1848. OTTONI, T. *Op. cit.* 2ª ed. Revista do IHGB Tomo LXXVIII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

exército do governo que, rapidamente, retornara ao Recife. Diante deste quadro, só restou a retirada.

Desfalcado em 500 combatentes e deixando para trás, aprisionados, refugiados ou mortos (caso do deputado Nunes Machado), alguns de seus comandantes mais importantes, o exército liberal abandonou o campo de batalha dividindo-se em dois grupos. O primeiro deles, liderado por Peixoto de Brito, Morais, Roma e Borges da Fonseca, deslocou-se em direção à Paraíba em busca de reforços mas, perseguido pelas forças do governo, após sucessivas derrotas, acabou por se dissolver no início de março, com um chefe morto (Roma), um preso (Borges), dois exilados (Morais e Peixoto de Brito) e vários anistiados; e seus soldados em parte detidos ou, em outros casos, liberados para retornar a seus engenhos. O segundo, que reuniu os combatentes do capitão Pedro Ivo e dos ex-delegados e senhores de engenho do sul da Província, retornou a seu território de origem, onde, refugiado nas matas, resistiu até o início de 1850, quando seu comandante os dispensou⁴.

A concessão da anistia ou do exílio a alguns comandantes foi um artifício para apressar a desmobilização do exército liberal, a finalização da guerra e do processo que vinha sendo instruído contra os chefes aprisionados, de forma a possibilitar o julgamento que, a 17 de agosto de 1849, os condenaria à pena exemplar – prisão perpétua com trabalhos forçados no presídio de Fernando de Noronha – pelo crime de *rebelião*. Tal desfecho, que surpreendeu os contemporâneos por sua rapidez e rigor, uma vez que a Provín-

⁴ O capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira foi atraído por uma promessa de anistia que, todavia, nunca foi concedida. Preso no Rio de Janeiro, acabou recebendo o direito de exilar-se, medida que relutou muito em aceitar. Faleceu a caminho da Europa. Os episódios aqui referidos foram pesquisados nos *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal, 1979; “Relatórios do comando de armas, 1849”, in *Revista do Arquivo Público*. Recife, Imprensa Oficial, 3(5): 307-700, 1º e 2º sem. de 1948; MELO, J.M. Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira (1848-1849)*. 2ª ed. Brasília, Senado Federal, 1978; MARSON, I. A. *O Império do Progresso. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

cia ainda estava conflagrada e não fora possível uma avaliação mais precisa dos acontecimentos, seria o ponto de partida para um outro confronto, de termos, acusações e textos. Esta outra guerra contrapôs, num primeiro momento, personagens envolvidos diretamente no conflito e, posteriormente, historiadores que os lembraram, todos disputando a primazia de conceituar com objetividade o conjunto de ocorrências que haviam conformado a guerra civil pernambucana. Tratava-se de uma *sedição*, um *movimento*, uma *insurreição*, uma *revolta*, uma *rebelião* ou uma *revolução*?

Uma guerra de textos e de interpretações

A pluralidade de termos aventados para designar o embate pernambucano ocorrido entre novembro de 1848 e abril de 1849 pode ser compreendida, numa primeira aproximação, a partir de duas ordens de evidências. Por um lado, em razão da diversidade e do percurso das operações de guerra (desde o acantonamento de forças particulares nos engenhos até a formação de um “exército”) e da discrepância de objetivos dos resistentes ao longo do conflito (desde a intenção de vencer as eleições até a configuração de uma guerra civil cobrando a convocação de uma Assembléia Constituinte que efetuassem reformas constitucionais); e, por outro, devido à preocupação dos combatentes e, posteriormente, dos memorialistas, em encontrar a expressão mais adequada aos interesses imediatos do intérprete – incriminar ou defender os envolvidos – dadas as implicações políticas e criminais que a recorrência às armas poderia significar. Dessa forma, as referências inscritas nos documentos criados pelos resistentes durante o desenrolar da guerra – pronunciamentos dos deputados, matérias do *Diário Novo*, escritos do arquivo do exército rebelde, cartas enviadas pelos combatentes e interrogatórios – são muito cuidadosas no sentido de não utilizar palavras comprometedoras. Assim, a atuação liberal aparece sempre designada pela expressão *movimento*, exceção feita a uma carta

de Borges da Fonseca a sua esposa, datada de 20 de dezembro de 1848, na qual ele menciona “nossa revolução”⁵. Enquanto isso, nos registros do governo até 2 de fevereiro de 1849 – relatórios militares, textos de jornais, comunicados das autoridades –, dia do ataque praieiro à capital, a resistência é designada por *sedição* ou *revolta* e os envolvidos por *sediciosos* ou *rebeldes*, termos com conotação criminal mais expressiva, quando comparados com a designação praieira, embora ainda despojados da contundência que assumiriam posteriormente.

Porém, após esta data, fundamentando-se no desempenho do exército praieiro na cidade, nos termos dos interrogatórios dos réus já capturados (em especial Borges da Fonseca) e, sobretudo, nos documentos do arquivo apreendido às forças liberais (particularmente aqueles referentes à organização militar), o chefe de polícia Jerônimo Martiniano Figueira de Melo passou a instruir sigilosamente – para não prejudicar o processo de desmobilização das tropas rebeldes – um processo denunciando os prisioneiros pelo *crime de rebelião*, infração que pressupunha os atos de: reunir povoações compreendendo mais de vinte mil pessoas para perpetrar os crimes de destruição da independência e integridade do Império, da sua Constituição e da sua forma de governo, destituição do Imperador ou privação de sua autoridade constitucional⁶. Algum tempo depois, as falas do governo, públicas ou confidenciais, avaliando o desempenho da Praia no presente (1848-1849) e no passado (1842-1848), associariam as conotações dos termos *revolta/rebelião/revolução*. No discurso proferido a 10 de abril na Assembléia Provincial pelo deputado conservador Antônio Peregrino Maciel Monteiro, para configurar um crime político longamente premeditado, sinônimo de convulsão da ordem e ameaça da

⁵ *Autos do inquérito...*, p. 46-47.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 426-430. A denúncia sobre o encaminhamento sigiloso foi feita pelo deputado Urbano Sabino Pessoa de Melo no livro *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Rio de Janeiro, Typographia do Correio Mercantil, 1849.

propriedade, pois “era fruto de um plano concertado e executado pelo partido praieiro e levado do Rio de Janeiro para Pernambuco pelos ex-deputados da Assembléia Geral”, a imagem da resistência praieira extrapolou os episódios da guerra recentemente vivida e incorporou todo o tempo de atuação da Praia na política pernambucana. Dela também fazia parte uma etapa de “preparação moral”, na qual a revolta tinha sido organizada “excitando as paixões da plebe, até pregando o comunismo, a lei agrária, o que significava a pregação do roubo dos bens alheios”. Os praieiros teriam infiltrado “nas massas incultas preconceitos funestos, por meio da calúnia contra homens distintos” e, além disso, a revolta teria apresentado uma “preparação bélica durante a administração praieira na Província de Pernambuco, quando foram distribuídas armas e munições à polícia e à Guarda Nacional”⁷. Portanto, o tumultuado julgamento comandado pelo juiz Nabuco de Araújo (adversário político público e notório dos réus), realizado no Recife (cidade que fora palco da guerra) e a condenação à pena máxima – concretizados mediante a adaptação de inúmeros procedimentos e a interpretações inusitadas dos termos da lei que normatizava os julgamentos de sedições e conceituava *rebelião* – ao decidir pelo *crime de rebelião* (a infração mais grave prevista no Código Penal do Império), ajuizaram a conduta do partido em toda sua história.

Inconformado com a condenação, o líder da deputação praieira na última legislatura (1845-1848), Urbano Sabino Pessoa de Melo, escreveu a *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*⁸ para rebater a acusação de *premeditação* e de crime de *rebelião*. Denunciando as manobras operadas no julgamento, já apontadas no libelo de defesa pelo advogado-réu Felipe Lopes Neto, e repelindo a imagem do “plano concertado” ou da existência de “uma conspiração do Partido da Praia”, Sabino fundou uma segunda interpretação para as ocorrências de Pernambuco, concebendo-as como ato

⁷ MARSON, I.A. Op. cit., p. 23.

⁸ MELO, U. S. Pessoa de. Op. cit. A 2ª ed. foi publicada pelo Senado Federal em 1978.

espontâneo de “legítima defesa das vidas e propriedades” dos resistentes. A “insurreição”, depois transformada em “revolta” teria sido um expediente extraordinário, porém legítimo, avalizado pelo apoio *popular* (de cidadãos proprietários), e signatário das “luzes do século”, para enfrentar uma “conspiração/provocação” conservadora, deliberadamente urdida com o intuito de arrebanhar o poder dos praieiros na Província. Por sua vez, tal “conspiração” constituía um procedimento afinado com a política do novo gabinete conservador que ascendera, por meio de um golpe e não de um revezamento natural dos partidos, a 29 de setembro de 1848. Aos praieiros, naquele momento, não interessava uma “revolta”, pois tinham o domínio do poder político em Pernambuco, respaldado no apoio da maioria da população e na certeza de vencer as próximas eleições. E apontou os responsáveis por esse plano provocador: os presidentes Pena e Tosta, e o chefe de polícia da última administração, Figueira de Melo:

“Um partido político não recorre às armas, senão perdidas as esperanças de triunfo legal e pacífico, ou porque se ache em minoria insignificante, ou porque a compressão do poder lhe tire todos os meios e recursos constitucionais. O partido praieiro, porém, tem dado provas estrondosas de sua imensa maioria; da força e energia, que lhe resulta da dedicação e valor de seus partidários, e do apoio e simpatias de quase toda a população.

Em 1844 venceu quase completamente a eleição de deputados; em 1845 venceu a eleição de senador (...) Os deputados tinham consciência da força invencível do partido; ia abrir-se a campanha eleitoral, e eles contavam com a certeza da vitória; em tais circunstâncias recorrer às armas era suicídio (...) A revolta era o terror dos deputados e anelo dos que a provocaram.

A liberdade e a vida são direitos naturais do homem, e foi para os garantir que ele se reuniu em sociedade e criou o poder público. A defesa natural é um dever sagrado, pois que o suicídio é um crime. Os homens mais gravemente ameaçados em suas vidas, alguns já tinham sido procurados em suas casas, tomaram armas, não para agredirem o governo, e sim para se defenderem. Que outro recurso lhes restava? Representarem ao governo? Já o tinham feito, era o mesmo governo que ar-

mava e municiaa seus inimigos mais rancorosos para os exterminar. Emigrar? Mas tinham uma obrigação santa de proteger suas famílias e propriedades.

Nunca aprovamos, nem aprovaremos a revolta como princípio, mas se há alguma justificável, é a de Pernambuco, que teve por base o dogma da defesa natural (...).”⁹

Também invocando procedimentos dos conservadores num passado mais longínquo, devolveu a acusação: provocadores de revoltas e agitadores tinham sido os *guabirus* durante o período da administração prairieira, quando recorreram a todos os meios para atrapalhar o curso pacífico do trabalho do presidente Chichorro da Gama: agitação popular nos comícios (*meetings*); ataque violento da imprensa denegrindo a atuação da Praia; anulação pelo Senado (por duas vezes, em 1846 e 1847) da escolha imperial que recaía sobre dois nomes prairieiros mais votados na Província, Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França; e resistência armada. Para Sabino, a anulação das eleições, particularmente as de 1847, fazia parte de um premeditado plano conservador para derrubar o gabinete liberal, pois a elas se seguiu uma revolta armada em Pernambuco, a Sedição de Lages, levada a cabo entre janeiro e abril de 1848 e debelada pelo governo prairieiro. Portanto, seu depoimento vai assim desvendando a ascensão *guabiru* ao poder como um golpe articulado no qual foram utilizados os mesmos instrumentos e as mesmas práticas agora apontadas para inscrever os prairieiros na acusação de rebeldia e ameaça à integridade do Império: agitação popular, uso da resistência armada, enfrentamento da autoridade pública¹⁰.

Porém, o texto de Sabino não vinha responder apenas à acusação do crime de rebelião formulada pelos conservadores. Sua versão dos fatos, insistindo na tese da *revolta espontânea em legítima defesa*, problematizou outra leitura liberal, a interpretação que os

⁹ Idem, *ibidem*, p. 39-42 e 68.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 39-40.

*luzias*¹¹ divulgaram na Corte, ainda em 1849, num panfleto de grande repercussão, *O Libelo do Povo*, de autoria do deputado Torres Homem¹². Com argumentos diferentes dos de Sabino, Timandro justificou a *Revolução Praieira*, instrumentalizando-a na campanha do Partido Liberal (liderado pelos *luzias*) contra o ato de dissolução da Câmara ocorrido a 19 de fevereiro. Inscrevendo-a num longo processo de luta da nação (iniciado em 1822) contra a tirania, no sentido de consolidar sua independência, o movimento se tornou parte do percurso de um genérico Partido Liberal, símbolo de ideal plenamente associado a anseios *populares e democráticos*, e legitimado por ser um sucedâneo das revoluções liberais contra o absolutismo na Europa. Timandro exacerbou a crítica à monarquia absoluta européia, com seu direito divino dos reis e suas cortes artificiais, reconstituindo particularmente a história (em tom de farsa) da Casa de Bragança, para demonstrar que o período regencial, especialmente o governo Feijó, fora o ápice da liberdade e democracia. Nesse fundo histórico, a resistência da Praia seria, então, uma *revolução liberal latu sensu*, própria das aspirações do tempo, uma resposta ao abuso do poder imperial e da Corte manietados pelos defensores do absolutismo. Ainda uma tentativa de desmascaramento da monarquia constitucional praticada no Império, pois ela se constituía ora numa “comédia de mau gosto”, quando o poder moderador intervinha nos ministérios e no desempenho da Câmara, ora num “drama sanguinolento”, quando os cidadãos, reagindo às interferências inconstitucionais dos Príncipes, recorriam às armas e eram violentamente reprimidos. Com esse objetivo, o movimento da Praia, ao tornar-se um dos episódios do embate entre a *prerrogativa real e a soberania popular* que

¹¹ Alcinha dos liberais no sul, particularmente referente a paulistas e mineiros.

¹² HOMEM, F. S. Torres. “O Libelo do Povo”, in MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo, Ed. Nacional, 1956, p. 45-126. No texto, o autor se ocultou sob o pseudônimo Timandro. Ver também MARSON, I. A. “O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica”, in FREITAS, Marcos C. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, USF/Contexto, 1998.

vinha se desenrolando desde a independência (ocorrera em 1822, 1824, 1831, 1837, 1842), mesclou-se a todas as lutas liberais do passado, suas reivindicações se confundiram com os itens do programa liberal e sua estratégia de luta armada se igualou à *rebelião* de São Paulo e Minas Gerais, ocorrida em 1842; estes entendimentos Urbano Sabino procurava, justamente, neutralizar.

Diante do impacto da dissolução da Câmara, da exclusão dos liberais das eleições de 1849 e dos escritos de Sabino e Timandro, os conservadores viram-se na contingência de expor a sua versão da *revolta/rebelião/revolução*, missão avocada pelo ex-chefe de polícia Figueira de Melo que, em 1850, apresentaria a interpretação mais detalhada sobre a guerra civil, *A crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*¹³. Valendo-se da farta documentação que reunira no processo, o autor reconstituiu minuciosamente a história do conflito armado, para tecer um libelo em sua defesa e de seus correligionários, procurando divulgar e legitimar as razões da condenação dos acusados e as medidas que a administração conservadora empregara para debelar a “rebelião/revolução de caráter popular” (entendida negativamente), enquadrando no Código Penal a acusação insinuada anteriormente por Maciel Monteiro.

Num recado prévio ao leitor, o ex-chefe de polícia explica os motivos que o levaram a escrever a *Crônica*: rebater e destruir as acusações de usurpação atiradas por Urbano Sabino contra ele e seu partido. Para fundamentar a legitimidade de sua narrativa, valer-se-ia de procedimentos “científicos”, destacadamente a “recuperação da história” (através da cronologia e dos documentos) e o “bom senso dos leitores” na interpretação das provas oferecidas. Ambos seriam capazes de projetar um relato “imparcial e fiel” dos acontecimentos, posto que isento de compromissos partidários. Desse relato, a rebelião deveria sair “desmascarada” em seus pro-

¹³ MELO, J. M. Figueira de. *Chronica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. Rio de Janeiro, Typographia do Brazil de J. J. da Rocha, 1850. A 2ª ed. foi publicada pelo Senado Federal em 1978.

pósitos anárquicos e revolucionários, derrubando todos os argumentos de Sabino e as alegações dos rebeldes. Método e política foram imbricados para isentar o autor e construir uma obra ao mesmo tempo acusadora e relato “fiel e imparcial dos fatos”:

“Procuramos contar nela os fatos da rebelião pela ordem cronológica, tanto quanto isso era compatível com a clareza, que julgamos indispensável em tais assuntos (...) Finalmente entendemos que devíamos ser curtos em reflexões sobre os fatos da rebelião, ou porque o bom senso dos leitores as supriria facilmente, ou porque os mesmos fatos, apresentados em sua ordem histórica, mostrariam o nenhum fundamento da revolta em seus princípios, a fraqueza de seus meios, o perigo de suas aspirações, e os incalculáveis males que traria ao Império, se o espírito revolucionário triunfasse.(...)”

Expor fielmente o que se fez, de uma parte para acoroçoar, armar e justificar a revolta praieira, e da outra para a desmascarar nos seus motivos, vencer, aniquilar nos seus meios, e mostrar a inexequibilidade de seus fins será o objeto desta história, que nos propomos a escrever sem o menor espírito de partido, com os olhos fitos somente na verdade, fundado nos fatos de que fomos testemunhas, e nos inúmeros documentos impressos ou manuscritos extraídos das fontes particulares e dos arquivos públicos.(...)”¹⁴

A própria disposição do relato quer demonstrar (“desmascarar”) não somente que aconteceu uma *rebelião* mas também que esta se confunde com *revolta e revolução*, não mais pensada como recurso político das classes proprietárias para a obtenção de reformas constitucionais, e sim um movimento destruidor da riqueza, da propriedade e da prosperidade, comprometido com os interesses das classes desprovidas de ilustração e riqueza. Para isso, o autor também retomou a história do Partido da Praia desde sua origem, de forma a apresentar os “rebeldes” como homens apegados ao poder – seu único cabedal –, incapazes de realizar o jogo partidário

¹⁴ Idem. *Crônica da Rebelião Praieira (1848-1849)*. 2ª ed. Brasília, Senado Federal, 1978. p. xxxi-xxxii, 12-13; MARSON, I.A. *O Império do Progresso*, p. 119-144.

rio de revezamento dos partidos e de assumir uma derrota política cedendo “naturalmente” o lugar aos novos vencedores e, principalmente, membros de um grupo que desenvolvia como prática costumeira uma política sistemática de resistência à autoridade, às leis, às instituições. Figueira de Melo (associando com astúcia as falas originalmente dissonantes da acusação no julgamento, de Maciel Monteiro e de Timandro) recuperou no passado o comportamento de um partido sempre o mesmo, composto de aliados dos rebeldes de Minas Gerais, defensores da anistia e, com ela, da rebeldia; conspiradores, agitadores, revolucionários e subversores da hierarquia, instigadores das “classes baixas da sociedade”, cujas reivindicações haviam encampado e cujos procedimentos haviam instigado e incorporado. Além do liame com as “classes inferiores e a desordem” como procedimento político, a resistência e a instigação praieira poderiam ser reconhecidas ainda com maior intensidade na “política de facção” que a administração do partido concretizara na Província. A Praia havia se apossado de forma absoluta dos cargos políticos, militares e policiais e se recusado a entregá-los aos sucessores de Chichorro da Gama, impedindo-os de governar e criando uma situação de caos só comparável ao momento da Revolução Francesa. Sendo a resistência um traço característico da atuação praieira, a *rebelião* foi uma decorrência “natural”, prevista, planejada, para enfrentar as transformações que fatalmente ocorreriam com a ascensão dos conservadores ao poder em setembro de 1848, e uma ação política montada para os impedir de exercerem o poder legitimamente conquistado e a que tinham direito, pelo movimento “natural da alternância de partidos”. O empenho de remontar o nascimento do Partido da Praia destacou seu compromisso com essas classes identificadas com um conceito da *revolução* que remetia à “anarquia e desintegração do Império”. Assim, recursos formais e a projeção de uma origem idealizada para a Praia executaram a destruição da obra de Sabino:

“(…) A leitura atenta que fizemos dessa produção convenceu-nos que ela não é mais do que o espelho, em que se reflete os violentos e

apaixonados artigos dos jornais oposicionistas publicados durante essa fatal luta(...) essa produção não respeita a verdade dos fatos, inverte datas e faz juízos inteiramente parciais(...)"¹⁵

Por ser parcial, e inverídico, sob argumentos falsos e explicações que mascaravam o projeto de seu partido, o texto de Sabino não merecia respeito. O êxito da crítica de Figueira de Melo pegou o ponto falho da outra interpretação, a falta de fundamentação de uma tese que não convencia porque eivada de erros cronológicos e juízos explícitos. Daí a oportunidade de ensinar um exemplo de como construir um texto político sem o demonstrar, pela obediência à cronologia ordenadora dos acontecimentos, porém, uma cronologia inventada, na medida em que alinhou num primeiro momento, todos os episódios comprovadores da agressão do opositor e, em seguida, os procedimentos de defesa do escritor; pela comprovação em documentos escolhidos a dedo, e a inserção de poucos – porém estratégicos – comentários. Alicerçada em tais recursos, a acusação passada no relato ganhava uma autenticidade e capacidade de convencimento cujo trunfo decisivo era a prova, a documentação de que Urbano não dispunha em abundância. Efetivamente, a propalada objetividade do historiador era a transposição de normas e procedimentos do chefe de polícia na armação do processo-crime, dois papéis desempenhados bem à vontade.

As imagens da *rebelião/revolução* projetadas por Figueira de Melo sobre a atuação praieira em Pernambuco seriam retomadas e reelaboradas com mais sofisticação, em 1855, no panfleto *Ação, Reação, Transação, duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, escrito pelo jornalista e deputado conservador Justiniano José da Rocha¹⁶. Para esclarecer os leitores em geral e os políticos em particular sobre o conteúdo, o significado, a conveniência e

¹⁵ MELO, J.M.F. de. *Crônica...*, p. xxix.

¹⁶ ROCHA, Justiniano José da. "Ação Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil", in MAGALHÃES JÚNIOR, R. Op. cit., p. 163-218.

a possibilidade da “verdadeira transação” como estratégia política, ou em outros termos da política de conciliação proposta pelo Marquês de Paraná, Rocha, inspirando-se e respondendo ao texto de Timandro, faz uma reconstituição da história política do Império até aquele momento enquanto “um estudo refletido da história,[fundamentado] na ciência do político demonstrada”. Nesse sentido, disciplinou e periodizou os acontecimentos submetendo-os a duas leis – uma de “ação-reação”, que tornava esta história resultado de um processo cíclico e inevitável de luta “instintiva e eterna” entre os princípios da “ação democrática e da reação monárquica, ou entre a autoridade e a liberdade”; e outra do “progresso”, que imprimiria a este ritmo a possibilidade de algum avanço, quando a luta *ação-reação* fosse substituída pela “moderação e racionalidade” da transação.

Tal processo já havia concretizado, entre 1822 e 1855, três períodos: um de “luta e triunfo da ação democrática” (1822-1836), ou do predomínio da “revolução/anarquia” – do qual haviam resultado a independência, a Constituinte, a revolta de Pernambuco de 1824, a revolução de 7 de abril e as rebeliões regenciais. Outro, de hegemonia da “reação monárquica” e debelamento da “revolução/anarquia” (1837-1851), quando se desconstruiu a obra da democracia consubstanciada nos termos do Ato Adicional de 1834. Participaram dessa desconstrução: a Maioridade, a lei de interpretação do Ato Adicional; a reconstituição do Conselho de Estado; a reativação do poder Moderador; a reforma do Código do Processo, da Guarda Nacional e a compressão das revoluções liberais de 1842 e 1848. E um terceiro no qual se abria a possibilidade de transação (1852-1856), sinal de maturidade, ou de superação do predomínio das paixões na política e do círculo vicioso da luta *ação/reação*.

Para Rocha, o período de hegemonia da *reação* se completou apenas em 1851, pois o “poder estava muito forte para aceitar imposições da democracia”. A inexperiência política e falta de conhecimento para perceber esta exigência histórica explica o insu-

cesso das tentativas de reformas liberais visando ao equilíbrio entre *ação e transação* tentadas pelo gabinete Paula Souza, e das rebeliões de 1842 e 1848. Impulsionados pela “vertigem revolucionária” dos movimentos europeus, pela impaciência das paixões típicas da imaturidade política, os liberais praiheiros ignoraram a negociação, a razão pública e os recursos da Constituição “que não fora feita para ser eterna” e estava preparada para acolher a lição da experiência e a lei do progresso. Preferiram recorrer às armas para atingir seus objetivos:

“(…) O partido liberal não teve fé em si, nem confiou no futuro; quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis evocar as paixões da revolta, e teve de exagerar suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões (...)”¹⁷

Com esta consideração, Justiniano reiterou um conceito de revolução que já apresentara nos comentários sobre a Confederação do Equador e do 7 de abril. A revolução é sinônimo de violência, despotismo, predomínio da paixão sobre a razão, ignorância da “ciência do político” demonstrada pela história; ato ameaçador da nação, próprio de homens despreparados para o exercício do poder. Diante dela, qualquer procedimento de contenção se justificaria, mesmo as mais drásticas medidas tomadas pela reação monárquica contra os liberais em 1842 e 1848.

Entretanto, a interpretação mais recorrente na historiografia sobre a “revolta, insurreição, rebelião, revolução” do Partido da Praia seria criada no final do século por Joaquim Nabuco na obra *Um estadista do Império*¹⁸, versão que conciliaria todos os proce-

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 205.

¹⁸ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. 2^a ed. São Paulo/Ed. Nacional, Rio de Janeiro/Civilização Brasileira, 1936. 2 v. A 1^a ed. foi publicada entre 1897 e 1899; a 5^a e última edição é de 1997. A leitura feita por Nabuco seria retomada em outras interpretações nas quais o embate sobre o significado da revolução teve continuidade, a exemplo de: PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1933; QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

dimentos, atributos e denominações aventados anteriormente, sobretudo pelas leituras conservadoras de Figueira de Melo e Justiniano José da Rocha, para caracterizar as ocorrências que conformaram a guerra civil pernambucana. O texto de *Um estadista*, no interior do qual o evento “Revolução Praieira” resulta num capítulo importante¹⁹, teceu, conjuntamente, a biografia do pai do autor, o ministro, senador e conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo (o juiz que presidiu o julgamento dos praieiros), e a história da monarquia no Brasil até 1878. Homenagear a memória deste personagem e demonstrar a superioridade da monarquia sobre a república foram as razões mais evidentes do livro. Dessa forma, Nabuco retomou o passado para destacar a contribuição do regime monárquico parlamentar na construção, sobrevivência e progresso da nação; no exercício do verdadeiro liberalismo, aquele que permitia a prática da política civilizada; além de comprovar sua adequação às condições históricas e físicas do país. Para ele, a república de inspiração girondina ou jacobina, sinônimo de revoluções, anarquia, despotismo e risco à integridade do Império, constituía a negação da obra monárquica e já tivera, sem sucesso, sua chance histórica na regência, período que considera o momento da experiência republicana no Brasil. Nesse sentido, a narrativa projetou “a Praieira” como episódio exemplar das revoluções de inspiração republicana e jacobina vivenciadas no período de afirmação do regime monárquico (1822-1848), e testemunho cristalino da inadequação do regime republicano ao Brasil.

Fundamentando-se nos escritos do pai²⁰, a narrativa priorizou, quase que exclusivamente, a atuação praieira no período que ante-

1967; CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964; CARNEIRO, E. Op. cit. Cf. MARSON, I.A. *O Império do Progresso*. Cap.5.

¹⁹ Denominado “*A luta da Praia*”, nele os acontecimentos recebem várias denominações entendidas como sinônimas: *revolta praieira*, *revolução de 1848*, *revolução de Pernambuco*, *revolução pernambucana* e *revolução praieira*.

²⁰ ARAÚJO, José T. Nabuco de. Artigos d’*O Lidador*. Recife, Typographia de M. Figueiroa de Faria, 1845-1848. *As eleições para senadores em Pernambuco* e

cedeu à guerra civil de 1848. Para ele, a “revolução” – inscrita no “movimento praieiro” – definia-se pela presença de “alguns atributos próprios da democracia: a força de um turbilhão popular” (violência, indiferença a leis e princípios); “despotismo” (incapacidade de conviver com a diferença e empregar meios muito mais enérgicos que as resistências exigiam; embriaguez pelo excesso de autoridade, todas características do jacobinismo); uma “reação instintiva” contra a triste condição originada nos abusos praticados por indivíduos privilegiados em seus direitos. Nesse sentido, a revolução da Praia seria um “movimento político e, principalmente, social” – originara-se nas paixões e instintos constitutivos do comportamento das massas (no caso, a população de Pernambuco) instigadas por demagogos – as lideranças praieiras; e nos excessos das classes “que se servem das delongas da lei para preservarem seus privilégios (...) os portugueses que monopolizaram o comércio nas cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior”, abusos habilmente explorados pelos políticos praieiros.

A “revolução” progredira, por um lado, devido aos “erros” do Partido Praieiro na orientação do movimento: ele “não tinha disciplina” – congregava monarquistas e republicanos e seus chefes não dominavam seus correligionários, tanto que os deputados tiveram que “promover uma guerra que não desejavam e não controlavam”; por outro, devido à “moderação” com que o gabinete Olinda administrou, de início, a revolta. Errara o ministério de 29 de setembro que, “por medo e finura” não enviara para a Província, logo no início do rompimento, um homem forte e *de* “prestígio nacional” (como Honório Hermeto ou Caxias) e só dissolvera a Câmara dos Deputados em fevereiro de 1849, quando poderia tê-lo feito em setembro de 1848.

Arrolando as razões do insucesso da revolução da Praia, Nabuco aponta: a ausência de ajuda de outras províncias; o apoio “nos

Justa apreciação do partido praieiro ou história da dominação da Praia. Recife, Typographia União, 1847.

equivocos da prática liberal jacobina” – a impaciência em aguardar a sua vez na seqüência dos partidos prevista no jogo parlamentar; a facilidade com que, quando aliados do poder recorriam às revoluções; ao hábito de copiar as experiências estrangeiras, inspirando-se, neste caso, na proclamação da República na França e no “fermento socialista” -; a “falta de um pretexto ou de um princípio por causa do qual fosse legítimo ensangüentar a província”; até porque “o efeito da revolução de fevereiro na França estava gasto”; e a ausência de coesão das lideranças do partido liberal (não se entendiam) razão porque o partido se esfacelou e não conseguiu impedir, em setembro de 1848, a queda do gabinete Paula Souza e “fazer frente à cerrada falange conservadora”; e a “inexperiência política e o radicalismo” dos praiheiros, procedimentos resultantes de sua origem e trajetória singular.

A Praia nascera de uma cisão interna ao partido liberal pernambucano e, por seu jacobinismo político e falta de identidade com os liberais históricos de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, nunca conseguira participar dos ministérios liberais. Chegara à presidência de Pernambuco pela intermediação da facção áulica e ali fizera uma administração truculenta que revolvera a província colocando-a num estado revolucionário. Na gestão Chichorro da Gama (1845-48), para consolidar seu poder, fizera uma completa inversão administrativa e, pela violência, alterara os costumes obrigando rendeiros e moradores a votarem contra seus senhores tradicionais com quem tinham uma relação antiga e justa. Ainda, embora fizessem proclamações monarquistas, aliaram-se a conhecidos políticos republicanos (Borges da Fonseca, por exemplo) e adotaram um programa impraticável, que conciliava “o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização do comércio a retalho, com a republicana e socialista reivindicação do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros”.

O fracasso da revolução deveria ser creditado também a três outras razões: a atuação enérgica e oportuna de dois administradores da Província – o presidente Tosta e o juiz Nabuco de Araújo; à

experiência adquirida pelo partido liberal para “resignar-se à vez do adversário”, e ao fato de o tempo das revoluções ter se esgotado, pois “o organismo precisava de repouso”. Os argumentos se complementam: a atuação providencial dos estadistas revela a ciência dos meios adequados para lograr a reeducação dos políticos inexperientes e à percepção do percurso natural da história. Nesse sentido, eles foram também responsáveis pela superação dos obstáculos que impediam o pleno exercício do sistema parlamentar e, portanto, pelo ingresso do país em sua “grande era”, aquela das “lutas pacíficas”, e do “verdadeiro liberalismo”. Esclarecem-se outros objetivos de Nabuco em privilegiar a análise da “revolução praieira”. Além de torná-la um episódio sob medida para a crítica das revoluções de caráter republicano jacobino, justificou a participação de Nabuco de Araújo no episódio, particularmente sua cerrada oposição à Praia e a rigorosa sentença que aplicou aos rebeldes. Tratava-se de uma grande causa. Seria uma punição exemplar e necessária, com o intuito de por fim às revoluções, corrigindo a atuação dos liberais no jogo parlamentar, dispositivo que o experiente e arguto juiz sabia ter duração limitada:

“(…) sabia que a pena de prisão perpétua durava apenas o tempo de se acalmarem os ânimos e de deixar de ser perigoso para a ordem pública a liberdade dos chefes praieiros (...) tinha certeza que a condenação seria em pouco tempo nulificada pela anistia (...)”²¹

A versão conciliadora de Nabuco, que criou uma argumentação na qual todos os termos referentes à guerra civil foram contemplados, embora revistos em seus sentidos originais, fundou o fato “Revolução Praieira” e imperou soberanamente sobre sua memória, impondo a historiadores de tendências divergentes senão opostas a interpretação conservadora sobre os acontecimentos. Tal façanha sugere algumas indagações. Como foi possível confundir/conciliar, com credibilidade e eficácia, os termos *movimen-*

²¹ NABUCO, Joaquim. Op. cit., p. 80, v. 1.

to/revolta/ rebelião/revolução de cunho *republicano jacobino e socialista*, à revelia das orientações praieiras antes, durante e após a guerra? Afinal, é preciso lembrar que os liberais, durante o conflito, haviam evitado expressões comprometedoras ao se referirem ao recurso às armas e recusaram enfaticamente a sentença do julgamento. Ainda, ao longo de sua trajetória, reiteradamente, procuraram marcar sua originalidade em relação aos *luzias*, protestando seu repúdio às “revoluções e à anarquia”; e seu apego à ordem e respeito à monarquia constitucional. Mais: devolveram aos conservadores o epíteto de “conspiradores e revolucionários” e denunciaram seu envolvimento com a “agitação popular” e com resistências armadas e “sedições”? O esclarecimento das dissonâncias existentes entre a memória da “Praieira” elaborada por Nabuco e os pronunciamentos dos réus incriminados na *rebelião/revolução* passa, certamente, por uma retomada dos passos dos contendores pernambucanos desenvolvidos entre 1842 e 1848. Ela é essencial para o desvendamento da tecitura do *fato* Revolução Praieira.

Uma batalha de revoluções

“(...)A tradição de todas as gerações mortas oprime como num pesadelo o cérebro dos vivos. É justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se à si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.(...)” Karl Marx.²²

²² MARX, K. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, in *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José A. Giannotti. Trad. de José Carlos Bruni et al. 2^o cd. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 329.

“(...) O movimento social se efetua no vasto oceano de idéias e, seja qual for o ponto a que as correntes ou as tempestades hajam impellido a nau do Estado, o marinheiro hábil saberá daí dirigir a proa para o porto em que pretende abicar, sem que lhe seja preciso voltar ao ponto em que partira na véspera.(...)”. *O Progresso*, t.1:8, jul. 1846²³

Uma coalizão dominou o cenário político pernambucano de 1837 a 1842. Reunidos, liberais e conservadores, cidadãos de diferentes posições na sociedade – bacharéis, senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes – encabeçados os primeiros pelos Cavalcantis e os segundos pelos Rego Barros, resolveram “sua oposição em conchavos familiares”²⁴ e se engajaram na “política de reorganização e do futuro” (uma verdadeira *revolução* pacífica e racional) proposta pela administração do conservador Francisco do Rego Barros. Tal política previa a remodelação dos meios de transporte (a construção de estradas ligando o interior ao porto do Recife, a reestruturação urbana da capital) e, sobretudo, a redução política dos votantes primários (artesãos, caixeiros, soldados, funcionários públicos, rendeiros e moradores) no sentido de evitar *sedições* como as que haviam ocorrido em 1831, 32 e 33 no Recife. Dentro deste parâmetro, mãos competentes (particularmente engenheiros e bacharéis) dariam continuidade à “revolução da independência” na direção do aperfeiçoamento “material” – promovendo as mudanças técnicas requisitadas pelo progresso – e “moral” da Província, encarando a “civilização” dos cidadãos dados à “vertigem revolucionária”, ou presa fácil das “paixões”²⁵. Ainda em 1842, a permanência do barão da Boa Vista na presidên-

²³ *O Progresso: Revista Social, Litteraria e Scientifica*. Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 3 tomos, 1846-1848. Utilizamos a reedição feita pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco em 1950.

²⁴ CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana: 1831-1840”, in HOLANDA, S.B. (org.) *História geral da civilização brasileira*. T. II, v. 2, p. 58.

²⁵ *O Argos Olindense*. Pernambuco, Typographia Fidedigna de J. N. de Mello, n. 5-8, 25, 8-5-9, 1838.

cia e a eleição de uma chapa única de deputados gerais e provinciais demonstraram que a coalizão estava de pé²⁶.

Porém, o sentido autoritário e centralizador do projeto logo se explicitaria, cobrando um preço mais alto que a reeducação dos votantes primários. Ele acabou por atingir também direitos e privilégios de parte significativa dos proprietários, já que o círculo de competentes, ou “notabilidades”, como foram chamados, era restrito a um grupo de pessoas próximas ao presidente da Província. Assim, parentes e correligionários mais chegados de Boa Vista dominaram delegacias, cargos na magistratura e na tropa; uma equipe de engenheiros franceses chefiados por Louis L. Vauthier monopolizou e reformou a Repartição de Obras Públicas, e negociantes de grosso trato (muitos de origem portuguesa) e grandes senhores de engenho abocanharam os negócios mais rentáveis, particularmente as obras públicas. Em outras palavras, o progresso inscrito no projeto civilizador premiaria poucos e a remodelação nele contida favoreceria aos grandes senhores, em condições de bancar mudanças nas técnicas de produção de açúcar, ou aos grandes investidores com capitais suficientes para financiar o Estado. Em seus resultados mais imediatos, a política de “reorganização e do futuro” marginalizou senhores de engenho, comerciantes e plantadores de algodão de posses mais modestas – a quem foi questionado o direito de propriedade sobre terras devolutas ocupadas nas últimas décadas; e de participação na concorrência e execução das obras públicas; e bacharéis recém-introduzidos na política pelos próprios conservadores (em especial os deputados gerais Urbano Sabino, Nunes Machado e Peixoto de Brito) preteridos no exercício dos cargos eletivos e da magistratura²⁷. A emergência de um grande número de descontentes com a administração de Rego Barros cindiu a coalizão entre liberais e conservadores na Provín-

²⁶ *O Guarda Nacional*. Typographia Imparcial de L. I. Ribeiro Roma, 20.01.1843.

²⁷ MARSON, I.A. *O Império do Progresso*. Cap. 3.

cia, e deu origem, em fins de 1842, ao Partido Nacional de Pernambuco ou Partido da Praia²⁸, que aproximou proprietários de engenhos e negociantes afastados dos negócios oferecidos pelo Estado; ex-deputados conservadores discriminados, e alguns políticos "liberais históricos", a exemplo do monsenhor Muniz Tavares e do comerciante Rego Monteiro. Dessa forma, a Praia se tornaria uma dissidência inusitada do Partido Liberal de Pernambuco, chefiado por Holanda Cavalcanti, pois suas lideranças haviam tido vínculos essenciais com os conservadores – a defesa da Lei de Interpretação do Ato Adicional; a Reforma do Código do Processo; a defesa incondicional da Monarquia e da Constituição; e a recusa de procedimentos políticos considerados "jacobinos", como, por exemplo, a recorrência às armas quando houvesse ameaça a direitos e propriedades. Sua presença adensaria a disputa política na Província, questionando com contundência a antiga associação liberal – conservadora.

O novo partido tinha diante de si uma tarefa árdua: em Pernambuco vencer a máquina policial e judiciária montada por remanescentes da antiga coalizão Rego Barros e, na Corte, criar um espaço próprio (na Câmara e no Senado), competindo com os tradicionais representantes do partido liberal pernambucano de Holanda Cavalcanti. Portanto, apenas com medidas originais, em termos de programas e estratégias, conseguiria desempenhá-la com sucesso. Por outro lado, qualquer proposição do partido deveria pautar-se por dois princípios já então profundamente absorvidos pela elite proprietária: o respeito à lei, ao Imperador e à Monarquia e a desconfiança com relação aos votantes primários. Entre a exigência de criatividade e as limitações políticas, os deputados Nunes Macha-

²⁸ O apelido foi criado pelos conservadores devido à ligação do partido com os comerciantes da Rua da Praia – e ao fato de seus jornais, inclusive o *Diário Novo*, órgão oficial do partido, serem impressos na *Typographia Imparcial* de Luís Inácio Ribeiro Roma, também localizada neste local. O objetivo da designação era desqualificar socialmente os membros do grupo, uma vez que a Rua da Praia era tradicionalmente um ponto do comércio de carne seca.

do, Peixoto de Brito e Urbano Sabino só puderam retomar e recriar a política de “reorganização e do futuro”, tornando-a menos restritiva e, particularmente, um instrumento de luta contra a coalizão liberais/conservadores. Do projeto dos bacharéis que propuseram a Reforma do Ato Adicional preservaram quatro pontos essenciais: a positividade da lei ante a “vertigem” revolucionária; a negação da violência; a circunscrição da política a mãos competentes; e a crença no progresso e o respeito à lei, ao Imperador e à Monarquia.

A defesa da lei foi o princípio mais recorrente da tática praieira, e já se destacou no ato de fundação do partido, cujo objetivo primordial era fazer uma “oposição constitucional” ao governo Boa Vista e, posteriormente, apropriar-se dos cargos de poder por meio de eleições legítimas. Dessa maneira, a Praia pensava ocupar todos os lugares essenciais, desde as deputações gerais e senatoriais até os postos policiais e judiciários. A força eleitoral seria, portanto, a arma mais importante do partido e, para vincar este traço legalista e, especialmente, sua diferença com o passado, divulgou amplamente seu “repúdio” às revoluções e singularidade em relação aos liberais de São Paulo e Minas Gerais, recém-rebelados:

“A oposição de Pernambuco detesta revoluções, que sempre trazem consigo terríveis conseqüências e não pretende adotar as idéias da Revolução de Minas Gerais e Sorocaba (...) a oposição condena mesmo os princípios de Sorocabanos e Mineiros, e jovem como é, não desconhece quanto devemos fazer por sustentar a Monarquia, o trono do Sr. D. Pedro II, e o governo justo (...)Somos inimigos tanto do despotismo como da anarquia; um partido poderoso não projeta revolução(...) Nós temos o número a nosso favor, temos a opinião e o desvelo do povo, temos as principais autoridades do nosso lado, que interesse teríamos em perder todas as vantagens no meio da confusão e da desordem?”²⁹

E foi, paradoxalmente, no ato de negar a revolução que inauguraria uma estratégia inovadora que, no dizer dos adversários “re-

²⁹ *O Guarda Nacional*, 09.12.1842; *Diário Novo*. Recife, Typographia Imparcial de L. I. Ribeiro Roma, 16.9.1844.

volveria a província de cima a baixo”³⁰. O número conferia legitimidade à atuação do partido e ele se confundia justamente com o amplo apoio dos votantes primários urbanos, arregimentados por meio de um arranjo inédito e pouco transparente: a somatória de interesses inconciliáveis. A Praia adicionou a seu programa a defesa da nacionalização do comércio a retalho, a crítica ao recrutamento e à penetração portuguesa nos pequenos negócios, tradicionais reivindicações de artistas, caixeiros e pequenos comerciantes desde a independência. E, mais ainda, agilizou a participação disciplinada destes eleitores em *meetings*, demonstrações públicas de apoio ao partido, sem dúvida uma das razões do crescimento praieiro nas eleições de 1844 e, posteriormente, de sua desgraça, uma vez que essa aproximação tornou verossímil a confusão do partido com “as classes baixas da população”, acusação lançada por Figueira de Melo. A massa de cidadãos ganhava novamente as ruas de Recife (já o fizera em 1822,24,31 e 33), só que sem autonomia, ensaiada pelas lideranças partidárias; assim, além de garantir o número de votos que conferia vitória do partido nas urnas, pressionava os locais de votação, fazia manifestações de apoio ou repúdio aos atos do governo central e, principalmente, impressionava os adversários conservadores tão habituados aos arranjos de bastidores ou ao manejo das representações legislativas.

A astuta, dúbia e perigosa manobra praieira, acionando os votantes primários nos *meetings*, projetava um significado contraditório. Ao mesmo tempo que transparecia a imagem de indivíduos instrumentalizados, testemunhava força, legitimidade e aparente *igualdade*. Dentro da primeira percepção, os eleitores primários apenas exteriorizavam a grandeza numérica do partido, fazendo volume nas eleições e nos espetáculos de rua. Por isso, foram chamados jocosamente pelos adversários de “os cinco mil”, apelido que incorporaram; ao invés de se apresentarem na luta com seus

³⁰ ARAÚJO, J. T. Nabuco de. *Predomínio praieiro ou história da dominação da Praia*.

próprios rostos, recebiam máscaras de representação, fantoches apropriados das lutas heróicas do passado morto³¹.

Mas o número aqui tinha outra conotação: também transmitia força e legitimidade através da unidade e da igualdade. A força e o volume se metamorfoseavam em poder e se impunham nivelando todos os membros do grupo criando um conjunto indistinto, abrindo a possibilidade de se visualizar, pelo menos por alguns instantes, uma ampla cidadania que envolvia todos os presentes na manifestação: senhores de engenho, comerciantes, artesãos, caixeiros, soldados da tropa de linha, funcionários públicos, assalariados, pescadores, biscateiros e escravos.

O estratagema praieiro foi um sucesso. Aliado a outras manobras, faria com que em agosto de 1845 o Partido Nacional de Pernambuco dominasse não apenas os cargos políticos (representações nas Câmaras) mas também a Presidência da Província (devida também à sua aproximação com a facção áulica na Corte) e com ela (segundo a regulamentação da Lei de Interpretação do Ato Adicional) os postos policiais (chefia de polícia, delegacias e subdelegacias), assim como os militares (Comando de Armas e cargos na tropa de linha e na Guarda Nacional), promovendo uma inversão geral na administração jamais experimentada por Pernambuco. E este sucesso faria com que o partido seguisse adiante e exploras-

³¹ “Os cinco mil” foi uma denominação espelhada num momento da história de Atenas em que “uma conspiração abolia a democracia” e o poder passava a ser exercido por uma oligarquia de proprietários, os “Quatrocentos”. Este regime pretendeu ser a expressão política de “cinco mil cidadãos” qualificados para servir por suas posses e qualidades pessoais; efetivamente “O governo dos cinco mil não foi mais que uma proposição”, porque os *Quatrocentos* “governaram com plenos poderes da maneira que lhes pareceu melhor e convocariam os ‘cinco mil’ quando lhes parecesse conveniente”, o que não foi concretizado nenhuma vez. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília, UnB, 1982, p. 413-414. Ao recorrer a Tucídides para escolher a expressão, os conservadores pensavam exatamente em criticar a aliança Praia/votantes primários, denunciando a tutela e o engodo praieiro sobre estes eleitores e o caráter oligárquico da administração liberal.

se ainda mais os recursos do exercício da lei e da representação da “igualdade” no prosseguimento de seu projeto de remodelação “pacífica e legítima” da Província, que se configurou, efetivamente, numa “invasão do poder”. Não se contentou em afastar os adversários dos cargos policiais: dispôs-se a desmoralizá-los publica e politicamente. Assim, algumas ex-autoridades (especialmente delegados e subdelegados próximos a Rego Barros) foram não só destituídas de seus cargos, mas tiveram contra elas processos movidos pelos novos delegados praieiros que as acusaram de crimes infamantes: chefiar quadrilhas de desordeiros e assassinos e contrabandear e roubar escravos. A comprovação dos delitos foi feita, dentre outros procedimentos, por exemplo, pelo vasculhamento dos engenhos *Monjope*, do cel. João Cavalcanti e *Pindoba*, do cel. José Maria de Barros Barreto, e pela apreensão de inúmeros escravos roubados. Para fugir aos processos instaurados pelas autoridades praieiras, os acusados precisaram deixar a província. Entretanto, retornaram em 1848, quando, na inversão política que devolveu o poder aos conservadores, foram designados para substituir os praieiros, momento privilegiado para uma esperada retaliação, uma das possíveis razões da resistência praieira em nome da “defesa das vidas e propriedades”, apresentada por Sabino.

A absorção da violência no interior da prática política legalizada possibilitou punir politicamente os adversários conservadores (*guabirus*³²), pensar uma revolução dentro da lei, e a associação política viabilizou controlar os “cinco mil” com segurança, a tal ponto que o partido pôde divulgar um projeto comum com os votantes primários. Ele previa mudanças estruturais na sociedade pernambucana – com a expansão de uma ampla “indústria nacio-

³² *Guabirus* ou *baronistas* foram expressões jocosas criadas pela Praia para designar os correligionários do Barão da Boa Vista, Francisco do Rego Barros. Incluíam o tradicional grupo conservador da província e seus aliados liberais (a ala de Holanda Cavalcanti) que não apoiara a dissidência praieira. Os termos procuram traduzir os traços impingidos aos conservadores – tratava-se de *ladrões ilustres*, uma vez que o *guabiru* é uma ratazana de grande porte.

nal” e, a longo prazo, a superação da escravidão – e em seus objetivos solucionaria, a um só tempo, tanto as reivindicações dos senhores de engenho e comerciantes praiheiros quanto os prementes problemas que afligiam os “cinco mil”, destacando a concorrência portuguesa no comércio e no artesanato. Uma série de quatro artigos publicados entre 1º e 8 de dezembro de 1845 no *Diário Novo*, denominada “Os nossos artistas”, analisou as origens do desemprego de artistas e caixeiros nacionais e arrolou soluções: a marginalização e ruína destes cidadãos se deviam a uma política baseada em “teorias falazes” (o *laissez-faire*), cuja prática aniquilava o comércio nacional em benefício do estrangeiro, desfalcando a nação de capitais necessários para gerir a si mesma e proporcionar ocupação a seus filhos. Juntas, a liberação da entrada de produtos estrangeiros e o franqueamento de sua venda a retalho a qualquer nacionalidade tolhiam no nascedouro uma “indústria nacional” – por exemplo, o estabelecimentos de fábricas de tecidos de algodão – e impediam a criação de empregos, quer no processo de produção, quer de comercialização dos produtos nacionais, e a emergência de possíveis consumidores. Por isso, convinha proteger a “indústria nacional” com taxas alfandegárias e, principalmente, não privilegiar, como vinha sendo feito até então, a agricultura de exportação:

“(…) Aqui mesmo em Pernambuco tivemos uma fábrica de tecidos de algodão, e o que foi feito dela? Acabou-se depois de inúmeros gastos, porque o governo não a protegeu como devia; e o resultado foi que, podendo ter hoje esse gênero de indústria em que se empregassem muitos brasileiros, ficamos continuando a comprar por alto preço aos estrangeiros tecidos de algodão.

E não seria porventura uma vantagem muito grande para Pernambuco e para todo o Brasil a existência dessas fábricas? Não daríamos com elas extração ao nosso algodão? Não pouparíamos todo custo da mão-de-obra que ficando no país alimentaria grande número de brasileiros, que se tornariam outros tantos consumidores de outros gêneros do país?

(…) Cumpre remover todos os impostos onerosos, proteger os artefatos nacionais e pôr direitos de entrada sobre os estrangeiros (...) e reservar aos nacionais o comércio a retalho, fonte de tantos lucros (...)”³³

³³ *Diário Novo*, 02 c 08.12.1845.

Esta análise tornou comuns origens e soluções das dificuldades da elite do partido e dos “cinco mil”; todavia, as questões vividas por tais parceiros nem sempre coincidiam com esta leitura, demonstrando que a explicação praieira foi, particularmente para os “cinco mil”, mais uma expressão de retórica a viabilizar um acerto político que uma proposta sensível aos anseios de artistas, caixeiros e pequenos comerciantes: o trabalho previsto no projeto praieiro não se identificava exatamente com aquele que os interessados reivindicavam, uma vez que, enquanto defendiam o trabalho assalariado na fábrica, os artistas lutavam pela preservação do pequeno negócio e da oficina, ou seja, direitos e formas de propriedade inscritas no passado.

Na verdade, a especial atenção dada ao desemprego foi apenas um argumento articulado a outra preocupação importante: a defesa de novos investimentos que acolhessem os proprietários impossibilitados financeiramente de assumir a custosa (e incerta) remodelação dos engenhos e absorver o declínio de preços do açúcar e do algodão no mercado internacional. Então, o revolvimento “ordeiro e legítimo” da sociedade pernambucana proposto pela Praia, privilegiava os senhores de engenho, produtores de algodão e comerciantes, futuros capitães de uma modesta “indústria nacional” pensada à imagem e semelhança das fábricas inglesas e o aproveitamento dos artistas e outros trabalhadores como assalariados e consumidores. Eis porque os praieiros não se empenhariam na expulsão dos portugueses (como queriam os “cinco mil”), já que a presença em grande escala de imigrantes em Pernambuco beneficiaria o projeto industrial. A partir destes dados se esclarece a desatenção dos deputados praieiros com as representações de artistas que em 1844, 45 e 47 se dirigiram à Corte exigindo um encaminhamento imediato da questão portuguesa, assim como a relutância do partido em apresentar, na Câmara, propostas concretas reivindicando o comércio a retalho e o artesanato para os nacionais³⁴.

³⁴ O compromisso da Praia com a constituição de um mercado de trabalho livre nos centros urbanos evidenciou-se ainda mais no *Diário Novo* que, ao repro-

Assim, o sentido político mais importante deste projeto não se situava na parceria com os “cinco mil”. Ele tinha um interlocutor e uma função maiores: propunha-se a enfrentar o plano dos conservadores, que privilegiava a agricultura de exportação e a transformação técnica dos engenhos e que previa decisiva intervenção do Estado na importação de aparelhos de refino, na contratação de técnicos, na legalização da posse de terras devolutas, na construção de estradas que cortassem a região nobre dos engenhos (Ipojuca e Escada), na liberalização das importações e na remodelação das práticas financeiras provinciais. Tais investimentos, todavia, não estavam ao alcance da grande maioria dos proprietários praiieiros, o que levou à montagem de uma proposta alternativa contrapondo a defesa da “indústria nacional”, a diversificação da produção agrícola (por exemplo, a introdução de novas culturas como o chá e a amoreira para a produção de seda), do protecionismo alfandegário, dos direitos de posse sobre terras devolutas recentemente ocupadas e ainda não legalizadas, e de uma política mais democrática de arrematação das obras públicas.

Portanto, os projetos, além de excludentes, não podiam prescindir da participação do Estado; daí uma disputa empenhada e decisiva pelo domínio exclusivo dos cargos de poder. Ou seja, sob a negação da revolução como “vertigem” e violência física, vivia-se um enfrentamento de propostas que, uma vez concretizadas, redundariam numa transformação de grandes proporções nas práticas de reprodução e acumulação da riqueza assim como nas relações de trabalho. Não foi por acaso, portanto, que o tema da revolução – embora transfigurado em *reforma* – tenha dominado o debate político e tenha circulado entre os partidos e programas políticos e emergido, ao mesmo tempo, como negatividade e positividade.

duzir artigos do *Morning Chronicle* de Londres, acentuou as vantagens do trabalho livre e as virtudes do trabalhador disciplinado (formado em escolas especializadas), substituto exemplar do rebelde aprendiz de oficina; ainda divulgou orgulhosamente a vitória da Londres das fábricas e da opulência sobre a Londres da mendicidade, “moléstia essencial dos povos civilizados”. Idem, 01 e 03.12.1845.

Esta relação contraditória com uma revolução que se quer concretizar mas que não pode ser assumida oficialmente senão como “reforma legislativa” instituiria o cinismo, a astúcia e a representação como estratégia política necessária na luta política partidária pernambucana. Elas provinham da contingência de se ocultar – nas dobras da fala do bem comum, na defesa da nação e da conciliação – os reais interesses exclusivistas e individualistas dos partidos e perpetuar a reprodução da política representativa prevista no regime monárquico constitucional. Seguindo este objetivo, a partir de 1844 (desde que a Praia introduzira a aliança política com os “cinco mil”) a atenção de praieiros e guabirus se deteve na conquista do apoio dos votantes primários para neutralizar “constitucionalmente” o adversário e revolucionar as práticas políticas econômicas que reproduziam a riqueza e poder dos correligionários, o que só poderia ser feito em detrimento dos concorrentes e dos parceiros. Assim, a *revolução, tanto praieira quanto conservadora*, encaminharia a redefinição da empresa agrícola, a superação (em algum momento) da escravidão e a organização do mercado de trabalho livre, expropriando, por um lado, os direitos dos adversários e, por outro, as posses e a liberdade de caixeiros, artistas e pequenos comerciantes. Diante deste quadro, uma questão essencial se coloca: como e por que os “cinco mil” se envolveram neste jogo?

Na verdade, artesãos, caixeiros, soldados e os pequenos comerciantes nacionais, devido às restrições constitucionais e financeiras, não tinham muitas alternativas de participação política senão negociando com outros grupos. Não contavam com quadros que preenchessem os requisitos para assumir cargos eletivos na Câmara e no Senado nem subvencionar órgãos de imprensa³⁵. A circula-

³⁵ Ao candidato a um cargo eletivo na Assembléia Geral exigia-se a renda de 400 mil réis por bens de raiz, e ao Senado 600 mil. Os jornalistas ligados aos “cinco mil” eram funcionários públicos de terceiro escalão, com poucos rendimentos e famílias numerosas que, quando detidos pelo crime de abuso de imprensa, subsistiam graças à ajuda de amigos.

ção, intermitente, de periódicos que defenderam seus interesses – *O Nazareno*, *O Tribuno*, *O Regenerador Brasileiro* e *A Voz do Brasil* – dependeu de alianças com os partidos maiores, e todos os jornalistas ligados aos “cinco mil” – Borges da Fonseca, Borges Mendes, Inácio Bento de Loiola, João Baptista de Sá e Jacinto M. Severiano da Cunha – aproximaram-se, em algum momento, da Praia ou dos baronistas. Borges da Fonseca recebeu apoio dos guabirus para manter a tipografia Nazarena, e Loiola e Borges Mendes foram subvencionados pela Praia e, nos momentos mais difíceis, seus jornais chegaram a ser impressos nas tipografias dos outros partidos.

Este orbitar e depender dos grandes grupos partidários, reconhecido em várias circunstâncias, impediu ligações duradouras entre os porta-vozes dos “cinco mil” e muitas vezes acarretou rompimentos tempestuosos. Assim, nas eleições de 1844, enquanto *O Regenerador* (de João Baptista de Sá) sutilmente impelia seus eleitores para a chapa praieira, *O Nazareno* (de Borges da Fonseca, inimigo histórico da Praia até novembro de 1848, em cuja administração chegou a ser aprisionado por duas vezes) divulgava os candidatos conservadores, e este descompasso provocou um afastamento entre seus redatores³⁶. As folhas ligadas aos “cinco mil” apareciam em período de eleições, momento em que seus criadores, disfarçando a impossibilidade de uma candidatura própria numa falsa modéstia – alegam despreparo para o desempenho das funções parlamentares, apesar do traquejo político expresso nos textos –, propagandeiam nomes dos grupos oficiais. Dessa forma, as reivindicações dos eleitores primários, particularmente a defesa da nacionalização do comércio a retalho e a crítica à imigração, só

³⁶ *O Regenerador Brasileiro*. Nazaré da Mata. Typographia Nazarena de Antônio Borges da Fonseca, 06.9.1844. Excetuando o período em que integrou o exército liberal (nov. 1848-março 1849), Borges foi sempre adversário das lideranças praieiras, posição que registrou em sua autobiografia, *Manifesto político; apontamentos de minha vida e da vida política do Dr. Urbano Sabino Pessoa de Mello*. Recife, Typographia Commercial de G. H. Mira, 1867.

alcançaram a Assembléia Geral em representações levadas por deputados ou falas emprestadas aos grandes partidos.

Todavia, apesar de circularem ao redor de conservadores e liberais, os porta-vozes dos pequenos proprietários sempre fizeram questão de apregoar uma posição independente e de pertencerem a um genérico partido “verdadeiramente nacional”³⁷. Em algumas circunstâncias, teceram pesadas objeções tanto aos praieiros quanto aos guabirus, mostrando-os como homens sem princípios, interessados apenas em vantagens individuais e adeptos de manobras escusas, e se apresentaram como “únicos” defensores desinteressados dos “direitos e interesses do povo” e da regeneração da nação:

“(…) e não nos importamos com as brigas dos aristocratas: praieiros e baronistas briguem lá na disputa do poder, a nós só nos cumpre trabalhar pelo bem do gênero humano (...) Não vos iludais: nós que não pertencemos a nenhum dos lados, estamos mais habilitados a calcular e reconhecer as forças de cada um de vós, e pois ouví-nos (...) Pernambuco não tem tido oposição de princípios, e só interesses pessoais (...)”³⁸

Além de “regeneradores da nação”, consideravam-se também os mais lúcidos analistas dos problemas do Império e arautos das soluções pertinentes e, deste lugar, apontaram a grande questão brasileira: a hegemonia estrangeira em geral e portuguesa em particular na política e nos negócios. Os portugueses seriam responsáveis por todas as dificuldades dos brasileiros pois, ao dominarem cargos e recursos financeiros, corromperiam os “inexperientes” e, às vezes, “corruptos” representantes da nação, levando-os a promulgar leis nocivas à maioria dos cidadãos. Tal foi o caso da lei que permitiu aos portugueses a adoção da nacionalidade brasileira, abrindo-lhes cargos e negócios; as leis do juro convencional e de

³⁷ *O Regenerador Brasileiro*, 17.7.1844; *O Foguete*. Nazaré da Mata, Typographia Nazarena, 06.9.1844; *A Voz do Brasil*. Recife, Typographia d’A Voz do Brasil, 16.6.1848.

³⁸ *O Regenerador Brasileiro*, 17.7. e 04.10.1845.

ancoragem que oprimiram todos aqueles que viviam da agricultura ou que dependiam de empréstimos periódicos para seus negócios ou sua sobrevivência; e as leis que liberaram a colonização estrangeira e as importações e que possibilitaram uma verdadeira invasão de imigrantes e de produtos europeus, restringindo as oportunidades de trabalho para os cidadãos nacionais e franqueando terras e o comércio a estrangeiros³⁹.

Como reverter este impasse e resolver a dramática situação de todos os brasileiros, desde artesãos e funcionários públicos até os agricultores? “Regenerando a nação”, construindo para ela a “independência” efetiva através de uma Constituição que realmente preservasse os direitos nacionais. E qual a maneira de atingir tal objetivo? Elegendo cidadãos competentes, responsáveis e, principalmente, “patriotas”. Ou seja, o voto seria o primeiro e mais adequado caminho, e a opção por ele poderia indicar que os “cinco mil” haviam incorporado o essencial do projeto dos bacharéis: lutar dentro da legalidade e com homens preparados. Sem dúvida, a preservação deste princípio, assim como a defesa de alguns objetivos parcialmente comuns com os praieiros – como a abolição do *laissez-faire* e uma genérica crítica ao “estrangeirismo”, seriam liames explicativos da popularidade da Praia junto aos “cinco mil”. Porém, contraditoriamente, o traço que mais os aproximaria dos dois partidos provinciais emergiu noutra lugar: na intenção de recorrer à “vertigem revolucionária”, ou à violência das armas, quando elas se tornassem o único recurso de legítima defesa e de conquista de “foros e garantias”:

“(…) Quem atentamente perscrutar as disposições do honrado povo pernambucano, conhecerá que ele não se ilude com tanta facilidade como outrora, e tanto mais nos convencemos desta verdade, quanto sabemos que estão resolutos se necessário for, a ferro e fogo, reivindicar

³⁹ Assuntos exaustivamente tratados por *O Regenerador Brasileiro*, *O Foguete*, *A Voz do Brasil*, *O Nazareno* e *O Tribuna*; os dois últimos redigidos por Borges da Fonseca e impressos na Typographia União (dos conservadores) a partir de 1847.

rem seus direitos há tanto tempo conculcados. Não há, ou quase não há um só pernambucano livre, que não esteja prevenido, pelo menos com uma clavina, e cinqüenta cartuchos embalados e para que isto? Para em último caso fazerem uso destas armas, a fim de conquistarem seus foros e garantias (...)⁴⁰

Assim como na fala praieira de 1848, a revolução aqui apresentada guarda certa ambigüidade, aparecendo, ao mesmo tempo, como razão (um ato em favor de direitos legítimos inscritos na política civilizada) e desrazão (exercício de violência física, negação da política). Porém, marcando sua individualidade, os “cinco mil” fizeram inversões fundamentais: sobrepuseram a “vertigem” à razão e se mostraram dispostos a usá-la quando julgassem necessário, independente do comando de seus possíveis aliados. Com esta ameaça viabilizaram, a partir de 1844, negociações com a Praia e também com os baronistas. A participação dos “cinco mil” no jogo político provincial se explica, portanto, pela dependência dos grandes partidos e, também, por seu efetivo poder de barganha, fundado tanto no apoio numérico nas eleições quanto na ameaça à ordem e à propriedade que diziam representar. Ocupados em sua luta particular e na representação de uma “oposição constitucional”, praieiros e guabirus terminaram enredados nas artimanhas da lei e passaram a depender daqueles mesmos cidadãos que planejavam reeducar. Neste momento, entre 1844 e 1848, os “cinco mil” praticamente se tornaram o fiel da balança na política pernambucana e foram cortejados e até imitados. Se, até 1847, os políticos “civilizados” procuraram banir a “revolução”, enquanto recurso às armas, no ano seguinte, rasgando as máscaras, acabariam por reconhecerem-na como expediente legítimo.

⁴⁰ *O Regenerador Brasileiro*, 04.10.1845 e *A Voz do Brasil*, 27.6.1848.

A arrasadora invasão do poder promovida pelos praieiros obrigou os baronistas a reverem radicalmente seus procedimentos. De posse dos cargos provinciais – desde a presidência até os comandos da Guarda Nacional – a Praia inviabilizou o projeto conservador demitindo e desmoralizando, cancelando empreendimentos da Repartição de Obras Públicas, da Tesouraria Provincial, interferindo nas Inspeções do Açúcar e do Algodão, nas arrematações dos impostos e repondo práticas financeiras antigas que afastaram os grandes investidores, cancelando empreendimentos já em andamento, importantes na modernização dos engenhos, como a vinda do aparelho de refino Derosne e Cail e a contratação de técnicos estrangeiros. Diante deste quadro, não restou aos conservadores senão aceitar as regras do jogo e enfrentar a Praia com suas próprias armas, por exemplo, revertendo o apoio dos “cinco mil”. Nesse sentido, três periódicos atuaram nas eleições de 1846, 47 e 48 (quando seriam renovadas as representações na Câmara e escolhidos dois senadores por Pernambuco): o *Diário de Pernambuco*, *O Lidador* e a Revista *O Progresso*⁴¹. Além disso, também promoveriam *meetings* na campanha eleitoral, decisão que permitiu ao Recife assistir o Barão da Boa Vista (Francisco do Rego Barros) e outras “notabilidades” aparecerem em público ao lado do proscrito porta-voz dos “cinco mil”, o jornalista Borges da Fonseca.

Empenhada em desfazer a imagem de homens “retrogrados”, insensíveis aos problemas de seu tempo, em especial à questão social, impingida aos baronistas pelos praieiros, *O Progresso* esmerou-se em divulgar seu respeito à presença das massas na política, à irreversibilidade das conquistas liberais e, particularmente, seu entusiasmo com o *laissez-faire* e com o progresso técnico, instrumento de criação de uma nova era de prosperidade e felicidade geral:

⁴¹ A redação d’*O Lidador* ficou a cargo de Nabuco de Araújo; *O Progresso* reuniu um grupo de intelectuais recém-demitidos pela administração praieira, dentre eles os engenheiros Louis Léger Vauthier e Henrique Augusto Milet e o professor do Liceu Provincial Antônio Pedro de Figueiredo. MARSON, I. A. *O Império do Progresso*, cap. 4.

“(…) Não discutiremos se é com justiça ou não, mas o certo é que os povos não deixam facilmente que se lhes roube as liberdades que uma vez possuíram, e toda tentativa feita neste sentido ministra armas terríveis aos descontentes e facciosos (...) Em política, assim como em qualquer outra coisa, não se restaura o passado: assim, aqueles que sonham com a cabeça voltada para o que já foi, dêem lugar à humanidade que passa, se não querem que ela os esmague na marcha em que vai (...) Em verdade, quem há aí que ainda se lembra da guerra como princípio político? – alguns loucos ou alguns soldados ambiciosos! Não, a paz é decididamente o voto do XIX^o século; o arado e o tear despedaçaram a espada, o vapor substituiu, como força motora, a máquina de pulmões de ferro que trabalha para a felicidade dos homens (...) as velhas barreiras nacionais desmoronam-se, e o caminho de ferro que as despedaça ao passar por cima delas, anula o espaço e confunde os povos (...) É esta prática radiosa de progresso pacífico que queremos instaurar entre nós e que será a legenda da nossa bandeira.”⁴²

“O fim da política, tomando esta palavra na sua acepção mais elevada, é a ciência da organização social e tem como único alvo a realização da felicidade dos indivíduos”. E no que consiste a felicidade? Recorrendo a Fourier, responde: na satisfação dos desejos e prazeres, ou conforme denominou a economia política, organizar o acesso às riquezas e ao consumo. A felicidade dos homens e a dos povos dependia, portanto, de uma relação equilibrada, harmoniosa entre produção, distribuição e consumo das riquezas. As origens do “sofrimento social” estavam justamente no desequilíbrio, na “anarquia”, na falta de organização entre estes três atos. Tal “desordem” engendraria o isolamento ou uma guerra aberta entre os produtores e seu total descompromisso com as necessidades que deveriam prover. Assistia-se, então, à emergência de forças imensas sem emprego ou empregadas de modo improdutivo; uma divisão profunda entre as “classes que gozam ociosas e as que trabalham quebrantadas pela miséria; operários sublevados contra as máquinas que os privam de trabalho e capitalistas que se coalizam para lhes rebaixar os salários”. Entretanto, *O Progresso* não

⁴² Idem, t. I p. 8, julho de 1846.

considerava que o avanço técnico fosse o responsável pela miséria das massas, conforme apregoavam os próprios operários. Segundo a Revista, ela se originava na falta de organização e na persistência de monopólios e privilégios que embaraçavam a livre circulação e a distribuição das riquezas. Pelo contrário, a técnica e o *free trade* permitiriam a produção abundante de riquezas e sua circulação e distribuição por todas as nações; a construção de uma verdadeira “humanidade” farta, unida e moralizada⁴³.

Uma vez demonstrado o compromisso com as mais recentes conquistas políticas e técnicas dos povos, a Revista explorou suas afinidades com os anseios dos “cinco mil” destacando a discordância com a forma como se processava a disputa política no Império, onde “infinitas discussões sobre as garantias políticas dos cidadãos” a nada levavam ou apenas promoviam interesses de uns poucos ambiciosos⁴⁴; a necessidade de se constituir um Estado desvinculado de liames partidários e preocupado apenas com o bem comum; e, mais, seu esforço em encontrar soluções para a falta de trabalho que atingia os cidadãos de pequenas posses. Depois, marcou sua superioridade ante à Praia e aos “cinco mil”, apresentando uma solução para o desemprego: alojar na agricultura, como pequenos proprietários, artistas, caixeiros e demais cidadãos em dificuldades, de forma que constituíssem uma “classe média” imune aos apelos facciosos e disposta a respaldar o Estado. Assim, a um só tempo, resolvia-se uma questão econômica e política, e tudo isto com reformas legislativas, ou seja, dentro da lei,

⁴³ Idem, t.1, p. 176-209, *passim*, ago.-set. 1846. A presença de Fourier, Saint Simon Lamartine e Lamennais em textos da Revista faria com que alguns autores, provavelmente inspirados na menção de que se poderia reconhecer na *Revolução Praieira* “o fermento socialista” feita por Joaquim Nabuco, interpretassem *O Progresso* como uma fala opositora aos conservadores e, conseqüentemente, próxima da Praia. Ver as obras citadas de A. QUINTAS e V. CHACON. Todavia, quando Nabuco se referiu aos “compromissos socialistas”, remeteu-os ao programa de Borges da Fonseca. NABUCO, J. Op. cit., p. 72.

⁴⁴ Idem, t. I, p. 296, outubro de 1846.

através de um *imposto territorial* que obrigaria os proprietários de terras ociosas a vendê-las:

“Ora, só se conhecem três fontes, donde possam dimanar as classes médias: o comércio, a indústria e a agricultura. Mas o comércio atualmente ocupa e torna já improdutivos muito maior número de indivíduos (...) A grande indústria, numa terra tão pobre como a nossa, de capitais e de conhecimentos científicos, e onde o juro do dinheiro é tão elevado, se não pode criar senão fazendo-se que um imposto terrível pese sobre os consumidores: e quanto à pequena indústria, ela se acha sobrecarregada, e se queixa de concorrência. Logo, resta a agricultura. Ora, para que a agricultura possa dar lugar à criação rápida de uma classe média, é mister que os indivíduos pouco abastados possam obter terras e cultivá-las (...) condições que hoje não existem, porque os senhores de engenho ou de fazendas se recusam obstinadamente a vender qualquer porção destas terras (...) Para derribar, o poder de oligarquia de proprietários territoriais (...) não há senão um meio, que é obrigá-los a vender ao povo terras que lhes são inúteis; e para conciliar semelhante necessidade com o direito absoluto de propriedade (...) não há outro meio senão o estabelecimento de um imposto territorial, proporcional à superfície possuída por cada um (...).”⁴⁵

Por que teriam escolhido esta proposta? Porque ela, ao apresentar uma alternativa aparentemente viável para o desemprego, rebatia também as acusações de despotismo feitas pela Praia aos conservadores e desautorizava a guerra dos “cinco mil” contra os portugueses. A crítica d’*O Progresso* à “feudalidade territorial” sobrepujou a interpretação que os praieiros projetaram da “oligarquia”, pois além de ampliar historicamente a questão, remetendo-a a um passado “imemorial”, dissolveu o compromisso exclusivo da família Rego-Barros/Cavalcanti com o *despotismo/feudalismo* e incorporou os proprietários praieiros a esta feudalidade despótica, manchando sua imagem de partido moderno: ele não trouxera nada de novo e, pelo contrário, apenas substituíra, com desvantagem, a ordem anterior. Na verdade, os praieiros apareceram, tão somente, iguais ou piores que seus antecessores:

⁴⁵ Idem, t.I, 298-299, outubro de 1846.

“(…) Pelo que toca à opressão das massas pelo despotismo, que de certo não é de ontem, e tem profundas raízes na Província, onde ele existe, por assim dizer, desde tempos imemoriais, ainda nem se lhes descarregou o primeiro golpe.

Quanto à outra variedade de despotismo, que subordina interesses públicos aos de uma oligarquia poderosa: que é que se há feito para destruí-lo? Ao despotismo de uns substituiu o despotismo de outros; e, como a oligarquia de hoje tira grande parte de sua força da autoridade de que se acha revestida, ela oferece ao público menos garantia de estabilidade em favor da ordem (...) Assim, não achamos que o estado atual seja preferível ao passado; apenas os déspotas hão mudado de nome.”⁴⁶

Desmascarada a obra e imagem dos adversários, os conservadores aprofundaram sua crítica ressaltando a incompatibilidade entre os objetivos da Praia e dos “cinco mil”: o protecionismo à indústria nacional apenas tornaria mais difícil a situação dos assalariados, conforme já vinha ocorrendo na Inglaterra, Alemanha e França. As barreiras alfandegárias, medidas artificiais que protegiam produtores de mercadorias tradicionalmente adquiridas de outras nações, obrigavam “as indústrias naturais destes países” a colocarem seus produtos a preços muito baixos no mercado internacional, medida possível apenas mediante a redução dos salários dos trabalhadores destas indústrias. Neste sentido, o protecionismo era essencialmente nocivo aos antigos investidores, aos assalariados e ao Estado:

“(…) é [preciso] prevenir a opinião pública contra os desastrosos efeitos que podem produzir [o emprego de direitos alfandegários] como meio de proteger a indústria (...) E o que foi que resultou, para estas três nações [Inglaterra, França e Alemanha], das suas tarifas de alfândegas elevadas, e destas medidas chamadas protetoras da indústria nacional? A atividade produtora achou-se deslocada sob regime inteiramente artificial; toda a indústria era protegida, e em consequência os seus produtos tanto mais encarecidos; assim, como as indústrias especiais ao clima e solo se achavam sem proteção alguma, foram obrigadas, para que se lhes aceitassem os produtos nos mercados estrangeiros, onde os esperavam enormes direitos, abaixar os preços de tal sorte, que lhes foi necessário fazer conti-

⁴⁶ Idem, t.I, 296, outubro de 1846.

nuas reduções no ténue salário do trabalhador (...) Em suma, muito hão sofrido as indústrias naturais destes países: as classes operárias se acham reduzidas à mais terrível miséria(...).⁴⁷

Mais que detectar suas afinidades com os “cinco mil”, a Revista destacou a habilidade dos conservadores em diagnosticar e solucionar as questões políticas e sociais da Província. Assim, se eles reiteravam a ligação desemprego/concorrência portuguesa, *O Progresso*, apropriando parte da argumentação praieira, desviava a acusação para a “feudalidade territorial” e insistia numa solução assentada na agricultura; na redefinição da propriedade agrícola estaria a origem da “classe média” e na remodelação da “indústria natural” de Pernambuco (dos açúcares e algodões) se encontraria uma resposta rápida para o desemprego e para a crise da lavoura.

Tal como no projeto praieiro, esta explicação ocultava uma armadilha: o tema do desemprego era um recurso para introduzir os interesses dos grandes proprietários pois, ao mesmo tempo que parecia oferecer o caminho a contento dos interessados para a questão social, desautorizava as colocações da Praia e dos “cinco mil” e, principalmente, viabilizava o projeto conservador. A defesa da “indústria natural” e da colocação das “terras ociosas” no mercado eram meios para a expansão física e a modernização técnica dos engenhos já poderosos e organização de novas unidades com o capital disponível em mãos de grandes investidores de Recife. O imposto territorial obrigaria os proprietários de menores posses a negociar parte de suas terras com quem as pudesse adquirir. E, com certeza, os “cinco mil” não estariam entre os novos proprietários, pois o custo destas terras próximas ao litoral as colocaria muito acima de suas possibilidades⁴⁸. Ou seja, concretamente, o

⁴⁷ Idem, t.I, 258-259, novembro de 1846.

⁴⁸ O alto custo das terras próximas ao litoral já havia sido apontado pelo viajante inglês Henry Koster no início do século. KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1942, p. 438-443. Mesmo *O Progresso* admitiria em 1847: “Se possuídes 30 ou 40 contos de réis, então podereis com-

projeto “classe média” assim como anteriormente o projeto “defesa do artista nacional” não passavam de argumentos na disputa pelo apoio dos votantes primários.

Entretanto, apesar da competência da fala conservadora, do crescimento da popularidade dos candidatos baronistas, do sucesso dos *meetings* e, mesmo das cisões internas ocorridas no partido da Praia, os guabirus não foram bem sucedidos nas eleições para deputados e senadores em 1846 e 1847, seja porque o governo praieiro acionou os recursos da lei a seu favor (particularmente a força policial) seja porque a armadilha oculta no discurso conservador não passou despercebida. Então, diante da perspectiva de assistir a dois praieiros (Antônio Pinto Chichorro da Gama e Ernesto Ferreira França) assentarem-se vitaliciamente no Senado, o partido conservador de Pernambuco radicalizou suas proposições. Por um lado, encenou mais uma aproximação com os “cinco mil” propondo, em setembro de 1847, um tímido projeto de disciplinarização da presença portuguesa em Pernambuco – estipulando um arranjo pacífico para legalizar os estrangeiros ali estabelecidos e concedendo um tempo (6 meses) àqueles que decidissem sair do Império⁴⁹. E, por outro, apoiando o Senado em suas prerrogativas e disposição de anular as eleições pernambucanas, passou a ameaçar o governo praieiro com uma “revolução” ou uma resistência armada em defesa do regime monárquico representativo, caso ele fosse colocado em risco pela inabilidade e inseqüência de um “povo criança” e pela ambição de homens inescrupulosos:

“(…) O regime representativo entregue a um povo criança transforma-se em cousa sem nome e sem préstimo, que não é governo, é anarquia, que não é monarquia nem república, nem aristocracia (...) é corrupção e podridão.

prar um engenho mas, se sois pobre e quiserdes arrendar algumas jeiras de terra, não achareis”. T. I, 635, 24.9.1847.

⁴⁹ *O Progresso*, t. II, 637, 24.9.1847.

Temos fé que, sem revoluções e por meios justos e legais, pode-se restabelecer a pureza do governo representativo (...) mas, se não tivéssemos estes recursos, e se o governo representativo ficasse para sempre falseado entre nós, antes mil vezes a revolução com os seus estremecimentos, o absolutismo com seu cetro de ferro, a República com as suas desordens; antes tudo isto, do que a continuação do despotismo brutal da hidra de mil cabeças que nos desfruta e nos oprime, e mais cedo ou mais tarde trará o total aniquilamento da império de Santa Cruz.”⁵⁰

Pela primeira vez desde a ascensão regressista de 1838, os conservadores recorriam a uma prática que havia sido banida oficialmente da política legalista de seus membros. Entre novembro de 1847 e maio de 1848, ao mesmo tempo que o Senado enfrentava a Câmara e o Imperador anulando pela segunda vez as eleições para senadores processadas em Pernambuco, organizaram uma resistência no engenho Lages do cel. José Pedro Veloso da Silveira. Acudados, os “baluartes da ordem” foram assumindo publicamente a violência como expediente legítimo, de início timidamente (nos episódios de Lages o partido não se comprometeu abertamente), porém, em agosto de 1848, diante da perspectiva de uma fusão entre a Câmara e o Senado para solucionar a questão das eleições pernambucanas, divulgou-a sem reboços:

“(...) se o partido dominante efetuar o seu intento e reformar violentamente o Senado, esta violação da constituição trará como consequência inevitável o desmoronamento do Império, e Pernambuco e as províncias vizinhas se aproveitarão, ainda que mais para diante formem com as outras províncias do Império um novo pacto, reservando para si a independência administrativa (...) Assim, traga o vapor do sul a notícia de uma revolução na Corte, e o grito de independência ecoará em todos os ângulos da província.”⁵¹

Nesse momento podemos apreender o significado particular da revolução conservadora. Identificava-se com a resistência armada de cidadãos proprietários, sem qualquer mobilização popular a não

⁵⁰ *O Lيدador*, 15.12.1847 e 01^o e 03.1848.

⁵¹ *O Progresso*, t. III, 894 e 900, 31.8 e 15.9.1848.

ser a incorporação de rendeiros, moradores e lavradores dos engenhos envolvidos, para fazer frente às manobras palacianas e parlamentares dos liberais que desautorizavam os direitos constitucionais do Senado, resistência que, no limite, poderia romper com o Império. Em outros termos, exatamente a *performance* tomada pela resistência da Praia em 1848, ou seja, os conservadores impingiram ao adversário o conceito de seu próprio procedimento de meses antes.

Que circunstâncias teriam impellido a revolução conservadora a sair a campo, superando sua opacidade e o estatuto de reforma e tema do discurso político, tão necessários à política enquanto representação, para assumir o caráter de tragédia, de enfrentamento físico e até de negação da nação, conquistas maiores da sociedade burguesa? Sem dúvida, uma conjuntura onde seriam firmadas decisões significativas e definitivas, tornando essencial o controle do poder. Num primeiro plano, decidiam-se normas para o futuro dos proprietários ligados à indústria açucareira – o *laissez-faire* imposto pelo Bill Aberdeen e a superação do tráfico de escravos. Num segundo plano, a revolução experimentada em fevereiro, em Paris, dominava o cenário político internacional sugerindo alternativas impensadas; e, num terceiro plano, vivia-se um momento de indefinição política no Império (testemunhado pelo suceder de gabinetes) em que estavam em jogo decisões fundamentais: onde se localizaria o ponto vital do poder (no Senado, na Câmara ou no Imperador) e qual deveria ser o grupo hegemônico, se os liberais ou os conservadores. Neste embate, os conservadores insistiam na preservação dos direitos do Senado (particularmente o poder de decisão sobre as eleições e a vitaliciedade de seus membros); e os liberais propunham maior poder para o Imperador ou uma fusão Senado/Câmara ou, ainda, reformas no Senado.

Diante destas circunstâncias, a revolução como ameaça impôs-se como arma mais eficiente para aqueles que estavam fora do poder (como sempre havia ocorrido com os “cinco mil”) ou prestes a perdê-lo. Assim, se a possibilidade de intervenção no Senado pressio-

nou os conservadores a revelarem *a sua revolução*, a perda gradativa de espaço político dos liberais (com a queda do gabinete Alves Branco, em março de 1848; e do gabinete Paula Souza, em setembro do mesmo ano) levaria a Praia a contrapontuar com uma “outra revolução”, mais “autêntica” e eficiente contra seus adversários.

Os primeiros sinais da resistência praieira aconteceram em maio de 1848, quando o ministério Macaé deflagrou uma inversão política em Pernambuco, colocando em risco o poder da Praia. Demissões de autoridades policiais fizeram com que a resistência armada, que até então tinha acontecido nos engenhos conservadores, passasse para as fileiras praieiras. O chefe de polícia demitido, Antônio Afonso Ferreira, ordenou a delegados e subdelegados que não entregassem seus postos, retivessem armas e resistissem⁵². Além disso, proprietários ligados ao partido, juntamente com o jornalista Abreu e Lima, fundaram, a 19 de maio de 1848, a Sociedade Imperial Pernambucana, entidade civil que passou a organizar os correligionários em toda a Província, sob uma rígida hierarquia e obediência quase militares⁵³.

Até aqui, o desafio da Praia parecia reproduzir a “revolução conservadora”: um confronto entre proprietários. Porém, ela somou a este meio de pressão a mobilização dos “cinco mil” no Recife, que apoiaram o partido em troca de um projeto de nacionalização do comércio a retalho; de proteção ao trabalho nacional e isenção de serviços da Guarda Nacional para os caixeiros, finalmente apresentado por Nunes Machado na Câmara a 3 e 9 de junho:

“Par. 1 – Artigo único: É privativo do Cidadão Brasileiro o comércio a retalho. O governo marcará um prazo razoável, depois do qual não poderão continuar as casas estrangeiras que vendam a retalho, atualmente existentes.

⁵² Circular do Chefe de Polícia Antônio Afonso Ferreira de 26.4.1848, in MELO, J. M. Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira*, p. 161-162.

⁵³ *A Barca de São Pedro*. Recife, Typographia Imparcial de L. I. Ribeiro Roma, 29.7.1848.

Par. 2 – Artigo 1º: As casas de negócios, de qualquer gênero que sejam nacionais ou estrangeiras, a se abrirem de novo, só obterão licença tendo pelo menos um caixeiro brasileiro.

Artigo 2º: Ficam isentos do serviço da Guarda Nacional os caixeiros brasileiros”.⁵⁴

Valendo-se deste expediente, a Praia conferia maior projeção à sua revolução; ao mesmo tempo que obtinha demonstrações públicas da força do partido, tornava a situação pernambucana, pelo menos em aparência, similar às ocorrências de fevereiro em Paris, garantindo à sua estratégia a credibilidade de uma experiência já vivida. A eficácia da artimanha prairieira pode ser avaliada a 17 de junho, quando Recife recebeu, pela segunda vez, a notícia da anulação das eleições senatoriais e os guabirus não puderam comemorar, paralisados por uma ruidosa manifestação dos “cinco mil”.

Assim como em 1845, a Praia imobilizava os baronistas; mas, desta vez, eles estavam preparados para questionar rápida e publicamente o artifício adversário, expondo a impraticabilidade da revolução ameaçada, tanto porque a Praia não pensava efetivamente em levá-la às últimas conseqüências, quanto porque Recife não imitava Paris. Nesta determinação, os conservadores provocaram artificiosa e controladamente a “convulsão social pressentida” pelos prairieiros.

A ocasião própria surgiu a 26 de junho com um “incidente corriqueiro”: um estudante do Liceu (sobrinho de uma autoridade prairieira) teve uma altercação com um caixeiro português de um armazém de carne seca da Rua da Praia, que terminou num pequeno confronto em que o caixeiro acertou o estudante com um peso de ferro. Professores e alunos intervieram e a ocorrência parecia encerrada quando, depois de algum tempo, correu a notícia de que o rapaz havia morrido (alguém chegou até a dobrar os sinos), o que deu origem, por instigação de provocadores, à formação de grupos de manifestantes que depredaram as casas de comércio de portu-

⁵⁴ *A Barca de São Pedro*, 23.6.1848; *A Voz do Brasil*, 21.6.1848.

gueses, ferindo muitos comerciantes e chegando a matar pelo menos duas pessoas⁵⁵.

A polícia do Recife, então ainda sob o controle da Praia, procurou agir com cautela, primeiro porque parte da tropa de polícia, ao invés de reprimir, passou a participar das depredações e, também, por não querer ferir o prestígio do partido junto aos “cinco mil”. Mas não conseguiu debelar os protestos que recrudesceram depois que a multidão passou a ser insuflada por Borges da Fonseca que, da janela da cadeia pública (onde cumpria pena por crime de imprensa, determinada por autoridades praieiras) discursava e até distribuía uma proclamação impressa exortando os “cinco mil” a defender seus direitos, a desautorizar a família real e a construir no Brasil o “regime popular” já em vigência na Europa⁵⁶.

A entrada em cena de Borges e da cavalaria – o primeiro exortando e a segunda reprimindo – testemunharam a presença do dedo conservador nos episódios. Os guabirus haviam solicitado ao presidente da província em exercício (o vice-presidente Malaquias de Aguiar) a mobilização da tropa de linha, já que a polícia não pudera controlar sozinha a “ameaça à vida e propriedades dos cidadãos”. Quanto à atuação de Borges, ela só pode acontecer com o auxílio dos baronistas, a quem ele estivera ligado nas eleições de 1847 e de quem recebera apoio quando de sua prisão e julgamento em fevereiro de 1848. Foi por interferência dos conservadores junto ao presidente que Borges teve acesso à multidão e, muito provavelmente, as proclamações distribuídas em 26 e 27 de junho, foram providenciadas com antecedência e impressas na Typografia União, local de impressão dos jornais guabirus e, também, d’*O Tribuno*, folha redigida pelo jornalista preso. Ou seja, com a ajuda de Borges da Fonseca, de alguns provocadores e, principalmente, da anterior mobilização praieira junto aos “cinco mil”, os baronis-

⁵⁵ MELLO, Félix Cavalcanti de Albuquerque. *Memórias de um Cavalcanti*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940, p. 60.

⁵⁶ Publicada n’*O Lidador*, 04.7.1848.

tas montaram a representação e a desmoralização da “convulsão social” brandida pelos liberais.

A farsa conservadora se tornaria tragédia para os praieiros, pois os protestos iniciados às 10 horas da manhã, além de depredações e morte, teriam outros desdobramentos: duas ásperas proclamações que atingiram duramente o Imperador e o regime monárquico constitucional; uma embaixada que coagiu o presidente em exercício a tomar medidas contra os portugueses; a demissão do comandante de armas e, sob a instigação de Borges e do jornal *A Voz do Brasil*, uma representação extremamente agressiva que, a 27 de junho, adentrou a Câmara Provincial e a intimou a determinar a saída dos portugueses da Província dentro de quinze dias. E, no final do mesmo dia, a entrada em cena da tropa de linha e da Guarda Nacional, sob a chefia conservadora, para controlar as últimas depredações e selar a derrota política da Praia, denunciando-a como conivente com a turba depredadora e incompetente na agilização dos meios repressivos que a Província tinha a seu dispor.

De imediato, num só golpe, a armadilha baronista atingia os liberais de Pernambuco e o ministério Paula Souza em três flancos: desautorizou o partido junto aos proprietários, acusando-o de planejar e dirigir um movimento revolucionário de cunho popular, mancha difícil de ser negada uma vez que, há longo tempo, a Praia apregoava aos quatro ventos a inevitabilidade de uma “convulsão social” e proclamara seu compromisso com os “cinco mil”. Ainda arruinou os vínculos do partido com os votantes primários que assistiram a polícia praieira tentar a todo custo desmobilizar e depois, atuando ao lado da tropa de linha, aprisionar e recrutar. E, principalmente, conseguiu demonstrar a pequena possibilidade de reprodução dos acontecimentos franceses no Brasil: qualquer perigo de uma “convulsão popular” poderia ser controlado apenas com os recursos provinciais:

“(…) foi uma experiência em prol da monarquia, uma prova de fidelidade da tropa, um protesto contra as funestas previsões de repercussão

dos movimentos europeus, manifestados no nosso parlamento. A experiência foi tanto maior, quanto de um lado se empregaram todos os esforços e incitamento para fazer que o povo, e a tropa desvairassem no sentido dessa repercussão, e do outro, senão uma traição, ao menos apareceu o desânimo, e o abandono do selvagem, que na frase do sr. Paula Souza, quebrou os remos da canoa e entregou-se à Divina Providência.”⁵⁷

Entretanto, as decorrências do golpe se prolongariam nos dias seguintes, com prejuízos ainda maiores para os praieiros. Na sua tentativa desesperada de limpar o nome do partido junto aos proprietários, as lideranças tiveram que projetar com maior transparência seu entendimento da *revolução*. Em sua melhor *performance*, ela não passava de um drama a ser vivido no âmbito das instituições representativas (a Câmara e o Senado) por personagens que imitavam a Roma antiga (senadores, deputados e o Imperador), no qual os cidadãos concretos que corporificavam os “cinco mil” participariam como espectadores. A *revolução* apareceu então como um espetáculo formalizado, etapa inevitável de um processo histórico tão mecanizado quanto o movimento dos ponteiros de um relógio controlado pela providência divina:

“(…) Se pelos meios ordinários é impossível uma reforma radical da nossa administração política, segue-se, necessariamente, que temos de fazê-la por meios violentos, e fora do alcance das vias ordinárias. Estes meios não podem ser outros senão uma revolução. Quem a fará? Se for feita pelo povo, teremos em primeiro lugar a anarquia, depois a guerra civil que acabará numa ditadura militar!!! (...) Só um meio achamos eficaz e prudente, uma válvula de salvação para evitar a explosão iminente de uma tremenda revolução. Qual será ele? É que o Imperador, imitando o atual rei da Prússia, como ele se coloque à frente do povo, estude suas necessidades, ouça os clamores, e faça a revolução, organizando o país de maneira estável, sólida e permanente. (...) seria loucura rematada qualquer idéia de repressão ou de compressão, porque a explosão seria mais violenta e destruidora (...) as civilizações têm seus progressos, suas crises e seus regressos. Ninguém pense que pode fazer parar o relógio do tempo, onde nenhum mortal põe o dedo: ninguém o atrasa ou adianta.”⁵⁸

⁵⁷ Idem, 04.7.1848.

⁵⁸ *A Barca de São Pedro*, 11.7.1848.

Ressalte-se o caráter dramático e, principalmente, retórico da revolução redescoberta pela Praia e sua aproximação com a proposta conservadora pois nela a história ficou também delegada à competência das elites proprietárias e dos governantes. O “povo” do projeto praieiro não passaria de mero figurante disciplinado, obediente e fiel a seus representantes, uma categoria a ser construída pela ação reeducadora da Sociedade Imperial, que “vê com escárnio a palavra República” e que não se identifica com as “idéias exageradas da revolução francesa”. Ele não se confundia com “o grupo de amotinadores que se arrogou o título de povo, ameaçando a Assembléia se não definisse as suas loucas pretensões”:

“(…) Repelimos inteiramente do povo pernambucano o fato do dia 26; não se confunda o povo com aqueles grupos que vimos na rua da Praia e no pátio do Colégio; não, pelo amor de Deus, não foi o povo, nem houve a esse respeito o menor sentimento popular, conquanto haja entre a população e os portugueses ódios e agravos desde a independência (...).”⁵⁹

E o *mea culpa* do partido se acentuaria a partir de fins de setembro de 1848 quando a notícia das jornadas de junho em Paris chegaram ao Império. Cada vez mais veementemente a Praia proclamaria sua “inimizade à anarquia” e “rogaria a Deus para que ela não poluísse a nossa capital, nem se aproximasse de nossa província” embora mantivesse firme a posição de resistir a qualquer “compressão” conservadora:

“(…) Representamos com certeza a maioria da província, somos um partido eminentemente popular; e por isso o que mais interesse tem nos negócios que dizem respeito ao povo; neste caso não devemos suportar nenhuma compressão, parta ela donde partir; porém, quando isto acontecer, o que Deus não permita, ainda assim a reação deve ser moderada e decente quanto nos permitam as circunstâncias delicadas em que nos achamos.(...)”⁶⁰

⁵⁹ Idem, 03.7.1848 e *Diário Novo*, 13.7.1848.

⁶⁰ *A Barca de São Pedro*, 16.10.1848,

E foi dentro destes limites que colocou em campo sua resistência quando, em novembro de 1848, perdeu todos os cargos policiais e militares. As autoridades praieiras demitidas, instruídas pela Sociedade Imperial, arregimentaram a Guarda Nacional e os destacamentos policiais fiéis à Praia e, também, rendeiros, moradores, lavradores e agregados dos engenhos. Do Recife vieram poucos combatentes recrutados a soldo ou acompanhando Borges da Fonseca, que, colocado em liberdade pelos conservadores, à última hora aderiu à revolta, já pensando em capitalizá-la em favor de sua causa, assim como fizera em junho com a oportunidade oferecida pelos baronistas. Ou seja, “os cinco mil”, aparentemente a grande força física da Praia, não estiveram presentes na guerra senão pela contraditória participação de Borges da Fonseca, embora providencial para configurar o crime de *rebelião*.

Assim, poderíamos dizer que a resistência praieira acabou por se tornar mais tímida que a reação dos conservadores, na medida em que não pode, sequer, assumir-se como “revolução”; afinal, desde setembro, a expressão retomara seu sentido comprometedor. A luta dos operários de Paris criara um novo significado para o drama encenado pela burguesia, e fez com que no Império os liberais não investissem mais na “convulsão social” como ameaça, nem quando caiu o gabinete Paula Souza ou quando Araújo Lima decretou o recesso parlamentar, na verdade um golpe contra a Câmara. Assim, a Praia definiu, cuidadosamente, seu movimento como revolta de cidadãos feridos em seus direitos e que se propunha, num primeiro passo, preservar os cargos de poder e fazer as eleições e, posteriormente, reivindicar a convocação de uma Assembléia Constituinte para *reformar* a Constituição. Da mesma forma, os conservadores chamaram-no *rebelião*, quer porque fosse o crime político mais grave previsto no Código Penal e punisse satisfatoriamente, quer porque eles mesmos preocupavam-se em apagar seu envolvimento com qualquer imagem da revolução no passado.

Considerações finais

“Porque enfim, os fatos (...) E a que denominam vocês fatos? (...) Pensam acaso que eles são dados à história como realidades substanciais que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve simplesmente desenterrar, limpar e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos? (...) Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos por ele, em todos os sentidos da palavra escolhido – é uma ajuda técnica. Que, pode, aliás, ser excelente. Mas não é um historiador.”⁶¹ Lucien Febvre

Embora o tema da revolução tivesse assumido múltiplos significados, transitado agilmente entre os grupos políticos pernambucanos e se transformado no argumento mais importante de todos os projetos políticos que emergiram na década de 1840, no texto de Nabuco ele foi creditado, única e exclusivamente, a um genérico Partido da Praia, signatário da revolução exemplar (no sentido negativo) vivenciada no Império. Que recursos de método possibilitaram ao historiador construir tal entendimento da guerra civil pernambucana?

Em primeiro lugar, a escolha nas fontes por ele autorizadas, de episódios específicos da história de Pernambuco em geral e da Praia em particular que, articulados pelo historiador, delinearam os contornos desta “revolução republicana, jacobina com matizes socialistas, simples ondulação de um movimento que começara em Paris” e, pressuposto nesta escolha, o esquecimento de outras ocorrências, tais como os compromissos praieiros com o partido conservador e o envolvimento deste outro com qualquer prática ou

⁶¹ FEBVRE, Lucien. Op. cit., p. 105-106; uma instigante reflexão sobre o “fato histórico” é feita por VESENTINI, C. A. *A teia do fato*. São Paulo, Ed. Hucitec/História Social USP, 1997.

parceiro político que lembrasse o tema da revolução. Por isso, Nabuco não mencionou as críticas da Praia à rebelião de São Paulo e Minas Gerais, as relações entre os “guabirus” e Borges da Fonseca; ou entre eles e a Revista *O Progresso* ou, ainda, suas responsabilidades nos episódios de junho de 1848, quando demonstraram que a Província não devia temer uma “convulsão social” pois “Recife não imitava Paris”. Em segundo lugar, a articulação dos acontecimentos selecionados, segundo um critério de coerência que baniu qualquer contradição, no “fato” – *A Revolução Praieira*, “gancho”⁶² generoso capaz de dissolver eventos dissonantes, conciliar termos originalmente conflitantes (movimento, revolta, rebelião, revolução), explicitar uma trajetória praieira impecavelmente linear e, sobretudo, agasalhar todas as propostas de revolução que emergiram naquele momento. Em terceiro lugar, imitando o gesto do pai em 1849, o ajuizamento negativo do desempenho praieiro.

Todavia, a intervenção do historiador Nabuco denota uma significativa singularidade quando contraposta àquela de Nabuco de Araújo. Enquanto o juiz avaliara a atuação praieira para os contemporâneos num ato explicitamente político, a narrativa do historiador inscreveu, professoralmente, o *fato Revolução Praieira* na memória política e historiográfica da nação. Deste lugar, ele tem sido eficaz e inquestionadamente instrumentalizado para fundamentar *outras revoluções*, progressistas ou conservadoras, a testemunhar, portanto, sensíveis mediações, ainda intocadas, entre o presente e o passado.

⁶² A expressão foi utilizada por Lucien Febvre, Op. cit., p.105.

ECONOMIA, CIVILIZAÇÃO E PROGRESSO*

Denis A. de M. Bernardes**

O objetivo deste artigo é expor um projeto intelectual e político consubstanciado em *O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica*, editada no Recife, entre julho de 1846 e setembro de 1848¹.

No início do século XX, Alfredo de Carvalho havia chamado a atenção para a mesma, no que foi posteriormente seguido por Gilberto Freyre. Por sugestão deste, o professor Amaro Quintas voltou-se para o tema, centrando-o na figura de Antônio Pedro de Figueiredo e de sua filiação ao chamado socialismo utópico. Recentemente, a professora Izabel Andrade Marson, em sua tese *O Império do Progresso*, sobre a revolução praieira, propôs uma nova leitura das posições intelectuais e políticas presentes em suas páginas, percebendo inclusive, com inteira razão, que a citada

* Este título está em CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, v. 5, cap. XXIX, p. 1687. Ele sintetiza, com grande justeza, um dos aspectos do Império brasileiro e se aplica muito bem ao projeto intelectual e político dos que fizeram a revista *O Progresso*.

** Universidade Federal de Pernambuco.

¹ NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969, v. IV, p. 247-252. Em 1950, o professor Amaro Quintas reeditou *O Progresso*, ajuntando um Prefácio no qual procura expor o pensamento social de Antônio Pedro de Figueiredo.

revista não fora apenas a empresa solitária e além do seu tempo, do mulato incompreendido Antônio Pedro de Figueiredo.

Seguindo, em parte, a via traçada pelo trabalho da professora Izabel Andrade Marson, nós nos propomos a reabrir o dossiê de *O Progresso*.

Como veremos adiante – as notas respectivas tentarão dar conta da questão –, outros estudiosos se debruçaram sobre a revista, analisando-a sob ângulos diversos.

Não pretendemos esgotar este dossiê, tarefa impossível nos limites de um artigo. Interessa-nos, sobretudo, chamar a atenção para um capítulo da história intelectual brasileira, pouco conhecido fora do círculo dos especialistas, em especial fora do Nordeste e de Pernambuco (em particular).

1. *O Progresso. Revista social, literária e científica*

Publicada em fascículos, reunidos em tomos, no número de três, um para cada ano de sua aparição, a revista totalizou seiscentas e trinta páginas.

Ao longo dos três tomos que a constituíram, apresenta algumas seções permanentes ou enfoca em artigos sucessivos certos temas que, por sua natureza, exigiram ser desdobrados pelos seus vários números.

As seções ou temas comuns aos vários números são as seguintes: Revista Científica (seis vezes, tomos I e II); Revista Política (exterior e interior, doze vezes, todos os tomos); Variedade (onze vezes, todos os tomos); Revista Literária (três vezes, tomos I e II); Interesses Provinciais (seis vezes, todos os tomos); Reforma do sistema penitenciário (três vezes, tomo II); Certeza Humana (três vezes, tomo I); Estado do Mundo em 1846 (duas vezes, tomo I). Além destas seções e temas, nos tomos II e III, aparece em capítulos o romance de George Sand, *As sete cordas da lyra*, cuja publicação não foi concluída. A tradução do romance citado – que che-

gou também a circular sob forma independente – foi feita por Antônio Pedro de Figueiredo².

Para que o leitor faça uma idéia mais precisa do conjunto temático da revista, damos, a seguir, para cada tomo, o respectivo sumário, deixando de lado as seções e temas já mencionados acima:

Tomo I (1846): Exposições de princípios; O tamarineiro do Mipibu (poesia); Progresso e regresso; Processos lógicos; O Gallo da Serra (poesia); Porque (sic) se ocupa *O Progresso* com política; Atividade humana; As mangas de jasmim (crônica), precedendo o poema Ayres Ivo redivivo; Adeus ao sr. Vauthier; Comércio internacional; Assembléia provincial; Meditação XIII, O lago e À Mademoiselle Michatowska (poemas de Lamartine, traduzidos por Maciel Monteiro).

Tomo II (1847): O ano findo; Os comunistas alemães nos dois mundos; Meditação XVII e XVI, (poemas de Lamartine, traduzi-

² Sobre Antônio Pedro de Figueiredo, ver o respectivo verbete no *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, de Pereira da Costa. 2. ed. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982. Aspectos do seu pensamento e alguns traços biográficos encontram-se em: CARVALHO, Alfredo de. *Estudos pernambucanos*, 2. ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, capítulo intitulado “O jornalismo literário em Pernambuco”; FREYRE, Gilberto. *Nord-este*. 4. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p. 115-118; e, FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2.ed. rev. e aumentada, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960; CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução praieira*. 6. ed. Recife, Massangana, 1982; SALDANHA, Nelson. *História das idéias políticas no Brasil*. Recife, Imprensa Universitária, 1968; PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo/Editora da Universidade de São Paulo, 1974. Em duas antologias de artigos aparecidos no *Diário de Pernambuco*, o professor José Antônio Gonalves de Mello, publicou parte das crônicas de A. P. de Figueiredo, sob o título de “A Carteira”. Ver *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste*. Recife, 1975, 2 v.; *Diário de Pernambuco: economia e sociedade no 2º Reinado*. Recife, Editora Universitária, 1996. Uma recente reavaliação do pensamento da revista *O Progresso* encontra-se em MARSON, Izabel. *O Império do Progresso*, em especial no capítulo “Progresso e revolução. A mobilização conservadora”.

dos por Maciel Monteiro); Um sonho (espécie de ficção crítica sobre a situação de Pernambuco); A lei agrária nos Estados Unidos; Um voto e Aos anos de ... (poemas de Maciel Monteiro); Liberdade de imprensa; O socialismo na Suíça; Revista bibliográfica; Um beijo (poema assinado por D. L.); A todos; Reformadores modernos (Johann Ronge); O senado; Colonização do Brasil; Poesia (de autoria de José Soares de Azevedo); Governo representativo; Índice das matérias do primeiro e do segundo tomos de *O Progresso*.

Tomo III (1847-1848)³: O direito de viver; Os terremotos (extraído do *Cosmos*, de A. de Humboldt); A voz do céu; As reformas; Anarquia social (texto de Constantin Pecquer); Pernambuco; Poesia e Aos anos de... (poemas de Maciel Monteiro).

Este é o sumário dos três tomos de *O Progresso*. Dá uma idéia geral dos temas tratados mas, é claro, não permite ajuizar sobre seu conteúdo ideológico, de suas escolhas intelectuais, a não ser em grandes linhas. Cabe acrescentar que, em geral, os artigos vêm acompanhados de epígrafes, nas quais são citados desde o Antigo e o Novo Testamento, até autores como Rousseau, Turgot, Chateaubriand, Victor Hugo, Lamennais, Fourier, Owen, Cobden, passando por Horácio, Tácito, Virgílio, Pitágoras, Shakespeare, entre outros mais⁴.

2. O corpo redacional da revista

No prefácio que escreveu para a reedição de *O Progresso*, feita sob sua direção em 1950, o professor Amaro Quintas, sem dúvida fascinado pela figura intelectual de Antônio Pedro de Figueiredo,

³ A folha de rosto trás a data de 1847, mas o volume contém matéria datada até setembro de 1848.

⁴ O artigo "O direito de viver", datado de 20 de abril de 1848, traz como epígrafe: "vivre em travaillant ou mourir en combatant", dos operários de Lyon, em abril de 1834. As citações, em geral, são feitas nas línguas originais. Elas permitem, de certa maneira, mapear referências intelectuais vigentes e assumidas pela elite letrada, aí incluindo autores e leitores.

atribui a este a redação única da revista, citando inclusive como de sua autoria artigos e idéias que são de outros colaboradores⁵. Assim, atribui a Antônio P. de Figueiredo a crítica à política imperial de atrair colonos europeus para o Brasil, quando se deveria primeiro cuidar da “Colonização interna que deve preceder à colonização externa.” Na verdade, o artigo citado, “Colonização no Brasil”, é de autoria do engenheiro francês, naturalizado brasileiro, Henrique Augusto Milet⁶.

Infelizmente, os autores geralmente assinavam suas colaborações apenas com algumas iniciais, até mesmo com uma só letra, H., como no caso de Augusto Henrique Milet, o que dificulta por vezes a identificação precisa da autoria, embora seja inegável que a colaboração de A. P. de Figueiredo tenha sido a mais preponderante. Além dos colaboradores já identificados ao longo destas páginas, vale a pena indicar a paternidade de alguns artigos e quais aqueles cuja identificação ainda não foi possível.

Não se trata de insistir sobre uma questão menor, uma questão de formalismo erudito. Ao contrário, tal identificação permite situar com mais precisão o próprio projeto intelectual e político da revista *O Progresso*, bem como determinar com maior aproximação o grupo que lhe dava sustentação intelectual e política.

⁵ *O Progresso. Revista Social, Litteraria e Scientifica*, reedição feita pelo governo do estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da revolução praieira. Prefácio de Amaro Quintas. Recife, Imprensa Oficial, 1950. Todas as citações de *O Progresso*, aqui feitas, remete a esta edição.

⁶ Prefácio, op. cit., p. XVIII. O artigo de Milet, “Colonização do Brasil”, datado de 24 de setembro de 1847, encontra-se nas páginas 629-637, e vem assinado H... O mesmo erro de atribuição é repetido no ensaio, a muitos títulos pioneiros, intitulado “O sentido social da Revolução Praieira”. 6. ed. Recife, Massangana, 1982, p. 28-30. Os trechos citados, atribuídos a A. P. de Figueiredo, são igualmente de Milet. Esta associação de A. P. de Figueiredo como o único autor de *O Progresso* é praticamente geral entre todos os que se ocuparam do assunto. Uma das exceções é o trabalho de Alfredo de Carvalho, adiante citado.

Apontaremos três exemplos de colaboradores, cuja identificação parece resolvida. Assim, a “Revista Científica”, que comparece seis vezes, entre os tomos I e II, é de autoria de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, 2º Barão de Itamaracá⁷. A série de seis artigos intitulados “Interesses provinciais” é de autoria de Augusto Henrique Milet, além do já citado “Colonização do Brasil”. Da autoria do engenheiro francês, Louis Léger Vauthier, é possível identificar duas colaborações: “Variedades”, sobre a inauguração, em 21 de maio de 1846, “da caixa d’água, e dos três primeiros chafarizes provisórios, construídos na Boa Vista pela companhia do Bibiribe” (sic) e sobre o “empedramento do aterro da Boa Vista.

Ainda sobre esta questão da identificação da autoria dos artigos, indiquemos uma que fica em aberto. Trata-se da série de três artigos intitulados “Reforma do systema penitenciario”, assinados por A... Seriam de autoria de A. P. de Figueiredo, ou de algum outro colaborador da revista? Fica a questão para investigações mais aprofundadas.

Outras colaborações trazem iniciais como D., R. R., O, X., X. Y., prática comum na imprensa das época e que se prolongou muito além⁸. A elucidação desta questão permitirá, também, redi-

⁷ A identificação, aqui feita, da autoria da “Revista Científica”, como sendo de Maciel Monteiro, que comparece com as iniciais M. M., está baseada em Luiz do Nascimento, op. cit., p. 250. No entanto, salvo talvez para a parte médica, parece ser mais verossímil atribuir sua autoria a Louis Vauthier, dado o caráter de alguns temas tratados, que dizem respeito à física, à matemática, à química, etc. Em um dos fascículos da “Revista Científica” (p. 110-122), que trata das estradas de ferro, as iniciais L. L. V. fecham o artigo, datado de 20 de julho de 1846. Seu conteúdo, aliás, supõe conhecimentos técnicos na área de engenharia, que dificilmente seriam do domínio de Maciel Monteiro, apesar de seu bacharelado em ciências. Para a produção intelectual dos citados colaboradores de *O Progresso*, consultar BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*, v. 1 e 3, nos verbetes respectivos, e COSTA, F. A. Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. 2. ed. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

⁸ O livro de NASCIMENTO, Luiz. *Pseudônimos de jornalistas pernambucanos*. Recife, Editora Universitária, 1983, infelizmente é organizado pelos nomes re-

mensionar, alargando-a, a chamada história das idéias no Brasil, muito marcada pela tendência a isolar os nossos pensadores, sobretudo os do século XIX, vendo-os como solitários, pioneiros incompreendidos, além do tempo e do meio, sobrevivendo intelectualmente não se sabe bem como. Com tal postura, termina-se por cair no mesmo viés que se quer combater: o mundo do pensamento perde sentido e homens concretos transformam-se em seres excepcionais, que existiriam diante de uma espécie de vazio social⁹.

3. O projeto intelectual-político de *O Progresso*: origens e objetivos

Em nota publicada no *Diário de Pernambuco*, de 25 de maio de 1846, sob o título “Publicação Literária”, A. P. de Figueiredo anunciou a fundação de *O Progresso*:

ais dos autores, o que torna sua consulta pouco prática. Supõe já conhecido quem é o autor que se esconde por trás do pseudônimo.

⁹ Somente para dar um exemplo da efervescência político-doutrinária vigente em Recife, entre 1845 e 1848, apresentamos o número de jornais fundados nos anos respectivos: 1845, treze jornais; 1846, nove jornais, aí incluído *O Progresso*; 1847, dezenove jornais; 1848, quinze jornais. Alguns, é verdade, tiveram vida efêmera, não passando de um ou dois números. Outros, porém, prolongaram-se para além do seu ano de criação. São jornais das mais distintas tendências político-doutrinárias. É preciso lembrar que o controle da informação – salvo eventuais processos por delito de opinião –, era então bem menor. Fundar um jornal estava ao alcance de qualquer um que soubesse escrever e possuísse o capital mínimo para a empresa. Frei Caneca, décadas antes, manteve sozinho a publicação das *Cartas de Pythia a Damão* e a do *Typhis Pernambucano*. É um exemplo entre vários outros. Para os dados sobre os jornais recifenses fundados entre 1845 e 1848, ver NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa em Pernambuco*, v. IV. A imprensa do período da *Praieira* foi estudada por MARSON, Izabel. *Movimento Praieiro. Imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Moderna, 1980. Ver ainda MELO, Milton. “Panfletários da revolução praieira, rotceiro bibliográfico I”, in *Arquivos*, (21-47), 1952-1965. Recife, Prefeitura Municipal do Recife, 1966, p. 162-199.

“A vista do movimento intelectual que se há manifestado em alguns pontos do Império, e que deu lugar à recente criação de vários jornais literários e científicos em Maranhão e Bahia, seria sobremaneira vergonhoso que Pernambuco se conservasse ainda impassível por mais tempo.”

E acrescentava não haver, no Recife, entre a “ruma de periódicos”, “(...) um só que, estranho às paixões pessoais e às emoções do dia”, pudesse “servir de asilo ao livre pensamento e às considerações serenas da filosofia e da ciência”. Por isso, com a ajuda “de alguns amigos penetrados das mesmas idéias, possuídos dos mesmos sentimentos e guiados pelas mesmas aspirações” decidira fundar *O Progresso*¹⁰.

No tomo II, de 1847, na seção “Variedade”, a decisão da criação da revista vem narrada sob forma de um diálogo entre quatro amigos, identificados respectivamente pelas letras A., B., C. e D. Com a ascensão do ministério Almeida Torres, em 2 de fevereiro de 1844, o partido praieiro viu a oportunidade de sair da oposição conquistando o poder local, além de exercer influência na Câmara. Localmente, desde a posse de Manoel da Silva Teixeira, em maio de 1841, o grupo político conservador, nucleado em torno do barão da Boa Vista, perdeu gradativamente o controle sobre a administração da província e viu enfraquecida ou quase apagada sua representação. Este deslocamento do poder não se deu sem grandes lutas e conflitos e se acentuou a partir da posse de Antônio Pinto Chichorro da Gama, em julho de 1845. Como de praxe, a ascensão ao poder de um novo grupo político significava uma mudança em todo o quadro administrativo, com a demissão dos funcionários ligados ao governo anterior e a nomeação dos partidários do novo governo. É à vista de um funcionário *baronista* demitido e da perspectiva de novas demissões¹¹ que quatro amigos, andando

¹⁰ As informações encontram-se em Luiz do Nascimento, op. cit., p. 248, nota 1, quase integralmente acima reproduzida.

¹¹ O próprio A. P. de Figueiredo, bem como José Soares de Azevedo, um outro colaborador de *O Progresso*, seriam demitidos dos cargos de professores durante o domínio praieiro, sendo readmitidos posteriormente com a volta dos

pelas ruas do Recife, comentam a situação política da província e fındam por decidir a criação de um órgão de imprensa:

“(...) – Sabem que mais, acudiu B., que para a semana tem de haver uma nova série de demissões (...)”

- Que querem Vms? Respondeu D.: é uma necessidade do sistema constitucional! À cada mudança de ministério deve corresponder uma inversão geral de todos os empregados que dele dependem. Cada partido deve governar por sua vez, e nesse oscilar contínuo é que consiste a vida do sistema representativo.

- Quer dizer, ajuntou C., que lhe dá a algumas centenas de intrigantes o meio de viver à custa do suor do pobre povo. Se é esta a tal essência do tal governo representativo, então digo-lhe que é a mais detestável de todas as formas de governo.

- Então, perguntou D., prefere o despotismo, ou a anarquia?

- Talvez, responde C.

(...)

- E, por outro lado, diz B.: que são as reformas políticas sem as reformas sociais? Uma máscara, e nada mais.

- No meu entender, acrescentou A, todo o nosso mal vem da falta de opinião pública, ou antes do seu sono.

- Então, acorde-a, disse D.

(...)

- Como? Perguntou D.?

- Com a imprensa, respondeu B. até hoje Pernambuco só havia visto gazetas voltadas aos interesses de partido, que se barateam insultos às mãos cheias; mas nós podíamos publicar uma que tomasse a peito a causa da humanidade, a do povo que geme, paga e se cala.

conservadores. O registro da demissão de A. P. de Figueiredo encontra-se em *O Progresso*, p. 165-166. “A justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia”, Pernambuco, na Typographia União, 1847, traz, apesar do título, uma virulenta e documentada crítica da *dominação da praia* do ponto de vista do partido conservador. Publicado anonimamente, sua autoria é de José Thomaz Nabuco de Araújo, segundo indicação de seu filho Joaquim Nabuco. Sobre os embates políticos que propiciaram e acompanharam a ascensão da *Praia* ao poder, ver MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso*, p. 233-289.

- Muito bem, disse C. (...) Mostraremos a todos esses pretendidos homens de estado que nos governam, que eles ignoram as primeiras noções de economia social e (...).”¹²

Este testemunho, que vem assinado por O. – talvez o próprio A. P. de Figueiredo – complementa a nota anteriormente citada e mostra as motivações imediatas, os objetivos e o caráter de certa forma coletivo de *O Progresso*. No início da narrativa, o autor faz uma notação importante: três dos interlocutores “tinham bebido as sãs e generosas doutrinas da escola societária na sua mais límpida fonte (...). O outro ainda se achava emergido nas trevas do criticismo”¹³.

As sãs doutrinas da escola societária é uma alusão ao socialismo que Marx e Engels denominariam de utópico e cuja difusão, em Pernambuco, deve-se muito particularmente à presença dos engenheiros franceses, dentre os quais avulta Vauthier, a quem A. P. de Figueiredo foi muito ligado. Sua partida foi lamentada nas páginas de *O Progresso* e debitada a mais uma mesquinha e estreiteza do governo prairieiro¹⁴.

Além dessas indicações sobre a criação da revista, temos naturalmente a “Exposição de princípios”, que abre o seu primeiro número. Na edição, por nós utilizada, ela ocupa oito páginas e meia, e vem acompanhada da epígrafe em latim, *Pelos seus frutos os conheceréis*.

¹² O diálogo prossegue, com D. dizendo que serão apedrejados e que não encontrarão subscritores para a publicação pretendida, ao que A. responde que eles próprios assumirão as despesas. Ao final, todos concordam com a empresa, inclusive D., e, meses depois, eles reunidos para publicar *O Progresso*. *O Progresso*, p. 398-399.

¹³ Op. cit., p. 397. Quem seriam esses três, gente da missão francesa trazida pelo barão da Boa Vista, como Vauthier, Millet? E o que ainda “se achava emergido nas trevas do criticismo”, seria o próprio A. P. de Figueiredo?

¹⁴ “Adeus ao sr. Vauthier”. *O Progresso*, edição Amaro Quintas, p. 249-251. Sobre a presença de Vauthier no Recife, ver, FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, 2 v.

Salvo engano – uma exceção é o trabalho da professora Izabel Andrade Marson –, os que se ocuparam do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo e, por extensão, da revista *O Progresso*, não deram a devida atenção a esta “Exposição de princípios”. Pinçaram aqui e ali algumas frases, uma ou outra posição, mas não levaram em conta o conjunto de temas e questões aí tratados que formam, justamente, o programa da revista, tarefa fundamental que tentaremos enfrentar aqui, embora, como sempre, nada substitua a leitura pessoal e direta do texto em sua inteireza.

A “Exposição de princípios”, naturalmente, não vem assinada e uma das suas primeiras e significativas afirmativas é a de que a revista goza “de privilégio bem raro em nossa terra, para não dizermos desconhecido, de possuímos uma redação perfeitamente ‘uma’ de intenções e desenhos (...)”¹⁵.

Em seguida, vem uma tomada de posição fundamental:

“Na esfera das idéias filosóficas, pretendemos nós arvorar a bandeira do livre pensamento. Persuadidos de que para a razão do homem só há legítimos os dados da razão, não aceitaremos senão aquilo que nos apresentar os caracteres da evidência, e não reconhecemos dogma algum que tenha o privilégio de dirigir os nossos atos, antes de nos ter convencido o espírito.”

Para os redatores da revista, tudo está ligado no sistema da natureza e o mundo moral, assim como o físico, possui leis que ainda não são inteiramente conhecidas. Em sua busca, deve-se aplicar “os processos lógicos que desde Bacon hão permitido que as ciências fizessem tão rápidos progressos”.

Neste sentido, proclamam-se *filhos do século*, admiradores dos “gloriosos progressos da ciência”. No entanto, esta ainda carece de uma síntese, de um ordenamento superior, pois não basta o acú-

¹⁵ Afirmação que confirma o caráter coletivo da empreitada, obrigando a rever a idéia de que A. P. de Figueiredo foi o único redator da revista, A palavra ‘uma’ vem em itálico no original.

mulo de fatos conhecidos ou novos; é necessário dar-lhe um nexo¹⁶.

Em política, rejeitam a incompatibilidade entre a ordem e a liberdade: “a ordem não pode reinar sem liberdade (...) a liberdade não pode existir sem a ordem”; afirmação geral, aparentemente banal, mas que resume o grande debate político do século, na esteira da Revolução Francesa.

Descendo a um terreno mais concreto, avançam para o que deve ser o papel da política e, conseqüentemente, do Estado: “Para esta nossa terra do Brasil, na atualidade, a ação da política deve ser principalmente econômica e industrial, deve andar sobretudo o caminho dos progressos materiais (...)”¹⁷.

Sabem, contudo, que o aumento da riqueza não garante por si só o bem estar material e espiritual da maioria, tal como demonstra o exemplo da Europa industrializada, onde a riqueza só tendeu “a aumentar indefinidamente a miséria das massas”:

“É isto uma verdade, e longe de procurarmos afastar a dificuldade diremos que para nós, o desenvolvimento do pauperismo que atualmente assusta a Europa, é sem dúvida uma conseqüência do industrialismo moderno, mas não resultado necessário dos progressos materiais, os quais são absolutamente bons e benéficos, e que para acharmos a causa de semelhante miséria convém procurá-la na falsidade das relações estabelecidas entre os homens como produtores e consumidores, na exagerada influência concedida a certos elementos de produção (...)”

¹⁶ É importante notar que a admiração pela ciência não significa tomá-la como um dado constituído e incontroverso. Ela ainda está se fazendo e a medicina e a economia política ainda não possuem bases e usurpam o nome de ciências. Na construção do edifício da ciência ainda haveria mais operários lavrando pedras, que arquitetos.

¹⁷ Em *O Império do Progresso. A revolução praieira*. São Paulo, Brasiliense, 1987, a professora Izabel Andrade Marson faz a melhor análise que conhecemos sobre o projeto intelectual e político da revista *O Progresso*. Seu trabalho renovou inteiramente a historiografia dedicada ao tema. Ver em especial o capítulo intitulado “Progresso e revolução”.

Esta é uma notação de grande importância, que voltará mais de uma vez ao longo das páginas de *O Progresso* e que, sob uma outra ótica – a da defesa do escravismo e do patriarcalismo –, atravessará todo o debate social do nosso século XIX e chegará até nossos dias. No entanto, e isto marca a diferença da posição dos redatores de *O Progresso*, a perfeita consciência dos males do industrialismo vigente, na Europa, não constitui o argumento da idilização do escravismo¹⁸.

Ou seja, não são ingênuos ou “colonizados” diante do capitalismo vigente nos países centrais. Neste aspecto, ao menos, a geografia das idéias não está fora de rumo ou de prumo.

Se o fim da política, em especial para um país como o Brasil, é promover o progresso material, pode-se perguntar o que escreveram os homens de *O Progresso* em sua bandeira: monarquia ou república? Ao que eles respondem ser questão de menor importância:

“(…) mas para que ninguém julgue que queremos esconder alguma face do nosso pensamento, diremos que no estado atual do Brasil, a forma constitucional com um monarca hereditário e duas câmaras eletivas nos parece oferecer mais garantias de estabilidade que as outras formas de governo.”

Na verdade, a questão não é tão menor assim e a resposta tem implicações políticas bem concretas, inclusive como que definindo previamente a posição diante dos embates cujo desfecho foi a luta armada da Praieira, embora esta não possa ser classificada, sem nuances, de uma revolução republicana. A defesa da monarquia

¹⁸ Nas páginas de *O Progresso*, há uma grande ausência: a escravidão. Estranha ausência, quando se sabe da importância da questão nos anos 40, com o movimento abolicionista a todo vapor na Europa, e da ação repressiva inglesa ao tráfico, ausência ainda mais intrigante diante das denúncias feitas nas páginas da revista sobre o pauperismo das massas trabalhadoras na Europa. No entanto, no debate político e social do oitocentos entre nós, o pauperismo, vigente além-mar, sempre foi invocado, por contraste, para assinalar a ausência, no Brasil, da questão social. A questão merece ser investigada.

constitucional não significa apenas a defesa de uma determinada forma de governo referenciada à sua significação política. Isto é importante, claro, mas subordinado ao essencial: que a política – da qual a ordem e a liberdade são constitutivas – não só não impeça, mas promova, ativamente, o progresso material.

Esta posição não os isentaria de serem críticos do governo, bem como de o serem do povo. Estamos diante de um discurso da neutralidade, de uma afirmação da missão do intelectual acima das paixões do dia, que na realidade não se sustentaria. Não se trata, porém, de uma contradição, de uma incoerência, como uma análise apressada pode fazer crer. É uma estratégia retórica e política, que encontrará seu momento de verdade em determinadas situações concretas¹⁹.

Por fim os redatores da revista falarão das letras e das artes, mas não o fazem ao modo tradicional. As artes e as letras dependem também do bem-estar material, que “é o antecedente lógico dos progressos racionais de toda ordem.” (...) para que as letras e as artes se desenvolvam, releva primeiro que a sociedade seja rica e poderosa (...).” Para o pleno gozo das artes e das letras, o homem tem de estar liberto das angústias da sobrevivência material: é “o que nos mostra a história, nas mais ricas épocas das letras e das artes, que correspondem sempre à existência de sociedades felizes ou de sociedades poderosas”.

Em seguida, falam das artes e das letras no Brasil,

“(...) assentado, há tão pouco tempo que os homens apenas tem tido tempo de se reconhecerem uns aos outros, e as condições da existência ainda se acham entre nós mui vacilantes, para que tenhamos podido cuidar noutra coisa que não seja em viver. (...) mas falta-nos uma literatura nacional, até hoje as nossas obras primas (que são bem raras) não passam de cópias.”²⁰

¹⁹ Ver MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso*, p. 297.

²⁰ Vamiréh Chacon, ao comentar esta afirmação, que atribui inteiramente a A. P. de Figueiredo, diz: “Para não julgarmos Figueiredo um pessimista, lembremo-

Alguns sinais, contudo, indicam a existência de aspirações e desejos para as artes e para as letras; a música é cultivada com avidez e “muitos já se atiram com prazer sobre a literatura européia”; sinais promissores de um movimento que a revista procurará favorecer²¹.

O programa da revista apresenta marcas do Iluminismo – difusão do saber, fé na razão, exaltação da ciência, livre pensamento –, mas com a incorporação das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais advindas da dupla revolução –, seguindo a denominação de Eric Hobsbawn²² –, das suas transformações e dos novos problemas colocados, entre eles e principalmente o da questão social e o do reordenamento político, que a reação da Santa Aliança não fora capaz de resolver.

Entretanto, há outro elemento fundamental: a revista atua – intelectual e politicamente – na nova e desafiadora realidade da construção do Estado Nacional brasileiro. Este é o eixo fundamental, o horizonte da reflexão e da ação, sem o qual não se pode entender em sua inteireza o significado do projeto de *O Progresso*, em suas ambições e limites.

Ambições e limites que estão dados também por sua inserção no espaço econômico, político, social, cultural e religioso da província de Pernambuco. Daí as reações que provocou, não necessariamente as *incompreensões*, por estar fora do meio e do tempo, como tantas vezes se tem dito. Mas, ao contrário, reações suscitadas justamente por sua inserção em um tempo e espaço, que não podiam deixar de enfrentar e colocar os problemas e questões tais como foram enfrentados e colocados. E daí os choques políticos,

nos que Gonçalves de Magalhães publicava, em Paris, *Suspiros poéticos e saudades*, em 1836; Macedo estreava em 1844 com *A moreninha*; Gonçalves Dias, em 1846, com os *Primeiros contos* (sic); e que, só em 1852, João Francisco Lisboa iniciaria o *Jornal de Timon*.” CHACON, Vamirch. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 134.

²¹ Todas as citações feitas acima remetem a *O Progresso*, ed. cit., p. 3-11.

²² HOBSEBAWN, Eric. *A era das revoluções. 1789-1848*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

as divergências ideológicas, a tão falada exaltação das paixões, pois as percepções da realidade divergiam e, sobretudo, as soluções propostas²³.

4. *O Progresso e a política*

Jean Delumeau, em seu livro *Mil anos de felicidade*, assim resumiu o significado da idéia de progresso para o século XIX:

“A idéia de progresso que se buscava no século XVII ganhou amplamente terreno na época das Luzes. No século XIX, ela está presente em toda parte, invadindo o pensamento ocidental e formando então um de seus principais componentes. Assim a esperança milenarista de uma comunidade feliz, por muito tempo minoritária e marginal, torna-se um dos motores da civilização, ora conservando-se seus aspectos religiosos, ora laicizando-se. Esta época está doravante voltada para um futuro radioso realizável neste mundo, quer seja preciso chegar a ele por meio das provações e das violências na continuidade das profecias do Apocalipse ou, ao contrário, por meio de um avanço gradual iluminado pela ciência, pela instrução e por uma moral adulta.”²⁴

Esta longa citação se aplica com grande propriedade ao projeto intelectual e político de *O Progresso*, cujo nome já parece indicar todo um programa. A feliz síntese de Delumeau permite, ainda, iluminar e compreender, para além de suas aparentes contradições, alguns dos aspectos das posições políticas concretas que foram as de A. P. de Figueiredo e, provavelmente de parte de seus companheiros. Entre elas, como veremos adiante, sua posição face à Praiaira.

²³ Os trabalhos do professor Amaro Quintas já haviam demonstrado, com grande acuidade, a intensidade do debate político e social vivido em Pernambuco nos anos 40 e 50 do século passado. Recentemente, o livro da professora Izabel Andrade Marson, *O Império do Progresso*, trouxe uma refinada análise da questão.

²⁴ DELUMEAU, Jean. *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 285.

A posição política de *O Progresso* expressa-se mais concretamente em três rubricas: “Revista política” – dividida em política exterior e política interior –, “Interesses provinciais” e alguns artigos de caráter doutrinário, em geral tradução de textos ou resenhas sobre a *escola societária*.

Como já indicamos, a seção “Revista política” comparece em todos os números da revista e é a de maior freqüência: doze vezes.

É impossível dar conta aqui, com o detalhamento merecido, do percurso e das posições tomadas sobre as várias questões examinadas pela revista, tanto de política exterior, quando interior. Indicaremos, pois, para uma e outra, apenas suas grandes linhas.

Política exterior

Desde o início, a revista acompanha com grande interesse o que se passa no mundo, e não somente os acontecimentos europeus, embora estes ocupem um lugar privilegiado, inclusive a política do Vaticano²⁵. Acontecimentos da bacia do Prata, o conflito entre o México e os Estados Unidos e o que se passa na Turquia é noticiado e analisado.

Há três razões principais para explicar o interesse da revista pelo que se passa no exterior. A primeira é parte integrante de sua filiação intelectual com a *escola societária*. A humanidade, se

²⁵ Assim, a morte de Gregório XVI e eleição de Pio IX são objetos de comentários, destacando-se as esperanças neste último, de um pontificado liberal, que o *Syllabus* ainda não desmentira. Não nos parece ter razão Vamireh Chacon, quando vê, em algumas declarações religiosas que atribui a A. P. de Figueiredo, uma espécie de concessão insincera ao catolicismo dominante e ultramontano. Na verdade, as invocações ao Evangelho e ao cristianismo presentes na revista são parte integrante de uma visão da história em marcha cuja base é religiosa, mas não necessariamente clerical. CHACON, Vamireh. Op. cit., p. 111. Sobre as várias vertentes cristãs presentes nas visões da história a partir de finais do século XVII e primeiras décadas do XIX, ver o livro de Jean Delumeau, citado.

ainda não o é, deve tornar-se uma só família e tudo o que se passa em qualquer parte do mundo afeta e interessa à humanidade inteira. O prometido mundo de harmonia e paz deve ser universal, não se pode realizar apenas no interior de cada nação.

Os progressos materiais farão, cada vez mais, das guerras e conflitos entre as nações uma coisa do passado²⁶.

A segunda razão é de ordem mais concreta. O Brasil é agora uma nação independente, com presença e interesses próprios, não mais mediados pela antiga metrópole, como no período colonial. Além disso, é afetado por decisões de outras nações, como é o caso notório da política inglesa de repressão ao tráfico negreiro.

Por fim, dar aos leitores uma visão, interpretada, do que se passa no mundo é parte da missão civilizadora da revista e reforça – com exemplos externos prestigiosos – as posições defendidas pela mesma para o reordenamento da sociedade brasileira²⁷.

O que a revista procura acompanhar nos acontecimentos externos é fundamentalmente a marcha da humanidade em direção à liberdade, apesar de todos os revezes, que são apenas momentâneos. Os tiranos, por mais que se considerem firmes em seus tronos, um dia cairão e a justiça triunfará²⁸.

Por isso, a história ocupa lugar tão importante nas matérias veiculadas. História presente, viva, fazendo-se nas conquistas do

²⁶ “(...) Em verdade, quem há aí na Europa e nos Estados Unidos que ainda se lembre hoje de guerra como princípio? – alguns loucos, alguns soldados ambiciosos! Não, a paz é decididamente o voto do XIX século, o arado e o tear despedaçaram a espada (...) as velhas barreiras nacionais desmoronam-se (...)”. *O Progresso*, p. 8 (“Declaração de princípios”). Alguns elementos na construção de certas frases do texto sugerem a influência de Vauthier, ou de alguém de língua francesa, na redação do mesmo. Para nosso propósito, não faz sentido chamar atenção sobre a ingênua esperança do vapor substituindo a pólvora.

²⁷ MARSON, Izabel Andrade. Op. cit., p. 326.

²⁸ “Felizmente para nós, uma lei benéfica do desenvolvimento da humanidade, *O Progresso* caminha sempre, a despeito da apatia, ignorância, e até, muitas vezes má grado dos depositários do poder.” *O Progresso*, p. 332.

povo, na marcha em direção ao Novo Mundo; mas também a história mais longínqua, igualmente testemunha das conquistas realizadas pela humanidade, desde a barbárie até a civilização.

Neste sentido, é interessante observar que duas matérias publicadas, sob o título de “Estado do mundo em 1846”, nada dizem sobre o ano em causa, mas traça um painel histórico desde o feudalismo até a montagem do estado absolutista²⁹.

Embora nada disto surpreenda, o século XIX é o século da consciência histórica e indica, contudo, na província de Pernambuco, uma contemporaneidade não desprezível³⁰.

A atenção aos acontecimentos externos a está sempre mais voltada aos embates políticos e vai num crescendo quando chegam as primeiras notícias das revoluções de 1848 na Europa, que, dentro dos meios de informação da época, a revista noticia com bastante detalhe.

Ao finalizarmos estas notações, observemos algo que nem sempre tem sido devidamente ressaltado. O acompanhar dos acontecimentos externos e a invocação dos exemplos do que se passava nos países centrais não estão marcados por nenhum deslumbramento acrítico. A imagem da Europa industrializada é, também, a imagem da Europa do pauperismo e da questão social, bem

²⁹ A epígrafe do artigo são dois versos de Victor Hugo: “*C'est le peuple qui vient, C'est la grande marée/ Qui monte incessamment por son astre attirée!*” O artigo começa com as seguintes palavras: “Para tratarmos de tão vasta questão o estado do mundo em 1846, (...) não podemos deixar, para sermos claros, de nos remontar ao passado e aí tomar a origem dos fatos que caracterizam a época atual. Tudo se encadeia na história, assim como na natureza. A história é um imenso tecido que o tempo desdobra, e cada uma de suas malhas se prende a todas as outras, de tal sorte que, em se lhes tocando em uma, todas as demais estremeçam!” *O Progresso*, p. 25.

³⁰ Somente algumas indicações: em 1844, José Bernardo Fernandes Gama publicou, em dois tomos, *Memórias históricas da província de Pernambuco*; e o General Abreu e Lima, um ano depois e pela mesma tipografia, a sua *Sinopse dos fatos mais notáveis da história do Brasil*. A tipografia foi a de M. F. de Faria, a mesma de *O Progresso*. O livro foi resenhado na “Revista literária”, de 2 de abril de 1847, provavelmente por A. P. de Figueiredo.

como da luta política, ainda não resolvida, entre a liberdade e o despotismo. Neste sentido, é possível afirmar que a imagem da monarquia constitucional brasileira, apesar das imperfeições do sistema representativo, aparece, nas páginas da revista, com um registro bem mais favorável que os de grande parte das monarquias européias, inclusive a francesa³¹.

Política interior

Em duas grandes linhas principais divide-se esta seção da revista: a primeira é o acompanhamento da política do Ministério e, em especial, dos debates e tramitação dos projetos no Parlamento; a segunda está voltada para o que se passa na Província, com comentários cerrados sobre atos da presidência praieira e da Assembléia Provincial.

A ascensão do partido da Praia ao poder trouxe modificações administrativas não somente pela mudança dos quadros funcionais, mas também na remodelação dos órgãos públicos, entre os quais o mais importante era a repartição das Obras Públicas, criada por Francisco do Rego Barros e para a qual trouxera engenheiros e operários da Europa³².

A linha básica da revista em relação à política provincial é a defesa da administração Francisco do Rego Barros, considerada sempre eficiente e modelar, e a crítica da administração praieira,

³¹ A imagem de Guizot e, por consequência, do governo de Luís Filipe é extremamente crítica e desfavorável.

³² A famosa missão francesa, chefiada por Louis Léger Vauthier, que tantas marcas deixou na fisionomia do Recife, a maior das quais ainda presente e importante marco arquitetônico e cultural da cidade é o teatro Santa Isabel. A mais completa descrição e análise sobre os embates políticos entre guabirus e praieiros, antes e depois do desfecho armado, é o livro de Izabel Andrade Marson.

acusada de caótica, má gestora dos recursos públicos e voltada apenas ao empreguismo dos seus adeptos³³.

Ao longo da revista, direta ou indiretamente, seu projeto político vai sendo exposto, contudo os negócios locais são objeto de algumas análises e propostas específicas e mais explícitas, em especial na série de artigos intitulada “Interesses provinciais”, da autoria de Henrique Augusto Milet³⁴.

Em seguida, sob forma de projetos, são avançadas algumas propostas para reformular a administração provincial: criação de um Conselho vitalício, composto de seis membros, com a incumbência de assessorar o presidente da província; criação de um cadastro rural e instituição de um imposto territorial rural; divisão do território da província em três círculos, além da área da Cidade do Recife, com a nomeação de Comissários; reformulação do sistema de imposto sobre herança e os rendimentos do capital; projeto de lei sobre águas e matas, e projeto abolindo o recém-criado Banco de Economia e de Socorro, propondo, em seu lugar, a criação de Banco Popular³⁵.

³³ “A reação contra a antiga ordem de cousas não se limitou aos indivíduos, também há atacado cegamente as instituições, e procurado apagar até a lembrança do governo do Sr. Barão da Boa Vista, destruindo tudo quanto ele fizera.” *O Progresso*, p. 300.

³⁴ Henrique Augusto Milet veio para o Recife com a missão francesa contratada por Francisco do Rego Barros. Engenheiro civil, naturalizou-se brasileiro, permanecendo em Pernambuco, onde dedicou-se à agricultura. Escreveu sobre temas econômicos e teve grande participação no Congresso Agrícola do Recife (1878), convocado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, da qual era destacado membro. Ver BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 3, citado; *Os quebra-kilos e a crise da lavoura*. 2. ed., introdução de Manoel Correia de Andrade. São Paulo, Global; Brasília, INL, 1987 (1. ed. 1876); *Miscelânea econômica*, apresentação de J. Luciano Cerequeira, Recife, CEPE, 1991, (1. ed., 1879); FERNANDES, Clara Suassuna. *O pensamento de Henrique Augusto Milet: 1870-1890*. Recife, dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1988; *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, introdução de Gadiel Perruci, Recife, CEPA, 1978 (edição fac-similar).

³⁵ A motivação mais imediata de tais projetos é certamente a busca de mecanismos que possam limitar o poder do partido liberal, representado em Pernam-

A revista apresenta inegavelmente uma proposta de reforma, possui um programa intelectual e político, veicula uma visão crítica da vida política provincial e nacional, aponta com ênfase os males do latifúndio, tudo envolto em uma linguagem que faz apelo aos escritos de Fourier, de Owen, de Constantin Pccquer, de Saint Simomn, entre outros. Linguagem, projeto e crítica, que levaram muitos historiadores a ver em *O Progresso* e em A. P. de Figueiredo uma representação local do socialismo dito utópico, eivada de pioneirismo, em um meio escravocrata e senhorial³⁶.

Lida por este viés, a revista de fato parece ser uma planta fora do meio, um fenômeno ideológico um tanto quanto exótico. Situada, porém, nos embates políticos do tempo e do meio, referência à sua base política e social – o partido conservador – e confrontada com outros escritos contemporâneos, esta suposta originalidade perde força e, mais que isto, seu projeto ganha um contorno menos idealista.

Assim, é possível entender a posição do grupo de *O Progresso* face ao movimento praieiro, sua oposição ao mesmo, justificada teoricamente pelo repúdio às transformações violentas, apesar das retumbantes saudações à revolução na Europa.

buco pelo partido da praia. No entanto, parece haver também nesses projetos, ao menos em sua retórica, uma defesa dos interesses dos proprietários de terra contra o capital comercial. O problema do crédito e dos juros altos é questão central que atravessa todo o século XIX. Sobre os projetos acima expostos, ver MARSON, Izabel Andrade. Op. cit., em especial o capítulo “Progresso e revolução”.

³⁶ “Aluizio Franco Morcira. As idéias e outras idéias de dois ‘quarenta-huitards’ pernambucanos. Abreu e Lima e Antônio Pedro de Figueiredo”, in REZENDE, Antônio Paulo. *Recife: que história é essa?* Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

ARTIGOS

VIDA E OBRA DE TOM BOTTOMORE*

*William Outhwaite***

Tom Bottomore, que faleceu em fins de 1992 aos 72 anos de idade, era um dos sociólogos britânicos mais conhecidos e admirados. Seus diversos livros foram lidos por todos, de especialistas a estudantes de primeiro ano, como um guia infalivelmente confiável para a disciplina e sobre a bibliografia relevante. Ele trouxe para a Sociologia britânica a preocupação com a teoria social – especialmente, mas de forma alguma exclusivamente marxista – e com o que veio a ser chamado de Terceiro Mundo. Colocou em prática sua abordagem internacional, em muitos anos de trabalho paciente, no desenvolvimento da Associação Internacional de Sociologia, da qual foi presidente de 1978 a 1982.

Nascido em 1920, Tom Bottomore foi educado na cidade inglesa de Nottingham, onde se interessou pelo socialismo como um possível remédio contra a pobreza das comunidades mineiras de carvão, a depressão econômica e o surgimento do fascismo. Foi

* Tradução de Cynthia Lins Hamlin.

** Professor da School of European Studies da Universidade de Sussex e autor, entre outros livros, de *Habermas: a critical introduction*, Polity Press, 1994. No Brasil é co-editor, junto com Tom Bottomore, de *Dicionário do pensamento social do século XX*, s.l., Jorge Zahar Editor, 1996.

membro do Partido Comunista por um breve período e, em consequência disso, a este experto em pensamento social norte-americano nunca foi legalmente permitido visitar os Estados Unidos (ele viajou para lá ocasionalmente enquanto morava no Canadá, mas se recusava a completar os questionários especiais requeridos pelas autoridades americanas com a finalidade, como ele certa vez colocou, “de me espionar”).

Estudando economia enquanto engajado no serviço de guerra em Londres, Tom Bottomore foi alocado para trabalhar no serviço de administração militar britânico na Viena do pós-guerra, cidade da qual ele veio a gostar muito, e onde trabalhou na produção de estatísticas econômicas. De volta ao Reino Unido, estudou Sociologia na London School of Economics com o sociólogo evolucionista Morris Ginsberg, completando uma tese sobre teorias do progresso. Passagens do seu diário datando desta época mostram que ele tinha poucas ilusões a respeito do Estalinismo, mas que também estava impaciente com o anticomunismo radical de alguns dos professores da LSE: “Eu cheguei à conclusão de que muitos daqueles que gritam mais alto contra o comunismo estariam entre os primeiros a se acomodar a ele e a buscar posições na hierarquia”¹. Ele não levava muito a sério *Mil novecentos e oitenta e quatro*, de George Orwell, publicado em 1948: “Dêem-me críticas sérias acerca do sistema soviético a qualquer hora”. Também é dele a piada imortal que diz que, embora seja possível construir o socialismo em um país, é aconselhável morar fora dele enquanto este processo estiver em curso.

A fim de continuar seu estudo em “sociologia, economia, filosofia e literatura”², Tom Bottomore recebeu uma bolsa da funda-

¹ Sou extremamente grato a Katherine, Eleanor e Stephen Bottomore por terem lido e comentado um rascunho deste artigo e por sua permissão em citar o diário pessoal de Tom.

² Diário, introdução à seção 1949-50: Tom cultivou um grande interesse por filosofia, assinando dois periódicos filosóficos, e por literatura, especialmente pelos trabalhos de Robert Musil e Virgínia Woolf.

ção Rockefeller. Seu “passado comunista”, no entanto, impedia que ele estudasse nos Estados Unidos, mas foi permitido que ele usufruísse da bolsa em Paris. Ele e sua futura esposa, Mary, viveram e trabalharam em Paris de 1951 a 1952. Tom continuou seus estudos em teoria marxista e em cooperativas de trabalhadores, assim como conduziu um projeto de pesquisa sobre o serviço público francês³.

Sua coleção de Marx, *Selected writings on Sociology and social Philosophy*, editada com Maximilien Rubel, data deste período (1956), e continua sendo talvez a melhor introdução a Marx em língua inglesa. Também publicou, em 1963, uma tradução editada dos trabalhos do jovem Marx (*Early writings*). Retornando para a LSE, Tom foi secretário da Associação Internacional de Sociologia de 1953 a 1959, quando viajou extensivamente pela Europa e organizou uma conferência da UNESCO em Moscou, em 1958. Seu importante livro *Classes in modern society* foi publicado em 1955, com novas edições em 1965 e 1991. Uma viagem de seis meses à Índia fez com que seu livro *Sociology* tenha sido substancialmente dedicado a este país, mostrando uma grande sensibilidade em relação a questões de desenvolvimento global, de forma geral rara na Sociologia Britânica da época. A isto se seguiu o excelente *Elites and society* (1964, segunda edição em 1993), que Tom descreveu em seu diário como sendo talvez o livro que preferia.

Entre 1965 e 1967, Tom ensinou na nova Simon Fraser University em Vancouver, Canadá. Embora gostasse de lá, eventualmente se irritou com o radicalismo do campus da época e foi desencorajado a ficar mais tempo devido a um desagradável clima de interferência política na universidade por parte de interesses comerciais, entre outros. Seus programas de rádio, seguindo a tradição do radicalismo norte americano, foram publicados em 1967 com o título de *Critics of society*. Neste mesmo ano, Tom retornou à Inglaterra

³ “La mobilité sociale dans la haute administration française”, *Cahier Internationaux de Sociologie*, vol. 13, 1952.

e foi para outra nova universidade, a Universidade de Sussex, em Brighton, onde permaneceu, exceto por curtos períodos no Canadá, até se aposentar. Presidente da British Sociological Association de 1969 a 1971, ele também foi Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia e diretor do seu conselho de pesquisa, em cujo papel desenvolveu importantes atividades de publicação.

Tom publicou muito: a uma coleção de ensaios sobre Karl Marx (1973) seguiu-se o seu *Modern interpretations of Marx* (1981), o livro *Marxist Sociology* (1975), seus ensaios em *Sociology as social criticism* (1975) e *Sociology and socialism* (1984), um inestimável volume editado com Patrick Good intitulado *Austro-marxism* (1978) e um brilhante livro introdutório, *Political Sociology* (1979, 2ª edição em 1993). No início dos anos 70, trabalhou na tradução do *Philosophie des Geldes* de Georg Simmel, completada por David Frisby e publicada em 1978. Também retraduziu *Finanzkapital*, de Rudolf Hilferding (1991) e, comigo, retraduziu o ensaio clássico de Karl Lowith, *Max Weber and Karl Marx* (1982, 2ª edição em 1993). Os anos 80 ainda testemunharam a finalização do seu notável *Dictionary of marxist thought* (1983, 2ª edição em 1991) e o início, em 1986, do nosso trabalho conjunto no *Blackwell dictionary of twentieth century social thought*, que foi publicado logo após a sua morte.

Após publicar *The Frankfurt School* (1984), um pequeno livro grandemente admirado na Alemanha e no mundo de língua inglesa, Tom voltou-se cada vez mais para a Sociologia econômica com *Theories of modern capitalism* (1985), *The socialist economy: theory and practice* (1989), e a obra de Schumpeter – em particular *Between marginalism and marxism: the Economic Sociology of J.A. Schumpeter* (1992). Ele também editou, com Robert Brym, uma importante coleção de ensaios sobre o capitalismo, *The capitalist class* (1989). Esta impressionante produção se acelerou com a aposentadoria de Tom da Universidade de Sussex em 1985, a qual pareceu acolher de bom grado: “Como é bom estar agora absolutamente livre”. Uma coletânea de ensaios em sua homena-

gem, baseados em uma conferência organizada em Sussex por Gillian Rose que contou com a participação de ex-alunos e colegas, intitula-se *Social theory and social criticism* (1987).

No fim de 1986, veio um golpe devastador com a notícia da doença e morte de sua esposa Mary. Em 1987, Tom gradualmente começou a trabalhar, fazendo a primeira de uma série de visitas à Espanha. Nestes anos, viajou muito à Espanha e à Grécia, e ficou cada vez mais interessado no curso político do sul da Europa, dando início ao seu trabalho na revista *Socialismo del futuro*. No outono do mesmo ano, Brian Taylor e eu o entrevistamos para a revista *Theory, culture and society* (6, 2, 1989, p. 385- 402).

Após publicar estes diversos projetos, notadamente as novas edições de *Elites and society*, *Classes* e *Political Sociology*, Tom começou a trabalhar em dois livros: um sobre o conceito de planejamento, tópico que sempre lhe interessou, outro sobre democracia socialista, o qual começou a escrever em outubro de 1992 e no qual trabalhou até sua morte súbita, no dia nove de dezembro. Este manuscrito, que teria sem sombra de dúvida se transformado em um dos livros mais importantes de Tom, exemplifica seu modo de escrever. O que nós encontramos, juntamente com pilhas de livros, revistas e cópias de artigos, foi um primeiro capítulo e as páginas iniciais de um segundo, escritas com apenas pequenas correções, terminando no meio da seguinte frase, particularmente dolorosa, talvez, para os seus leitores russos: Kautsky, Tom escreveu, “previu muito claramente o processo pelo qual a revolução bolchevique degeneraria numa ditadura de partido”.

* * *

Tom Bottomore foi um acadêmico, professor, colega e amigo extraordinário. Sua influência pessoal e a de sua obra foi imensa e se espalhou pelo mundo, embora tenha sido marcada por restrições consideráveis. Tom nunca procurou fundar uma escola. Seus ex-

alunos de pós-graduação permaneceram heterogêneos em suas orientações intelectuais e políticas; no fim de sua conferência de aposentadoria disse, com uma risada característica, que estava feliz porque nem todos nós nos tornamos marxistas. Uma nota em um artigo de novembro de 1949, escrita após ter conhecido um homem que havia exaltado exageradamente um colaborador, mostra que seu desdém pela condição de “discípulo” se estabeleceu cedo em sua carreira:

“Desde a primeira conversa ficou evidente que o que ele quer é um discípulo (...) Choca-me cada vez mais saber, por um lado, o quão difundida é a condição de ‘discípulo’ e, por outro, o desejo de alguns em impor sua própria doutrina (...) De minha parte, decidi nunca levar minhas próprias crenças e teorias muito a sério e estar sempre pronto a admitir o erro, não pertencer a nenhuma organização de ideologia rígida, nunca me submeter ao dogma e escrever de forma evasiva, mas não obscura. Mas não viver à deriva; existem alguns valores fundamentais aos quais eu me apego, como o valor basicamente igual das pessoas, sua liberdade (portanto a oposição às hierarquias, ao despotismo).”

Algumas vezes Tom sentiu o complexo de inferioridade característico dos cientistas sociais, mas a passagem seguinte (23/1/88) o retrata dando um tratamento positivo a esta questão:

“Assisti a um excelente drama-documentário da BBC sobre Crick, Watson et al. e a descoberta da estrutura do DNA, o que me levou a reler *The Double Helix* e a refletir sobre quão pouco pode ser descoberto nas ciências sociais. Eu pensei nisto particularmente porque Watson estava morando em Paris em abril de 1952, na época em que Mary e eu estávamos morando lá, e novamente em março de 1953, logo após a descoberta. E o que eu estava descobrindo? No máximo, um novo aspecto importante de Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, que eu depois ajudei a difundir no mundo de língua inglesa. Mas pelo menos há um resultado positivo no reconhecimento da imperfeição das ciências sociais (e minha pequena contribuição a elas): nomeadamente que, assim como nas ciências naturais, o que importa é descobrir algum tipo de estrutura (como Marx, acima de todos, fez), mesmo que ela seja sempre mais vaga, dúbia, etc. Sem isto, tudo é reduzido ao jogo de palavras, aos comentários inteligentes, à exposição de uma ideologia, e assim por diante.”

Eu acredito que Tom não afirmaria ter descoberto nenhuma estrutura completamente nova, mas seu trabalho consistia, acima de tudo, na ordenação e mediação de modelos conceituais e estruturas já existentes: entre teoria das classes e teoria das elites, entre o marxismo e (o restante da) Sociologia e, em particular, entre o marxismo e a realidade contemporânea. A capacidade de organização que pode ser observada, por exemplo, em seus verbetes belamente elaborados para os dois dicionários da Blackwell, também era central ao seu método de ensino: em uma série de movimentos ágeis mas sem pressa, o projeto meio formulado de alguém adquiriria uma estrutura conceitual clara, acompanhada de seu aparato bibliográfico.

Tom era tudo, menos um marxista ortodoxo. Quando lhe perguntei, na entrevista para a *Theory, culture and society* se ele “acreditava” na dialética, respondeu que nunca havia realmente entendido o que o termo significava. Para ele, o marxismo era uma teoria sociológica e um projeto político, mas a eficácia de cada um deveria ser julgada no campo, na prática – incluindo, embora eu esteja certo de que ele detestava o termo, aquilo que Althusser chamava “prática teórica”. Menos ortodoxa ainda, embora antecipada no marxismo neo-kantiano dos marxistas austríacos, era a insistência de Tom na distinção fato/valor. Era, em vários sentidos, um marxista austríaco honorário, atraído pela sua combinação de rigor econômico, sensibilidade política e abertura e flexibilidade teóricas. Embora simpatizasse com o trabalho de filósofos marxistas seus amigos, como Roy Edgley, István Mészáros e Roy Bhaskar, ele, entretanto, não se comprometeu com esta linhagem.

Hoje é difícil lembrar quão pouca teoria sociológica era estudada na Grã-Bretanha nas décadas imediatamente seguintes à guerra. O trabalho de Tom sobre Marx, iniciado nos anos 60, juntamente com o fantástico livro de Steven Lukes sobre *Durkheim* (1973), ou o livro de Giddens que veio a ser conhecido como a santíssima trindade de Marx, Weber e Durkheim, *Capitalism and modern social theory* (1971), eram incomuns, no sentido de lida-

rem seriamente com a teoria social clássica. O marxismo, em particular, apesar do importante trabalho que vinha sendo feito em história marxista e em teoria literária, parecia ser encarado como pouco mais que a inspiração ou o ornamento intelectual do comunismo soviético. Foi obviamente a experiência em Paris no início dos anos 50 que ensinou a Tom que havia muito mais em Marx, tanto como objeto de estudo, quanto como um guia para a reflexão contemporânea (olhando para seus livros após sua morte, eu me surpreendi com a quantidade de textos marxistas franceses que recebiam um lugar de honra nos seus estudos, juntamente com o *Marx-Engels-Werke*).

Entretanto, a difusão e renascimento da teoria social marxista, que foi talvez o principal feito de Tom na Grã-Bretanha, era apenas a parte dominante de um impulso mais amplo em desprovincializar a Sociologia britânica, tanto nos seus recursos teóricos, quanto nas suas preocupações substantivas. Tom era provavelmente mais feliz quando trabalhava fora da Grã-Bretanha, e seu internacionalismo e *Wanderlust* prático e intelectual garantiram-lhe um lugar estratégico entre os grandes imigrantes que moldaram substancialmente a Sociologia britânica na segunda metade do século vinte: Norbert Elias, Ralf Dahrendorf, John Rex, Ilya Neustadt, Sutart Hall, Zygmunt Bauman e muitos outros. Na época em que retomou à Grã-Bretanha, em 1967, as portas intelectuais e políticas que havia se esforçado por abrir estavam amplamente abertas, representando um período de reconstrução teórica parcialmente inspirado pela situação política vigente. Tom era agora, como já havia sido na Simon Fraser, um agente de influência moderada e também radical que apontava as afinidades entre o marxismo e outras variantes de teoria social e que defendia o trabalho intelectual sério contra a acusação de elitismo.

No início dos anos 90, o pêndulo havia balançado mais uma vez, e uma das últimas aparições de Tom em público foi numa conferência organizada pelos estudantes da Universidade de Sussex sobre os prospectos do pensamento e da política radicais nos

anos 90. Argumentando contra o título da sessão, “Pós-Marxismo e Democracia Social”, Tom lançou uma defesa vigorosa do marxismo como uma teoria social que oferece uma análise do desenvolvimento e estrutura de classe do capitalismo e de algumas das pré-condições do socialismo, o qual continuou a enxergar como um projeto possível e desejável. Seus livros sobre democracia socialista e planejamento teriam, sem dúvida, desenvolvido este tema.

Neste sentido, enquanto o trabalho de Tom exhibe uma consistência impressionante, seus efeitos devem ser entendidos a partir dos contextos históricos cambiantes, na Grã-Bretanha e alhures. Na parte seguinte deste artigo enfocarei sua concepção de socialismo, tal como desenvolvida do final dos anos 30 ao início dos anos 90.

* * *

Conforme mencionei anteriormente, a orientação política da juventude de Tom foi “influenciada pela pobreza que vi ao meu redor nas vilas de mineração... pela ascensão do fascismo e pela Guerra Civil Espanhola, pela aproximação óbvia de uma guerra mais geral e pelas práticas lamentáveis da classe dominante britânica, dentre outras”. Para Tom, assim como para muitos outros de sua geração, o serviço militar durante e imediatamente após a guerra proporcionava uma oportunidade para a leitura e a reflexão: “Deve ter sido no período 1943/44 que eu realmente juntei a economia e o marxismo naquilo que mais tarde veio a ser a sociologia marxista”. Em novembro de 1949 – Tom recordou – escreveu um ensaio sobre socialismo e federalismo, ao qual se seguiram discussões em Valence, na França, com os federalistas europeus. Ele escreveu, na época: “Quanto mais leio e descubro, menos tenho certeza de como o socialismo vai funcionar (dado o exemplo soviético) ou, caso venha a funcionar bem, se nos satisfaria. Portanto, seja modesto na minha defesa”.

Num extrato de uma revista citada anteriormente, de novembro de 1949, Tom lembrou sua adesão a “alguns valores fundamentais (...) como a igualdade básica das pessoas, sua liberdade (portanto a oposição às hierarquias, ao despotismo)”. No capítulo final da primeira edição de *Elites and society*, livro que, como Ettore Albertoni escreveu, “centra sua análise no ponto no qual as tendências políticas deste século se entrecruzam” ele oferece uma crítica restrita, porém vigorosa, do anti-igualitarismo da teoria da elite. A democracia, ele observa,

“(...) implica em que deveria haver um grau substancial de igualdade entre os seres humanos, tanto no sentido de que todos os membros adultos de uma sociedade devem ter, tanto quanto possível, uma influência igual naquelas decisões que afetam aspectos importantes da vida em sociedade, quanto no sentido de que as desigualdades de riqueza, de posição social ou de educação ou acesso ao conhecimento, não deveriam ser tão grandes a ponto de resultarem numa subordinação permanente de alguns indivíduos e grupos a outros em nenhuma das várias esferas da vida social, ou de criarem grandes desigualdades no exercício dos direitos políticos.” (*Elites and society*, 2ª edição, 1993, p. 101).

O argumento para a igualdade baseia-se no fato de que as diferenças naturais entre os indivíduos são relativamente insignificantes, comparativamente às suas características e necessidades em comum, de que desigualdades sociais e naturais são distintas e, portanto, de que um compromisso com a igualdade ou com a desigualdade é uma questão de ideais sociais ou morais. Para os igualitaristas,

“(...) a justificativa última para a nossa opção não é, em si, uma questão de fato, mas o argumento razoável de que a busca da igualdade é passível de criar uma sociedade mais admirável. Ao usar o termo ‘nós’, eu me refiro particularmente às pessoas que vivem nas sociedades do século vinte; era difícil, em qualquer outra época anterior, formar uma concepção de sociedade igualitária prática e durável, dada a insegurança da vida econômica, a ausência de meios efetivos de comunicação, a inadequação da educação e a falta de conhecimento acerca da estrutura

social e do caráter individual. O século vinte é único no sentido de oferecer, pela primeira vez, a oportunidade de moldar a vida humana de acordo com os desejos humanos, sendo, por esta razão, tanto cheio de esperanças quanto terrível.” (p. 102-103)

Conforme Michels e outros teóricos da teoria da elite enfatizaram, Marx não previu “a possibilidade de que, dadas certas circunstâncias, novas distinções sociais e uma nova classe dominante pudessem emergir na sociedade que sucedesse o capitalismo (...) e uma nova força foi dada às suas críticas com as experiências da União Soviética e dos países europeus que se encontravam sob o domínio de Stalin” (p. 107). Mas isto não exclui a possibilidade de uma sociedade igualitária mais descentralizada, que tentaria mitigar as tendências autoritárias e hierárquicas que resultam tanto do capitalismo quanto das economias coletivizadas e, de fato, do industrialismo em si (p. 108-111). Os teóricos da teoria da elite apoiam-se na noção de igualdade das oportunidades, mas isto é “auto-contraditório”:

“Igualdade de oportunidades, como a expressão é habitualmente empregada, pressupõe desigualdade, dado que ‘oportunidade’ significa ‘a oportunidade de se ascender a um nível mais alto em uma sociedade estratificada’. Ao mesmo tempo, ela pressupõe igualdade, já que a noção implica em que as desigualdades embutidas nesta sociedade estratificada têm de ser contestadas a cada nova geração, de forma que os indivíduos possam desenvolver realmente suas habilidades pessoais; e cada nova investigação acerca das condições de igualdade das oportunidades, por exemplo, na esfera da educação, tem mostrado o quão forte e persuasiva é a influência das distinções de classe nas oportunidades individuais. Igualdade de oportunidades tornar-se-ia realidade apenas numa sociedade sem classes e elites, e a noção em si tornar-se-ia inútil, dado que as oportunidades iguais dos indivíduos em cada geração seriam uma questão de fato, e a idéia de igualdade de oportunidades significaria, não a luta para ascender a uma classe social mais alta, mas a possibilidade de cada indivíduo em desenvolver completamente aquelas qualidades do intelecto e da sensibilidade que ele ou ela apresentam como pessoa, numa associação irrestrita com os outros.” (p. 177).

Tom reformulou esta mensagem igualitária em termos globais em “Capitalism, Socialism and Development”, no livro *Sociology*

as social criticism. Depois de questionar “até que ponto as políticas de desenvolvimento dos países comunistas poderiam (...) constituir uma alternativa real, no sentido de uma alternativa socialista, à expansão do capitalismo” (p. 67), e de levantar a questão de “como acessar o potencial socialista de sociedades nas quais a propriedade pública dos principais meios de produção e um certo grau de planejamento socialista são associados a um sistema político autoritário e frequentemente repressivo” (p. 68), Tom conclui nos seguintes termos:

“Existem muitos caminhos para o desenvolvimento, assim como existem diversos caminhos para o socialismo. O que me parece ser a característica mais universal é a força da busca pela igualdade, que agora se ampliou de sua fonte nas sociedades capitalistas do século dezenove para envolver a humanidade como um todo (...) Por trás da preocupação com o desenvolvimento e com as relações entre as nações pobres e ricas existe (...) o problema fundamental da igualdade humana; apenas na medida em que este problema é debatido em todas as suas ramificações, e as escolhas políticas são formuladas em relação a ele, é que políticas práticas e efetivas para o desenvolvimento global serão possíveis” (p. 70 e segs.).

No ensaio final do livro, “The Prospect for Radicalism”, originalmente escrito para o livro em homenagem a Erich Fromm acerca dos movimentos revolucionários de 1968 no Ocidente, Tom calmamente nota a fraqueza de qualquer visão positiva

“(...) no pensamento radical contemporâneo. Se nós procuramos a razão para esta fraqueza, dificilmente deixaremos de concluir que ela se deve à desilusão com o socialismo, que começou no final dos anos 30 e se intensificou com a versão soviética de socialismo, desde o final da guerra, passando pelos anos finais do terror estalinista, até a *Realpolitik* da ocupação militar da Checoslováquia. Pensadores radicais agora devem criticar tanto o capitalismo quanto o socialismo como formas existentes de sociedade, e eles quase sempre são tentados a dirigir sua crítica principal contra o industrialismo em si. A idéia de uma forma alternativa de sociedade torna-se fraca e nebulosa, dado que o que era antes um ideal – o socialismo – agora existe como uma realidade problemática. O que nós devemos fazer para remediar esta situação, coisa que alguns já

estão fazendo, é repensar o socialismo, tanto em termos das instituições apropriadas para uma sociedade igualitária, quanto dos movimentos sociais e ações políticas que são capazes de gerá-la, sem que haja o desfiguramento sofrido em função da violência e da repressão.” (p. 221).

Alguns anos mais tarde, num ensaio intitulado “Socialism and the Working Class”, publicado em *The socialist idea: a reappraisal* (London: Weidenfeld & Nicholson, 1974) de Leszek Kolakowski e Stuart Hampshire e mais tarde republicado em *Sociology and socialism* (1984), Tom tirou algumas conclusões a partir de uma frase do *Kritische gesellschaftstheorie und positivismus*, de Albrecht Wellmer, segundo a qual “já que a história destruiu completamente qualquer esperança acerca de um ‘mecanismo’ de emancipação com base na economia” (*Critical theory of society*, New York: Herder & Herder, 1971, p. 121), então os processos estruturais são relativamente mais importantes. Foram três as conclusões de Tom. Primeiramente, “que o período de gestação de uma sociedade socialista será provavelmente muito mais longo que o previsto pelos primeiros socialistas, incluindo Marx”. Em segundo lugar, que “as atividades dos intelectuais, dos críticos da sociedade e da cultura provavelmente tornar-se-ão mais proeminentes no movimento rumo ao socialismo”.

“Em terceiro lugar (...) que não apenas não existe um ‘mecanismo’ de emancipação com base na economia, mas tal ‘mecanismo’ não existe de forma alguma. Nós temos que desistir do elemento, presente no marxismo e em outras teorias socialistas, que nos leva a conceber a transição do capitalismo para o socialismo como uma necessidade histórica. O socialismo é apenas um futuro possível. Todas as experiências do século vinte mostram quão variados são os obstáculos que o movimento pelo socialismo deve enfrentar – a concentração de poder político em um partido ou burocracia (que se desenvolve mais facilmente onde existe propriedade pública de empresas de grande porte), a obsessão com o crescimento econômico que corrompeu o pensamento socialista em si, o rápido crescimento populacional e a concentração urbana, a grande desigualdade entre as nações e a extensão da rivalidade e do conflito que derivam dos sentimentos e interesses nacionais.

Pode ser que a palavra 'socialismo' tenha sido tão corrompida pelas suas associações com os regimes autoritários, com o planejamento centralizado, com a busca obsessiva de inovação tecnológica e crescimento econômico, que ela não seja mais adequada para descrever os objetivos dos movimentos de liberação no final do século 20. Mas até que um novo termo seja encontrado, nos temos que nos satisfazer com este, apenas tomando o cuidado em interpretá-lo sempre de maneira a exprimir adequadamente a idéia de liberação; isto é, a criação de uma ordem social na qual existe a máxima igualdade de acesso possível, por parte de todos os seres humanos, a recursos econômicos, ao conhecimento e ao poder político, e na qual a mínima dominação possível seja exercida por qualquer indivíduo ou grupo sobre qualquer outro." (p. 189 e segs.).

No ensaio introdutório ao mesmo volume, intitulado "On the Relation Between Sociology and Socialism" assumiu o mesmo tom cauteloso. Após examinar as relações históricas e conceituais entre Sociologia e socialismo, conclui que

"(...) os dois pertencem a esferas bastante distintas. O socialismo, como pensamento e ação, deriva de interesses e valores políticos; a Sociologia, como uma forma de conhecimento, de valores científicos. No entanto, a Sociologia, como outras ciências (e especialmente as ciências sociais), é necessariamente desenvolvida em um meio impregnado de valores políticos e ela pode, legitimamente, ser guiada por uma visão socialista que tem um certo papel na definição tanto da imagem da sociedade e da natureza humana, quanto dos seus principais temas de questionamento.

Numa sociedade aberta, democrática e socialista, assim como em uma sociedade capitalista, a Sociologia teria um papel importante (e com toda probabilidade um papel mais importante) como instrumento de investigação crítica das relações sociais reais e dos seus desenvolvimentos. Seu lema mais apropriado, como disciplina científica, seria o favorito de Marx: *De omnibus dubitandum*" (p. 9-10).

Na época em que *Sociology and socialism* foi publicado, Tom estava trabalhando em *The Frankfurt School*, embora estivesse claramente ansioso por "descer" a tópicos mais substantivos, como os que tratou depois em *Theories of modern capitalism* e *The soci-*

alist economy. Neste último livro, reitera, com mais detalhes, suas críticas anteriores à maneira pela qual a teoria e a prática socialista tornaram-se excessivamente preocupadas com as questões econômicas:

“Uma economia socialista é apropriada a uma sociedade socialista; a racionalização da produção, com a finalidade de se alcançar um fluxo crescente de bens materiais, não deve ter prioridade absoluta, independente de considerações a respeito de, por exemplo, condições e jornada de trabalho, meio ambiente e depredação de recursos naturais, ou se aquilo que é produzido altera de forma positiva a qualidade de vida e o nível da civilização.” (p. 6).

Enquanto rejeita a afirmação de Schumpeter, em *Capitalism, socialism and democracy*, de que o socialismo é tão “indeterminado culturalmente” que só pode ser especificado em termos econômicos, ele enfatiza a diversidade dos socialismos possíveis. “O socialismo, assim como qualquer atividade ou forma de vida humana, é um fenômeno histórico, e ninguém pode fingir prever de maneira racional como ele vai evoluir (...)” (p. 7). No final do Capítulo 1, no artigo “The Nineteenth Century Vision”, ele escreveu:

“Ao acessar a reestruturação e reavaliação atual do socialismo, nós não precisamos adotar nenhuma de duas posições extremas: uma que se apega obstinadamente à idéia de uma transformação milagrosa da sociedade e da natureza humana ‘no dia seguinte à revolução’; outra, que rejeita, juntamente com qualquer visão utópica, quase que o passado inteiro, com o intuito de se acomodar àquilo que parece possível, seja no longo ou no curto prazo. Nem devemos temer as reformas e posturas críticas que ocorrem agora, ou as interpretar como sintomas de uma crise profunda e talvez terminal. O socialismo, assim como o capitalismo, é um fenômeno histórico, sujeito a todos os tipos de mudanças e processos de desenvolvimento e decadência, e toda geração encontra novas situações, problemas e oportunidades – em grande parte herdados do passado, certamente – com os quais têm de lidar da maneira mais inteligente e resoluta possível. Ninguém pode prever exatamente que tipo de mundo os seres humanos habitarão daqui a cem anos, se eles ainda tiverem um mundo para habitar, mas ao menos nós podemos ter confiança,

eu acho, em que a visão de socialismo do século XIX tornou-se uma parte duradoura dos acessórios da mente humana e em que a idéia e a prática do socialismo permanecerá efetiva por um longo tempo, não importa o quão modificada por novas experiências.”

Tom não previu o colapso súbito dos regimes socialistas dos estados europeus quando escreveu em 1988 e no início de 1989, mas notou a conjuntura de sérios problemas econômicos e políticos (p. 68) e a “possível (...) emergência de forças influentes pró-capitalistas que tendem à restauração, ou à restauração parcial, do capitalismo” (p. 72). Ele previu e esperou uma transformação mais moderada, que envolvesse a democratização política e a descentralização dos processos decisórios econômicos e na qual a propriedade dos recursos produtivos e a mistura precisa de mercados e planejamento pudesse ser elaborada de maneira prática e racional.

Tom não comentou sobre estas revoluções de 1989 em seu diário, embora tenha anotado, em junho de 1990, que pôde adicionar alguns comentários sobre estas mudanças à nova edição de *Classes in modern society*. Registrou que uma característica particularmente deprimente da situação atual era “a destruição do socialismo em grande parte da Europa do Leste (não apenas do stalinismo, que já estava vencido há muito, mas de qualquer tipo de socialismo democrático)”. Numa análise de longo alcance sobre as estruturas emergentes das sociedades pós-comunistas, Tom escreveu:

“Os movimentos nacionalistas e o retorno ao capitalismo são em grande medida compreensíveis como uma reação contra quatro décadas (e mais tempo na União Soviética) de regimes autocráticos, stalinistas e neo-stalinistas, os quais fatalmente mancharam a idéia de socialismo. Mas o nacionalismo e o neo-capitalismo produzirão novos conflitos, ou restaurarão antigos, e nestas novas sociedades capitalistas a política de classes também ressuscitará. A transformação das sociedades do leste europeu (...) reintroduz (...) todos os problemas e conflitos que advêm de desigualdades de renda e riqueza, de dominação de classe, flutuação e inseguranças econômicas e desemprego generalizado.” (*Classes*, p. 97-98).

Como notou em *The socialist economy*, quando a restauração do capitalismo parecia apenas uma remota possibilidade, esta evolução destrói a noção marxista original de um movimento unidirecional e irreversível para o socialismo (*Classes*, p. 98; *The socialist economy*, p. 72): “Mas o principal elemento da obra de Marx era uma análise realista das origens do capitalismo e do seu desenvolvimento posterior, da origem do movimento da classe trabalhadora, dos conflitos crescentes entre as classes. E este é o tipo de análise que ainda deve ser efetuado, em novas condições.” (*Classes*, p. 98). Termina o livro com o mesmo tom cauteloso de muitas das passagens citadas anteriormente:

“(...) Existe, neste *fin de siècle*, uma confusão de imagens sobre o futuro. As demandas de grupos e indivíduos por maior igualdade de condições e por mais democracia, especialmente no sentido de uma maior participação em todos os processos de ‘produção da sociedade’, ainda são fortes. Mas serão estas demandas satisfeitas? A experiência dos países socialistas mostrou que o caminho para uma sociedade ‘sem classes’ não é nem direto nem tranquilo, e que as novas classes e elites, assim como os regimes ditatoriais, podem muito bem aparecer no caminho. Então, tornou-se relativamente fácil apresentar as vantagens de um capitalismo dinâmico e democrático, apesar de suas desigualdades e incertezas econômicas gritantes; e concomitantemente mais difícil esboçar, em termos que sejam apropriados para o tempo presente, a estrutura de um novo tipo de sociedade. A oposição de interesses de classes nas sociedades capitalistas – entre os proprietários de capital e os sem propriedade, os poderosos e os subordinados, ‘aqueles que vivem na luz e aqueles que vivem na escuridão’ – não mais se manifesta de maneira tão evidente nos conflitos de classes, e a expressão política futura destes interesses dependerá, mais crucialmente que antes, da forma em que uma alternativa para o capitalismo seja concebida e implementada, num processo gradual através do debate crítico e à luz da experiência de políticas diferentes. Isto é necessário, acima de tudo, em relação à estrutura econômica de uma sociedade socialista.” (p. 110-111).

Em um dos últimos trabalhos que completou, a segunda edição de *Political Sociology*, Tom conclui com as seguintes palavras:

“(…) em toda teoria social científica existe um componente que Schumpeter chamou ‘visão’, mas que também poderia ser descrito como as idéias de fundo de um paradigma, que influencia na determinação do foco de atenção e na escolha dos elementos centrais de análise. A interpretação da política global que eu desenvolvi aqui deriva em parte de tal paradigma, no qual eu enfatizo a importância, ao longo do século 20, da oposição entre o capitalismo e o socialismo e, mais geralmente, entre aqueles processos e políticas que levam, ou ao aumento, ou à diminuição das desigualdades em suas diversas formas nas sociedades e no mundo como um todo. A importância desta oposição será enfatizada, eu acredito, se os movimentos socialistas do futuro forem capazes de expressar de maneira mais precisa, convincente e espirituosa, suas concepções de uma economia alternativa viável e de uma nova ordem social em escala mundial, como um ideal realístico que pode ser abordado gradualmente em circunstâncias variáveis.” (p. 109).

A versão de socialismo de Tom não era, portanto, nem a de um fundamentalista, nem a de um *realpolitiker*; era cautelosa, falibilista e aberta a novos *insights* dos pensamentos feminista e ecológico. Seu socialismo era alimentado por um impulso igualitário que chamava a atenção de todos os que o conheciam como sendo um elemento central de seu estilo pessoal. Como muitos no Ocidente, ele era levado por uma preferência plenamente racional para o socialismo descentralizado baseado na autogestão, em detrimento de uma centralização estatal que apostava, mais do que poderia ser justificado, no sistema iugoslavo e nos prospectos de uma revolução semelhante no Leste Europeu e na União Soviética. Mas ele nunca percorreu o caminho fácil, de muitos socialistas ocidentais, de descartar o “socialismo existente” como algo sem nenhuma relevância para seus projetos intelectuais e políticos. Nisto, assim como em muito mais, permaneceu completamente lúcido e honesto, comprometido com as vocações tanto da ciência quanto da política.

**UMA EXIBIÇÃO CIENTÍFICA DOS PAMPAS
(APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA
DA FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES
DO MUSEU DE LA PLATA)***

*Irina Podgorny***

"Toute ces vielleries-là ont une valeur morale"
Charles Baudelaire (citado por W. Benjamin)

INTRODUÇÃO

O aparecimento da atitude de dispor as coisas em um lugar de uma maneira deliberada, para criar a possibilidade de compreender

* Este artigo é o resultado da conferência "A quem entregar as relíquias nacionais?", ministrada no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, em Maio de 1997. Agradeço aos comentários do auditório, de Pedro Paulo A. Furnari, Siân Jones e José Antônio Pérez Gollán. De todo modo, a responsabilidade do que aqui escrevo segue sendo minha. Parte da bibliografia que cito foi adquirida graças a um subsídio do DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico), que mediante uma bolsa de pós-doutorado, possibilitou minha estadia no Ibero-Amerikanisches Institut de Berlim para revisar o Arquivo Lehmann-Nitsche, em 1994 e 1995.

Tradução de Marina R. Cavicchioli.

** Pesquisadora do CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas), Departamento Científico de Arqueología do Museu de La Plata, Paseo del Bosque s.n., 1900. La Plata, Argentina. E-mail: podgorny@criba.edu.ar

um todo maior e para ilustrar a distância entre o antigo e o moderno, é um fenômeno peculiar da história européia. Estes espaços que, invocando as musas, foram chamados museus, remontam ao Renascimento, com as câmaras de estudo ou *studiolo* e os gabinetes de raridades dos príncipes. Em contraste, hoje um museu designa uma coleção de objetos apresentados ao público geral sob a forma de exposições permanentes, de um modo geral ligadas, por sua origem, à definição de uma ciência, uma história e uma arte nacionais, no marco dos Estados-Nação do século XIX¹. Neste contexto, os tesouros pessoais passaram do deleite e contemplação privados a uma publicidade e uma ordem que se criava com eles. Em suma, um museu moderno implica tanto esta relação estável ou permanente entre a coleção e o espaço público onde se exhibe, quanto a ficção – criada através dos objetos – de um macrocosmo contido em um microcosmo.

No campo dos estudos culturais, a análise do colecionismo ocupa vários volumes, seja como fenômeno ligado às obsessões individuais, seja como história da formação das coleções patrimoniais dos museus das nações contemporâneas. Neste último caso, o colecionismo tem sido relacionado com as construções das identidades nacionais, dado que – como vimos antes – a passagem das coleções privadas para os museus públicos comporta a criação de novos hábitos civis ditados pela ordem da Nação. Enquanto as coleções privadas tiveram – e têm – um acesso, uma visibilidade, restritos às múltiplas vontades dos donos, as coleções dos museus modernos foram – e são – públicas por definição. Os regulamentos de sua exibição adotaram fórmulas semelhantes em todos os países: horários, visitas, entrada e acesso livre para aqueles que

¹ O caso de von Tschudi na Alemanha e a construção das pinacotecas nacionais com a compra de arte moderna francesa constitui um dos melhores exemplos da relação do Estado moderno com a construção do patrimônio nacional que não necessariamente implicava conteúdos locais e sim, pelo contrário, referências universais. Cf. HOHENZOLLER, Johan Georg Prinz von e SCHUSTER, Peter-Klaus. *Manet bis Van Gogh. Hugo von Tschudi und der Kampf um die Moderne*. Munique/Nova Iorque, Prestel, 1997.

acatam as regras civis do lugar. Falta distinguir entre o caráter público da exibição nos museus e o domínio sob o qual se encontra sua administração, já que no século XIX surgem os museus estatais mas também – e com igual importância – os museus abertos ao público ainda que administrados por organismos privados.

Assim, os museus podem entender-se como um dos espaços, através dos quais o mundo burguês não somente criava as categorias de “povo”, “infância” e “etnias estrangeiras”, como também assumia sua tutela política e sua representação simbólica. No campo da antropologia – uma das disciplinas científicas que se construiu como mediadora entre o mundo burguês e o “povo”, as “etnias estrangeiras” – o papel da história das coleções e das atitudes de colecionar tem sido definido como “(...) *central to an understanding of how those social groups that invented anthropology have appropriated exotic things, facts and meanings*”². Ao mesmo tempo, a natureza e os territórios não explorados pelo olho europeu se incorporavam através da expedição, da escrita do diário e das coleções das mostras que faziam os viajantes³. A ordem dada às coleções antropológicas/etnográficas e as zoológicas/botânicas revela, neste sentido, como as coisas pertencentes àqueles universos demandaram significado para os grupos que no século XIX começaram a dispor delas⁴.

² CLIFFORD, James (ed.). “Objects and selves-and after word”, in STOCKING, George (ed.) “Objects and others. Essays on Museums and material culture”, in *History of Anthropology*, n. 3. University of Wisconsin Press, p. 240, cursivas no original, 1985.

³ PRATT, M.L. *Imperial eyes*. Londres, Routledge, 1992.

⁴ Uma bibliografia incompleta sobre colecionismos e museus poderia incluir: A. V. V. *Wunderkammer des Abendlandes. Museum und Sammlung im Spiegel der Zeit, Kunst – und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland*, Bonn, 1994; FLORESCANO, Enrique, *El patrimonio cultural de México*. México, FCE, 1993; GROTE, Andreas (ed.). *Macrocosmo in microcosmo. Die welt in der stube. Zur geschichte des sammelns, 1450 bis 1800*, Opladen, Leske e Budrich, 1994; HILL BOONE, Elizabeth (ed.). *Collecting the pre-colombian past. A symposium at Dumbarton Oaks*, Washington, Dumbarton Oaks, 1993; KAPLAN, F. S. (ed.). *Museums and the making of “ourselves”. The role of objects in national identity*. Londres/Nova Iorque, Leicester University Press,

O colecionador e a coleção

“Até Pavlov deveria ter se ocupado do colecionismo.” (Walter Benjamin)

O surgimento do “coleccionador” do século XIX chamou a atenção de Walter Benjamin, tal como aparece na sua coleção de escritos *Das passagen Werk*⁵. Benjamin se referia ao colecionador de coisas/objetos, que desenvolvia sua atividade como obsessão burguesa privada, tão curiosa que, inclusive, se pudesse explicar em termos de reflexos instintivos. Nestes escritos, Benjamin cita algumas opiniões sobre o colecionar como atitude ligada a obsessões da velhice, mas não deixa de reparar que também pode ser uma atitude caracteristicamente infantil⁶. Para Benjamin, no entanto, o decisivo do colecionismo consiste em que o objeto tenha sido esvaziado de todas as suas funções originais para entrar em uma relação a mais estreita possível com outros objetos similares a ele. Esta relação, por outro lado, é exatamente oposta à utilidade que cai

1994; MORALES MORENO, Luis Gerardo. *Orígenes de la museología mexicana. Fuentes para el estudio histórico del Museo Nacional, 1780-1940*, México, Universidad Iberoamericana, 1994; MORAN, F. e CHECA, M. *El coleccionismo en España*. Madri, Ensayos Arte Cátedra, s.d.; PEARCE, S. *On collecting*. Londres, Routledge, 1995; SCHAER, Roland. *L'invention des musées*, Paris, Gallimard, 1993; SHEET-PYENSON, S. *Cathedrals of science*; SHERMAN, D. & ROGOFF, I. *Museum culture*, Londres, Londres, 1994; STOCKING, George (ed.). *Objects and others. Essays on Museums and material culture*. History of Anthropology, 3. University of Wisconsin Press, 1985; THEEWEN, G. *Obsession collection. Gespräche und Texte über das Sammeln*, Colônia, Odeon Verlag, 1994.

⁵ Benjamin, W. “Il collezionista”, in *Das passagen Werk*. S.I., 1982; edição italiana *Parigi, capitale del XIX secolo. I “passages” do Parigi*, edição de Rolf Tiederman, Torino, Giulio Einaudi, p. 266-278, 1986.

⁶ Opinião à qual aderem entre outros, RICHTER, D. *Il bambino estraneo. La nascita dell'immagine dell'infanzia nel mondo borghese*. Firenze, La Nuova Italia, 1992.

sob a categoria singular da integridade (completude), que consiste na intenção de superar a absoluta irracionalidade da mera presença do objeto através de sua inserção em uma ordem histórica nova e criada propositadamente: a coleção. Essa arbitrariedade assinalada por Benjamin e a nova ordem criada pela coleção trazem, desta forma, um ato de ruptura com a ordem prévia. Em conseqüência, a idéia de estudar a coleção como microcosmo implica a análise da concepção da ordem natural que a rege mas também a análise das rupturas, da ordem e dos conflitos sociais que as sustentam.

A passagem da atitude de colecionar da esfera individual à estatal é um aspecto que se menciona de passagem ou como se fosse parte de um processo natural. Entretanto, esta passagem comporta aspectos a maioria das vezes inseparáveis um do outro: por um lado, a apropriação e criação dos objetos por parte das instituições, por outro, a “entrega” dos mesmos por parte dos seus depositários anteriores. Este último remete à emergência, a um hábito diferente aos de presentear, trocar ou roubar simetricamente entre os indivíduos. Finalmente, a adoção, por parte do Estado, da necessidade de colecionar não é um ato que se possa reduzir a instintos nem ligar a obsessões individuais. Ainda que as mencionadas obsessões tenham sido promovidas por pessoas reais, muitas vezes se esquece que essa passagem contém um ato de violência estatal: a conquista de um território, a dominação de um grupo, a morte dos indivíduos vivos, a internacionalização por coerção ou consenso de determinadas regras sociais.

Surge aqui o problema da relação entre o colecionador, o colecionado e o Estado, que, desde o próprio momento em que emerge, cria tipos de colecionadores em função dela mesma. Ou seja, quando nos diferentes Estados modernos parte de seus promotores começam a acreditar na necessidade de assumir o papel de curadores das “coleções nacionais”, os colecionadores particulares vão começar a moverem-se em relação a uma lei/regra que amplia ou restringe o campo do colecionável no privado. O colecionador pode sobreviver como indivíduo não cooptado pelo Estado, mas,

de todo modo, o objeto de coleção estará desde então relacionado nos códigos que regulamentam a propriedade civil e pública⁷.

Ao final do século XIX – ao menos no contexto argentino – é comum o caso de políticos colecionadores que transformaram suas obsessões em preocupações do Estado e promoveram a transformação de suas coleções em museus públicos a cargo do erário estatal. Se isto ocorre – e só a partir deste momento – é a instituição chamada museu que começa a mediar a relação Estado/colecionador/objeto. Entre os colecionadores cooptados pelos museus, aparecem as figuras que se dedicam – como trabalho – à recoleção para estes, como os viajantes naturalistas contratados e os viajantes naturalistas independentes que vendem à melhor oferta⁸. Ao mesmo tempo, a institucionalização das ciências naturais da Antropologia/Arqueologia transforma o colecionador – que muitas vezes é o único que tem um conhecimento prático sobre o objeto de coleção – em cientista e em professor.

Por outro lado, a relação entre o Estado e as coleções de plantas e animais, sem a intermediação de um doador nem de um indivíduo colecionador, cria a ficção de que o colecionado procede de um vazio ou de um deserto onde a natureza houvesse se extinguido ou se entregado para ser exibida. No entanto, a violência do ato político da formação das coleções, essa irracionalidade que Benjamin atribuiu à criação de qualquer coleção, é percebida na atua-

⁷ Isto não se aplica nem a todas as coleções nem a todos os objetos/sres colecionáveis – que, na sociedade de consumo, pode ser toda coisa móvel – mas aos objetos que passaram a ser considerados “gerência nacional” e sobre os quais os indivíduos foram perdendo direito de propriedade frente ao Estado.

⁸ A existência de viajantes que colecionavam para vendê-la aos colecionadores particulares metropolitanos não está exclusivamente ligada aos museus. Pelo contrário, são empresas comerciais independentes. Os museus adotam essa prática às vezes sem a modificar em nada – como mais um cliente –, outras imitando a empresa comercial e se fazendo de empregador exclusivo do viajante. Um desses agentes é analisado em PÉREZ GOLLÁN, José Antonio. “Mr Ward en Buenos Aires. Los museos y el proyecto de nación a fines del siglo XIX”, in *Ciencia Hoy*, v. 5, n. 28, p. 52-58, Buenos Aires, 1995.

lidade e às vezes denunciada como um problema ético. O questionamento contemporâneo provém dos “herdeiros” daqueles que alguma vez entregaram seus objetos e/ou corpos⁹. Tais reclamações podem agrupar-se segundo sua origem nas seguintes fontes: grupos indígenas que reclamam os restos de seus antepassados e as relíquias funerárias associadas; comunidades regionais que reclamam ao Estado nacional; Estados nacionais que reclamam a outros; associações profissionais frente a particulares (traficantes de antiguidades, colecionadores); grupos ecologistas contra traficantes de animais.

No entanto, falta assinalar que o questionamento ao colecionismo de objetos de outras culturas e/ou animais não é tão recente nem se originou dos movimentos indigenistas ou eco-feministas. Pelo contrário, ao examinar a história das coleções de história natural surge uma visão mais complexa: a crueldade do colecionador foi denunciada já no início do século XIX no contexto das sociedades defensoras dos animais e no início do século XX, no gênero de literatura moralizadora para crianças. No primeiro caso, o início do século XIX na Inglaterra foi testemunho de intensas campanhas contra os entomólogos britânicos¹⁰. No segundo, o tropo do colecionador como desmembrador de seres indefesos tendia a corrigir as tendências das crianças à crueldade¹¹. Ainda

⁹ MAUCH MESSENGER, Phyllis (ed.) *The Ethics of collectig cultural property: whose culture, whose property?* Albuquerque, University of New Mexico Press, 1989.

¹⁰ LARSEN HOLLERBACH, Anne “Of sangfroid and sphinx moths: cruelty, public relations, and the growth of entomology in England, 1800-1840” in *OSIRIS*, segunda série, 1996, n. 11, p. 201-220; TURNER, James *Reckoning with the beasts: animals, painand humanity in the Victorian mind*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1980.

¹¹ Em “O colecionador de mariposas”, a menina protagonista do conto é capturada enquanto dorme, dissecada e atravessada com um alfinete enorme para engrossar a coleção de um gigante que prepara crianças com asas para seu deleite privado. A dor causa seu arrependimento e a compreensão com relação às mariposas que ela havia preparado da mesma maneira. Frente a isto, liberta-se e desperta do pesadelo prometendo nunca mais realizar estes atos contra os mais

que nada se dissesse sobre o direito de dispor dos mortos nem dos objetos sagrados de outras sociedades, ao menos no caso argentino¹², a crueldade do ato de matar para colecionar ou de profanar tumbas não escapa dos mesmos colecionadores que – como será visto a seguir – colocam-se na situação de justificar seus atos em função do engrandecimento da ciência e da Pátria.

O Museu de La Plata é um dos casos mais claros para analisar tanto a passagem das coleções privadas ao patrimônio público como a criação da necessidade de uma instituição que “nacionali-

frágeis. Em “La crueldad” (BUNGE, C. O. *Nuestra Pátria*. Buenos Aires, Estrada, p. 413-417, 1910) também aparece o tropo do gigante que amarra o menino e brinca com este até deixá-lo quase morto, para explicar que os animais também sofrem. A bondade com os animais não é mais que um exercício para direcionar estas crianças ao bem da coletividade social: a natureza é o único prazer dos pobres e atacá-la pode entregá-los à degradação e às paixões atávicas.

¹² Na Argentina, a pedagogia propiciava a aparição da atitude de colecionar como parte da relação com a natureza. Esta pedagogia foi defendida entre outros por Víctor Mercante – então diretor da seção pedagógica da Universidad Nacional de La Plata – e Rodolfo Senet. Entre as obras em que defende a idéia de educação de e pelos sentidos se encontra: MERCANTE, V. *Metodología de la enseñanza primaria*. Buenos Aires, Cabaut, 1911. Em 1905, o Ministro da Instrução Pública da Nação, Joaquín V. González, fez publicar pela biblioteca técnica do Ministério *El joven coleccionista de Historia Natural en la República Argentina*, de Eduardo Ladislao Holmberg. Neste livro – no qual curiosamente Holmberg evita com sistematicidade toda menção tanto ao Museu de La Plata como à obra de seu diretor e seus pesquisadores – instrui os estudantes, passo a passo, como caçar, matar e conservar plantas e animais. Também lhes recomenda coleções de referência, autores argentinos e estrangeiros para serem tomados como exemplo. Mesmo se dedicado “aos meus jovens compatriotas”, o silêncio que reina sobre o Museu de La Plata e a inimizade pessoal entre Holmberg e Moreno (cf. cartas de Félix Lynch a Moreno 08.5.1887, publicadas em *Obras Completas* de Ameghino, n. 20, p. 414, 1935) fazem suspeitar que este livro está dirigido a Moreno. Caso isto seja verdade, o Ministro da Educação da Nação fez imprimir como obra pedagógica um panfleto resultante de enfrentamentos científicos, dos quais não era desvinculado. Falta dizer também que o manual de Holmberg é tecnicamente perfeito e foi redigido em uma prosa rápida, fácil e divertida. O livro estabelece cumplicidades com o leitor através de múltiplas paródias dos colecionadores que distorciam a realidade e a natureza para sua própria egolatria.

zasse” os fósseis, os jazigos, a cultura material e os povos indígenas que estavam sendo exterminados¹³. Este processo teve lugar ao mesmo tempo em que as organizações das disciplinas criavam estes objetos de estudo. Por outro lado, o criador deste Museu difundiu uma imagem sobre a origem do mesmo como resultado de um desenvolvimento evolutivo pessoal: desde uma obsessão infantil herdada de sua linhagem patricia até um ideal patriótico adulto¹⁴.

O objetivo deste trabalho é apresentar brevemente a passagem das coleções particulares ao Museu de La Plata até 1913, analisando como a ordem que lhes dá legitimidade é a ordem do Estado. As funções outorgadas a um dos museus fundados na etapa de formação da Argentina moderna permite entrever o processo que levou a construção de um público e de uma comunidade nacional mediante a instituição de um imaginário científico.

A CONQUISTA DO DESERTO E A ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS ARGENTINAS

Em 1879, durante a presidência de Nicolás Avellaneda e sob as ordens do Ministro da Guerra e Marinha, Júlio Argentino Roca, foi conquistado o território índio pampeano mediante o extermínio sistemático da população indígena¹⁵. No ano seguinte, após subju-

¹³ Cf. PODGORNÝ, I. “Huesos y flechas para la Nación: el acervo histórico de la Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata”, in *(Entre)Pasados*, n. 3, p. 157-165, Buenos Aires, 1992; *Arqueología educación: la inclusión de la Arqueología pampeana en la educación argentina*. Tese apresentada para obter o título de Dra. em Ciências Naturais na Universidad Nacional de La Plata, 1994; “De razón a facultad: ideas acerca de las funciones del Museo de La Plata en el período 1890-1918”, *Ruma*, n. 2, p. 89-104, Buenos Aires, 1995.

¹⁴ MORENO, F. P. *Por un ideal*. Buenos Aires, s.d. Esta imagem não somente foi aceita como também é citada com orgulho nas biografias hagiográficas de Moreno.

¹⁵ No discurso pronunciado ante as câmaras pelo Ministro da Guerra e Marinha, Júlio A. Roca sobre a translação da fronteira sul em direção aos rios Negro e Neuquén, em 14 de Agosto de 1878, o problema da expansão e da segurança

gar uma nova resistência armada da província de Buenos Aires¹⁶, Roca, o conquistador do deserto, foi eleito presidente da República. A vitória das armas nacionais tornou possível separar da província a sua capital, cujo território e alfândega foram, por fim, federalizados. A cidade de Buenos Aires seria, desde então, a Capital da Nação. Desta maneira, o triunfo de Roca foi também um triunfo do Estado central ou, citando as palavras do novo presidente, o *imperium* da nação tinha conseguido impor-se ao *imperium* da província. Durante seu governo se ocupou também o território patagônico e, em meados da década de 80 do século passado, o Chaco era a única zona do atual território argentino que se encontrava sob domínio dos indígenas. Em 1884, outra campanha do Ministro da Guerra e Marinha, encabeçada pelo novo titular do mesmo, Benjamín Victorica, foi o início do controle nacional das terras dos tobas, mocovíes, maticos e vilelas.

A década de 80 do século XIX, na Argentina, correspondeu a um crescimento econômico, que se traduziu em um estado de ânimo coletivo de confiança e otimismo. A “entrega” da capital histórica da província de Buenos Aires à Nação se comparava com a invenção de uma capital totalmente nova a sessenta quilômetros da antiga: a cidade de La Plata. O monumental – e onerosíssimo – centro administrativo idealizado pelo governador da província, Dardo Rocha, iria se completar com a criação de um porto que, acreditava-se, iria deixar para trás o de Buenos Aires. La Plata surgia em 1882 no deserto do Pampa, conquistado, aparentemente, para a Argentina do futuro.

da fronteira já não era um problema dos pecuaristas nem das províncias e sim um “problema argentino” e que deveria ser resolvido pela Nação.

¹⁶ Uma bibliografia sobre a organização nacional e o contexto histórico anterior ver: HALPERÍN DONGHI, Tulio. “Uma Nação para o Deserto Argentino”. Prólogo ao *Proyecto y construcción de una Nación (Argentina 1846-1880)*, Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1980; MYERS, Jorge. *Orden y virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Bernal, Universidade Nacional de Quilmes, 1995; OSZLAK, O. *La formación del Estado argentino*. Editorial de Belgrano, Buenos Aires, 1990.

Organizar a Nação Argentina implicava, entre outras coisas, a constituição de uma cidadania que respeitasse e aceitasse a idéia de estar unida por algo que transcendesse a lealdade e os laços familiares e particulares. Ou seja, era necessária a criação de uma sociedade e de uma cultura argentina. Esta tarefa supunha, além da organização territorial e da unificação monetária, a submissão dos diferentes grupos étnicos e regionais ao poder dessa nova entidade, a criação de uma história e de um passado comum e a aceitação de um corpo legal que regeria a vida civil da Nação. Desta maneira, ciência, educação e organização jurídica consolidaram as bases da estrutura nacional.

A partir da década de 60, estabeleceram-se as seguintes instituições científicas e universitárias: o Departamento de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (1865), que compreendia o “ensino das matemática puras, aplicadas e da história natural com o fim de formar em seu seio engenheiros e professores” e a contratação de professores para tal fim¹⁷; a Academia de Ciências de Córdoba (1873) para desenvolver investigação, docência e publicações; e a Sociedade Científica Argentina (1872), com o fim de organizar conferências, ditames, discussões sobre os temas científicos da atualidade e de contribuir para as viagens exploratórias da Patagônia e a outros territórios. Esta sociedade, deste modo, instituiu o congresso Científico Latino-Americano em 1898 e a publicação de outra revista científica: os Anais da Sociedade Científica Argentina¹⁸. Já em 1864 tinham começado a circular os Anais do Museu de Buenos Aires e em 1879 se instituiu o Instituto Geográfico Argentino e o Instituto Geográfico Militar. Todas essas instituições tendiam à exploração, ao conhecimento e domínio científico do território.

Em 1869 realizou-se o primeiro censo nacional, que indicava uma população de 1.877.490 habitantes distribuídos em um território “acosado por la extension”, ou, em termos menos literários, não

¹⁷ BABINI, J. *Historia de la ciencia en la Argentina*. Solar, Buenos Aires, p. 127, 1986.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 140-143.

dominados pelo Estado nacional. A estima conjectural da população indígena da Patagônia beirava os 24.000 habitantes. Segundo os números oficiais, do genocídio de 1879 sobreviviam apenas 10.000 aborígenes refugiados para a “fronteira natural”, o sul do Rio Negro.

A “Viagem à Patagônia Austral” de Moreno e o informe de Zeballos: descrições do deserto anteriores a sua conquista ou viagem ao ossário antropológico

“Con estas reflexiones, los poetas modernos que no alinean palabras en verso, sino objetos naturales en series que das causas, penetran en el osario antropológico. (...)De todos los ángulos del vasto panteón, os miran sin ver, un millar de cráneos humanos, son sus ojos hecos, negros, sombríos y siempre fijos” (D. F. Sarmiento, El Museo Antropológico Argentino)¹⁹

Cabe destacar que a exploração da Patagônia e do território indígena precedeu ao domínio real do mesmo por parte do estado argentino. Entre outros, em 1867, Luís Piedra Buena organizou uma expedição com o fim de reconhecer o rio Santa Cruz e, de 1869 a 1870, George Chaworth Musters – marinheiro inglês – atravessou o território patagônio de um extremo ao outro: desde Punta Arenas – Chile – a Carmen de Patagones – Argentina. Em 1877 tiveram lugar as viagens à Patagônia austral de Mr. Ellis, um explorador inglês; de Francisco P. Moreno e Carlos Moyano, argentinos; do tenente da marinha chilena Tomás Rogers e seus companheiros Contreras e Ibar; de Deville Massot, Bonafé, Gouttes e Beerbhom. Em 1879, um colono de Chubut empreendeu o reconhecimento do Puerto Deseado, Santa Cruz e do Rio Chico. Ramón Lista realizou sucessivas viagens de reconhecimento entre 1877 e 1880, enquanto Estanislao Zeballos se embrenhava na zona

¹⁹ Em *Obras completas, discursos populares*, n. 22, p. 135-136. Buenos Aires, Luz del Día, 1951.

recentemente conquistada em 1880. Algumas destas viagens de reconhecimento eram empreendimentos sem apoio de funcionários, enquanto que muitos dos outros eram patrocinados por empresas interessadas na exploração da zona, desde instituições tais como a “Sociedade Científica Argentina” ou o governo nacional. Nestes casos, a retórica que o explorador utilizava para solicitar apoio à sua viagem combinava os seguintes argumentos: a resolução de um dos vários problemas científicos; a descoberta de riquezas minerais e de vias de comunicação entre os Andes e a costa atlântica e a defesa da grandeza e da integridade territorial argentina frente às pretensões do Chile²⁰. Por outro lado, para os exploradores, a imagem do museu – um museu imaginado – era o resultado e o motor da viagem. Coletores para um museu que não existia, na escrita do viajante, a fictícia instituição justificava tanto a profanação de tumbas como o risco de vida para formar as coleções.

Por sua relação com a política argentina da época, os relatos de Francisco P. Moreno e Estanislao Zeballos pedem uma singular relevância. Moreno empreendeu, entre 1875 e 1877, sucessivas viagens à Patagônia, resultando delas várias publicações²¹, um informe lido frente à Sociedade Científica Argentina (1876)²², um museu e um relato de viagens ao estilo do diário de Darwin publicado em 1879. A edição deste último foi adquirida por subscrição pública do governo nacional através de um debate na câmara em

²⁰ LISTA, Ramón. *Mis exploraciones y descubrimientos en la Patagonia 1877-1880*. Buenos Aires, Edição de Martín Biedman, 1880; MORENO, Francisco Pascasio. *Viaje a la Patagonia Austral*. Buenos Aires, s.d.

²¹ Entre outras: “Noticia de Patagonia”, in *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, n. 1, p. 101-102. Buenos Aires, 1876; “Apuntes sobre las tierras patagónicas”, in *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, n. 5, p. 189-205. Buenos Aires, 1878; “Recuerdos de las tolderías del Limay. Una leyenda araucana (Fragmento de “Viaje a la Patagonia Austral”, atualmente no prelo), in *Revista de Ciencia, Artes y Letras*, n. 1, p. 29-39. Buenos Aires, 1879.

²² MORENO, Francisco P. “Viaje a la Patagonia Septentrional”, in *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, n. 1, p. 182-197. Buenos Aires, 1876.

torno da conveniência de propiciar ao Estado as idéias de ressonância darwinista que impregnavam o livro²³.

No mês de novembro de 1877 a província de Buenos Aires tinha aceito tanto a doação de suas coleções como as condições que Moreno estipulava na ata da mesma, isto é: a criação de um Museu Antropológico e Arqueológico da Província, sua nomeação – irrecorrível, salvo por muitas justificativas – como diretor do estabelecimento, o aluguel de um local fixo para as coleções, a aceitação do regulamento redigido por ele e da designação de seus empregados requeridos e propostos também por ele (secretário e porteiro). Os salários e o aluguel seriam o único gasto que o Museu geraria ao cofre do Tesouro provincial, já que Moreno assegurava pagar os demais gastos (publicações, colocação de estantes, compra de objetos, livros e pagamento de empregados extraordinários) através da formação de uma “Sociedade Protetora do Museu”, da qual também tinha redigido o regulamento²⁴.

Da ata da doação sobressaíam duas coisas. A primeira, a fundamentação da estrutura sobre o tema principal: a utilidade à pátria de seus estudos de Antropologia e Arqueologia e do resultado prático dos mesmos. Na carta em que Moreno se dirige ao Minis-

²³ Uma quantidade de exemplares das edições de *Viaje a Patagonia Austral* de Moreno e o *Viaje al país de los tehuelches y exploraciones a la Patagonia Austral* de Ramón Lista foram adquiridas por subscrição do Poder Executivo, autorizada mediante uma Lei. Esta lei foi rejeitada na câmara por parte dos senadores por Córdoba e por Santa Fé. O primeiro alegava que “o Governo não podia tornar suas as teorias desse livro”, referindo-se às abundantes menções a Darwin. O segundo argumentava sobre o mau gasto do dinheiro público em situações de pouca fartura, considerando que tais atos deviam reservar-se para as épocas de prosperidade. A defesa da subscrição pública foi assumida por Aristóbulo del Valle, senador por Buenos Aires, recorrendo a argumentos de espírito e de adiantamento moral e intelectual das sociedades e da importância do conhecimento da geografia do território do país.

²⁴ “Fundación del Museo de La Plata” [Ata de Doação de don F. P. Moreno da Província de Buenos Aires; coleções de 8/11/1877], in GONZÁLEZ, Joaquín V., *Obras completas*, n. 14, p. 127-136. Buenos Aires, 1935.

tro do Governo, Vicente Quesada, considerava que o estudo da História Nacional do país devia iniciar-se “pelo conhecimento da origem de seus habitantes, de suas características anatômicas, morais e intelectuais, suas migrações, cruzamentos, distribuição geográfica e estado de sua civilização primitiva. Nossa História, senhor, não começa com a conquista européia”²⁵. A utilidade de se estudar a história do homem argentino residia na possibilidade de ajudar na submissão e pacificação das tribos aborígenes. Por outro lado, a criação de um museu onde depositar os “tesouros da história natural” do homem no território argentino era uma maneira de reservar para o país “a glória e o direito de dar ao mundo sua descrição”²⁶. Por tudo isso, o governo da Província de Buenos Aires devia assumir a proteção dos museus e de seus promotores.

O segundo aspecto destacável consiste em que a doação das coleções não implicava a perda do controle sobre as mesmas. Pelo contrário, no mesmo ato público Moreno se desprende delas mas se une para sempre e por ato do Governo a seu destino. Moreno determina, também que sua coleção não poderia “ser dividida em frações nem passar para outros estabelecimentos aos quais serviria de fundamento, não podendo nunca ser refundido em outro”. Em suma, Moreno adota o modelo de funcionamento dos museus privados (regulamentos, gastos e designações redatadas/afrentadas por particulares), mas como uma empresa subsidiada pelo Estado²⁷.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 127.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 129.

²⁷ O orçamento da Província de Buenos Aires de 1883 indica que o Museu Antropológico tinha os seguintes gastos: “Inciso 4º do Departamento de Governo, item 7º, Museu Antropológico”, 1 Diretor ao mês 5000, um ajudante 1000 e um porteiro 500, total 6500 ao mês ou 78.000 ao ano, mais os gastos gerais de “Departamento de Governo, inciso 6º: item 15”, aluguel da casa, 24.000 ao ano; item 16 gastos de oficina, 6000 ao ano. O total é 108.000 ao ano. O Museu Público gastava 193.800 ao ano. O Ministro de Governo ganhava 17.500 ao mês, isto é, 210.000 ao ano. *Presupuesto General de gastos y recursos de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires, Edição La República, 1883.

Em 1º de Agosto de 1878, abriu-se ao público o Museu de Antropologia da província²⁸ no quarto piso do Teatro de Colón. D. F. Sarmiento²⁹ – após subir setenta degraus bem contados de uma escada – visitaria e compraria o Museu com a Divina Comédia – na versão do século XIX ilustrada por Gustave Doré – chamando-a “a humana comédia segundo o jovem Moreno”. Pouco depois, ao escrever e publicar sua “Viagem”, Francisco Moreno ia construir a seguinte visão retrospectiva sobre a origem do Museu:

“Las hullas de esa marcha progresiva a la perfección, efectuada por medio y a impulsos de la lucha por la existencia estaban marcadas en las apartadas y misteriosas soledades, por obras portentosas, hijas del espíritu humano. Los gobiernos y corporaciones científicas, que de un siglo a esta parte se habían apresurado a reunirlos en grandiosos templos, dieron entonces nueva actividad a las investigaciones en su busca. El eco de ellas llegó a Buenos Aires, reforzando para mi humilde concurso a esos adelantos. Fruto de mis tareas ha sido la colección que he formado y que he tenido la honra de donar a mi patria para fundar ‘El Museo antropológico y Arqueológico de Buenos Aires’, del que soy Director y a cuyo desarrollo destinaré todos los años de mi vida.”³⁰

De fato, na “Viagem” podem seguir-se duas linhas: uma que conduz ao domínio da Patagônia pelo heróis da ciência e da pátria e outra que leva desde a infância de Moreno ao Museu Antropológico. Um dos aspectos mais interessantes da “Viagem à Patagônia Austral” consiste em que, neste texto, Moreno faz sua própria imagem de herói, comparando-se permanentemente com os exploradores da África (Livingsstone e a “descoberta” do lago Tanganyka) e com quem o precedeu na exploração do Rio Santa Cruz/Patagônia Austral, especificamente com Fitz Roy e Charles Darwin. Ainda que o tipo mais sacrificado e admirado de viajante

²⁸ TEJEDOR, Carlos. *Mensaje del Poder Ejecutivo de la Provincia a la Honorable Asamblea Legislativa. Buenos Aires, 1º de Mayo de 1879*. Buenos Aires, Coni, p. 29, 1879.

²⁹ Presidente da República Argentina entre 1868 e 1874.

³⁰ MORENO, F. P. Op. cit., p. 5.

fosse o dos exploradores polares, a imitação deles só pode realizar-se por ingestão de um fragmento encalhado nas margens do batizado lago Argentino. As pegadas de avanço da civilização argentina marcam-se com um trago de “Hesperidina”³¹, que atua – como a entonação de fragmentos de “Aida” – como fonte de valor de coesão do grupo expedicionário.

Outro dos temas relevantes do diário relaciona-se com seu papel de colecionador para seu museu particular e a consciência de profanador da ordem/harmonia natural que tal papel implica. As seguintes citações se referem a isso:

“Cerca de la comisaría nacional está situado el cementerio de la colonia y en él había sido inhumado mi amigo Sam Slick, buen tehuelche, hijo del cacique Casimiro Biguá (...) [en los viajes anteriores]. Consintió en que hiciéramos su fotografía, pero de ninguna manera quiso que midiera su cuerpo y todo su cabeza. No sé por qué rara preocupación hacía esto, pues más tarde, al volver a encontrarlo en Patagones, aun cuando continuamos siendo amigos no me permitió acercarme a él mientras permanecía borracho, y un año después, cuando llegué a ese punto para emprender viaje a Nahuel Huapi, le propuse que me acompañara y rehusó diciendo que yo quería su cabeza. Su destino era ése (...) Fue muerto alevosamente por otros dos indios, en una noche de orgia. A mi lleada supe su desgracia, averigüe el paraje en que había sido inhumado y en una noche de luna exhumé su cadáver, cuyo esqueleto se conserva en el Museo Antropológico de Buenos Aires; sacrilegio cometido en provecho del estudio osteológico de los tehuelches.”³²

“El destrozo que de sus tranquilos habitantes [pingüinos] hacemos en esta isla es grande. Veinte de ellos quedan en el fondo del bote, víctima del coleccionista y de las necesidades del estómago de sus tripulantes.”³³

“Mientras el hombre no ha penetrado en esta comarca, todo es soledad en ella, nada se mueve; los animales tranquilos cumplen con las

³¹ A bebida “Hesperidina” – aperitivo elaborado com cascas de laranja azeda – foi criada pelo Sr. M.S. Bagley.

³² MORENO, F. P. Op. cit., p. 92-93.

³³ Idem, ibidem, p. 156.

exigencias de la vida, reposan y se alimentan; pero la presencia de nosotros enemigos de casi todas las obras animadas, interrumpe hoy esa aparente soledad.”³⁴

Tanto na relação com os indígenas da Patagônia quanto com a natureza, os atos de Moreno adquirem uma dupla dimensão: rompem com a harmonia natural, acabam com ela, mas derivam de uma nova ordem: da pátria. Nesta está inscrito que é o colecionador quem guia irremediavelmente o homem a dominar a natureza. Assim, o destino da pátria leva Moreno a atuar contra a obra natural que ele mesmo – descrevendo o sentimento romântico frente à sublime natureza – admira em sua harmoniosa e estável perfeição.

Estanislao Zeballos, por sua vez, redigiu um informe sobre a facilidade de expansão da fronteira em direção ao Rio Negro como estudo prévio do projeto de lei que o Ministro Roca apresentaria ao Congresso Nacional. Baseando-se no estudo de relatos de outros viajantes, Zeballos argumentava que tal empresa estava pendente desde os fins do século XVIII. Zeballos dedicou sua obra aos “chefes e oficiais do exército expedicionário” com o seguinte fim: “demonstrar ao país a praticabilidade daquela empresa e proporcionar aos chefes e oficiais do exército expedicionário um conhecimento sintético da obra em que irão colaborar. V.Ex.a. [o ministro da Guerra e Marinha, general Julio Roca] me garantiu, além disso, que o Governo Nacional compraria a edição de minha obra em remuneração ao meu trabalho”. Convidado por Roca a ser parte da expedição, Zeballos rejeitou, alegando: “a viagem seria inútil indo com uma das colunas expedicionárias, porque apenas poderia examinar o itinerário dela; enquanto seria promissor, quando assegurada a ocupação do rio Negro e despejado o terreno, que eu possa realizar uma viagem desde o rio Negro até Mendoza e desde Mendoza até Buenos Aires, pelo deserto”³⁵.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 185.

³⁵ ZEBALLOS, Estanislao. *La conquista de las quince mil leguas*. Buenos Aires, s.d.

Paisagem depois da batalha: a natureza morta

A ocupação definitiva por parte do Estado argentino dos territórios indígenas dos Pampas e da Patagônia adaptou finalmente a estratégia de uma guerra ofensiva. A lei de fronteiras aprovada em 5 de outubro de 1878 estabelecia em seu artigo 8º: “Na medida em que avança a atual linha de fronteiras, far-se-ão medir as terras a que se referem os artigos anteriores³⁶ e levantar os planos respectivos (...), com designação de pastos, represa e demais qualidades, todo o atual se fará constar em um registro especial denominado “Registro gráfico das terras de fronteiras”. A chamada “conquista do deserto” – expansão da fronteira em direção ao rio Negro – foi levada a cabo entre abril e junho de 1879. Durante essa expedição foram mortos e aprisionados aproximadamente 14.000 indígenas. Acompanhados por uma comissão científica agregada ao Estado Maior Geral e integrada por Adolfo Doering – da Academia de Ciências de Córdoba –, F. Schulz, D.G. Lorentz e Gustavo Niederlein, o avanço da fronteira era também o do território classificado e relevado topograficamente para permitir o investimento de capitais³⁷.

³⁶ Ou seja, as terras que se ocupariam com a conquista e desde então seriam nacionais.

³⁷ “Tratava-se de conquistá-las no sentido exato da expressão. Não era questão de percorrer e dominar com grande aparato, mas transitoriamente, o espaço que pisavam os cascos dos cavalos do exército e o círculo onde chegavam as balas dos fuzis (...) Era necessário conquistar real e eficazmente essas 15.000 léguas, limpá-las de índios de um modo tão absoluto, tão inquestionável, que a mais assustadora das coisas do mundo, o capital destinado a vivificar as empresas agropecuárias, tivesse de fato que tributar homenagem à evidência; não deveria ter receio de se atirar sobre as pegadas do exército expedicionário e selar a posse pelo homem civilizado de tão dilatadas comarcas. Havia mais uma consideração que essa conquista fazia surgir. A administração superior, pelo feito mesmo de apoderar-se dessas regiões e as declarar submetidas à sua autoridade, aceitava todas as conseqüências e todos os encargos que essa autoridade acarretava. Afirmava que ela era a encarregada de policiar seus novos domínios, contraía a obrigação de fazer sentir, em todos os cantos, sua ação previsora

O inventário zoológico, botânico e geológico coube a esta comissão; não só implicou a coleta da fauna e flora, como também a nomeação, o batismo, do que até então pertencia ao mundo dos confins, para, desta maneira, incorporá-lo ao mundo da civilização. Já em Buenos Aires, agregou-se a tarefa de classificar as espécies observadas: Eduardo L. Holmberge (aracnídeos), Carlos Berg e Enrique Lynch Arribálzaga (insetos). Singularmente na descrição zoológica que segue a expedição ao Rio Negro faz-se evidente que a maioria das espécies já havia sido descrita anteriormente. Assim, ante a falta de novas espécies entre os vertebrados, Doering só pode homenagear os conquistadores do deserto e fundadores da Nação batizando com seus nomes a dois gastrópodes: o *Eudioptus avellanadae* e o *Plagiodontes rocae*, espécies de caracóis que vivem associadas na natureza e desde então arrastam consigo as bandeiras do avanço do Estado argentino³⁸.

Os indígenas vencidos se transformaram em parte do território e em parte dos resultados científicos da expedição militar. Os sobreviventes se constituíram em objetos de observação, ao mesmo tempo que sua cultura material e seus corpos passavam a formar parte daquilo sobre o qual agora tinha soberania a Nação e a ciência, tal como havia sido relatado entre outros por Hermann Ten Kate³⁹ e definido por Zeballos: “*Si la civilización ha querido que*

e protetora (...) A obra da administração vai principiar, não menos difícil, não menos gloriosa”. EBELOT. “Introducción”, in *Informe oficial de la Comisión científica agregada al Estado Mayor General de la Expedición al Río Negro (Patagonia)*. Buenos Aires, Ostwald y Martínez, p. XI e XXIV, 1881. Ortografia original.

³⁸ *Informe oficial de la Comisión Científica agregada al Estado Mayor General de la Expedición al Río Negro (Patagonia)*. Buenos Aires, Ostwald e Martínez, 1881.

³⁹ “*Au mois de juillet 1884 les tribes d’Inacayal et de Foyel, composées de cent quatre-vingts et quelques individus, se présentaient au Fortin Villegas, dans le territoire du Chubut, d’après les ordres du commandant du 7me de cavalerie, afin de témoigner de leur fidélité et de leurs sentiments pacifiques envers le gouvernement national.*”

ustedes [refiriéndose al ejército] ganen entorchados persiguiendo la raza y conquistando sus tierra, la ciencia exige que yo la sirva llevando los cráneos de los indios a los museos y laboratorios. La barbarie está maldita y no quedarán en el desierto ni los despojos de sus muertos”⁴⁰.

Desta maneira, os nomes de alguns grupos e dos caciques vencidos incorporaram-se à paisagem passando a ser o nome de acidentes geográficos. Assim Zeballos, em sua viagem aos territórios já conquistados, batizou com os nomes de Gerenal uma passagem, com o de Namuncurá um vale e com o Callvucurá um rio. Ficando sob custódia, as serras “da sociedade científica Argentina”, “do Instituto Geográfico”, “de Burmeister”⁴¹, “de Gould”⁴², “de

Le commandant envoya aussitôt à Buenos Aires une note das laquelle il disait qu'il avait pu venir à bout de la fameuse tribu rebelle d'Inacayal et qu'il la tenait prisonnière en attendant les ordres supérieur du gouvernement.

Quand l'ordre de la capitale arriva au Chubut de faire embarquer ces Indiens à bord du bateau à vapeur Villarino, en qualité de prisonniers, on les dépouilla de tous les chevaux et objets de quelque valeur qu'ils possédaient.

La traversée fut des plus pénibles pour ces malheureux, étant donné, le peu de spoins qu'on prit d'eux. Mais la douleurs la plus profonde qu'ils ressentirent fut quand à la boca, on leur enleva leurs enfants des deux sexes, por les répartir entre les familles argentines quei en faisaient la demande.

*Privés de leurs enfants et de leurs amis, seuls Inacayal, Foyel, Raimal et quelques autres échapperent à la répartition. Os les conduisit à Tigre où ils resterent et demie jusqu' à ce que le docteur F.P. Moreno, touche de leur triste sort, les demandât pour le service du Musée, où les femmes devaient enricher les collections ethnographiques par leurs travaux de tissage en même temps qu'on pouvait étudier leurs moeurs...”. TEN KATE, H. “Matériaux pour servir à l'anthropologie des indiens de la Republique Argentine”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 12, p. 31 e segs. Extracto de la Revista, 1904.*

⁴⁰ ZEBALLOS, Estanislao. *Viaje al país de los araucanos* [1881]. Buenos Aires, Hachette, p. 201, 1960.

⁴¹ Herman Burmeister (1807-1892), cientista alemão, diretor do Museu de Buenos Aires de 1862 até sua morte, tinha visitado os países da Plata entre 1856 e 1860. Burmeister dirigiu a Academia de Ciências de Córdoba entre 1873 e 1875.

Rawson⁴³ e “de Gutiérrez”⁴⁴, naturalizavam o controle científico da zona. Desta maneira, Zeballos – que havia sido promotor e fundador da “Sociedade Científica” e do “Instituto” – pretendia immortalizar sua própria obra, a sua geração e seus mestres.

Com respeito aos vestígios materiais indígenas que Zeballos disse ter recolhido nesta viagem, eles podem ser agrupados em dois tipos: o primeiro é constituído pelos objetos tais como escudo e documentação do cacicado de Callvucurá (indícios que destacavam a complexidade social e política dos grupos vencidos); o segundo, por restos dos corpos dos índios assassinados há pouco tempo. Tudo tem um destino, uma coleção para um museu inexistente:

“La Rosa Herrera⁴⁵ se había propuesto hacerme ver el campo de batalla a que he hecho referencia y obsequiarme con alguno objetos allí recogidos, para el museo de que ya todos se habían declarado co-lectores (...) A medida que nos acercábamos leía en los indicios del suelo la escena siniestra de que seis meses antes tuviera lugar allí mismo (...) caballos muertos, con su piel casi intacta todavía, lanzas rotas, aperos, ponchos y cadáveres de indios, todo apreciá aquí y acullá en esparcio desorden (...) Los cadáveres de los indios estaban aún en descomposición y la mayor parte tenía aún la carne adherida a los uesos y algunos conservaban fresca la cabeza, con pelo, y las facciones de la cara casi intactas (...) El correntino Salazar⁴⁶ tomó parte en este combate, y había derribado al cacique Gernal, comandante de los indígenas en la acción. Recordaba (...) que el indio había caído cerca de las barrancas del río, de suerte que era imposible no encontrarlo, interesándome vivamente, como sucedia por si cráneo. Lo hallamos, por

⁴² Benjamin Apthorp Gould (1824-1896), astrônomo americano, diretor do Observatório de Córdoba de 1870 – quando chegou ao país contratado para isso – até 1885.

⁴³ Guillermo Rawson (1821-1890), argentino responsável pela higiene, realizou seus estudos médicos na Universidade de Buenos Aires; foi professor da primeira cátedra de Higiene da mesma.

⁴⁴ Juan Maria Gutiérrez (1809-1878) foi Reitor da Universidade de Buenos Aires entre 1861 e 1874. Durante sua gestão foi criado o Departamento de Ciências Exatas.

⁴⁵ Um dos guias/acompanhantes de Zeballos.

⁴⁶ Outro dos guias/acompanhantes de Zeballos.

fin, y la identidad del cadáver fue en breve establecida por los soldados (...) Yo saqué el cráneo con seis vértebras lumbares. Es un cráneo de tipo araucano verdadero, por sus formas grotescas, sin simetría, deprimidas e sobresalientes, y pos su volumen notable. Conservaba aún la piel de tres milímetros de espesor en los parietales y frontal hasta la fosa nasal, con el más apartado refugio: en la inhabitable travesía.”⁴⁷

Um dos aspectos mais relevantes desta coleção de crânios e de restos de esqueletos consiste em que Zeballos atribuiu nomes próprios a alguns como se atribui às relíquias dos santos. A importância da identidade dada a esses restos – troféus – que logo doaria para o Museu de La Plata (vide infra) – só pode residir no mesmo nome com que se batizou os ossos: os caciques vencidos. O nome de Gerenal, por exemplo, não pode mais que evocar a esta “figura depredadora” que, como ele menciona, tinha sido plasmada já na literatura e nas descrições pictóricas do *malón*⁴⁸. A dominação que implica possuir um esqueleto que leva o nome daquele cuja imagem tinha sido tão terrível, encerra-se com o uso dos nomes dos caciques e de suas “dinastias” como títulos de livros posteriores de Zeballos. “Callvucura”, “Painé” e “Relmu”⁴⁹ deram seus nomes às crônicas de suas próprias derrotas.

Em suma, a dominação, as reflexões e observações sobre os restos das tribos indígenas tanto do passado como do presente não se separavam da natureza e adotaram inicialmente duas formas, separadas entre si mas não do todo: a construção de um tema literário; a construção de um objeto e de uma prática científica. Os aborígenes, como objeto de discursos científicos, foram analisados

⁴⁷ ZEBALLOS, E. Op. cit., p. 282-283, 1960.

⁴⁸ O *malón* era a apropriação pela força do gado de terras dos brancos. Os grandes *malones* começaram na década de 1820. Cf. MANDRINI, Raúl e ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires, Sudamericana. 1992. A imagem canônica do *malón* é a de Esteban Echeverría (1837) em *La cautiva* e no quadro “La vuelta del malón”, de Angel Della Valle.

⁴⁹ ZEBALLOS, E. *Callvucura y las dinastias de los Piedra*. Buenos Aires, Hachette, [1884] 1953; *Relmu reina de los Pinares [1888]: Painé y la dinastia de los zorros [1886]*. Buenos Aires, Hachette, 1952.

desde diferentes pontos de vista. Por um lado, como um dos obstáculos raciais do presente e do passado, que, se permanecessem, impediriam a consolidação de uma Nação moderna, por outro lado, como laboratório e prova das teorias sobre a sociedade e sobre a cultura vigentes nas novas instituições científicas argentinas. Deste ponto de vista, a constituição de uma visão científica sobre os “aborígenes” era, por outro lado, um passo para uma maior modernização do país. Modernização que incluía a criação dos museus para exibir a si mesma.

O MUSEU DE LA PLATA: O DESERTO EM UMA VITRINE

A onda de criação de museus no fim do século no rio da Prata deu lugar a projetos não realizados mas também à abertura do Museu de La Plata em 1888. Logo, em 1891, abrir-se-ia o Museu Histórico Nacional⁵⁰, em 1892 o Museu Naval de Nação, em 1896 o Museu Nacional da Belas Artes, em 1899 o Museu da Polícia Federal e em 1904 o Museu Etnográfico da Universidade de Buenos Aires. Estas instituições se somavam ao já existente Museu Nacional – fundado em 1823 como Museu Público de Buenos Aires –, ao agonizante Museu do Paraná, criado na presidência de

⁵⁰ “*Los límites de lo que debía ser parte de las colecciones del Museo Histórico Nacional eran los finales del siglo XVII. Según una descripción de lo que era posible observar en el Museo en 1910 se establecía: ‘Ante todo yendo nuestras observaciones por orden cronológico, poco o nada encontramos proveniente de la barbarie indígena anterior al descubrimiento o la conquista. Los recuerdos de este género no se han excluido por azar o por capricho, sino porque, en realidad, poco o nada debe a aquella barbarie la cultura argentina. Nuestra civilización es legítima descendente de las antiguas civilizaciones de Europa: Grecia, Roma, España. Más que sus ideales y conocimientos, los indios aportaron o sacrificaron generosamente a la cultura americana, su sangre, su preciosa sangre de pueblos libres u la sangre no se coagula en los museos sino hierve en las venas!’*” BUNGE, Carlos Octavio. *Nuestra patria. Libro de lectura para la educación nacional. Lecturas para 5° e 6° grados de las escuelas primarias*. Estrada Buenos Aires, p. 54, 1910.

Urquiza⁵¹, e ao Museu Zoológico, Mineralógico, Antropológico e Paleontológico de Córdoba, criado em 1885⁵². A fundação dos primeiros museus nos momentos que seguiram à organização do Estado nacional redundou na adoção de critérios de ordenação para os materiais que se incorporavam ao patrimônio dos mesmos. Com efeito, ao final do século XIX, criar um museu implicava não somente buscar uma grande quantidade dos mais diversos objetos, até então de pouco interesse geral, mas também lhes buscar uma apresentação adequada para a finalidade de sua exibição. Montar um museu significava, ao mesmo tempo, o ingresso no mercado internacional de objetos científicos⁵³, incluindo nestes as coleções, o instrumental, as publicações e todo o dispositivo móvel que colocaria os museus argentinos no mesmo patamar dos museus emblemáticos da modernidade. Os promotores dos museus criados entre 1880 e 1905 marcaram claramente as incumbências e objetivos de cada um em função das disciplinas e temas que cada instituição devia apresentar. Os campos da Arte, da Ciência, da Natureza e da História se formavam também a partir de sua exibição e da criação de um público para eles.

Em 1888, o Museu de La Plata abre definitivamente ao público, como centro de exposição e investigação e museu geral da nova capital da província de Buenos Aires⁵⁴, mas só por contingências

⁵¹ Cf. AUZA, N.T. "O Museu Nacional da Confederação", in *Investigaciones y ensayos*, n. 15. Buenos Aires, Academia Nacional da História, 1973; PODGORNÝ, I. "O museu sou eu. Alfred Marbais Du Graty na Confederação Argentina", in *Ciencia Hoy*, v. 7, n. 38, p. 48-53. Buenos Aires, s.d.

⁵² AMEGHINO, Florentino "Informe sobre o Museu Antropológico e Paleontológico da Universidade Nacional de Córdoba durante o ano de 1885", in *Boletín de la Academia Nacional de Ciencia de Córdoba*, n. 8, p. 347-360, 1885.

⁵³ PÉREZ GOLÁN, José Antônio. "Mr. Ward en Buenos Aires. Los museos y el proyecto de nación al fines del siglo XIX", in *Ciencia Hoy*, v. 5, n. 28, p. 52-58, Buenos Aires, 1995.

⁵⁴ Ainda na atualidade é considerado por sua temática principalmente como "museo de ciencias naturales". TERUGGI, M. *Museo de La Plata. Una centuria de honra*. La Plata, Fundación Museo de La Plata, s.d.

políticas esse feito se realiza em La Plata, promovido pela província de Buenos Aires. A história hagiográfica do Museu de La Plata pretende criar uma linhagem contínua com Moreno, o Museu Antropológico de 1877 e a cidade de La Plata. Entretanto, ao se federalizar a cidade de Buenos Aires, Moreno queria fundar um Museu Nacional na capital da nova Nação e mandar para a campanha – seja aonde fosse que se levasse a nova capital provincial – o Museu Público de Buenos Aires, dirigido então por Hermann Burmeister. Feito o projeto – no qual se associavam Moreno e Ameghino contra Burmeister – foi aprovado pelas câmaras de Deputados e Senadores nas sessões de 1881, aprovando-se uma mensalidade de 1000 pesos para sua fundação e investimentos. Não faltando mais que o decreto do governo Nacional organizando o Museu, que o Ministério de Instruções Públicas avalizou, uma crise ministerial postergou para sempre esta assinatura. O Museu Público de Buenos Aires passaria a ser então o Museu Nacional. Moreno não tem nenhum reparo em provincializar o projeto e, assim, em 1884, iniciou-se a construção do edifício do museu geral de La Plata, nova capital da província de Buenos Aires – o que haviam pensado Moreno e Ameghino para um grande Museu Nacional.

Em 1885, durante uma das múltiplas inaugurações do Museu de La Plata, Domingo F. Sarmiento anunciava a visão da geração política à qual pertencia e que se distanciava da condução do país:

*“Esta será en parte mi consolación al presenciar este espectáculo, asombro de los extranjeros que visitan estas playas, pues como los hombres públicos de mi edad, aunque nadie noa achague haber creado ciudades portentosas, ni Museos pelaeontológicos y antropológicos, como exposición científica de la Pampa, que ya desaparece a la sombra de los eucaliptos o baja el manto de doradas mieses, tuvimos por empresa despojarla de su prístina barbarie.”*⁵⁵

⁵⁵ SARMIENTO, D. F. “El Museo de La Plata. Discurso na inauguração de uma parte do Museu de La Plata, 20 de Julho de 1885”, in *Obras completas*, n. 22, Discursos Populares. Buenos Aires, Luz del Día, 1951: 302 (ênfase da autora).

A barbárie tinha sido vencida e agora só faltava encapsular seus restos nas vitrines do Museu de La Plata e nas novas instituições científicas que, junto à agricultura, co-ajudavam a governar, a povoar e a administrar o deserto. O Museu era percebido então como símbolo da divisão de águas de duas etapas na constituição da república e como monumento do futuro promissor do país⁵⁶, imbricava sua imagem com o estado de ânimo coletivo de confiança e otimismo resultante da crescente bonança financeira da Argentina na década de 1881. Neste último sentido, o Museu de La Plata se apresentaria no futuro como o monumento às pegadas da “evolução argentina”. O projeto arquitetônico, em estilo neoclássico, utilizando a ordem coríntia na fachada principal e o jônico na parte de trás pertencia aos arquitetos Carlos Heynemann e Enrique Aberg⁵⁷. O Museu de La Plata ia ser por muitos anos o único a ter um edifício especialmente construído para atender tal função.

Um museu criado em “uma cidade traçada na pampa lisa”⁵⁸ e que em poucos anos oferecia para admiração da Nação todo o encanto do triunfo sobre o deserto, tornava-se uma evidência material – tanto em termos paleontológicos quanto arqueológicos – tanto do que havia sido no passado como do que ia ser no futuro argentino. Na década de 1890, o museu que, retoricamente, concebia-se para o futuro, era uma instituição de exibição de grandeza argentina, uma grandiosidade que, igual ao museu, estava em contínua expansão e rivalizava, na América do Sul, com a expansão norte-americana. Desde as plantas geomorfológicas à cidade de La Plata, passando pelos índios, tudo foi concebido como “evidência” do processo evolutivo que Moreno não duvidava em qualificar de histórico. A história e a evolução argentinas levariam La Plata a

⁵⁶ MORENO, F.P. “El Museo de La Plata, Rápida ojeada sobre sus funcionamiento y desarrollo”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 1. La Plata, 1890.

⁵⁷ PAULA, A. de. *La ciudad de La Plata, sus tierras y su arquitectura*. Buenos Aires, Ediciones del Banco de la Provincia de Buenos Aires, 1987.

⁵⁸ WARD, H. “Los museos argentinos”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 1, p. 1-8, 1890.

uma letargia tal, que nos fins do século as vacas continuariam a passear pelas ruas da nova cidade⁵⁹.

O museu esteve sob a direção de seu idealizador e fundador Francisco P. Moreno até 1906, quando suas coleções e funcionários científicos e técnicos passaram a formar parte da nova Universidade Nacional de La Plata. A integração do Museu à instituição universitária fez com se somassem as funções estabelecidas por Moreno às propostas por Joaquim V. Gonzáles⁶⁰ com relação ao estabelecimento de ensino superior. O Instituto do Museu e as faculdades

⁵⁹ “Carta de Robert Lehmann-Nitsche a la madre, julio de 1897” publicada em CÁCERES FREYRE, J. “Homenaje al doctor Roberto Lehmann-Nitsche (1872-1972)”, in *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología*, n. 8, p. 7-19, 1972-1978.

⁶⁰ “Isto só forma, ao meu juízo, uma verdadeira universidade, entendida como na Inglaterra e Estados Unidos, onde este tipo de instituto não só são escolas superiores de ciências, como também centros de trabalho e investigação da natureza e de numerosos problemas práticos que interessam à vida e ao futuro econômico e social do país. O organismo que chamarei de Faculdade de Ciências sobre a base do Museu, compreenderia, pois, as seguintes articulações e membros que constituiriam cátedras, laboratórios ou sítios de trabalhos experimentais, nos quais tomariam parte os alunos segundo suas vocações:

MUSEU – Instituto ou Faculdade de Ciências

<u>Divisões</u>	<u>Materiais</u>	<u>Aplicações</u>
		a) Topografia
	1. Geografia	b) Cartografia e relevos
		c) Explorações
	2. Geologia	d) Investigações do solo, geological survey
		e) Mineralogia e mineração
1. Ciências Naturais e antropológicas		f) Análise em laboratório, bacteriológico e microbiológico
	3. Paleontologia	g) Modelação e preparações
	4. Botânica	h) Coleções escolares
	5. Zoologia	i) Desenhos gráficos e tipográficos
	6. Antropologia	j) Revista do Museu e Anais
	7. Lingüística	k) Biblioteca

resultaram no estabelecimento de cátedras, na contratação de novos professores e em uma nova rede de difusão e intercâmbio de idéias. A figura da “universidade moderna” estava em contraposição às que existiam em Buenos Aires e Córdoba; construiu-se a partir daí outras duas: a “vida universitária intra-muros” e a “extensão”⁶¹. O Museu de La Plata, em tal sentido, foi tomado como protótipo de como deveria se dar esta articulação: uma instituição monumental que auto-exibia o produzido em seu subsolo e laboratórios e que nacionalizava objetos e sujeitos. A vida universitária reviveu o projeto de La Plata e a cidade, desde então, vive associada a ela.

No esquema de González, o museu, como instituição científica e universitária paradigmática, gerava a exploração dos territórios anexados ao domínio da Nação, a exploração de seus subsolos e a incorporação do que nele se depositava ao patrimônio e à jurisdição pública. O Museu como centro explorador do território fez argentinos não só aos fósseis e aos sítios arqueológicos, mas também a várias coleções privadas. O Museu de La Plata, através de suas expedições e com as expedições de seu primeiro diretor, Francisco P. Moreno, como perito de limites, colaborou na afirmação da penetração do Estado nacional. Sua nacionalização, em 1906, junto com a da fraca Universidade Provincial de La Plata, consolidou o papel que já exercia como instituição de referência nacional.

A formação das coleções e a criação do público

Moreno, ao entretecer a história natural com a história nacional, tendia, através do “seu” museu, à redação e à apresentação de um “livro da natureza” diferente dos que se apresentavam nos outros museus de história natural do século XIX. Sua peculiaridade residia precisamente na inclusão encadeada dos feitos “naturais” do passado com os da indústria, as artes e o comércio do fim

⁶¹ GONZÁLEZ, J. V. Op. cit., p. 45-48.

do século, a fim de demonstrar a utilidade pública de sua obra. Cabe destacar que o Museu não estava composto somente pelos objetos que recolhia e armazenava em seus depósitos, mas também pela cultura no material e pela obra dos investigadores. A redação do livro da natureza cobrava duas formas não separadas entre si: a exibição e a edição/publicação científicas com leitores diferenciados, o povo inculto e a elite científica/política. O livro da natureza nacional não só pretendia revelar a ordem natural mas também reduzi-la a dimensões acessíveis ao entendimento dos cérebros incapazes de reconstruir por si só os desígnios da pátria.

a) Encher as salas

As coleções que contribuíram para a base ou fundo original do Museu de La Plata foram as mesmas que Moreno havia reunido para constituir em 1877 o Museu Antropológico e Arqueológico da província⁶². O volume destas coleções não era suficiente para

⁶² “Duzentos e cinqüenta e dois crânios humanos extraídos dos cemitérios indígenas do Valle do Rio Negro. Representavam vários tipos de raças atuais e extintas de Patagônios:

- Vinte crânios de indígenas atuais da Patagônia (Tchuelches e Pampa), um crânio de Huaspe (Calingasta);
- Dois crânios dos indígenas antigos do Valle de Calchaquí (Granadillas, Província de Catamarca), um crânio de indígena antigo da Província de Santiago del Estero (imediações do Rio Dulce);
- Um crânio de indígena incompleto do mesmo local;
- Um crânio de índio Toba (Gran Chaco);
- Um crânio de indígena da raça peruana;
- Um crânio de Malayo;
- Dois crânios de procedência ainda desconhecida. Estes crânios foram enviados pelo professor Brocca, mas a carta com os detalhes se extraviou);
- Seis crânios de europeus;
- Um crânio de menino mostrando a troca de dentição;
- Cinco crânios humanos;
- Seis moldes de crânios (em gesso) de Chiriquies, Chumorek, Aimarães, Quichuas, enviados por Quatrefages;

-
- Três moldes enviados pelo professor van Benden, de Lieja, representando o crânio e a cavidade cerebral do homem de Neanderthal e o crânio de Engis;
 - Quinze moldes de crânios enviados pelo Professor Pablo Brocca representando um esquimó, dois mongóis, um habitante de Singapura, um mande, dois de habitantes da caverna de Baye, época da pedra polida, três de Onoury, um de Quiberné, dois do dolmen de robina, um crânio de Euges, um crânio perfurado da caverna ou gruta de Baye, seis bustos em gesso pintados representando uma charrua negra, uma charrua mestiça, um *chimank* mulher, um *cheppwen* homem e dois *songos*, homem e mulher, enviados pelo Sr. Quatrefages, um índio *Moluche*, mumificado, recolhido próximo do Rio Negro, uma múmia exumada em Punta Walicho, “Lago Argentino”, Patagônia (Raça Fueguína), sete esqueletos mais ou menos completos de indígenas tehuelches e araucanos, um esqueleto de Europea, duzentos ossos largos, várias pélvis, sacros, omoplatas e outros ossos soltos do esqueleto extraídos dos cemitérios antigos do Rio Negro, uma coleção completa de trinta e sete exemplares da época da idade da pedra polida, da Dinamarca, representando punhais, facas, machados, martelos, pontas de lanças enviadas pelo Museu de Copenhague, uma coleção composta de vinte e seis instrumentos de pedra usados pelo homem quaternário da Bélgica e França enviados pelo professor E. van Benden, de Lieja, uma coleção composta de mais de quatrocentos objetos, tais como: arco, flechas, lanças, maçãs, machados, utensílios de uso doméstico, enfeites, etc., dos indígenas atuais do Gran Chaco, Pampas, Patagônia, Bolívia e Brasil, uma coleção de pontas de flechas em pedra, arpões de osso e enfeites feitos de moluscos e ossos de pássaros dos indígenas da Terra do Fogo, uma coleção de objetos pertencentes aos antigos habitantes da Província de Buenos Aires, representando armas de pedras e objetos de barro cozido, cinco mil (mais ou menos) sílex talhados representando pontas de flechas, dardos, raspadores, machadinhas, etc., dos antigos habitantes da Patagônia, colecionados no Valle del Rio Negro, Chubut, Puerto Deseado, Rio Santa Cruz, Estreito de Magalhães, etc.;
 - Uma coleção de trezentos e cinquenta objetos recolhidos nos Valles Calchaquies e Província de Santiago del Estero, representando armas de pedra e cobre, além de discos em cobre, morteiros de pedra, figuras de animais e humanas em pedra, vasos, jarrões e pratos em terra cozida e urnas funerárias;
 - Uma coleção de mais de mil fragmentos de cerâmica pintada, recolhidos nas margens do Rio Dulce, Província de Santiago del Estero;
 - Quatro jarros de barro cozido dos antigos Peruanos;
 - Cento e dez objetos pertencentes aos antigos patagônios, representando várias classes de morteiros, discos para triturar raízes e frutas, instrumentos para preparar os couros, boleadeiras, martelos, etc., recolhidos no vale do Rio Negro, Chubut e Santa Cruz;

-
- Várias amostras de cerâmica antiga dos Charruas, Minuanes, Corondas;
 - Quinze objetos antigos dos habitantes da Província de Salta;
 - Um grande fragmento de madeira pintada encontrado em um abrigo no “Lago Argentino” Patagônia;
 - Dois *cerom chilensis* (mamífero ruminante semelhante a um cervo), macho e fêmea, embalsamados, caçados nas margens do Rio Limay, próximo de Nahuel Huapi;
 - Um couro completo do mesmo animal e um crânio com cornos, caçado próximo da Cordilheira do Andes a oeste do “Lago Argentino”;
 - Um *Felis concolor* (puma) embalsamado;
 - Um *Canis pibatus* (aguara) adulto e um jovem, embalsamado;
 - Um listra da Patagônia, embalsamado;
 - Um condor macho embalsamado;
 - Um esqueleto de *Pontopina blumillis*;
 - Dez crânios, em partes, do esqueleto de diversos cetáceos que vivem na costa patagônia;
 - Sessenta crânios de mamíferos da República Argentina;
 - Vinte crânios de *Rhea Darwinii*;
 - Uma coleção de animais em álcool com mais de quinhentos exemplares;
 - Uma coleção de moluscos atuais da Patagônia;
 - Uma coleção de crustáceos e zoofitos patagônios, exóticos;
 - Cinco crânios *Otunás* (lobos marinhos), duas pernas de *Dinansis* da Nova Zelândia;
 - Um crânio, um fêmur, uma tibia, uma pélvis, um sacro, dois dentes caninos, várias vértebras e ossos das mãos do *Mastodon Humboldts*;
 - Um crânio completo, parte do esqueleto da couraça *Panochtus tuberculatus*;
 - Um crânio de *Glyptodon asper*;
 - Um ramo da mandíbula inferior de um glytodon (mamífero fóssil) jovem;
 - Ossos soltos de animais dos gêneros *Myrodon*, *Glyptodon*, *Foxodon*, *Ceclidolhensi*, etc., restos fósseis de mamíferos terciários patagônios;
 - Parte do esqueleto e da couraça do *Erestatus Sequini*;
 - Parte do esqueleto de uma grande tartaruga da época quaternária, ossos fósseis de cervos, etc., uma coleção de moluscos fósseis estrangeiros;
 - Uma coleção de moluscos fósseis argentinos;
 - Uma coleção de zoofitos fósseis;
 - Cinco caixas de insetos estrangeiros;
 - Um esqueleto de *Cervus lacandus* (rena) enviado pelo Sr. Don E. Van Volxen de Bruxelas;
 - Uma coleção de minerais argentinos;
 - Uma coleção de rocas para estudo;

completar as salas do monumental edifício que se destinava ao museu, que, com poucos funcionários e sujeito a demonstração de sua utilidade pública frente a cada novo governo, não terminava de se encher nem de organizar suas tarefas. A correspondência entre Moreno e Ameghino, no pouco tempo que ambos compartilharam no Museu, dá mostra dos conflitos que a montagem do museu significava:

“Iré el lunes al Museo y trataré de llevar a Paz. Conviene que ocupe con algo los salones que estén listos, es decir el inmediato a las antigüedades, así lo llenaremos (...) El domingo es muy probable que sea muy visitado el Museo, por gente que vaya a visitar a Paz (...) Están pasando tales cosas en ‘La Plata’ que es necesario vigilar nuestro establecimiento. Piense qué servicios puede prestar éste de utilidad pública inmediata. Yo lo haré por mi lado.” (carta 438)

“Necesitamos por lo menos doscientos cráneos e algunos esqueletos más oara que la galeria antropológica tenga buen aspecto. Además Spegazzini me dice el la costa del Sud de la Bahía abundan restos de cetáceos. Insisto en la conveniencia de las grandes fieras, y allí podría encontrarse algo (...) Necesitamos apurarnos para tener con qué llenar esos cientos de metros. En caso que lo halgamos, mucho me temo serias amonestaciones por el gasto, inútil por ahora, pero indispensable para nosotros (...) Mucho deseo que lle vaya bien por allí. Recuerde la necesidad de piezas grandes! No se ría.” (carta 453)

“Recomiende a Santiago que no descuide la caza y la busca de ojetos marinos (huesos de cetáceos y de otarias) y que averigüe si hay cerca algún esqueleto de ballena, aun cuando sea en estado de putrefacción. Un esqueleto de esta clase sería, bien armado, de sensación para la exposición.” (carta 477)⁶³

Entre os anos próximos do início das obras de 1884 e a última inauguração, em 1888, primavam a necessidade de peças grandes e

- Uma coleção de rocas recolhidas do interior da República e Território Patagônico.” (Escritura de doação de F. P. Moreno à Província de Buenos Aires para a formação de um museu antropológico a arqueológico, 8 de Novembro de 1877).

⁶³ AMEGHINO, Florentino. *Obras completas y correspondencia científica*, n. 20. La Plata, 1935.

da acumulação de objetos. As obras escritas por Moreno sobre o Museu de La Plata – informes sobre seus avanços – devem servir como mensagens à elite política que nunca estava disposta a crer nas vantagens de um museu monumental. Buscar peças e modos de exibição impressionantes era uma maneira de adular uma classe política tão inclinada aos sentidos como o homem das multidões argentinas⁶⁴.

Em 1907 – o Museu já se havia integrado à Universidade Nacional de La Plata – a *Revista do Museu de La Plata* inaugura uma nova série. Como no Número 1 da agora “Vieja serie”, “La dirección” dirige uma advertência “Ao leitor”. Nela adverte sobre a nova ordem em que se inscrevia a instituição e sobre a ordem com a qual está rompendo: o Museu deixa de ser “uma tumba pré-colombiana de exterior monumental”⁶⁵, o que equivalia a dizer, na linguagem antropológica da época, que havia deixado de ser uma tumba arcaica.

Ainda na segunda década do século o museu dispunha de salas vazias como para solicitar doações que as enchessem. Assim, em 1912 se incorporou o *Diplodocus Carnegie* frente às gestões da embaixada argentina em Washington, iniciadas por Lehmann-Nitsche, chefe da Seção Antropológica do Museu de La Plata⁶⁶.

⁶⁴ RAMOS MEJÍA, José María. *Las multitudes argentinas*. Buenos Aires, Kraft, [1899] 1952.

⁶⁵ *Revista del Museo de La Plata*, N.S. 1907.

⁶⁶ Na resposta oficial que Mr. Robert Woods Bliss (10 de Janeiro de 1911), então encarregado dos negócios da embaixada dos EUA em Buenos Aires, faz chegar a Lehmann-Nitsche comenta: “*I beg to acknowledge the receipt of your letter of the 5th instant relative to your desire to have Mr. Andrew Carnegie present to the museum of the La Plata a plaster model of the Diplodocus Carnegie similar to models already offered by Mr. Carnegie to various European museums. You state that there is at present at the museum vacant room suitable in size to accommodate the model your desire, and add that you believe it would not be difficult to obtain the model through diplomatic channels because the original cast still exists*”. O caráter privado da solicitação se faz ainda mais explícito no parágrafo que segue: “*This Legation, however, cannot present a request to private individual soliciting a gift for a public institution of the country the Legation is loca-*

Presente de Andrew Carnegie ao Museu, Joaquín V. González o celebrou como embaixada da paz e da amizade pan-americana⁶⁷.

b) Os empregados e as coleções

Em 1866, Florentino Ameghino incorporou-se ao Museu de La Plata como “Secretário Subdiretor” com o objetivo de constituir as seções de paleontologia. Ameghino ingressava no museu entregando coleções que vinha reunindo desde seu retorno da França (1881). Em 1887, Moreno e Ameghino se enfrentaram e, conseqüência disso, Ameghino levou sua renúncia ao governador da Província⁶⁸, que a recusou – pelos termos em que se referia ao Diretor do Museu – e, em conseqüência, exonerou-o do cargo. No entanto, não o impediu “nas horas e dias em que o Museu estava aberto ao público, de estudar as coleções de paleontologia que ali existem, de acordo com o regulamento do estabelecimento”⁶⁹. Moreno impediu-lhe – de fato, ainda que não de direito – a entrada na instituição que ele dirigia. As coleções ficaram no Museu como patrimônio inalienável do mesmo, feito frente ao qual o criador da coleção perdia todo o direito sobre elas:

ted”. Legajo “Holland-Carnegie” do arquivo de correspondência de Robert Lehmann-Nitsche do Ibero-Amerikanisches Institut de Berlim.

⁶⁷ GONZÁLEZ, Joaquín V. “El *Diplodocus Carnegie* e seu embaixador. Brindis no banquete oferecido pelo conselho Superior da Universidade Nacional de La Plata, ao doutor William J. Holland, diretor do Museu de Pittsburg (EUA.) e seu retorno ao seu país em 24 de Outubro de 1912”, in *Obras completas*, n. 16, p. 107-113, 1935.

⁶⁸ Publicada como parte do prólogo *Los Mamíferos fósiles de la República Argentina* de Florentino Ameghino (1889), em *Obras completas e Correspondencia Científica de Florentino Ameghino*, n. 6. La Plata, Taller de impresiones oficiales, p. 18, 1916.

⁶⁹ Decreto de M. Paz de 25 de Fevereiro de 1888, publicado como parte do prólogo “Los mamíferos fósiles de la República Argentina”, de Floriano Ameghino (1889), em *Obras Completas e Correspondencia Científica de Florentino Ameghino*, n. 6. La Plata, Taller de impresiones oficiales, p. 18, 1916.

“Esos materiales seon de mi antigua colección particular adquirida por el Excelentísimo Gobierno [de la Provincia de Buenos Aires] a instancias del doctor Moreno, a quié[m] le consta no queria enjenarla, pues tenía un vago presentimiento de lo que iba a suceder, así como acepté por elle lo que buenamente se me ofreció, son los objetos que recogí personalmente en Monte Hermos, siendo empleado del Museo, pero por cuyo viaje no he cobrado un centavo, por la cual dichos objetos resultan de mi propiedad: son por último, las colleccionones que acaba de traes de Patagonia Austral mi hermano Carlos Ameghino, por cuyo trabajo ha recebido una recompensa pecuniaria irrisoria, siendo luego despedido del establecimiento, viaje que hizo a instancia mías y cuyo buem resultado se debe, no tanto a los escasos fondos suministrados por el Museo, quanto a mis relaciones personales que le han proporcionado gratuitamente en aquellas regiones los medios de transportes necesarios, sin los cuales la expedición habría sufrido un fracaso total.”

Aparentemente, a disputa entre Ameghino e Moreno surgiu na raiz da lentidão com a qual marchava o início das publicações do Museu e a pressa com que Ameghino queria fazer circular os avanços de seus estudos na classificação dos vertebrados fósseis da República Argentina. A retórica que Ameghino vai utilizar contra Moreno e seus colaboradores nos anos seguintes enquanto dura o choque entre eles (até 1907) remete à percepção que os participantes têm da relação ciência/científico/Estado e utilidade pública. No parágrafo citado, definem-se os fundamentos das propriedades das coleções: primeiro, que as coleções são particulares, salvo venda ou vontade expressa de doar. Ameghino tinha vendido parte delas ao ingressar como empregado da província no museu e ainda que manifeste suas inquietações – reais ou inventadas retrospectivamente –, reconhece que já não lhe pertencem; segundo, a recompensa pecuniária ou o preço da coleção como um elemento diferente do salário como empregado do museu: ao não ter recebido pagamento adicional por ela, não existiu o ato de venda pelo qual a coleção ainda pertence a quem a fez; terceiro: o preço como algo que convenha a ambas as partes. A referência ao pagamento que recebera Carlos Ameghino como uma quantidade inferior ao que correspondia, segundo Ameghino, teria invalidado a aquisição.

O argumento central em toda a discussão resulta de um feito da época: o preço das coleções formava parte de uma transação comercial entre particulares. Se se tem em conta que os corpos de alguns empregados, uma vez falecidos, passaram às salas ou aos fundos patrimoniais do museu, as distinções de Ameghino não pareciam ter cabimento na concepção de Moreno.

De fato, os indígenas que Moreno levou para viver no Museu⁷⁰, e que inicialmente se incorporaram como servidores daquela Casa, logo após as suas mortes – ocorridas entre 1887 e 1894 –, seus esqueletos, crânios, cérebros, couros cabeludos, fotos e máscaras mortuárias se juntaram às coleções. Com exceção do caso de Maishkensis, um *Yagán* da Terra do Fogo que tanto cuidava dos filhos de Moreno como ajudava na preparação de esqueletos humanos para sua posterior conservação no acervo do Museu⁷¹, os demais resistiam a aceitar sua nova vida. Até mesmo as mulheres, às quais eram fornecidos materiais para tecer para as coleções do Museu, optavam por vender seus trabalhos na cidade⁷². Os caciques nunca aceitaram trabalhar como empregados no Museu; na correspondência entre Moreno e Ameghino, no ano de 1887, é mencionado que, desde 1884, os caciques foram aprisionados⁷³.

“Haga que Inacayal y Foyel entren a la Herrería las barras de hierro que están al lado de la escalera principal; pueden aydar también a entrar los materiales con los peones. No conviene ni hacer nada” (carta 477)

⁷⁰ Ver nota 39 e PODGORNÝ, I. e POLITIS, G. “Qué sucedió en la historia? Los esqueletos araucanos del Museo de La Plata”, in *Arqueología Contemporánea*, n. 3, Buenos Aires, s.d.

⁷¹ TEM KATE, Herman. “Materiaux pour servir à l’anthropologie des indiens de la République Argentine”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 12, La Plata, 1904.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ Inacayal morreu no Museu em 24 de setembro de 1888. Foyel pôde regressar às suas terras.

“En cuanto el material se está entrando poco a poco, pues decirse que sólo hay un peón disponible y en cuanto a los indios Ud. debe recordar que hace tiempo no se puede conseguir nada con ellos. Ni aún habiéndoles suprimido los cigarros e disminuido la ración no se ha podido obtener que entren una sola barra” (carta 478, de 7 de agosto de 1887)⁷⁴

A resistência dos índios submetidos à vida da cidade se encerra com o caso dos agentes de polícia araucanos que se negam a ser medidos por Ten Kate com as mesmas medidas antropométricas que a polícia do Prata usava com os delinqüentes⁷⁵.

Por outro lado, para formar as coleções representativas da “historia da terra pátria”, o Museu de La Plata desenvolveu outros mecanismos. Apesar das expedições científicas, das doações e das aquisições, é importante ressaltar que o Museu teve no seu quadro de empregados vários caçadores e “viajantes naturalistas”, encarregados de recolher objetos nas províncias, nos territórios nacionais e nos países limítrofes. Alguns destes “naturalistas” se especializaram em determinados objetos, mas a verdadeira especialidade da maioria foi a habilidade de alcançar regiões até então pouco influenciadas pelo estado nacional. Muitas vezes as missões dos “viajantes naturalistas” consistiam em ganhar a mudança de mãos das coleções privadas para públicas. Por exemplo, no ano de 1887, parte da coleção das Missões Jesuíticas do Paraguai estava em poder das Missões. Moreno enviou, em 1887, um de seus viajantes naturalistas, Adolfo de Bourgoing, aos territórios das Missões do Paraguai, “para recolher quantos restos pudesse das ruínas daquilo que em outros tempos foram as florescentes missões fundadas e dirigidas pelos padres da companhia de Jesus”⁷⁶.

⁷⁴ AMEGHINO, Florentino. *Obras completas y correspondencia científica*, n. 20. La Plata, 1935.

⁷⁵ TEN KATE, Herman. *Op. cit.*, p. 22.

⁷⁶ BARRIO, M. de. “Las colecciones de las Misiones Jesuíticas del Paraguay existentes en el Museo de la Plata”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 32, p. 195-205, 1931.

c) Chamados a colaborar, doações e o Museu no imaginário externo

Havia outra modalidade de coleção: as “instruções”, que, assinadas pelo Museu de La Plata, dirigiam à distância a tarefa daqueles que não estavam institucionalmente ligados ao próprio Museu. O objeto destas “instruções” foi, por exemplo, o vocabulário indígena contemporâneo⁷⁷. Estas instruções eram comuns nos museus análogos da época, como por exemplo as dadas pelo Smithsonian Institution para investigações arqueológicas dedicadas a viajantes e residentes em território indígena para coletar informação sobre o tipo físico, artes e manufatura dos nativos⁷⁸.

Entre as doações, a de Zeballos foi altamente significativa e de alguma maneira é solidária com Moreno no contexto de enfrentamento com Ameghino. Moreno apreciava assim:

“Las donaciones recibidas por el Museo durante el año de 1889 han sido más numerosas y valiosas que en los anteriores. La primera en importancia es hecha por el Dr. E. S. Zeballos, de todas las piezas que forman la parte antropológica de su rico museo particular. Considero esta donación la más valiosa que haya recibido el establecimiento

⁷⁷ LAFONE QUEVEDO, S. “Instrucciones del Museo de La Plata para colectores de vocabulários indígenas”, in *Revista del Museo de La Plata*, n. 3, p. 401 e segs., 1892. Como nota ao pé destas instruções, Francisco Moreno declarava: “Se não faltam documentos sobre as línguas e dialetos que falavam os nativos sul-americanos na época da conquista e durante a colonização, por outro lado são poucos os documentos que se referem à fala usada no dia-a-dia por estas velhas nações e tribos. No entanto, existe um grande interesse em reunir estes últimos documentos porque a linguagem indígena se modificou em muitos casos, ao ponto de não ser raro que os descendentes dos índios do século XVI não consigam traduzir o que existe escrito na língua dos seus pais. Existem, ainda, na América, tribos cujas línguas ainda são desconhecidas, e várias destas tribos habitaram nosso próprio país, porém se extinguíram em pouco tempo. Para recorrer convenientemente a toda esta documentação lingüística, foram redatadas as seguintes instruções por nosso colaborador e amigo Samuel A. Lafone Quevedo, a quem confiamos a direção de filologia deste estabelecimento”.

⁷⁸ Cf. GIBBIS, G. “Instruccions for archaeological investigations in the United States”, in *Smithsonian Institution Annual Report, 1861*. Washington, 1862.

desde su fundación. Figurán a ella: Un centenar de cráneos indígenas antiguos y modernos, varios de estos de jefes de renombre, infinidad de piezas de piedra, metal y cerámica, vestigios de las antiguas sociedades que habitaras estas regiones, y gran número de objetos etnográficos indígenas actuales”⁷⁹

Por outro lado, o público dos museus (visitantes, colecionadores) concebeu e participou dos museus de diversas formas. A proliferação, a partir de 1906, de atividades de extensão universitária, dentro da mesma Universidade, teve seu correlato no tipo de relação que se estabeleceu de fora com o Museu de La Plata. Em 1907 iniciou-se a publicação da Biblioteca de Divulgação Científica (projeto concluído em 1918) e em 1910 editou-se a “Biblioteca Centenária”, somando-se à Revista del Museo de La Plata e aos anais que se publicavam desde 1890. As autoridades do Museu de La Plata já o percebiam e o consideravam parte do processo que eles mesmos estavam construindo:

“Si recorriésemos la opinión de los millares de visitantes que recorren anualmente las galerías del Museo de La Plata, la inmensa mayoría reflejaría impresiones de detalle, superficiales y aisladas ; muy pocos son los que alcanzan a comprender la relación de todos los objetos dentro de su aparente semejanza, los que abarcan el conjunto constituyendo un sistema, los que penetran el principio director de tan diversas colecciones, y los que vislumbran la idea que presidió a la organización de los materiales encerrados en ese monumental templo griego que fundó el Doctor Francisco P. Moreno.”⁸⁰

Embora essas opiniões não fossem recolhidas, os vestígios das maneiras como o público concebeu e utilizou o Museu ficaram registrados nas cartas que, como indivíduos ou como representantes de instituições, enviaram às autoridades do mesmo e que se conservam no arquivo da instituição. O arquivo da Faculdade de

⁷⁹ MORENO, F.P. “Reseña general de las adquisiciones y trabajos hechos en 1889 en el Musco de La Plata”, s.l., s.d.

⁸⁰ HERRERO DUCLOUX, E. “Que és un museo?” in *El Museo, revista del Centro de Estudiantes*, n. 15, p. 14-17. La Plata, 1907.

Ciências Naturais dá conta das múltiplas requisições que se deli-neavam no início do século. Basicamente, os motivos pelos quais se escrevia ao Museu a partir das instituições argentinas eram os seguintes: a) pedido de réplicas, elementos repetidos ou ilustrações para a formação dos museus escolares por parte dos conselhos escolares provinciais ou de cada escola individualmente; b) pedido de publicações por parte de ateneus educacionais, círculos católicos e escritórios dos ministérios da província e da nação; c) pedidos de autorização ou de informação para realizar visitas. As cartas remetidas pelas empresas provedoras ou por indivíduos centravam-se em: a) oferecimento para a venda ou doação de objetos de propriedade particular e encontrados casualmente ou em viagens – explorações privadas; b) orçamentos, contas pendentes e pedido de publicações de livrarias-casas editoriais de Buenos Aires, de La Plata e do exterior; c) pedidos de emprego através de recomendações de funcionários da Igreja, das províncias ou da Nação; d) pedido de publicações sobre os indígenas pelas Missões Indígenas de Formosa, Chaco, Jujuy e os colégios salesianos da Patagônia.

Tomando o caso das escolas públicas que escreveram entre 1912-1913, o aspecto mais notório é a recorrência do tipo de solicitação: as coleções minerais argentinas, para evitar o uso de minerais estrangeiros no ensino da mineralogia; e o uso de objetos, exemplares, elementos práticos, esqueletos visando ao ensino “objetivo” através dos museus escolares são pedidos que se repetem desde Missões até Mar del Plata. Nesses anos, enquanto às escolas públicas informa sobre a falta de material disponível para empréstimo ou doação, o Museu só responde positivamente ao Colégio San José de Buenos Aires, ao qual se vendem a preço de custo moldes de mamíferos fósseis. É notório também que as solicitações de informação sobre os indígenas contemporâneos provenhiam somente de instituições religiosas e de particulares interessados. Nenhum colégio público pede material etnográfico (nem mesmo arqueológico) nem publicações relacionadas com os assuntos aborígenes. Os pedidos centram-se em “coisas” e isto significa rochas, fósseis e animais dissecados.

A Direção de Ferrovias do Ministério de Obras Públicas, a Seção Botânica e a Direção de Minas, Geologia e Hidrologia do Ministério da Agricultura da Nação e a Direção de Desaguamentos da Província de Buenos Aires são os encarregados das repartições ministeriais que nesses mesmos anos fazem uso das publicações e dos mapas realizados pelo Museu sobre as diferentes zonas do país. A Direção de Desaguamentos do Canal 2 de Maipú, por sua vez, oferece, em troca, “estimular a gente do campo para cooperar com o Museu de La Plata” (carta de 24/10/1911) na busca de objetos.

Por outro lado, as ofertas de particulares que são feitas ao museu para a venda e doação compreende tanto elementos isolados quanto coleções. Os avisos de encontros de “esqueletos de grandes dimensões”, “restos fósseis”, “pele de animais estranhos”, “cascos de tartaruga”, “gliptodontes”, “ossos pré-históricos”, “megatérios”, “novilhas de duas cabeças”, “ovos petrificados”, “fetos fósseis” procedem das províncias do litoral e dos territórios patagônios e só pedem como retribuição — às vezes veementemente — uma resposta. Alguns dos avisos geram o envio de empregados do museu para verificar e extrair os restos. Por outro lado, as coleções de insetos, os objetos e ossos indígenas e as armas, leques, estribos “de mais de cem anos” se oferecem para a venda com preço fixo ou a fixar pelo comprador. Em muitos desses casos, costumam ser as viúvas ou herdeiros, mais que o colecionador em si, os que decidem transferir esses objetos ao espaço público do Museu.

Em outra ordem de coisas, as relações comerciais com as editoras argentinas constituem uma evidência indireta da rede de intercâmbios que se construiu entre empresas editoriais e instituições educativas nacionais. As editoras, que tinham contrato com as universidades, tomaram dos institutos e museus não só autores, como também as ilustrações para a florescente indústria dos manuais escolares sem identificar a origem das mesmas. O Museu também foi provedor de lâminas e licenças para que a Oficina de ilustrações escolares do Conselho Nacional de Educação reproduzisse parte de

suas coleções. Os Conselhos de Educação regionais e provinciais também se dirigiram ao Museu com solicitações similares.

A lei sanciona o costume

Em 26 de fevereiro de 1913 foi sancionada a lei 9080, que declarava a propriedade da nação sobre as ruínas e jazidas arqueológicas e paleontológicas de interesse científico. Esta lei, cujo projeto foi apresentado ao Congresso em 1912, estabelecia que a concessão de permissões para “utilizar ou explorar” as ditas jazidas correspondia ao Ministério de Justiça e Instrução Pública da Nação, com a assessoria da Direção do Museu Nacional de História Natural e do Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia e Letras. Esta lei foi regulamentada mediante o decreto de 29 de dezembro de 1921, que colocou o Museu de La Plata entre os museus que cumpririam funções de assessoramento, conformando entre os três a denominada “Sessão de Jazidas”. A lei nunca teve aplicação efetiva e aparentemente a Sessão de Jazidas nunca funcionou. Este acontecimento e o texto da lei manifestam o lugar que os museus ocupam no horizonte de idéias da época e a estreita vinculação entre os museus, governo e política nacional⁸¹.

⁸¹ Nas Sessões do Congresso que precederam à sanção da lei 9080 evidencia-se que o principal objetivo da mesma era reivindicar o direito do estado a respeito dos bens arqueológicos e paleontológicos, incorporando-os ao domínio público e os excluindo do domínio individual, de acordo com o direito comum ao proprietário do mesmo. Este critério era inovador a respeito do Código Civil argentino, uma vez que sacrificava o direito de propriedade dos particulares – cuja proteção era considerada fundamental na concepção liberal do direito – em áreas de um interesse superior que colocava os ditos bens na esfera do domínio público. Pela primeira vez na história do direito argentino, essas ruínas e jazidas adquiriram um status especial em função de um valor científico. Deste modo, o dono de uma propriedade onde se notificasse uma jazida desejava ser o titular de um domínio único, exclusivo e ilimitado sobre o mesmo para se constituir em mero depositário de um bem pertencente ao domínio público da Nação e, ao mesmo tempo, tutor responsável por sua integridade. Para um des-

Ao final do século passado, era aceito por todos na retórica das políticas do Estado que, para definir a nação, o Estado devia assumir também o controle sobre o passado. A construção de um acordo sobre o passado podia entender-se como a existência da nação já em tempos pré-históricos. Desta maneira, na Argentina – e já que o público leitor estava em formação, entre outros meios mediante a extensão do sistema público de educação – os museus constituíam-se em ícones nacionais de referência a partir dos quais emanava não só informação sobre o passado, mas também sobre um presente e uma imagem de futuro. É certo que a passagem das coleções particulares aos fundos do Estado, na maioria das vezes, era resultado de alianças e enfrentamentos entre indivíduos e setores da elite política, mas não é menos certo também que a maquinaria de exibição do Museu de La Plata conseguiu criar um ícone científico de referência nacional em que, ainda se acredita.

envolvimento mais extenso sobre a lei 9080, ver ENDERE, M. L. e PODGORNÝ, I. “Los gliptodontes son argentinos. La ley 9080 y la creación de un patrimonio nacional”, in *Ciencia Hoy*, Buenos Aires, no prelo.

LUKÁCS: HISTORICIDADE E REVOLUÇÃO

*Sergio Lessa**

I

Um dos artifícios ideológicos mais em voga, nos dias de crise em que vivemos, tem sido aquele de ajustar a essência humana aos parâmetros burgueses. Ser burguês e civilização apresentam-se como sinônimos: não há história para além do mercado e da democracia modernos. Com isso, a mentalidade predominante tornou-se impermeável às concepções de mundo que, afirmando a absoluta historicidade do ser e de suas categorias, postulam a superação da sociabilidade regida pelo capital. Também por isso, Marx e Lukács foram excluídos da agenda «modernizadora».

Não é necessário lembrar que essa linha de justificação da sociabilidade burguesa é tão antiga quanto o próprio capitalismo. Se, no período moderno clássico – de Locke a Rousseau –, ela possuía um caráter revolucionário, hoje ela é fundamentalmente conservadora. Na última década, a sua tentativa mais significativa e melhor acabada é a *Teoria*

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. Membro das editorias das revistas *Crítica Marxista* e *Praxis*. Texto da comunicação apresentada no Congrès Marx International, Universidade de Paris-X setembro/outubro 1995.

do *Agir Comunicativo*, de Habermas. As dificuldades teóricas inerentes ao seu pressuposto fundante o conduzem a conceber as individualidades como portadoras de uma «disposição» (Habermas, 1988, p.42-3) que as lançariam ao encontro uma das outras, consubstanciando o «mundo da vida» (Habermas, 1988b, p.178-9). Essa «disposição dos sujeitos» para se lançarem transcendentalmente uns aos outros aparece em Habermas, para sermos breves, como uma laicizada alma individual. É o fundamento essencial do indivíduo humano, não decorrente da processualidade histórica, mas, antes, dado *ab aeterno* pela própria definição de ser humano. Ser humano é ser portador da razão comunicativa. É ela que torna possível a vida social; contudo, o que torna possível, o que fundamenta, qual a gênese dessa razão comunicativa, desse «mundo da vida»? Tal questão não é respondida. Coerente com a tradição kantiana-fenomenológica, Habermas interdita metodologicamente a questão acerca do fundamento ontológico desse «espaço transcendental». (Cf. Lessa, 1994 e 1994b)

Algo similar, pode ser encontrado na teorização de pensadores contemporâneos os mais diversos, de Claus Offe a Claude Lefort, de J. Elster (1985) a J. E. Roemer (1988). No amplo leque teórico que eles balizam, o reconhecimento dos méritos do mercado e do capital, da democracia e do Estado, enquanto instrumentos positivos de regulamentação da vida social, tem por fundamento último a concepção de que a essência humana é mesquinha, competitiva, egoísta e concorrencial, de tal modo que a cotidianidade só pode ser, na hipótese mais civilizada, a luta democraticamente organizada dos indivíduos entre si. Tal como no período moderno, hoje em dia é comum liberdade e sociabilidade assumirem a mesma relação antinômica que preside a cisão do indivíduo burguês em *bourgeois* e *citoyen*, na feliz expressão de Marx (1982).

No outro pólo, o do irracionalismo, o *Dasein* heideggeriano e a «derrelicção» da existência que lhe é peculiar, concebem a essência humana como uma *condition humaine* que em tudo constrange os indivíduos, sem ser fundada por suas ações. A crítica heideggeriana às raízes metafísicas do pensamento ocidental não consegue, tal como a

crítica moderna à escolástica medieval, alcançar uma concepção radicalmente histórica de categorias tão decisivas como essência e fenômeno.

No contexto deste amplo espectro que vai de Habermas a Heidegger, passando pelos liberais ilustrados como Offe e Lefort e pelo «marxismo» de Elster e Roemer, *mutatis mutandis*, a contrapartida necessária à concepção da essência humana enquanto «natureza» de algum modo a-histórica é considerar a esfera fenomênica como o *locus* da historicidade. Para Hegel, lembra Lukács, «(...) a esfera do fenômeno, por causa dessa sua peculiar fisionomia nitidamente distinta da essência, exatamente pela sua variedade, mobilidade, irrepetibilidade, mesmo fugacidade, é o verdadeiro terreno da historicidade na sua imediaticidade.» (Lukács, 1981, p.374) Algo semelhante, ainda que com intensidades bastantes distintas nos diversos autores, pode ser encontrado tanto nos clássicos modernos como na ideologia dominante de nossos dias. Desenvolve-se, assim, entre esses pensadores, além da antinomia *bourgeois-citoyen*, uma segunda esfera de tensões: sendo o fenômeno a essência que se mostra, e sendo a essência a-histórica, a historicidade do fenômeno só pode se constituir a partir de uma «queda» da essência ao se transformar em fenômeno. Essa queda conduziria a essência, do seu patamar a-histórico e necessário, para um nível inferior, imediato, fugaz, mutável e casual: o nível da historicidade. A historicidade se converte em categoria que distingue o fenômeno da essência; ser histórico é ser fugaz e mutável, portanto é ser menos essencial, é ser menos ser. Enquanto categoria que faz a mediação da queda da essência ao fenômeno, a historicidade passa a jogar um papel ontológico negativo. Nesse contexto, não há como se conceber a historicidade enquanto categoria ontológica universal.

A essa concepção a-histórica da essencialidade humana Lukács, em sua obra póstuma *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, opõe-se frontalmente. E, *também* por isso, essa última reflexão de Lukács é imprescindível para a crítica revolucionária da sociabilidade contemporânea. Demonstrar a inexistência de qualquer limite a-histórico para a construção humano-genérica é uma batalha ideológica decisiva para

a objetivação de uma sociabilidade emancipada. E, nesse campo, Lukács tem se revelado um pensador ímpar. Tomemos como exemplo dessa nossa afirmação os seus argumentos a favor da radical historicidade de duas categorias ontológicas centrais, as de essência e fenômeno.

II

Já no primeiro volume da *Ontologia*, ao tratar da relação entre os atos individuais e as tendências evolutivas globais do mundo dos homens, encontramos uma afirmação de Lukács que pode servir de ponto de partida à nossa reflexão: «para a dialética materialista, o fenômeno é sempre *algo que é* e não algo contraposto ao ser.» (Lukács, 1979, p.84)¹

Essas palavras demarcam uma ruptura decisiva com as antigas concepções que, de Platão a Hegel, concebiam a essência como portadora de um *quantum* maior de ser que o mundo fenomênico. A distinção entre essas duas esferas através de uma diferenciação do *quantum* de ser de cada uma inevitavelmente conduz a uma rígida, a-histórica, estruturação hierárquica entre elas. Nessa rígida hierarquia, a instância essencial mantém uma tal diferença qualitativa para com as determinações fenomênicas que, ao fim e ao cabo, exclui qualquer determinação daquela por esta, conduzindo assim à a-historicidade da essência.

Algo muito diferente é concebido por Lukács: ao afirmar que o fenômeno é «sempre *algo que é*, e não algo contraposto ao ser», postula terem essência e fenômeno o *mesmo* estatuto ontológico. Ambas as esferas, na concepção lukácsiana, são portadoras de ser, e a distinção entre elas decorre, como veremos a seguir, da peculiar relação que cada uma das esferas mantém com a categoria da continuidade.

O que agora nos interessa, para delimitar com clareza a ruptura de Lukács com o pensamento tradicional, é que, segundo o filósofo hún-

¹ Exatamente no mesmo sentido, repete no segundo volume que «o mundo fenomênico é parte existente da realidade social.» (Lukács, 1981, p.92)

garo, não apenas há uma esfera de determinações da essência sobre os fenômenos, como também há uma outra através da qual os fenômenos são decisivos para o desenvolvimento das determinações essenciais. Após Marx, Lukács concebe a objetividade enquanto «síntese de múltiplas determinações» na qual todo e qualquer elemento, com as mediações devidas em cada caso, articula-se numa relação de determinação reflexiva com a totalidade do ser-precisamente-assim existente. Insiste Lukács que, «no ser social, o mundo dos fenômenos não pode de modo algum ser considerado um simples produto passivo do desenvolvimento da essência, mas que, pelo contrário, exatamente tal inter-relação entre essência e fenômeno constitui um dos mais importantes fundamentos reais da desigualdade e da contraditoriedade no desenvolvimento social.» (Lukács, 1981, p.472) Seria extrema superficialidade não reconhecer que a relação essência-fenômeno exerce um «influxo decisivo sobre o progresso objetivamente necessário da essência». (Lukács, 1979, p.124-5)

Em poucas palavras, a postulação da historicidade da essência por Lukács resulta, imediatamente, no reconhecimento de momentos de determinação da essência pelo fenômeno como uma das insuperáveis instâncias de contraditoriedade do ser-precisamente-assim existente. Fenômeno e essência, radicalmente históricos, compõem uma complexa relação de determinações reflexivas «que de modo diverso nas diversas épocas e nos diversos campos continuamente volta a se manifestar»(Lukács,1981,p.319). No mundo dos homens – veremos a seguir que essas considerações mantêm, no fundamental, sua validade também para a natureza – essa ação do fenômeno sobre a essência se manifesta, da forma mais evidente e imediata, no fato de que, como o «progresso é indissolúvelmente ligado ao progresso das faculdades humanas, também para o progresso puramente objetivo, categorial, não pode ser indiferente o tipo de mundo fenomênico que ele produz, ou seja, se se trata de um mundo deformado ou adequado.» (Lukács, 1979, p. 125)

Sendo breve, e para passarmos logo ao cerne da questão, como o fundamento imediato e ineliminável da história humana são os atos

teleologicamente postos dos indivíduos singulares, o mundo fenomênico consubstancia a base real para o desdobramento dos atos singulares que estão na gênese tanto dos traços fenomênicos de uma dada sociabilidade, como também dos seus traços essenciais (Cf. Lukács, 1981, p.364). O fato de aqui intervirem incontáveis mediações (cuja totalidade Lukács denominou de reprodução social), somado a que não raramente o fenômeno vela a essência (fetichismo da mercadoria, por exemplo), complexifica o problema, mas não altera a sua essência. Para nosso filósofo, em suma, os traços essenciais e fenomênicos, «no plano do ser e da mesma maneira, são produtos das mesmas posições teleológicas. (...) A dialética ontológica entre essência e fenômeno seria impossível se eles não surgissem de uma tal gênese fundamentalmente unitária e se esta unitariedade não fosse dinamicamente conservada» (Lukács, 1981, p. 369).

III

Dado que, segundo Lukács, essência e fenômeno exibem o mesmo estatuto ontológico, quais as diferenças que se interpõem entre eles? Por que, nesse complexo, o momento predominante corresponde à essência?

Referindo-se à esfera da economia, lembra Lukács que «todo objeto é por sua essência um complexo processual»; contudo, frequentemente «no mundo fenomênico» ele se apresenta como «um objeto estático, solidamente definitivo». Quando isso ocorre, «o fenômeno (...) se torna fenômeno exatamente fazendo desaparecer, na imediatividade, o processo ao qual deve a sua existência de fenômeno. E é de enorme importância social esse modo de se apresentar da essência (...)» (Lukács, 1981, p.357) pois, entre outras coisas, está na raiz das alienações² contemporâneas.

² Entre os estudiosos de Lukács no Brasil, há divergências sobre a melhor tradução de *Entfremdung*. Neste texto, por uma questão de maior clareza, optamos por traduzi-lo por *alienação*; outros prefeririam *estranhamento*.

Por exemplo, continua nosso autor, com o surgimento do dinheiro como equivalente geral de todos os valores, a forma geral do valor converteu-se na forma dinheiro. Desse modo, fundante e fundado, na imediaticidade fenomênica, invertem-se, demonstrando, com «(...) nítida evidência», como a «gênese econômica real da essência contrasta fortemente com a opacidade fetichizante, freqüentemente mítica, do mundo fenomênico que lhe corresponde». (Lukács, 1981, p. 357)

Algo semelhante pode ser encontrado quando o capital é considerado como fonte da riqueza. O velamento do trabalho enquanto fonte social de riqueza constitui «(...) aquele mundo fenomênico capitalista no qual a mais-valia desaparece completamente por trás do lucro e no qual a conseqüente reificação, que deforma a essência do processo, torna-se a sólida base real de toda *praxis* capitalista.». (Lukács, 1981, p.359) Uma vez mais, nos deparamos «(...) com um mundo fenomênico criado pela dialética própria da produção econômica, (...) que, no seu ser-precisamente-assim, é realidade, não aparência». (Lukács, 1981, p.359-60) Não há necessidade em se repetir que o fenomênico que emerge desse processo de alienação, ainda que falsificador e velador das relações essenciais, é tão real quanto a própria sociedade. (Lukács, 1981, p.360)

A gênese e o desenvolvimento das processualidades alienantes é um exemplo dramático de como «a esfera da essência se desenvolve independentemente da vontade e das intenções dos seus produtores». Não que as determinações essenciais possam vir a ser, reproduzir-se e operar na história por outra mediação que não os atos humanos. A esfera da essência – afirma Lukács – «é certamente movida por posições teleológicas, só que os seus efeitos causais, justamente porque podem surgir apenas na seqüência a tais posições, se destacam das intenções dos que as põe de modo qualitativamente diverso, mais radical, daquilo que se verifica» na esfera fenomênica (Lukács, 1981, p.474). Após se referir às tendências histórico-gerais de queda do tempo socialmente necessário para a reprodução da vida, de afastamento das barreiras naturais, de crescente sociabilização do mundo dos homens, etc., independente dos indivíduos assim o desejarem, ou sequer

terem consciência, lembra Lukács que «A essência (...) surge independentemente das finalidades conscientes contidas nos atos teleológicos, é em si – com todas as suas desigualdades – um processo ontológico objetivamente necessário, cujo caminho, direção, ritmo, etc. nada tem em comum com uma teleologia objetiva.» (Lukács, 1981, p.474)

Salientemos que a «independência» a que Lukács se refere tem por escopo o conteúdo «das finalidades conscientes contida nos atos teleológicos», e não os atos teleológicos enquanto tais. A essência e o fenômeno são fundados pelos atos humanos – ainda que, não raro, ao agir cotidianamente os indivíduos tenham por horizonte da consciência apenas o fenomênico. Contudo, como o real é a síntese de essência e fenômeno a cada momento histórico, mesmo quando se age visando apenas o escopo dos fenômenos, são desencadeadas séries causais que, modificando o real, incidem também sobre a essência, possibilitando assim a gênese de tendências evolutivas sócio-genéricas não necessariamente presentes nas consciências dos indivíduos.

Esperamos que essas brevíssimas indicações sejam suficientes para sinalizar como, em Lukács, o reconhecimento de que o desenvolvimento da essência pode independe das intenções e das vontades presentes nos atos singulares; não significa que seja ela uma «necessidade fatal, que a tudo determina antecipadamente» (Lukács, 1981, p.475). Se consideramos o processo histórico em sua globalidade, afirma, «surge claro como o movimento da essência (...) é a base de todo o ser social, mas base aqui quer dizer: possibilidade objetiva». A cada momento histórico, a cada desenvolvimento das forças produtivas, a cada evolução da essência das formações sociais, a reprodução da sua vida material «faz continuamente surgir novas constelações reais das quais deriva o único campo de manobra real a cada vez existente para a praxis». (Lukács, 1981, p.475). Trocando em miúdos, «O âmbito dos conteúdos que os homens nessa praxis podem se pôr como fim é determinado – enquanto horizonte – por tal necessidade do desenvolvimento da essência, mas exatamente enquanto horizonte, enquanto campo de manobra para as posições teleológicas reais nele possíveis, não como determinismo geral, inelutável de todo conteúdo prático.»

(Lukács, 1981, p.475). Nessa exata medida e sentido, em Lukács, «(...) a essência se apresenta ontologicamente como o momento predominante da interação» (Lukács, 1981, p.364 e p.375) entre essência e fenômeno. Ela é portadora de um *quantum* de necessidade maior que a esfera fenomênica, ela consubstancia o horizonte de possibilidades a cada momento histórico.

Não é necessário insistir em como é evidente a ruptura de Lukács com as ontologias tradicionais quando concebe a essência enquanto horizonte histórico de possibilidades para o agir humano. Já que as possibilidades historicamente dadas são construtos humano-sociais, quando se age sobre elas, modificando-as, são alteradas também com as mediações as mais diversas, as próprias determinações essenciais. A historicidade é incorporada como categoria imanente à essência.

Contudo, sob pena de falsificar profundamente o pensamento de Lukács, há que se evitar qualquer rigidez e transformar essas considerações numa, digamos assim, estrutura fixa, na qual a necessidade estaria puramente representada na essência e, a casualidade, no fenomênico. Em sua ontologia, a relação entre essência e fenômeno tem seu fundamento no fato de que as determinações essenciais, por serem históricas, apenas podem se objetivar ao longo do tempo através de processos de particularização, os quais consubstanciam o solo ontológico da gênese dos momentos fenomênicos. A relativa autonomia do fenômeno frente à essência decorre do fato de o desenvolvimento ontológico exibir necessariamente desigualdades. Ele se consubstancia enquanto um complexo processo de particularização dos traços essenciais e de generalização em essências dos eventos singulares. Por isso, sem os fenômenos, a essencialidade jamais poderia alcançar uma plena explicitação categorial – a rigor, não poderia sequer existir. E é a isso que nosso filósofo se refere ao afirmar que a relação ontológica entre os dois «se concretiza pelo fato que do ser deve necessariamente emergir o fenômeno». (Lukács, 1981, p.364-5)

Se o fenômeno e a essência não se distinguem por um *quantum* de ser, conclui Lukács que, «Em sentido ontológico rigoroso, o fenômeno não é a forma da essência, assim como esta última não é simplesmente

seu conteúdo. Quaisquer desses complexos são, no plano ontológico, por sua natureza a forma do próprio conteúdo e, conseqüentemente, a sua ligação é aquela de duas relações forma-conteúdo homogêneas.» (Lukács, 1981, p.365)

Sumariemos o percurso de Lukács até aqui: essência e fenômeno se diferenciam, portanto, pelo maior *quantum* de necessidade da primeira frente ao segundo – mas esta diferenciação ocorre, não porque o ser estaria mais presente na essência, como concebem as ontologias tradicionais, mas devido ao fato do desenvolvimento histórico, em sua imanente processualidade, desdobrar desigualdades que, no plano do ser, correspondem às esferas fenomênica e essencial. A explicitação categorial das determinações essenciais é um processo histórico cuja particularização necessária e insuperavelmente consubstancia a esfera fenomênica.

Vejamus como essa *démarche* lukácsiana exhibe conseqüências inesperadas.

IV

Vimos que, mesmo sendo portadoras de mais necessidade que o fenômeno, nem por isso as determinações essenciais deixam de ser permeadas pelo acaso ou possuem um estatuto ontológico privilegiado frente ao fenomênico.

É análogo o procedimento de Lukács ao tratar da relação entre essência-universalidade e fenômeno-singularidade. Argumenta ele que, do «fato de haver um predomínio da generalidade na essência, enquanto no fenômeno se verifica um movimento para a singularidade e a particularidade, seria superficial tirar a conclusão que em tal relação estaria claramente expressa a verdadeira relação da essência com o seu fenômeno.» «Acima de tudo» porque toda essência e todo fenômeno «é sempre concomitantemente um objeto geral e singular.» (Lukács, 1981, p.370-1). Lembremos que, para nosso autor, universalidade, particularidade e singularidade são «determinações reflexivas (...)

/que/ comparecem em toda constelação concreta de modo simultâneo e bipolar» (Lukács, 1981, p. 370-1). Lukács tanto se distingue, neste aspecto, do empirismo ou do naturalismo marxista vulgar, que concebem «os traços de continuidade, gerais, do processo simplesmente como generalizações ideais de uma realidade sempre irrepetível na sua concretude», como também do idealismo, que confere à generalidade «um ser ‘superior’ independente da realização, que por força das coisas é sempre irrepetível.» (vol II; p. 370) Segundo ele, as diferenças que se interpõem entre o genérico, o singular e o particular são decorrentes das imanes desigualdades de toda processualidade – e não de uma distinção de estatuto ontológico entre eles.

Portanto, para Lukács, o que distingue essência e fenômeno não é nem uma diferença de estatuto ontológico, nem que o primeiro seria o *locus* da necessidade absoluta e, o segundo, do puro acaso; nem sequer o fato de um consubstanciar o universal e o outro o singular (pois ambos, enquanto totalidades processuais, são também universais e singulares). Segundo ele, «Aquilo que ontologicamente os separa nesta insuperável unidade objetiva do processo, aquilo que faz de um a essência e de outro o fenômeno, é o modo de se relacionar com o processo». Apenas e tão somente no interior da processualidade é possível a distinção entre essência e fenômeno – o que significa, para o filósofo húngaro, abrir mão de qualquer chave lógico-metodológica para distinguir entre eles. Essência e fenômeno são momentos distintos e igualmente existentes do processo em sua imanente unitariedade. A essência se consubstancia «na sua (do processo) continuidade complexiva» e, a esfera fenomênica, «no seu concreto *hic et nunc* histórico-social». (Lukács, 1981, p.370) O que as distingue, para sermos breves, é o fato das determinações essenciais consubstanciarem os traço de continuidade da unitariedade última do processo, enquanto seus traços fenomênicos são os responsáveis pelas particularizações que fazem de cada momento do processo um instante único, singular. Nessa exata medida, a essência é concebida por Lukács, como a «duração na mudança» (Lukács, 1981, p.373), como «continuidade tendencial última» (Lukács, 1981, p.375). Ao se referir à essência da individualidade,

utiliza a expressão «a substância que se conserva na continuidade do processo» (Lukács, 1981, p.412).

Lukács, como em tantos outros momentos decisivos de sua ontologia, delineia também aqui um *tertium datur*. Por um lado, recusa «o preconceito idealista segundo o qual a unicidade, a multiforme particularidade dos objetos da história, de que é constituído o mundo fenomênico mesmo no campo da economia, seria algo de definitivo no plano do ser (...), fundado somente em si mesmo.» (Lukács, 1981, p.375) Por outro lado, rompe também com o pólo oposto do «materialismo vulgar (mesmo quando se autodefine marxista) (...) segundo o qual todo momento singular do mundo fenomênico seria um efeito direto, mecânico, da essência, de cuja legalidade ele seria dedutível em termos simplesmente causais, mesmo quanto à sua unicidade.» (vol II; p. 375) Lukács, ao longo de todo manuscrito de *Per una Ontologia ...* não se cansa de argumentar, pelos aspectos os mais diversos, ser «impossível que as leis da essência determinem de modo direto, com causalidade retilínea, os momentos singulares do mundo fenomênico e as suas concatenações causais imanentes. Nas suas interações com o mundo fenomênico, a essência produz neste último campos ‘livres’, cuja liberdade é possível apenas no interior da legalidade do campo.» (Lukács, 1981, p.376)

V

A ontologia lukácsiana é voltada fundamentalmente ao ser social. As preocupações de Lukács se voltam para o mundo dos homens, e as categorias sócio-genéricas são aquelas que formam o horizonte de investigação do filósofo húngaro. Contudo, como o mundo dos homens apenas pode existir em uma insuperável articulação com a natureza, em não poucos momentos a investigação de Lukács se transforma em uma *philosophia universalis*, em uma ontologia geral. Acreditamos ser as considerações do filósofo húngaro acerca das esferas do fenômeno e da essência, aqui introdutoriamente sistematizadas, um desses momentos.

Contudo, para sermos minimamente fiéis ao seu pensamento, é indispensável ao menos assinalar (é impossível no espaço desta conclusão explorar esse aspecto) que, segundo Lukács, a diferença ontológica entre o ser social e a natureza termina por introduzir distinções qualitativas na atuação do complexo essência-fenômeno. Fundamentalmente, essa diferença tem suas raízes em que «o mundo fenomênico do ser social constitui o fator através do qual é colocada em movimento a maior parte das posições teleológicas que dele determinam imediatamente a estrutura e o desenvolvimento, assumindo assim (o mundo fenomênico) também uma parte importante na dialética objetiva de fenômeno e essência». (Lukács, 1981, p.355) Sendo muito breve, a inexistência de atos teleologicamente postos nos processos naturais faz com que estes sejam incapazes de desdobrar qualquer consciência para-si. Por isso, na natureza a relação essência-fenômeno é muito menos complexa. A ação de retorno do fenômeno sobre a essência é muito mais pontual, limitada e possui uma significação mais restrita que no mundo dos homens. Predomina na natureza – ao contrário do que ocorre no ser social – esta «indiferença» para com a forma com que a essência traspasa em fenômeno em cada momento particular. Mesmo assim, contudo, no desenvolvimento das processualidades inorgânicas ou biológicas, as particularidades fenomênicas não são completamente desprezíveis para o desdobramento da essência.

Postas essas distinções básicas entre o mundo dos homens e a natureza, o fundamental do que afirmamos acerca da relação essência-fenômeno com a categoria da continuidade continua válido: também na natureza, a distinção de ser entre esses dois momentos processuais tem por referência básica a categoria da continuidade. Também na natureza, a essencialidade é a esfera portadora dos traços de continuidade e, o fenomênico, dos traços de particularização de cada um dos momentos do processo enquanto singularidades. Também na natureza, essência e fenômeno são categorias radicalmente históricas.

Conceber como radicalmente históricos a essência e o fenômeno permite a Lukács a recuperação de Marx no que ele tem de mais es-

sencial: a afirmação de que os homens são os demiurgos de sua própria história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. A essência humana é objetivada pelas mesmas mediações que geram a esfera fenomênica, quais sejam, os infundáveis atos cotidianos dos indivíduos e a generalização dos mesmos que é o cerne do processo de reprodução social. Tal como o fenômeno, a essência só pode existir sendo gerada e reproduzida cotidianamente em cada um dos atos dos indivíduos singulares. Não há dimensão da existência humana que não seja fruto predominante das ações humanas – mesmo aqueles traços mais genéricos de continuidade que articulam em uma única história a vida do homem mais primitivo com as sociabilidades mais complexas.

Tal concepção ontológica radicalmente histórica particulariza Lukács no debate contemporâneo. Recusa *in limine* todas as tentativas, de qualquer vertente, de fundamentar a racionalidade da sociedade capitalista a partir do pressuposto, velado ou explícito, sutil ou rústico, de uma natureza humana que seria dada de uma vez para sempre. Recusa *in limine* qualquer natureza humana que não seja, ela também, em sua totalidade, produto do agir humano-social.

Isto posto, podemos vislumbrar qual a motivação de Lukács, em pleno século XX, de se dedicar à ontologia, um campo de investigação julgado anacrônico pelo senso comum filosófico dos nossos dias: é a ontologia o terreno decisivo para se contrapor às teorias contemporâneas que, de um modo ou de outro, tentam fundamentar a impossibilidade da subversão revolucionária da ordem burguesa. Todas elas, *mutatis mutandis*, justificam a sociabilidade contemporânea fazendo coincidir os horizontes do possível com os limites da sociedade burguesa; e, para tanto, não têm outra alternativa senão afirmar a a-historicidade de, pelo menos, alguns dos traços essenciais do ser humano.

Em suma, para Lukács, «A tese geral do marxismo segundo a qual os homens, ainda que em circunstâncias não escolhidas por eles, seja como for, fazem por si a própria história, vale (...) não apenas para a humanidade no seu conjunto e não apenas para os complexos sociais que a formam, mas também para a vida de cada indivíduo». (Lukács,

1981, p.412) As ressonâncias éticas destas palavras são evidentes – Lukács pensou sua ontologia como preparatória a um tratado sobre a ética que não chegou a escrever. Nos dias em que vivemos, a absoluta historicidade do ser, tal como proposta por Lukács, é uma recuperação radical do caráter revolucionário do pensamento de Marx.

Nesse preciso sentido, a concepção ontológica radicalmente histórica, inaugurada por Marx e herdada neste século principalmente por Gramsci e Lukács, uma vez mais exhibe o seu potencial revolucionário: à medida em que não há limite ao desenvolvimento humano-genérico senão aquele construído pelos próprios homens, a forma burguesa de sociabilidade não é necessariamente a última da história. A essência humana não tem, necessariamente, que coincidir com os limites do capital. Deste modo, fica fundamentada ontologicamente a possibilidade (que não significa imediatez prática) da subversão revolucionária da ordem capitalista.

Referências Bibliográficas

- HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. vol I, Ed. Taurus, Madri. 1988
- HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. vol II, Ed. Taurus, Madri. 1988b
- LESSA, S. Sociabilidade e Individuação - a categoria da reprodução na ontologia de G. Lukács. Dissertação de Mestrado, Dept. de Filosofia, UFMG. 1990
- LESSA, S. A centralidade do trabalho na ontologia de Lukács. Tese de doutoramento, IFCH-UNICAMP. 1994
- LESSA, S. Habermas e o Mundo da Vida. *Rev. Serviço Social e Sociedade*, nº46, Ed. Cortez, São Paulo. 1994b
- LESSA, S. Reprodução e Ontologia em Lukács. *Trans/forma/ação*, UNESP, 17:63-79. 1994c

- MARX, K. *La question juive*. Ouvres II, Bibliothèque de la Pléiade, Ed. 1994c
1982Gallimard, Paris.
- LUKÁCS, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, vol I, Ed. Riuniti, Roma, 1976
- LUKÁCS, G. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, trad. Carlos N. Coutinho, Ed. Ciências Humanas, São Paulo. 1979.
- LUKÁCS, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, vol II, Ed. Riuniti, Roma, 1981
- LUKÁCS, G. *Prolegomini all'Ontologia dell'Essere Sociale*. Guerini e Associati, Nápoles. 1990.
- ELSTER, J. *Making Sense of Marx*. Cambridge University Press, Cambridge. 1985
- ROEMER, J. E. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Massachussets. 1982
- ROEMER, J. E. *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. Harvard University Press, Cambridge, Massachussets. 1988

RESENHAS

Sindicalismo e política. A trajetória da CUT, de Iram Jácome Rodrigues. São Paulo, Scritta/FAPESP, 1997.

Como está indicado no título, o livro trata da relação entre sindicalismo e política a partir de uma reconstrução da história da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, o livro é ao mesmo tempo uma história da mencionada central sindical e uma contribuição para o debate sobre o processo de democratização no Brasil.

Para reconstruir a trajetória da CUT, Iram Rodrigues baseia-se numa gama variada de fontes que inclui, além da literatura especializada, estatísticas, entrevistas e os documentos dos quatro congressos da central sindical. É deste conjunto de fontes que o autor extrai também as informações que lhe permitem não só identificar os principais temas que são discutidos ao longo dos quatro capítulos do livro, mas também as principais correntes políticas existentes no interior da CUT.

A CUT foi fundada em 1983. Nos primeiros dez anos de sua existência, a Central cresceu espetacularmente, chegando, em 1993, a ter em suas fileiras aproximadamente 4,5 milhões de trabalhadores sindicalizados. O impulso inicial para sua formação é, no entanto, anterior a 1983. E, talvez por isso, o autor inicie sua reconstrução histórica em 1978, ano de grandes greves operárias: “O verdadeiro ponto de inflexão foram as greves por fábrica que, iniciando-se em São Bernardo, em maio de 1978, se estenderam, depois, para o país inteiro” (p. 88). De fato, as greves operárias daquele ano tornaram-se um marco na história recente do movimento operário e sindical no Brasil e criaram as condições para a reorganização sindical e partidária ocorrida nos anos seguintes.

Deve-se acrescentar, por outro lado, que as principais correntes políticas que impulsionaram a organização da CUT no início dos

anos 80 já existiam naquela época e tiveram participação ativa nas greves.

Embora a Central conte com uma variada gama de tendências políticas, sua composição interna pode ser grosso modo reduzida a duas grandes correntes, que o autor chama de esquerda contratualista e esquerda socialista. Estas duas correntes políticas, que estão presentes na CUT desde seu início e foram as principais impulsionadoras de sua formação, correspondem respectivamente aos grupos denominados Articulação (oriunda do sindicalismo de São Bernardo do Campo e Diadema) e CUT pela Base (herdeira da tradição originada na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo).

Essa dicotomia na composição política interna da Central parece refletir-se tanto na sua estratégia de atuação cujo traço principal é a oscilação entre negociação e conflito, quanto na atitude ambígua em relação à democracia.

Essas, entretanto, parecem não ser as únicas ambigüidades da política cutista. Há outra talvez mais problemática que as anteriores e que traduz um certo acomodamento à outrora tão criticada estrutura sindical: a política da CUT em relação ao imposto sindical. A prática da Central em relação ao imposto sindical contrasta em muito com a postura crítica que caracterizava o discurso de suas principais correntes políticas no período que antecedeu à sua formação. Isto fica claro sobretudo no terceiro capítulo do livro, onde Iram Rodrigues analisa a concepção sindical da Central.

A tese principal defendida pelo autor de *Sindicalismo e política* aparece já no início do livro, quando ele analisa a literatura especializada sobre o ressurgimento do movimento operário no Brasil a partir do final da década de 70.

Ao examinar essa literatura, Iram Rodrigues identifica três correntes interpretativas: uma que explica esse ressurgimento principalmente como uma decorrência da superexploração da força de trabalho; outra que vê o movimento grevista como uma “expressão da resistência operária contra o processo de trabalho capitalista”

(p. 19); e, por fim, uma terceira vertente que explica o ressurgimento do movimento operário como uma luta em defesa da dignidade.

Nenhuma dessas explicações, no entanto, satisfaz completamente o autor de *Sindicalismo e política*, que prefere interpretar a emergência do movimento operário e sindical no Brasil a partir do final dos anos 70 “como expressão de uma luta mais ampla por direitos de cidadania” (p. 19). Esta é, na verdade, a hipótese geral que norteia o trabalho de Iram Rodrigues e que o distingue dos tradicionais estudos sobre o movimento operário e sindical associados às vertentes explicativas acima mencionadas. Partindo dessa hipótese geral, a análise desenvolvida por Iram Rodrigues contribui muito para se entender, entre outras coisas, a dificuldade que a CUT tem para formular uma política sindical clara; uma política que permita diferenciar os interesses especificamente corporativos de seus membros daqueles de natureza geral, que dizem respeito a todos os cidadãos.

*Josué Pereira da Silva*¹

¹ Professor do Departamento de Sociologia do IFCH/UNICAMP.

A cidade. Os cantos e os antros – Campinas 1850-1900, de José Roberto do Amaral Lapa. São Paulo, EDUSP, 1997.

O livro *A cidade. Os cantos e os antros*, publicado pela EDUSP, é obra madura que podemos chamar *catalisadora* de idéias, propósitos e estudos sobre um espaço determinado: a cidade de Campinas. Pode-se afirmar que quase meio século transcorreu entre a projeção da idéia inicial e a sua concretização plena, acabada. Foi assim com a trajetória do autor e desta sua obra em particular.

Lapa afirmava, pelos idos de 1951, a ausência quase absoluta de estudos sobre a economia campineira e sobre a própria história de Campinas, sem o que não se poderia desenvolver, adequadamente, a história de São Paulo, além de denunciar a destruição dos “remanescentes de seu glorioso passado” que haveríamos de lamentar por não termos sabido preservar. Alguns anos mais tarde (1957) retomou a problemática, afirmando “o estudo da História econômica de Campinas ainda está por ser empreendido”, mas não só nesta área como também na da História social, onde talvez as conclusões fossem mais importantes.

Em 1976, o autor anunciava, em artigo publicado na *Revista de História*, que a historiografia de Campinas atingira nos “últimos cinco anos nível organizatório mais apurado”, tendente a estimular certas reflexões, o que lhe possibilitava então projetar estudos sobre a cidade para os próximos dez anos. Ao mesmo tempo, esclarecia que muito do que compunha esse artigo se atrelava ao *Projeto São Paulo*, com o qual o curso de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas desenvolveria o estudo sistemático da região compreendida, a grosso modo, pelo chamado velho oeste de São Paulo, do qual a área “tributária” de Campinas seria objeto numa primeira etapa. Nesse artigo o autor periodizou a história da cidade, de maneira convencional, em Campinas Colonial, Campinas Imperial e Campinas Republicana.

Lapa, em entrevista recente, afirmou que, de lá para cá, um percentual bastante alto do que deveria ter sido estudado, já foi pesquisado. Nesse ínterim, cumpre ressaltar que a criação do Centro de Memória da UNICAMP, do qual foi fundador em 1985, teve papel decisivo nesse avanço. Isto porque, tendo sido em alguma medida preservada a memória da cidade – já num adiantado estado de destruição ou em processo acelerado de deterioração –, esta passou a representar matéria geradora de conhecimento, fazendo com que o autor, na entrevista já citada, arrogue-se o direito de afirmar “com toda tranquilidade e responsabilidade” que Campinas é hoje uma das cidades mais bem estudadas do país.

Por este motivo, a obra ora enfocada apresenta em sua bibliografia extenso elenco de trabalhos concluídos que tem a cidade de Campinas como objeto de estudo: projetos de iniciação, relatórios, textos, dissertações e teses; entre os quais se pode notar a significativa participação da UNICAMP (com o expressivo estímulo do CMU) e, secundariamente, da USP e da UNESP. Tais estudos, segundo o autor, foram fundamentais à elaboração do trabalho que pretendemos analisar.

Isto posto, convém situar o autor na historiografia brasileira para que não se pense ser a sua atuação restrita à regionalidade. Lapa pertence a uma geração de historiadores profissionais, isto é, formados em História, que inclui Fernando Antônio Novais, Emília Viotti da Costa, Carlos Guilherme Motta, entre outros. Na geração anterior, antes da criação dos Cursos de História, predominavam os bacharéis em Direito, como é o caso, por exemplo, de Sérgio Buarque de Hollanda, que foi orientador da tese de doutorado de Lapa: *A Bahia e a Carreira da Índia*, primeira de suas obras a ser publicada (1968). Seguem-se mais sete publicações individuais e outras sete, nas quais aparece como organizador ou colaborador. Destas publicações, a maioria situa-se na área de História econômica abrangendo temática geográfica bastante variada (Bahia, Mato Grosso, Grão Pará, Portugal) e, secundariamente, em número, as dedicadas às questões de historiografia brasileira. A

obra de que estamos tratando é a primeira que o autor publica sobre a cidade de Campinas. O conjunto de sua obra coloca-o entre os nomes mais respeitados na área de História do Brasil, chegando-se mesmo a lhe atribuir, em recente avaliação crítica realizada sobre a historiografia brasileira nos últimos 20 anos, o lugar de principal analista brasileiro de historiografia.

Vamos ao texto para ilustrar esses pontos.

Campinas é hoje a terceira maior cidade do estado de São Paulo e passa por um processo de metropolização acelerada. Viveu, há mais de cem anos, um momento decisivo de sua história, momento-síntese das transformações pelas quais o Brasil passou no período de 1850 a 1900. Para conhecer esse momento, o livro escolhido propõe recuperar o “palco” onde novas representações são propostas aos seus “personagens”, onde se configura um desenho urbano com espaços abençoados e malditos, onde convivem tantas cidades quantas as “ordens” sociais existentes, que, em disputa, envolvem espaços, tempos, expectativas e contradições. Trata-se de surpreender um primeiro *sopro* de modernidade, quando esta deixa uma ordem colonial e ingressa numa ordem senhorial (também escravista), até que, no ano de 1870, acelerará o processo de modernização, marcando novas mudanças para uma ordem capitalista e burguesa. O viver na e da cidade, essa nova espacialidade, tem implicações múltiplas e nada nem ninguém escapa aos seus desígnios: nem o pobre nem o rico, nem o senhor nem o escravo, os edifícios ou espaços, os vivos e os mortos, os sons e os ruídos.

A cidade persegue e ruma para o progresso sem cuidar dos seus problemas sociais. Uma nova elite, formada por fazendeiros do café (muitos oriundos da produção de cana-de-açúcar), vai investir na modernização da cidade e não poupa esforços associados ao poder constituído para ocultar os lugares e as situações que evidenciem as diferenças e as tensões sociais. O viver, enfim, era normatizado, sacramentado, legitimado, tudo posturado e diretamente emanado da Câmara local, nada escapava aos olhos perscrutadores de quem invoca e faz cumprir a lei: a disciplina é a

palavra de ordem, mas há resistências, há espaços de sobrevivência da velha ordem, de situações, lugares e pessoas que teimam em não se submeter, em não obedecer, em infringir o posturado, em viver como se quer, e a esses comportamentos a sociedade reservava multas e até cadeia.

Vários temas enfocados no livro, dos quais ressaltamos alguns, refletem as metamorfoses sofridas pela cidade e são sempre tratados com o rigor científico que a ciência histórica exige: conformando a modernidade; a delimitação do urbano; a condenação da expiação pública; do visível ao invisível (do ideal ao real); associação e recreação; políticas e polícia.

No capítulo denominado “A chegada da modernidade”, estabelecem-se a problemática e os pressupostos da obra em estudo. Parte da apresentação da categoria estética “modernidade” e se transmuda em categoria histórica, esta mais abrangente, para permitir dar conta de como os moradores se relacionam com o universo de sua cidade num determinado período – segunda metade do século passado – exatamente quando é concebida a expressão.

O autor desenvolve, também, um estudo no sentido de conformar fisicamente a cidade, explicitando os seus limites, definidos no tempo e no espaço, em diferentes momentos, em relação ao período estabelecido, caracterizando-a seqüencialmente em cidade colonial – que perdura, grosso modo, até 1850 – em cidade senhorial, que a sucede, e transita celeremente para a cidade burguesa, presente já no decorrer do início dos anos 70 do século passado.

Preocupa-se em definir e desvendar o que denomina “espaços malditos da cidade” a título de esclarecer o leitor sobre as excrescências da antiga ordem senhorial escravista, que devem se adequar aos novos tempos, sinônimo de uma nova mentalidade. Rejeitar, camuflar ou remover o indesejável agita o imaginário social que parte para a concretude.

Ainda colocando como perspectiva de análise as noções do visível e do invisível à categoria de cidade, o autor primeiro identi-

fica e depois associa a cidade visível como ideal e a invisível como real. Da cidade normatizada (racional, objetiva, civilizada) à disciplinada, contraposta à “cidade que cada um vive à sua maneira”, é que o autor se propõe a visitar neste capítulo.

Espaços de convívio e lazer: havia um potencial populacional de usuários para tanto e Lapa vai buscar no movimento da sociedade campineira principalmente localizada no último quartel do século passado e identifica esses lugares e as formas gregárias de manifestação que abrange a todos: a classe senhorial de fortes componentes aristocráticos, a burguesia emergente, os estratos médios e os pobres. Portanto, a organização da cidade faz-se em função da divisão em classes que avançava.

Esses lugares e formas dos quais emerge a sociabilidade desejável aos que *praticam a vida urbana* são exaustivamente recuperados pelo autor que nomeia e data quantidade impressionante de espaços públicos e privados, sociedades recreativas e culturais que se multiplicam ao longo do período estudado.

No processo de modernização da cidade, recursos humanos e materiais, bem como a ciência e a técnica, foram mobilizados, estando a serviço de uma consciência e prática social que visava a preservar, fundamentalmente, a saúde pública e pessoal de seus moradores. O autor, entretanto, mais de uma vez associa a saúde a um problema de segurança social, pois “o saneamento urbano, desejado e praticado era universal para a burguesia, isto é, devia atender a todos, ricos e pobres, patrões e empregados, pois assegurava a saúde e a vida dos primeiros e garantia a continuidade e expansão, a reprodução e a eficiência no mercado de trabalho para os segundos” (p. 189).

O autor traça então um amplo quadro através de demorada descrição que permite demonstrar como é através da área de saúde que a questão da modernidade é colocada e resolvida. No amplo quadro traçado, ele se vale de dois eixos de análise para fundamentar os pressupostos acima referidos. Um primeiro onde ele

trata do Serviço Sanitário, seu estabelecimento e desenvolvimento, e um segundo calcado no exame de certos espaços sociais.

Objetivando tentar uma aproximação da obra de Lapa às múltiplas tendências constatadas do fazer a História, esta resulta hoje quase que em uma tabela classificatória, aliás passível de ser realizada graças à obra de Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas, que não pouparam esforços para deslindar esse *emaranhado de especializações* que conformam os *Domínios da História*.

Dentro da historiografia contemporânea, a obra e o autor alinham-se ao paradigma pós-moderno, tratado genericamente de Nova História. O pós-moderno revela-se resultado da trajetória pessoal de intelectuais que podem ser considerados da “geração de 1968”. Cada paradigma indica apenas modos diferentes de conceber e de fazer a História. A diferença reside nas diferentes escalas e pontos de observação. Em se tratando do campo humano ou social, dois aspectos básicos se evidenciam: a defesa de um enfoque baseado na compreensão (leia-se: interpretação, hermenêutica, crítica cultural); o levar-se em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, representações, crenças, valores, desejos, premissas que conduzem a um relativismo radical: as interpretações são necessariamente múltiplas em relação a um determinado tema. O predomínio de processos hermenêuticos de interpretação, no caso da História tomado de empréstimo a uma certa Antropologia (mais comumente a de Clifford Geertz), levam aos micro-recortes de dada realidade social. História-síntese e micro-História não são necessariamente excludentes (embora surgidas de paradigmas distintos e opostos) e podem se combinar num mesmo livro, numa mesma pesquisa. O ideal de um estudo, segundo Vainfas, seria tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social.(p. 16, 442 e 445). Este é bem o retrato de como Lapa desenvolve o seu trabalho. Historiador *antropólogo* sensível ao detalhe, Lapa ilumina aspectos minúsculos da tessitura dos movimentos da sociedade que detecta e quer recuperar.

Entretanto, a fragmentação das abordagens historiográficas e a abrangência da obra em estudo sugerem outros campos de investigação e linhas de pesquisa onde a mesma possa se alinhar. Assim, segundo Duby, o homem em sociedade constitui objeto de pesquisa histórica sendo que cabe à História social, campo de atuação da História-problema, cuidar da dimensão da vida em sociedade, fruto do movimento dos *Annales* (marco de constituição de uma nova História contra a História tradicional), quando a disciplina se abriu às temáticas e métodos das demais ciências sociais, incorporando novos objetos e aperfeiçoamentos metodológicos calcados na interdisciplinaridade (a base para a formulação de novos problemas). Neste momento, passa a ser encarada como disciplina de síntese, reafirmando o princípio de que em História todos os níveis de abordagem inscrevem-se no social e se interligam. Nesse sentido é legítimo indagar-se se “existiria uma História que não a do social” (p. 45 e 46).

É também à História urbana latino-americana, cuja historiografia contou nos últimos anos com muitos trabalhos que se voltaram aos estudos da modernização ocorrida nas cidades latino-americanas e brasileiras – transformações essas que foram comparadas com as ocorridas na Europa e EUA – que o trabalho de Lapa pode ser associado. Ganhando foro de debate historiográfico, tanto na América Latina como no Brasil, a questão da modernidade desdobrou-se em trabalhos que salientaram as reformas urbanas e a politização do espaço público, temáticas recorrentes na obra de Lapa.

É, porém, na abordagem desenvolvida por Giovanni Levi sobre a micro-História que a obra de Lapa mais se desvenda. É com base nela que nossos comentários, pontuados a seguir, desenvolver-se-ão:

- A micro-História, assim como todo trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecido para dele se servir. Então, qual o papel da teoria nesses estudos? Neles as idéias teóricas não são criadas de novo em cada estudo, elas são incorporadas a partir de outros estudos relacionados e aplicadas a novas questões interpretativas. Por isso são “instrumentos frios tirados

da bagagem da ciência acadêmica”, são inseridos no corpo da “descrição densa”, com o intuito de dar cientificidade a acontecimentos simples, não para criar novos conceitos. Assim, o autor, ao cruzar documentos e autores na construção de cada capítulo, estabelece um diálogo permanente entre as fontes e as categorias explicativas utilizadas pelo elenco de que se serve, quase sempre em reforço de suas posições, no sentido de dar suporte científico à compreensão que oferece;

- Aqueles historiadores que aderiram à micro-História, em geral tinham suas raízes no marxismo, e essa característica se manifesta em suas obras de modo amplo e diverso. No caso de Lapa, ele é evidenciada pelo uso recorrente de categorias do materialismo histórico (força de trabalho, classe social, reprodução do capital, etc.);
- Na micro-História, a narrativa assume função particular, que se dá quando lhe são incorporados os procedimentos da pesquisa em si, o que ocorre quando o pesquisador se torna uma parte intrínseca do relato. O processo de pesquisa é explicitamente descrito desde as limitações documentais, formulação de hipóteses, que não estão mais escondidas do leitor, que agora pode participar da construção do argumento histórico (procedimento adotado pelo autor em algumas oportunidades, especialmente nas páginas 26 e 188);
- Independente da abordagem de Levi, é importante frisar, com relação às fontes utilizadas pelo autor, que existe predomínio dos documentos diplomáticos (relação Estado/cidadão). São Regulamentos, Códigos (de Posturas e Criminal do Império), Resoluções, Portarias, Leis, etc., onde a explicitação da norma enseja a realidade de uma época. A infração desvenda o ser social, o transgressor e, muitas vezes, nomeia-o, localiza-o. De tais ferramentas o autor se serve sem arreglos e sem parcimônia, não poupa espaço e quase os esgota. É preciso explicitar o caráter profundamente controlador e sobretudo disciplinador da sociedade da época e essa idéia permeia toda obra. Pergunta-se, contudo,

pela mediação. Parece ausente, dissolvida na desenvoltura de redação de que o autor é mestre.

A cidade. Os cantos e os antros é um livro de História porque se propõe a tal. Escrito por um historiador. Propôs-se a reconstituir o vivido. Neste sentido não existe certo ou errado e sim maiores ou menores aproximações (a realidade sem mediações e representações é uma utopia intelectual). Uma obra que envolve uma pesquisa de fôlego, uma reconstituição histórica de indiscutível valor. Pelo que apresenta de volume de informações assume ser uma obra de referência. Um livro certamente imprescindível para o estudioso de História.

Ema Elisabete Rodrigues Camillo

Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra, organizado por Ricardo Antunes. São Paulo, Boitempo, 1997.

Você vai ter emprego amanhã? E, se ainda tiver, as garantias legais serão as mesmas? Conquistas históricas como o décimo terceiro salário, férias remuneradas e o descanso aos domingos continuarão presentes no seu contrato de trabalho?

Estas e muitas outras conseqüências do momento político que vivemos já ultrapassaram o círculo de acadêmicos e intelectuais diretamente envolvidos com a pesquisa na área do trabalho, podendo ser encontradas entre as preocupações da população em geral e no discurso dos meios de comunicação de massas. E talvez seja justamente o sentimento de insegurança pelo qual passa toda a sociedade, hoje, a melhor maneira de ilustrar a importância da reestruturação produtiva, o tema central do livro organizado pelo professor Ricardo Antunes.

Em *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos* estas questões são enfrentadas de forma clara e cuidadosa, indo além da simples enumeração das inegáveis e dolorosas conseqüências do processo, ao mesmo tempo em que evita cair numa crítica saudosista, tão fácil quanto vazia em função do seu descolamento da realidade contemporânea. Para tanto, apresenta um conjunto de artigos que ilustram a situação inglesa e brasileira (que nos dias globalizados de hoje terminam por envolver os Estados Unidos e a União Européia), destacando algumas das características mais importantes da reestruturação produtiva, sua dinâmica, as formas de resistência que aparecem e as especificidades e coincidências regionais.

O próprio Ricardo Antunes, em seu artigo, declara a intenção de ilustrar a questão da “desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; terceirização, heterogeneização e subproletari-

zação do trabalho”, no marco de “uma globalidade desigualmente combinada que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados”.

Trata-se de uma coletânea particularmente agradável de ler em função da sua organicidade e coerência, tanto com relação ao tema que propõe discutir como no que diz respeito ao rigor metodológico. A alternância entre a realidade inglesa e a brasileira, entre a resistência ilustrada pelo depoimento pessoal e a articulação da classe organizada em sindicatos, entre o particular e o geral, constitui um exercício enriquecedor e estimulante para aprofundar a reflexão sobre a atual reestruturação produtiva do mundo industrializado.

Além disto, os textos sobre a Inglaterra, escritos por Huw Beynon e John McIlroy, trazem informações particularmente úteis para ajudar a esclarecer questões com as quais a maioria dos leitores brasileiros já teve contato, ainda que este, em geral, tenha sido insuficiente para conseguir elaborar uma análise mais profunda e sistemática. Podemos citar como exemplos a descrição dos mecanismos através dos quais os governos conservadores foram quebrando a estrutura secular do sindicalismo inglês, o processo de afastamento entre os sindicatos e o novo Partido Trabalhista do senhor Blair, ou os caminhos adotados pelos sindicatos na tentativa de reverter a diminuição de seus filiados através de políticas dirigidas a grupos sociais específicos.

Em resumo, trata-se de uma coletânea interessante, gostosa de ler, com informações atuais tratadas de uma forma metodológica coerente, que vem somar esforços nesta tarefa urgente de compreender melhor as relações no mundo do trabalho.

Gustavo Luís Gutierrez

Between artifacts and texts, de Anders Andrén. Nova Iorque & Londres, Plenum Press, 1998, 215 p.

Este é o terceiro volume da série “Contribuições para uma Arqueologia Histórica global”, organizada por Charles E. Orser Jr., tradução para o inglês de Alan Crozier do original sueco, publicado no ano anterior. Andrén, professor da Universidade de Lund, gestou o livro por muitos anos e o resultado não poderia deixar de ser mais ambicioso. De fato, o autor visa a tratar da Arqueologia Histórica, entendida no seu sentido metodológico de estudo de todas as sociedades com escrita nos últimos cinco mil anos (p. 6), rompendo, pois, com as divisões correntes na prática arqueológica, que conhece diversas especializações históricas: Arqueologias clássica, medieval, pós-medieval, industrial, histórica (i.e. do mundo moderno), Egíptologia, Arqueologia Mesopotâmica, entre outras. O livro procura, então, historiar algumas das principais Arqueologias Históricas, a começar pela Arqueologia Clássica (p. 9-25), cuja origem se relaciona com a perspectiva filológica de fins do século XVIII e princípios do século XIX e com o predomínio dos padrões greco-romanos para o mundo surgido do Iluminismo. Sua continuidade, após a Segunda Guerra Mundial e o declínio da educação clássica – em especial com o abandono do latim e do grego como línguas cultas de domínio erudito generalizado –, mantém-se, segundo Andrén, por três vias diversas: pelo conservadorismo, pela ênfase no simbolismo da arte antiga e, principalmente, por sua aproximação da História social e econômica do mundo antigo.

A Arqueologia Medieval (p. 25-36), especialidade do autor, embora pareça muito semelhante àquela clássica, tornar-se-ia profissional apenas no segundo pós-guerra, o que se explicaria, para ele, pela ubiqüidade de edifícios medievais ainda ocupados até aquela época. Talvez se pudesse acrescentar que a profissionalização dessa disciplina ocorreu, por um lado, no contexto da cres-

cente especialização das ciências e, por outro, pela ligação entre os vestígios materiais medievais e as identidades nacionais impulsionadas pelos Estados nacionais. Além disso, seu desenvolvimento incrementou-se a partir da década de 60, quando a descolonização privava os arqueólogos europeus de acesso direto às antigas colônias africanas, médio-orientais e asiáticas. Em seguida, volta-se para as Arqueologias Históricas do Oriente Médio e Ásia (pp. 37-72): Egíptologia, Arqueologia Mesopotâmica e Bíblica, da Índia, China e Japão. As três primeiras constroem-se como uma extensão do estudo de línguas antigas e, no caso da Bíblica, Andrén ressalta o caráter religioso da própria abordagem adotada, em detrimento do estudo dos vestígios de outros períodos históricos que não sejam ligados ao Judaísmo e ao Cristianismo. Estas Arqueologias surgiram e continuam a ser dominadas por europeus, à diferença daquelas praticadas na Índia, China e Japão, dominadas por arqueólogos locais, cuja preocupação com a identidade leva a uma Arqueologia subserviente à História, no sentido de que os próprios esquemas de classificação dos artefatos fundam-se nos documentos escritos e na historiografia tradicional. O estudo das Arqueologias Históricas na África e na América (p. 73-103) concentra-se na dicotomia entre europeus e indígenas. Os próprios nativos, africanos ou meso-americanos, foram estudados por sua suposta proximidade do modelo europeu, como é o caso da “Grécia da América: a Arqueologia mexicana” (p. 83-91). A Arqueologia Histórica dos Estados Unidos (p. 95-103), por outro lado, surgiu e continua a ser o estudo do europeu no Novo Mundo.

Seguem-se dois capítulos analíticos que propõem uma reinterpretação do próprio campo de investigação. Assim, para as múltiplas Arqueologias Históricas existentes, considera que existiriam cinco tradições metodológicas que permitiriam reagrupar as disciplinas específicas (Clássica, Medieval e assim por diante): as tradições estética, filológica, histórica, histórico-cultural (ou antropológica) e arqueológica (p. 105-135); conclui o capítulo considerando que a Arqueologia Histórica define-se como um discurso

moderno (p. 135-144). As tradições propostas por Andrén, contudo, ainda que bem construídas pelo autor, não deixam de apresentar pontos de interseção que acabam por questionar sua validade. Assim, as três primeiras tradições ligam-se à Filologia, como o próprio autor reconhece, ao constatar que tanto os esquemas estéticos como históricos surgiram e se inspiraram no modelo filológico. A abordagem histórico-cultural é associada a Burckhardt, Deetz, David Austin e Matthew Johnson, autores cujos pontos de contato são poucos e cujas divergências metodológicas são profundas. Por fim, por tradição arqueológica refere-se à Arqueologia Pré-Histórica, cuja influência estaria em estudos que se utilizam de técnicas de estudo da cultura material que prescindem de informações históricas ou filológicas. Sua conclusão, de que “a base empírica para as antigas fronteiras disciplinares está sendo dissolvida” (p. 141), corresponde a uma tendência, ainda que não necessariamente dominante, que está de acordo com a crescente interdisciplinaridade das ciências humanas, mas que não depende da aceitação das cinco tradições propostas pelo autor.

Dando seqüência à análise da área de estudo, propõe, em “O diálogo da Arqueologia Histórica” (p. 145-177), que a reconstrução do contexto em que se relacionam artefatos e textos pode ser problematizada pelas relações que se estabelecem entre estas duas categorias de documento. Assim, pode haver correspondência entre ambas (p. 157-168), associação (p. 168-171) ou contraste (p. 171-175), prevalecendo, como se pode perceber pela atenção dedicada à primeira, a relação de complementaridade de ambas as fontes. Um bom exemplo permite avaliar essa correspondência: seguindo Panofsky, considera que as catedrais eram planejadas com elementos e partes da mesma maneira que os tratados teológicos da Escolástica, compostos de capítulos e sub-capítulos (p. 167). Também neste caso, sua proposta acaba por separar, ao menos como recurso analítico em sua obra, procedimentos metodológicos que são complementares, pois há correspondência, associação e contrastes entre artefatos e textos, ao mesmo tempo. Sua

conclusão, contudo, procura reaproximar as abordagens, ao enfatizar que se deve explorar o “diálogo entre artefato e texto, tarefa específica – e, portanto, diferente – da Arqueologia Pré-Histórica e da História” (p. 177).

O grande mérito do livro de Andrén consiste, justamente, em apresentar, de forma inovadora, modelos de reinterpretação da Arqueologia Histórica que possam superar as divisões no interior da disciplina e em sua relação com ciências afins. Sua mensagem consiste, muito a propósito, em chamar a atenção para a ligação entre campos de investigação atualmente sem qualquer relação, como é o caso da Arqueologia Clássica e a Arqueologia Meso-Americana, ou a Arqueologia História Americana e a Egíptologia. A questão da relação entre artefatos e textos permeia todas as Arqueologias Históricas e cada uma delas teria a ganhar com o conhecimento mútuo. Em seguida, de forma muito oportuna, demonstra que qualquer Arqueologia Histórica não pode ignorar as disciplinas que tratam do homem, como é o caso da História, da Antropologia ou da Filologia. Não foi outra a preocupação de Daniel Miller e Christopher Tilley quando fundaram, em 1996, o *Journal of Material Culture*, quebrando as barreiras disciplinares tradicionais. Esta a principal mensagem de Andrén: sua ênfase no diálogo, dentro e fora da disciplina.

Pedro Paulo A. Fumari¹

¹ Professor do Departamento de História do IFCH – UNICAMP.

Tendências e Centrais Sindicais: esclarecimentos necessários.

Foi para mim uma grande satisfação iniciar a leitura da última revista *Idéias* (ano 4, nº 1/2, janeiro/dezembro de 1997), não só pela qualidade dos temas abordados e do nível intelectual de seus artigos, mas também por trazer entre as resenhas, uma referente ao livro de minha autoria – *Tendências e centrais sindicais*. (O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994) –, assinado por Claudinei Coletti, Doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

O autor da resenha em questão, após tecer as observações e críticas, que considera relevantes e necessárias, conclui, em atitude louvável (e que muito me honra), afirmando que “sem dúvida alguma, trata-se de uma obra que merece ser lida, não apenas por suscitar reflexões importantes sobre os rumos do sindicalismo brasileiro nos anos recentes, mas, sobretudo, pela massa de informações sobre o movimento sindical que o autor conseguiu reunir ao longo das páginas de seu livro.” (p. 313).

As observações e críticas apresentadas referem-se a diferentes questões, que dizem respeito à “opção metodológica”, à insuficiência de argumentos para a fundamentação de afirmações sobre posições de tendências sindicais e a prováveis posicionamentos incoerentes. Frente a estas observações, é necessário alguns esclarecimento sobre as informações incorporadas, as posições teóricas e políticas assumidas e explicitadas já nas primeiras páginas do livro *Tendências e centrais sindicais*.

- 1) Em relação às questões metodológicas, o resenhista afirma: “A opção metodológica do autor, em trabalhar com informações dos congressos das entidades (...) resulta, em muitos momentos do trabalho, num excessivo apego ao discurso (...) torna as diferentes propostas político-sindicais muito parecidas, porque escamoteadas pelo discurso oficial de cada central sindical.” (p. 312).

Esta observação se refere a duas questões: a) opção por trabalhar com documentos dos congressos; b) opção teórico-metodológica.

a) **Opção por trabalhar com documentos dos congressos.** É destacado, já nos Esclarecimentos do autor (p. 11-12) sobre o livro *Tendências e centrais sindicais*, que no decorrer do desenvolvimento do trabalho, “uma contradição se colocou: fornecer o maior número possível de informações e correr o risco de ser exaustivo e repetitivo ou objetivo e sintético. A solução encontrada, mesmo que resultasse em alguns excessos, foi recorrer à utilização das notas. Acredito, assim, atender a duplo objetivo: os que possuem familiaridade com o tema não sentirão necessidade de recurso sistemático às notas; aos iniciantes, as notas constituem importante recurso para melhor situá-los frente à problemática sindical.” É necessário destacar que a opção por este recurso foi motivada ainda, pela debilidade teórica do autor frente a dificuldade, reconhecida e destacada pelo Claudinei Coletti, em analisar com certo distanciamento, fatos históricos recentes, principalmente quando há participação e envolvimento intelectual, político e emocional, de alguém que debateu, participou dos enfrentamentos e das alianças entre as correntes e tendências sindicais.

Na Introdução (p. 17-21), além de explicitar o que me levou à escolha do tema, motivada não só por uma exigência acadêmica – de apresentação de uma Monografia para conclusão de um curso de Especialização em Política Social na Universidade Católica de Goiás –, afirmo que “foi determinante a experiência pessoal-acadêmica e a militância político-sindical acumuladas no período” e, por ter participado, diretamente ou não, de vários dos acontecimentos relatados, a eles se somariam a “necessidade de sistematizar informações sobre o período, procurar entender e explicar a situação em que se encontra o movimento dos trabalhadores, bem como a existência de diversas concepções, tendências e centrais sindicais.” (p. 17). Isto me permite afirmar que, de certa forma, o que estava fazendo era uma sistematização, balanço e análise de minha própria participação nos acontecimentos do período.

b) **Opção teórico-metodológica.** O posicionamento teórico é explicitado com clareza, quando afirmo: “Para fins de investigação e desenvolvimento deste trabalho, além da bibliografia indicada no final, serão consideradas como referenciais as obras de Marx e Engels, *Sindicalismo e Manifesto do Partido Comunista*, e as de Lênin, *Sobre os sindicatos, Esquerdismo, doença infantil do comunismo e Que fazer?*, que permitem delinear os pressupostos básicos do sindicalismo classista e ao mesmo tempo analisar, nesta perspectiva, as diferentes tendências e centrais sindicais.” (p. 20).

As observações acima evidenciam e alertam os leitores não só para as precauções necessárias, mas explicitam com clareza que não se trata de uma obra com pretensões meramente acadêmicas e marcada por uma pretensa neutralidade. Isto porque, ao assumir uma perspectiva marxista, mesmo com debilidade, deixo evidente minha opção teórico-metodológica e afirmo que o livro é fruto de experiências acumuladas na militância político-sindical do autor, que como sindicalista esteve envolvido em vários acontecimentos relatados, o que não invalida de forma alguma, conforme atesta o autor da resenha, a pretensão de contribuir, mesmo que modestamente, para o acúmulo e sistematização de informações e uma melhor compreensão de questões referentes ao movimento sindical. É com este cuidado que o livro deve ser lido e analisado.

2) Em relação a responsabilidade do analista em desvendar as “práticas políticas bem distintas”, através “de uma confrontação entre discurso e prática” (p. 312).

No que se refere ao “apego ao discurso presente nos documentos do movimento sindical, o que, além de tornar o texto às vezes excessivamente descritivo, torna as diferentes propostas político-sindicais muito parecidas, porque escamoteadas pelo discurso oficial de cada central sindical” (p. 312), a crítica, em parte, é justa! Sem dúvida, na segunda parte do livro, que se refere às centrais sindicais, há uma preocupação, já manifesta na Introdução, em analisá-las a partir de seus congressos, o que contribui para induzir

uma leitura linear das informações relacionadas a cada central, quando se poderia notar a ausência de contraposições entre as centrais, o que, de certa forma, pode contribuir para a conclusão da inexistência de diferenças entre as centrais sindicais e pela existência de semelhanças políticas, manifestas nas decisões dos congressos da CUT, CONCLAT e CGT (de novembro de 1983 a maio de 1989). Deve-se ressaltar que, em relação às centrais e no período acima, *há algumas semelhanças no que se refere a algumas bandeiras de luta*: principalmente naquelas relacionadas à defesa de melhores condições de vida e trabalho, luta contra o arrocho e as perdas salariais, reforma agrária, redução da jornada de trabalho, liberdade e autonomia sindical. É importante ressaltar que, com relação à liberdade e autonomia sindicais, há duas propostas bem distintas: uma, defendendo a unicidade sindical e outra, o plurissindicalismo. Porém, mesmo admitindo minha debilidade, em vários momentos chamo a atenção do leitor para o fato de que para compreender as divergências existentes no movimento sindical, não podemos ficar restritos apenas às questões meramente sindicais, mas explicitar o conteúdo teórico e político-tático das tendências e centrais sindicais, frente às diferentes situações conjunturais.

3) Sobre a participação do PC do B na Unidade Sindical.

O resenhista afirma que eu, “diferentemente de todos os analistas que trataram do assunto, não inclui esse partido na tendência Unidade Sindical”, concluindo que os argumentos que expus para negar essa participação “são insuficientes para explicar o não alinhamento político de sindicalistas do PC do B à Unidade Sindical. E o fato que poderia confirmar essa nossa afirmação é a própria participação do PC do B, ao lado do mesmo PCB, no congresso de fundação da CONCLAT/CGT, em novembro de 1983.” (p. 312)

Alguns esclarecimentos são necessários:

- a) a afirmação de que *todos* os analistas que tratam do assunto incluem os sindicalistas do PC do B na composição da Unidade Sindical é precipitada e carente de melhor fundamentação e o resenhista não chega a citar nenhum destes analistas;

- b) os argumentos que utilizei, em sua maioria, baseiam-se em fonte documental, não por pretender “neutralidade”, mas com a preocupação em não ficar restrito a afirmações opinativas, baseadas em militância pessoal e orientações partidárias não documentadas. A preocupação central teve como objetivo documentar ao máximo as afirmações feitas;
- c) é precipitada e incorreta a conclusão de que houve “alinhamento político de sindicalistas do PC do B à Unidade Sindical”. Reafirmo que não houve orientação partidária – verbal ou em documentos – para a participação dos sindicalistas do PC do B na Unidade Sindical, o que poderá ser constatado através de pesquisa historiográfica e bibliográfica. O que é possível admitir é que, em decorrência da necessidade premente de envidar esforços na articulação intersindical e buscar alternativas na luta contra o regime militar, *um* ou *outro* sindicalista do PC do B tenha participado de uma ou outra reunião da Unidade Sindical, *não por alinhamento político*. A isto se soma o fato de que o PC do B, em consequência do assassinato de alguns de seus dirigentes, o que ficou conhecido como “queda da Lapa”, encontrava-se de certa forma, desarticulado e iniciava o trabalho de articulação e rearticulação de seus militantes no movimento sindical.

A necessidade de articular intersindicalmente as greves e os esforços então localizados é o que leva alguns sindicalistas – que irão, em futuro próximo, contrapor-se a orientação político-sindical da Unidade Sindical – a participar do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em agosto de 1979, que teve como patrocinador o Centro Brasil Democrático (Cebrade), dirigido por Oscar Niemeyer, então ligado ao PCB. “Esse encontro, que dará origem e formalizará a existência da Unidade Sindical, teve a participação de sindicalistas ligados ao PCB, ao MR-8, de setores apelegados e, até 1980, de alguns dirigentes que, ao se retirarem da articulação, irão criar, em aliança, principalmente com as oposições sindicais, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS) e constituirão, no PT, o núcleo básico de seus fundadores” (p. 38).

d) utilizar a “participação do PC do B, ao lado do mesmo PCB, no congresso de fundação da CONCLAT/CUT, em novembro de 1983”, para comprovar o argumento de que houve *alinhamento político* do PC do B à Unidade Sindical, articulação hegemônica pelo PCB, é precipitado e incorreto, principalmente pelos seguintes fatos: 1) a CONCLAT foi uma *articulação/coordenação* sindical unitária que contou, até agosto de 1983, com a participação das diversas correntes e tendências existentes no movimento sindical, inclusive daqueles que fundaram a CUT; 2) as orientações teórico-políticas e táticas do PC do B e do PCB são distintas, basta ler seus documentos e a prática de seus sindicalistas, o que não invalida a possibilidade de existir proximidade tática em uma questão ou outra – não só entre PC do B e PCB –, mas apenas em questões localizadas, não como alinhamento. Por exemplo: a defesa da unicidade sindical e da unidade do movimento em apenas uma central única; 3) a CONCLAT, que saiu do congresso de novembro de 1983, que reunia sindicalistas de várias procedências – vinculados ou não a partidos políticos, correntes ou tendências sindicais –, não foi propriamente uma central, conforme decisões do congresso e sua prática política, e um de seus principais objetivos era *envidar esforços* no sentido de *buscar a reunificação com a CUT*, chegando inclusive a realizar reuniões nacionais com este fim; 4) a CGT é criada como central sindical em março de 1986, tendo como núcleo básico os sindicalistas que participavam da CONCLAT e, *entre seus objetivos, não era colocada com ênfase a busca da reunificação*, mas sim a realização de lutas unitárias.

4) Sobre provável incoerência entre defender a unicidade sindical e criticar a Convenção 87 da OIT e considerar que existem relações entre luta econômica e luta política; que é democrático e normal a participação nas entidades e lutas sindicais, de sindicalistas vinculados aos partidos políticos.

A questão que é colocada não pode ser entendida e apontada como sendo uma *incoerência*, isto porque, na realidade, trata-se de

uma divergência teórico-política do autor da resenha, Claudinei Coletti, como a posição assumida e explicitada por mim: defesa da unicidade sindical.

Acreditando não ser prolixo, cito um parágrafo da páginas 40-41:

“O relacionamento entre sindicato e partido político, ou melhor, entre sindicato e militância sindical de ativistas partidários é muito polêmico e marca profundamente todo o movimento sindical. As diversas tendências sindicais, ao defenderem, pelo menos em tese, a independência das entidades em relação aos partidos políticos, contribuem, na prática, para obscurecer o relacionamento entre ambos e a importância desse relacionamento, enganando-se frente à própria realidade. A luta sindical, como parte integrante da luta de classes, é vinculada e determinada pela luta política. Queira-se ou não, concorde-se ou não, são instrumentos para a aplicação do programa político de partidos, tenham eles ou não uma política sindical clara e em sintonia com as aspirações dos trabalhadores. O partido, enquanto instrumento de disputa pelo poder político, tem como papel elaborar programas e propostas para o movimento sindical, cabendo às entidades lutar por objetivos econômicos, associando-os às bandeiras políticas. O que diferencia os sindicatos e os partidos políticos são suas propostas e práticas; mantêm-se nos limites do capitalismo ou propõem a transformação social, o socialismo. Daí, a vinculação da Unidade Sindical ao PMDB/PCB; da ANAMPOS ao PT; da CSC (Corrente Sindical Classista) ao PC do B. Portanto, não podemos, de forma simplista e esquemática, afirmar, a partir daí, que as entidades sindicais são meras correias de transmissão dos interesses das organizações partidárias; na prática, há uma relação de complementaridade entre elas. Aqueles partidos que assumirem a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e forem reconhecidos por eles exercerão sua hegemonia no movimento sindical, estabelecendo-se, assim, a legítima articulação entre partidos políticos e sindicatos.”

No que diz respeito à Convenção 87 da OIT, minha posição é explicitada com clareza: A Convenção 87, ao trazer explícita a liberdade e autonomia sindical e implícita a defesa do pluralismo sindical, tem sido utilizada em vários países como elemento para a divisão do movimento sindical. O que não é bom para as lutas do trabalhadores, que, para obter vitórias mais duradouras no presente e no futuro, necessitam de unidade e de sindicato forte e único.

Neste sentido, pode-se e se deve perguntar: é possível e correto que em uma situação de plena liberdade e autonomia sindical prevaleça a unicidade sindical, que impõe aos diferentes partidos políticos uma atuação, unitária ou não, em um sindicato único? Sindicato único é sinônimo de atrelamento sindical ao Estado? Liberdade e autonomia sindicais necessariamente estão vinculadas à Convenção 87 da OIT e ao pluralismo sindical? Com certeza as respostas serão diferentes. Seria correto concluir que o resenhista defende o pluralismo sindical?

Estas observações iniciais são as que considero necessárias, na expectativa não só de contribuir para esclarecer pontos levantados pelo Claudinei Coletti, mas, quem sabe, contribuir para precisar questões relacionadas ao movimento sindical brasileiro.

Por último, agradeço a iniciativa do Claudinei Coletti, que se deu não só ao trabalho de ler a referida obra, mas inclusive resenhá-la. Creio ser necessário agradecer também à Comissão Editorial e à responsável pela Secretária de Redação, Professora Élide Rugai Bastos, pela atitude democrática ao abrir espaço para a divulgação de obras provenientes de regiões com pequena tradição na produção intelectual. Esta atitude, não comum em publicações provenientes dos “centros” reconhecidos como de excelência (UNICAMP, USP, etc.), deve ser ressaltada, pois demonstra significativa sensibilidade ao contribuir para a incorporação e divulgação da produção intelectual existente nos Estados “periféricos” e elaborada, em grande parte, em condições pouco favoráveis.

Silvio Costa¹.

¹ Professor na Universidade Católica de Goiás e autor do livro *Tendências e centrais sindicais. O movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994*. São Paulo : Editora Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.)

Normas para colaboração

1. Os artigos recebidos por *Idéias* serão submetidos a dois pareceres, cabendo a decisão final sobre a sua publicação à Comissão de Redação.
2. Os artigos deverão ser apresentados, preferencialmente em disquete de microcomputador IBM PC ou compatível, acompanhados de duas cópias impressas, ou em duas cópias datilografadas em espaço duplo, com 27 linhas de 60 toques.
3. Os artigos não deverão ultrapassar 30 laudas.
4. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas em notas de rodapé nas quais conste: nome do autor, sobrenome do autor, título da obra em *itálico*, local da publicação, editora e ano da publicação.
5. *Idéias* aceita sugestões para resenhas de livros.

